



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

**TRABALHO E RECONHECIMENTO DA SOBERANIA ALIMENTAR
ENTRE FEIRANTES SERGIPANOS**

JAIR DOS SANTOS XAVIER

SÃO CRISTÓVÃO

2024

JAIR DOS SANTOS XAVIER

**TRABALHO E RECONHECIMENTO DA SOBERANIA ALIMENTAR
ENTRE FEIRANTES SERGIPANOS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Sociologia PPGS da Universidade Federal
de Sergipe, como requisito para obtenção do título de
Doutor em Sociologia.

Orientador: Ivan Fontes Barbosa

SÃO CRISTÓVÃO

2024

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

X3t	Xavier, Jair do Santos Trabalho e reconhecimento da soberania alimentar entre feirantes sergipanos / Jair dos Santos Xavier ; orientador Ivan Fontes Barbosa. – São Cristóvão, SE, 2024. 233 f. : il. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2024. 1. Sociologia. 2. Trabalho. 3. Soberania alimentar - Sergipe. 4. Feirantes - Sergipe. 5. Feiras livres. I. Barbosa, Ivan Fontes, orient. II. Título. CDU 316.344.27:338.439.5 (813.7)
-----	--

*"Nobody believes in you
You've lost again and again and again
The lights are cut off
But you're still looking at your dream
Reviewing it every day, and saying to yourself
It's not over, until I win"*

Les Brown

AGRADECIMENTOS

A felicidade só é real quando é compartilhada ...

Aos meus Pais que tanto lutaram para que eu pudesse ter as oportunidades que para muitos é utópica. Ter chegado aqui Jailson, ter chegado aqui Claudenice, não é apenas uma conquista minha, é nossa. São suas dores e lutas que permitiram que eu pudesse ter o intelecto e a força de escrever essas palavras. A minha irmã dedico uma trilha, um caminho para você se percorrer, uma esperança que muitos precisam conquistar, para você Lua espero inspirar. A Silnara, minha amada, confiante, parceira, companheira, esposa e todos os adjetivos que aqui couberem, aquela que estive ao meu lado durante os momentos difíceis e nas várias vezes que pensei em desistir, mas você estava lá, ainda bem que te ouvi e decidi participar da seleção que me permitiu chegar aqui, não foi por mim, foi por nós, não pelo título, mas para que nossos sonhos fossem possíveis.

A minha sogra Silvania e meu sogro Teobaldo, ter sido tão bem acolhido em sua casa foi crucial quando nem mesmo meu lar foi confortável suficiente para a escrita. Aos meus amigos do “Énoiz”, que mesmo distantes, foram cruciais para que eu lembrasse de onde vim. A Dolores, tantas vezes chorei sobre seu abraço inocente, sua existência fez toda diferença. A todos que conheci na UFS obrigado pelo tempo que dividimos, inclusive estendo o agradecimento a CAPES pelo fomento da bolsa que permitiu meu sustento durante todo esse período. Por fim devo um agradecimento especial para meus orientadores Ivan e Vilma, por me acolherem em um momento conturbado dessa trajetória, e serem orientadores não apenas desse trabalho de Tese, mas também, orientadores sobre como de fato contribuir na jornada de alguém em busca de seus objetivos, o profissionalismo inegável e a empatia singular são marcas que não imaginava poder encontrar em um ambiente tão competitivo, por sorte, na minha vez foi diferente. Aos entrevistados dessa tese um eterno obrigado pela confiança. Poderia me estender por mais tempo nesses agradecimentos, mas acredito que a arte pode sintetizar sentimentos que as vezes são difíceis de ser externalizados.

Presentemente eu posso me, considerar um sujeito de sorte
Porque apesar de muito moço, me sinto são e salvo e forte
E tenho comigo pensado, Deus é brasileiro e anda do meu lado
E assim já não posso sofrer no ano passado
Tenho sangrado demais
Tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro ...

RESUMO

O mercado agrário, sustentado pelo controle das terras e pela produção de gêneros alimentícios voltados majoritariamente para o mercado externo, reflete a continuidade da exploração colonial. Esta produção, financeirizada das commodities na contemporaneidade, coloca a produção necessária para a vida digna dos trabalhadores em segundo plano, perpetuando sua condição de explorados dentro do sistema hegemônico. O agronegócio é entendido como uma extensão da dominação eurocêntrica que se manifesta hoje no corporativismo neoliberal, aprofundando a dependência econômica das periferias. Esta tese analisou o papel dos feirantes na promoção da soberania alimentar em Sergipe, focando em suas condições de trabalho e a influência política sobre sua autonomia. De modo mais específico, investigamos a lógica que envolve a ação coletiva desses trabalhadores em torno da própria classe e suas trajetórias individuais, para a partir dessas, buscar encontrar meios de compreender o processo de reconhecimento da Soberania Alimentar frente a estrutura hegemônica que aqui nomeamos enquanto Agrobiopoder. A tese aborda a complexa relação entre o mercado agrário, a soberania alimentar e os trabalhadores do setor agrícola e comercial de alimentos, com foco específico nos feirantes. Destacando o quanto a feira é um espaço público crucial para a articulação de uma luta possível em torno tanto da causa trabalhadora, mas também para uma transformação nas condições alimentares de toda uma população que tem acesso a ao alimento via essa mesma classe. Com isso, identificamos que a autonomia almejada pelos feirantes é constantemente suprimida, e a luta por transformação política é crucial para quebrar este ciclo de precarização. A tese apresenta o conceito de Agrobiopoder, uma forma de biopoder que controla não apenas a produção e circulação de alimentos, mas também as possibilidades de discurso e ação pública. O Agrobiopoder perpetua a dependência econômica e limita a transformação estrutural necessária para a soberania alimentar. Enfatizamos assim, a necessidade de eliminar a desigualdade de reconhecimento e redistribuição de recursos materiais e políticos, para construir modelos alternativos de democracia e esfera pública, capazes de articular as necessidades dos trabalhadores e promover mudanças significativas, não somente entre os feirantes ligados a luta pela causa da Soberania Alimentar, mas também, entre aqueles que estão alicerçados no processo convencional do trabalho, e hoje, são vítimas diretas da lógica imposta pelo Agrobiopoder. Em suma, a pesquisa revela

a necessidade de uma nova compreensão de classe no contexto agrário e propõe uma abordagem crítica e prática para a transformação das condições de trabalho e vida dos feirantes, integrando teoria social e prática política para enfrentar as estruturas hegemônicas do Agrobiopoder, para assim, promover uma real transformação democrática em função de uma Soberania Alimentar agregando tanto trabalhadores convencionais, quanto contra-hegemônicos para maximizar a eficácia da luta por uma soberania alimentar, considerando as necessidades dos trabalhadores subalternos e promovendo uma transformação democrática efetiva e popular. Desta forma, este trabalho permite compreender, para além do campo analisado, um conjunto de mudanças no mundo do trabalho informal e campesino do feirante, em paralelo ao ativismo alimentar em Sergipe e no Brasil.

Palavras-chave: Soberania alimentar, Trabalho, Feirantes, Agrobiopoder.

ABSTRACT

The agrarian market, sustained by control of land and the production of food products mainly for the external market, reflects the continuity of colonial exploitation. This production, financed by commodities in contemporary times, puts the production necessary for the dignified life of workers in second place, perpetuating their condition as exploited within the hegemonic system. Agribusiness is understood as an extension of Eurocentric domination that manifests itself today in neoliberal corporatism, deepening the economic dependence of the peripheries. This thesis analyzed the role of street vendors in promoting food sovereignty in Sergipe, focusing on their working conditions and the political influence on their autonomy. More specifically, we investigated the logic behind the collective action of these workers around their own class and their individual trajectories, in order to seek ways to understand the process of recognizing Food Sovereignty in the face of the hegemonic structure that we call here Agrobiopower. This thesis addresses the complex relationship between the agrarian market, food sovereignty, and workers in the agricultural and commercial food sector, with a specific focus on street vendors. It highlights how the street vendor is a crucial public space for articulating a possible struggle around both the workers' cause and for a transformation in the food conditions of an entire population that has access to food through this same class. With this, we identify that the autonomy sought by street vendors is constantly suppressed, and the struggle for political transformation is crucial to breaking this cycle of precariousness. This thesis presents the concept of Agrobiopower, a form of biopower that controls not only the production and circulation of food, but also the possibilities of public discourse and action. Agrobiopower perpetuates economic dependence and limits the structural transformation necessary for food sovereignty. We thus emphasize the need to eliminate inequality in the recognition and redistribution of material and political resources, in order to build alternative models of democracy and the public sphere, capable of articulating the needs of workers and promoting significant changes, not only among market vendors linked to the fight for the cause of Food Sovereignty, but also among those who are grounded in the conventional labor process and are today direct victims of the logic imposed by Agrobiopower. In short, this research reveals the need for a new understanding of class in the agrarian context and proposes a critical and practical approach to transform the working and living conditions of market vendors, integrating

social theory and political practice to confront the hegemonic structures of Agrobiopower, in order to promote a real democratic transformation based on a Food Sovereignty that brings together both casual and counter-hegemonic workers to maximize the effectiveness of the fight for food sovereignty, considering the needs of subordinate workers and promoting an effective and popular democratic transformation. In this way, this work allows us to understand, beyond the specific field, a set of changes in the world of informal and peasant work of the market vendor, in parallel with food activism in Sergipe and in Brazil.

Keywords: Food sovereignty, Work, Marketers, Agrobiopower.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Municípios onde as entrevistas foram realizadas	97
Figura 02: Nível de ocupação, segundo idade – Brasil – 2019-2021	109
Figura 03: Disposição espacial aproximada dos trabalhadores no CEASA	119
Figura 04: Tipos de feirantes de acordo com o circuito sergipano	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Entrevistas realizadas por município	99
Gráfico 02: Produtores e revendedores por Município	100
Gráfico 03: Gênero dos trabalhadores entrevistados	105
Gráfico 04: Relação entre gênero e idade dos trabalhadores	106
Gráfico 05: A feira como único ofício de acordo com a idade	109
Gráfico 06: Estado civil geral dos entrevistados	110
Gráfico 07: Número de filhos dos trabalhadores homens	112
Gráfico 08: Número de filhos das trabalhadoras mulheres	113
Gráfico 09: Escolaridade dos trabalhadores	114
Gráfico 10: Locais de trabalho durante o comércio	117
Gráfico 11: Locais de trabalho durante a produção	122
Gráfico 12: Locais de origem dos contatos para comércio	124
Gráfico 13: Locais de origem das mercadorias para revenda	125
Gráfico 14: Tempo de trabalho dedicado a feira	127
Gráfico 15: Tempo de trabalho relacionado à escolha profissional	130
Gráfico 16: Familiares que trabalham na feira	132
Gráfico 17: Suficiência da renda para o trabalhador feirante	136
Gráfico 18: Feirantes do circuito e a relação com a renda	137
Gráfico 19: Outras fontes de renda para além da feira	141
Gráfico 20: Outros ofícios do trabalhador feirante	143
Gráfico 21: Relação do feirante com seus clientes	147
Gráfico 22: Relação do feirante com outros trabalhadores	151
Gráfico 23: Quanto tempo pretende trabalhar na feira?	154
Gráfico 24: Horas e dias trabalhados na feira	155
Gráfico 25: Maiores conquistas no ambiente de trabalho	158
Gráfico 26: Dificuldades e desafios diários do feirante	160

Gráfico 27: Reconhecimento da importância do trabalho feirante	162
Gráfico 28: A situação política interfere no trabalho?	165
Gráfico 29: Distinção entre convencionais e contra hegemônicos	170
Gráfico 30: Satisfação e dificuldades para com o trabalho da feira	174
Gráfico 31: A feira enquanto um trabalho ruim	175
Gráfico 32: Vínculos com algum movimento ou grupo político	178
Gráfico 33: O que significa a Soberania Alimentar e qual opinião sobre?	180
Gráfico 34: Perspectivas quanto ao uso de agrotóxicos	182
Gráfico 35: Quanto às relações com o trabalhador da agricultura familiar	183
Gráfico 36: Opinião final sobre produção orgânica e agroecológica	184

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Linha do Tempo da Segurança Alimentar e Nutricional	32
Quadro 02: Resumo da formação agroecológica sergipana	42
Quadro 03: Sistema básico de um circuito curto comercial de alimentos	102
Quadro 04: Pesquisa IBGE sobre produção agrícola em Sergipe – 2022	122
Quadro 05: A visão do feirante diante do desrespeito no trabalho	149
Quadro 06: Parâmetros gerais entre convencionais e contra hegemônicos	172
Quadro 07: Formas de Atuação do Agrobiopoder	201
Quadro 08: Exemplos da forma como o Agrobiopoder influencia na dinâmica de trabalho dos feirantes convencionais e contra-hegemônicos.	203

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	3
1.1	Primeiras impressões e questionamentos.....	4
1.2	Metodologia aplicada durante a pesquisa	11
2.	CAPÍTULO 1 - Genealogia da Soberania Alimentar	20
2.1	Segurança Alimentar e Nutricional, uma estratégia político-econômica..	23
2.2	Agricultura familiar, agroecologia e a luta do campesinato.	39
2.3	Via Campesina e o movimento agroecológico	48
2.4	Entre trabalho e subsistência: o território e a questão agrária	53
3.	CAPÍTULO 2 - Colonialidade e reconhecimento da Soberania Alimentar	62
3.1	Raízes colonizadas e subalternizadas	62
3.2	Processos de reconhecimento e meios de redistribuição.....	72
4.	CAPÍTULO 3 – Um Primeiro Contato Observando a Feira.....	81
4.1	Observação do espaço da feira.....	82
4.2	Explorações e resultados da fase piloto	84
4.3	Caminhos trilhados durante o piloto	92
5.	CAPÍTULO 4 – O Trabalho na Feira, experiências e retratos	97
5.1	O perfil dos feirantes: tabulando dados iniciais	100
5.2	Localidades e Regiões de Trabalho e Produção	116
5.3	Contexto e Motivações da Atividade na Feira	128
5.4	Influência familiar e a feira como fonte principal de renda.	133
5.5	Ambiente, Estratégias e Relações de Trabalho na Feira	141
5.6	Desafios e Estratégias dos Feirantes: Perspectivas de Trabalho	158
5.7	O Convencional e o Contra Hegemônico	165
6.	CAPÍTULO 5 – O Reconhecimento da Soberania Alimentar	188
6.1	O Dilema bivalente entre feirantes	191
6.2	O Agrobiopoder e seus efeitos sob os feirantes.....	198

CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	211
ANEXO 1.....	221

.

1. INTRODUÇÃO

Apresentamos esta pesquisa como forma de mobilizar recursos analíticos que permitam estabelecer críticas válidas e necessárias quanto aos aspectos estruturais e determinantes do complexo cenário da questão laboral e alimentar. O que propomos, consiste na busca por uma perspectiva sociológica, capaz de construir parâmetros que instruem sobre propostas emancipatórias necessárias às transformações do mundo contemporâneo, estando assim, ao lado de uma discussão teórica e metodológica que se opõe a separação dos campos da ciência como a política, história, economia, geografia, percebendo-as enquanto dimensões interdependentes e estruturais do mundo social e das questões que o envolvem.

Compactuamos com Josué de Castro em sua obra *Sete palmos de terra e um caixão: nordeste uma zona explosiva* (1965), quando o mesmo propõe “*uma sociologia que estudando cientificamente a formação, a organização e a transformação de uma sociedade em vias de desenvolvimento, compreende e admite que os valores mais desejáveis por esta sociedade são os ligados à mudança e não à estabilidade*”, ou seja, uma sociologia engajada como seu objeto de pesquisa e entendemos assim, que este trabalho é parte e pode contribuir para a transformação social que ele compreende e enfrenta.

O conjunto das discussões aqui propostas se inicia, com uma primeira reflexão simples e direta: “*o que seria do ser humano sem o alimento da terra, sem a comida que dá força pra trabalhar?*”. Essa questão foi levantada por um agricultor entrevistado durante o XI Congresso Brasileiro de Agroecologia em 2019, em meio às explorações de campo da pesquisa de dissertação, *Segurança Alimentar e Nutricional, um referencial político no combate à pobreza*. A pertinente colocação do entrevistado, ressurge aqui como a chave de entrada para uma discussão mais ampla, pois, a partir de tal reflexão, conseguimos extrair alguns conceitos que para o trabalhador rural, ali naquele momento, pareciam ser parte de uma resposta retórica, enquanto que aqui, será parte de uma problematização mais ampla.

1.1 Primeiras impressões e questionamentos

Nos colocamos então, diante de uma pesquisa que visa compreender os conflitos e dinâmicas do trabalho humano envolvendo a produção e comercialização de mercadorias, em paralelo a uma preocupação teórica com o mundo do trabalho na sociedade capitalista, que em nosso caso específico, visa tencionar os limites da hegemonia da produção agrícola alimentar, mediada pelo agronegócio, em contrapartida ao conceito em construção da soberania alimentar que nos propomos cercar, tendo como centralidade dos fatos, os próprios trabalhadores do comércio dessas das mercadorias produzidas.

Para tal, se faz necessário retomar o apontamento de nosso agricultor anônimo e extrair dele algumas derivações: que alimento é esse no qual ele se refere? Que terra é essa que o mesmo toma como parâmetro para a fonte de seu sustento? Especificamente, que sujeito é esse que reduzido a sua condição de dispor da própria força de trabalho, tem como condição mínima o próprio alimento? É importante deixar claro que o ponto central que envolve toda reflexão aqui abordada não envolve o alimento em si, nem mesmo as técnicas de produção e manejo desse alimento, mas sim, a capacidade dos trabalhadores inseridos nessa parte da estrutura capitalista, de exercerem condições de construir autonomia para decidir como, o quê, e para quem produzir, rompendo com as imposições de forças externas, especialmente aquelas que controlam o sistema alimentar global, ao passo que visa criar possibilidades de organização política, reivindicando e defendendo seus direitos e interesses principalmente os ligados a estratégias emancipadoras para assegurar que esses trabalhadores possam gerar renda de forma independente e sustentável, sem depender de intermediários.

Ou seja, percebe a soberania alimentar enquanto conceito emancipador desses trabalhadores, tanto a nível de obtenção de renda e capacidade produtiva fruto do trabalho em si, mas também, emancipador pelo viés político do termo, onde esses sujeitos pudessem guiar e orientar suas demandas internas da classe, tanto para solucionar problemas cotidianos, quanto dentro do cenário de disputa entre atores e principalmente frente aquelas que dominam a lógica de produção de alimentos, ou seja, a soberania alimentar como força capaz de

promover o reconhecimento sobre aqueles que estão na base do sistema produtivo.

Para dar início às primeiras reflexões sobre o tema, é preciso compreender o contexto de origem da soberania alimentar. Enquanto conceito nasce a partir da Via Campesina, movimento globalizado dos trabalhadores rurais e outras instituições articuladas que constroem e promovem um modelo político e econômico para a produção agrícola que fosse popular e centrado no pequeno produtor. É durante a Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, organizada pela FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, que a Via Campesina Internacional propõe a noção de Soberania Alimentar enquanto um modelo antagônico ao da Segurança Alimentar. A proposta camponesa busca no direito humano universal a possibilidade de acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões físicas e mentais, individuais e coletivas (Lessa, 2019; Abrandh, 2013).

O fato, é que os problemas sociais ocasionados pelas crises na produção alimentar já se arrastam desde o princípio da acumulação produtiva, são super populações empobrecidas que necessitam cada vez mais de recursos alimentícios, mas que por motivos de desigualdades sociais de vários níveis, não possuem esse acesso, pelo contrário, sofrem com a retirada de todos os direitos necessários para tal, sucumbindo assim a fome generalizada. O relatório da FAO¹ (2024) "*Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo de 2024*" revela que 14,3 milhões de brasileiros estão em situação de insegurança alimentar grave, representando 6,6% da população. Além disso, estima-se que 8,4 milhões de pessoas enfrentam fome no país.

Com o desenvolver de uma sociedade capitalista global, cresce o desenvolvimento da produção industrial, com o avanço cada vez maior de tecnologias para produção agrícola, ascensão da produção latifundiária e do

¹ Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

agronegócio financeiro, que se dão em grande medida pelo acesso dos países em desenvolvimento ao mercado internacional a partir das transações financeiras no mercado de *commodities*. Estrutura que se sustenta em detrimento do equilíbrio ecológico, da saúde e das condições de trabalho das populações, definindo as periferias globais como os "*celeiros do mundo*", adjetivo no qual o Brasil absorve abertamente em sua política neoliberal agrária, tornando-se um dos maiores produtores de alimentos da indústria agroalimentar mundial, mesmo que com números de desigualdades e fome internas gritantes.

As raízes desse problema nascem em um período anterior, o pós-segunda guerra mundial, momento que provocou mundialmente uma crise econômica e produtiva que se arrastou durante décadas, em um primeiro momento, tanto a tecnologia quanto a produção estavam excedentes e o escoamento se deu a partir de um conjunto de medidas globais baratas de produção de industrializados, além de doações para o extremo oriente (Andrades, 2007; Chonchol, 2005). De imediato, como os problemas relacionados à insegurança alimentar estavam alocados nas regiões mais pobres, foi estabelecida politicamente a noção de que a produção insuficiente de alimentos nos países "subdesenvolvidos" seria a causa do problema alimentar e nesse sentido, lançam-se experiências de aumento da produtividade de alimentos, conhecidas como a Revolução Verde. Tal projeto macropolítico não obteve de fato um resultado positivo na redução da fome e situação de insegurança alimentar propriamente dita, mas sim, consequências ambientais e econômicas graves que afetaram principalmente as regiões mais pobres do globo perpetuando-se décadas depois (Chonchol, 2005; Belik, 2003).

Refletindo em como tal fenômeno se insere dentro da totalidade capitalista, pode-se pontuar que o processo de privação do direito humano à alimentação adequada e a expropriação do reconhecimento da classe trabalhadora e suas formas de autonomia e soberania, consiste numa lógica sistemática de produção de valor sobre o alimento mercadoria, sobre a precarização do trabalho e principalmente sobre especulação da pobreza nas periferias (Machado et al., 2016; Silva, 2019; Viana, 2010). Partimos aqui da noção de que a fome está diretamente associada ao paradigma social e estrutural capitalista, tendo em vista que a propriedade do capital funciona como meio de reprodução ampliada

do valor, subjugando todos os elementos da vida à forma mercadoria, inclusive o alimento fazendo com que o alimento ganhe uma roupagem mercantil, transitando da subsistência humana para condição de alimento mercadoria (Chonchol, 2005; Azevedo, 2017; Santos, 2008; Krauser, 2019)

Em consonância com toda essa reflexão retomamos a Josué de Castro na obra *Geografia da Fome*, já no início de seus apontamentos sobre as questões políticas em torno da alimentação no Brasil onde o mesmo define, *“A fome não é um fenômeno natural, é um fenômeno social, produto de estruturas econômicas defeituosas”* (Castro, 1984). O fato de o alimento ser produzido como mercadoria de larga escala, sobre as premissas monopolistas do agronegócio e da indústria, caracteriza um controle legítimo da estrutura capitalista sobre os alimentos, e no caso, sobre os corpos que deles se alimentam, relação que limita a ampliação das estratégias da soberania alimentar e a garantia de humanidade daqueles que trabalham e são subjugados a essa estrutura.

Nesse sentido, em meio a esse cenário de crise, o **problema** de pesquisa que aqui perseguiu toda proposta de tese consiste em buscar entender ***quais fatores influenciam as condições de trabalho dos feirantes e explicitam o reconhecimento ou não da soberania alimentar no contexto sergipano?*** Compreendendo que dentro do conjunto das relações que envolvem o campo alimentar, o foco aqui adotado enquanto **objeto** de pesquisa, busca investigar ***os feirantes de alimentos enquanto promotores da soberania alimentar.***

No contexto de nossa análise compreendemos que os fatores que aqui investigamos estão diretamente ligados ao embate político, por um modelo ideal de produção e comércio de alimentos, é nesse sentido que analisando a dinâmica entre a busca pela soberania alimentar e o domínio exercido pelo agronegócio, consideramos que o modelo de produção de alimentos vigente detém um controle legitimado socio-culturalmente sobre a estrutura econômica e política, onde as discrepâncias em recursos materiais, meios de produção, comercialização e a representação nos espaços políticos viabilizam a execução de seus interesses e a obstrução dos interesses de oposição. Interesses esses frequentemente ligados a movimentos sociais que buscam reivindicações

relacionadas à posse de terra e território, a mudança agroecológica na produção e o benefício final da classe trabalhadora.

Nosso **argumento de tese**, nos permite compreender que no contexto contemporâneo da produção alimentar, a ascensão do agronegócio tem consolidado um sistema de poder que exerce uma influência significativa sobre as decisões relacionadas à produção e distribuição de alimentos. Essa dinâmica assimétrica de poder pode ser compreendida como Agrobiopoder, onde o agronegócio estabelece uma relação de constante reconhecimento, junto aos trabalhadores do sistema produtivo alimentar, seja rural ou urbano, e os defensores da soberania alimentar. Um vínculo desigual que limita não apenas a autonomia política, mas também a autonomia produtiva de toda a classe trabalhadora historicamente subalternizada em torno de uma das necessidades humanas mais primordiais, a obtenção de alimento.

A busca pela soberania alimentar, entendida como um movimento que visa promover a ascensão e autonomia de uma classe produtiva, emerge como uma resposta contestatória à hegemonia do agronegócio. No entanto, a eficácia desse embate político e econômico pode ser aprimorada ao considerar e incorporar os trabalhadores que compõem a classe feirante como um todo. Sob a ótica das coletividades bivalentes, os feirantes representam uma categoria que é afetada simultaneamente pela má distribuição socioeconômica e pela invisibilização desse trabalhador.

No âmbito do reconhecimento, os feirantes buscam legitimidade e paridade nas interações sociais, visando garantir igualdade no enfrentamento das dominações econômicas, culturais e políticas. A autonomia dos feirantes na busca pela soberania alimentar (mesmo que guiada por discursos e lógicas políticas ou não) desafia o Agrobiopoder, mas também, resiste às estruturas discriminatórias que permeiam as relações culturais e econômicas na produção alimentar. Ao longo do trabalho é possível perceber o quanto o trabalho dos feirantes contra-hegemônicos acaba por centralizar suas ações de oposição no universo mais invisível do cotidiano do trabalho. São formações e capacitações, participação em eventos da agricultura familiar e orgânica, o próprio comércio dos produtos agroecológicos no mercado e na feira comum, em alguns

momentos compartilhando as mercadorias com feirantes convencionais para que o produto livre de agrotóxicos possa alcançar ainda mais espaço, mesmo que de maneira muito singela. Nesse processo, esses trabalhadores buscam e enfatizam a legitimidade por paridade nas relações comerciais e acabam por enfrentar essa lógica no próprio espaço da feira.

Algo extremamente significativo que identificamos, foi o distanciamento entre a prática do trabalho na feira por parte desses sujeitos, com os conceitos e discursos políticos em torno da própria Soberania Alimentar. Não confundir tal fato com uma deslegitimação dessas lutas no seio dos movimentos sociais e cooperativas que lutam por direitos agrários, pelo contrário, mas o que notamos, é que os desafios enfrentados na rotina de trabalho, no acesso a recursos, nas dificuldades estruturais de espaço, nas poucas possibilidades de estabilidade financeira, e até mesmo na reivindicação de seus direitos quando necessários, acaba por “conectar” contra-hegemônicos e convencionais, tanto em termos de categoria, o trabalhador feirante, mas também enquanto classe trabalhadora que luta aos seus modos contra o controle do agronegócio, operando para garantir que suas comunidades tenham acesso a alimento, culturalmente respeitados, com suas condições de sobrevivência preservadas.

Adotando práticas agroecológicas e orgânicas, esses feirantes demonstram a viabilidade de alternativas ao modelo convencional, ganhando reconhecimento pela qualidade e sustentabilidade de seus produtos, tanto entre consumidores e alguns pares, porém ainda despertando um olhar desconfiante entre os feirantes mais convencionais, pelo fato de os mesmos não conseguirem enxergar uma possibilidade real de manutenção desse modelo produtivo comercial dentro da realidade local. A educação e conscientização também são pilares dessas ações, com feirantes pontuais informando os consumidores e outros produtores sobre a importância de práticas agrícolas sustentáveis e consumo consciente, construindo assim uma base de apoio solidária.

Eles criam redes de distribuição alternativas com mercados locais e circuitos curtos de comercialização, tentando burlar as dificuldades logísticas, que valorizam a produção local e justa, demonstrando a viabilidade econômica dessas alternativas ao modelo do agronegócio, isso dentro do mesmo espaço

onde o feirante produtor e revendedor comercial opera suas funções. A resistência cultural é outra forma de ação, onde a preservação e promoção de práticas tradicionais agrícolas e alimentares resistem ao apagamento cultural imposto pelo sistema dominante, legitimando o valor das tradições locais. Portanto, a tese propõe que a eficácia de uma luta por soberania alimentar sugere avanços ao reconhecer e abordar a coletividade bivalente do feirante enquanto trabalhador de fato, mas também, enquanto agente político fundamental no cotidiano que reconstrói o significado em torno do trabalho produtor do alimento mercadoria. Ao incorporar os feirantes na busca pela autonomia e justiça social, a resistência ao Agrobiopoder, poderia se tornar mais abrangente, englobando não apenas a classe trabalhadora da produção alimentar, mas também aqueles que historicamente foram marginalizados e subalternizados no contexto do agronegócio.

Antes de adentrar o detalhamento do processo metodológico da pesquisa, ressaltamos a relevância deste estudo no que consiste as contribuições tanto teóricas, quanto empíricas para o campo da sociologia. Teoricamente compomos principalmente o campo da sociologia do trabalho, mas também da sociologia da alimentação e da sociologia rural, que aqui percebemos como as três principais áreas sociológicas capazes de propor reflexões acerca dos temas aqui levantados. Mas também, mantemos um debate interdisciplinar entre outras grandes áreas da ciência, como é o caso da geografia agrária, da história econômica e política. Empiricamente, se trata de um campo de discussão emergente e de constante mutação que necessita em grande medida ser acompanhado, pois suas pautas geram impactos significativos no campo econômico, político e principalmente social. Sugerimos assim, possibilidades analíticas para compreender as relações entre trabalho, alimento e política, visando ampliar a construção de mecanismos e possibilidades de emancipação e reconhecimento, quanto ao grande tema da luta de classes e da autonomia humana.

Este trabalho propõe novidades significativas no cenário teórico e empírico da sociologia ao analisar a posição dos feirantes na busca por soberania alimentar. Primeiramente, ao observar os limites da soberania alimentar com perspectiva na dinâmica de poder exercida pelo agronegócio, introduzimos o

conceito de Agrobiopoder para explicar como esse sistema influencia não apenas a produção e distribuição de alimentos, mas também a autonomia política e produtiva dos trabalhadores da feira. Esta abordagem teórica permite uma compreensão mais profunda das relações de poder e resistência no contexto da produção alimentar. Outra inovação deste trabalho é a aplicação do conceito de coletividades bivalentes de Nancy Fraser, que permite analisar como os feirantes são afetados simultaneamente por desigualdades econômicas e invisibilidade cultural. Esta dualidade oferece uma nova lente para entender as lutas dos feirantes por reconhecimento e justiça social, enriquecendo a teoria sociológica com uma perspectiva que considera tanto a dimensão material da teoria marxista em torno do trabalho, quanto a cultural da teoria pós colonial para compreender esse processo de construção histórica da subalternidade, alinhando nossa perspectiva com a teoria do reconhecimento alicerçada no conceito de Coletividades Bivalentes.

Além disso, o estudo oferece uma contribuição empírica ao destacar a realidade dos feirantes como agentes fundamentais na cadeia alimentar, mas que são frequentemente marginalizados tanto no discurso quanto na prática política. Ao identificar a distinção entre os feirantes convencionais e contra-hegemônicos, mostramos como ambos os grupos enfrentam limitações similares impostas pelo sistema dominante, embora tenham abordagens diferentes para superá-las. Por fim, vislumbramos que uma trilha possível para refletirmos uma luta por soberania alimentar pode ser amparada se incorporarmos coletivamente os feirantes como agentes políticos ativos, onde o trabalho sugere uma nova direção para a mobilização e organização dessa classe. Esta proposta finda com uma reflexão em torno da transformação social, ao destacar a importância de uma conscientização e transformação coletiva de um movimento contra hegemônico que transcenda as divisões tradicionais entre feirantes convencionais e contra-hegemônicos.

1.2 Metodologia aplicada durante a pesquisa

A pesquisa foi estruturada a partir de dois pilares fundamentais, a análise bibliográfica e as entrevistas semiestruturadas, o primeiro pilar metodológico aqui adotado consiste na análise bibliográfica de dados científicos da literatura,

além das reflexões teóricas necessárias para construção de uma genealogia dialética do fenômeno, seus processos de formação, seus paradigmas e suas transformações. Essa parte do método envolve a catalogação de materiais bibliográficos a respeito das principais variáveis que compõem o grande tema aqui investigado, *o Trabalho, o Reconhecimento e a Soberania Alimentar*. Compreendendo o rigor necessário para constituir, ou melhor, reconstituir os fatos que compõe tal genealogia, mapeamos bibliografias tanto de caráter primário, como também secundários, visando intercalar o método entre uma revisão sistemática e uma revisão integrativa (Batista, Kumada, 2021; Cutolo, Madeira, 2010), partindo assim de um protocolo de pesquisa em quatro etapas:

- 1) Construção de um banco bibliográfico bruto;
- 2) Seleção dos trabalhos e categorias pertinentes;
- 3) Análise crítica dos estudos;
- 4) Discussão e apresentação das informações cruciais.

Quanto às discussões dessas bibliografias, visamos uma perspectiva interdisciplinar que perpassa as áreas da sociologia, mas também da geografia, economia e história. Entre as fontes analisadas buscamos: documentos públicos institucionais; legislações federais e estaduais; relatórios de políticas públicas; notícias jornalísticas e de redes sociais; artigos, teses e livros científicos publicados.

O segundo pilar metodológico utilizado consistiu em buscar, a partir das Entrevistas Semiestruturadas uma aproximação direta com os sujeitos envolvidos no fenômeno. Para isso, adotamos a entrevista como técnica central da coleta de dados empíricos, tendo como perspectiva a construção de depoimentos livres e respeitosos quanto às subjetividades dos entrevistados e do próprio campo, respeitando as categorias nativas e permitindo buscar os parâmetros da própria realidade objetiva para compor as comparações e reflexões teóricas propostas (Boni, 2005; Haguette, 1987; Marconi, 2010; Lima, 2016). Compreendemos que a entrevista, permite uma relação dialógica entre o

entrevistador e o entrevistado, onde essa troca garante a pesquisa uma profundidade que está para além de dados meramente quantitativos.

Buscamos uma percepção “viva” das dinâmicas cotidianas do trabalho e seus processos mais específicos de realização, como é o caso das percepções quanto às relações de precarização, e também, as dificuldades e conflitos em torno das relações de dependência quanto ao acesso de recursos materiais, e principalmente o reconhecimento de suas atividades em torno dos aspectos políticos que poderemos compreender como soberania alimentar, pontuando detalhes que estão diretamente atrelados ao universo do desconhecido pelo pesquisador e inerentes a dimensão cotidiana do pesquisado.

A partir do uso das entrevistas conseguimos nos aproximar das conexões do trabalhador com suas experiências de vida, além de entender como suas práticas se manifestam tanto no plano econômico, quanto no político e simbólico (Dorneles, 2018). Desse modo, a estrutura de roteiro planejada para essa etapa foi organizada com escopo de extrair tantos dados objetivos (como renda, escolaridade, atuação, gênero etc.), como também subjetivos (como a percepção sobre suas atividades laborais, os motivos de sua escolha, as formas de manutenção e resistência política). A fim de cercar os objetivos, buscamos abordar durante as entrevistas os seguintes blocos de aspectos gerais que estão devidamente aprofundados no roteiro de entrevista:

1. Traçar um perfil dos trabalhadores estudados;
2. Circunscrever as percepções sobre as suas atividades, representações e expectativas;
3. Analisar as condições de trabalho e as implicações para suas experiências de vida;
4. Analisar as condições de autonomia quanto aos meios de produção;
5. Mapear as formas de organização em relação às suas lutas por reconhecimento;
6. Identificar políticas públicas de amparo, estímulo e regulamentação das atividades.

Para construção de um recorte de campo empírico que fosse coerente com a problemática proposta, buscou-se objetivar a pesquisa em torno dos trabalhadores da produção e comercialização de alimentos, no caso os feirantes das feiras livres, centros de distribuição e mercados sergipanos. Compreendemos esses produtores e feirantes como trabalhadores diretos das relações entre produção e comércio, onde suas atividades estão diretamente integradas aos modelos produtivos vigentes e em disputa, sendo esse sujeito um elemento chave de intersecção entre o alimento produzido no meio rural, seu atravessamento e comercialização, até chegar ao consumo das famílias. Para averiguar os elementos particulares dessa realidade, subdividimos os trabalhadores em dois subgrupos, que aqui categorizamos enquanto:

- **Feirantes convencionais:** São todos aqueles que possuem uma relação de maior proximidade ou mesmo não se posicionam de maneira contrária ao modelo vigente de produção e comércio de alimentos.
- **Feirantes contra hegemônicos:** São todos aqueles que estão mais próximos das articulações e lutas políticas pelo reconhecimento dos direitos dos trabalhadores da feira e da produção agrícola, posicionando-se contra a lógica de funcionamento do agronegócio, podendo ou não estar vinculados a movimentos sociais e outras instituições ligadas a luta campesina e/ou agroecológica;

Tendo em vista tais interesses, tomamos como universo amostral, o comércio de alimentos em Sergipe, que detém uma estrutura consolidada de produção e comércio de alimentos em torno de redes locais desses produtores e feirantes que estão distribuídos pelos municípios, com pontes extensas por outros estados do nordeste (Gois, 2017; Menezes, 2019). Quanto ao panorama produtivo e comercial sergipano, destacamos alguns dados estruturais que podem ilustrar parte desse circuito, e justificar em certa medida, a escolha metodológica aqui tomada. Como ponto de partida, destacamos o aumento dos investimentos do Estado na produção agroindustrial sergipana nas últimas décadas (Menezes, 2019), processo que vem gerando um impacto direto na diminuição de oferta de produtos da agricultura familiar e um aumento nos preços e na relação de dependência por parte dos produtores e/ou feirantes dos

municípios mais afetados. Ao passo que a agricultura familiar sergipana, tem ampliado a produção de alguns de seus principais produtos de maneira autônoma, como é o caso da batata doce, da mandioca, dos laticínios e suínos, além do aumento da articulação política casos como os das guardiãs de sementes, e das marisqueiras (Menezes, 2019; Santos, 2020; Santos, Ramos, 2020).

Além da produção agrícola e do trabalho no comércio dessas mercadorias, são homens e mulheres que passam por um processo de formação política e de enfrentamento ao modelo hegemônico do agronegócio, fortalecendo laços de ligação direta com a atuação dos movimentos territoriais do campo, e como aqui apontamos, de fomento a soberania alimentar (Menezes, 2019; Santos, 2020; Santos, Ramos, 2020), e de disputa pelo reconhecimento de uma classe que agrega valor comercial e simbólico à produção familiar tanto no espaço rural, quanto urbano. Essa mudança quanto aos investimentos destinados à produção de alimentos, e a demarcada disputa por reconhecimento entre trabalhadores e trabalhadoras vinculados ou não a causa da soberania alimentar.

Coincide com um processo de desestruturação do campesinato, tanto no contexto sergipano, mas também no cenário nacional. Em Sergipe, esse processo toma forma em avanços nas condições de precariedade e informalidade em todo um conjunto de trabalhadores que fazem parte da produção e comércio de alimentos. Temos em Sergipe trabalhadores rurais e também urbanos desse mercado, que são forçados a falta de perspectivas de vida, a subordinação de terras e recursos de produção, levando-os em grande medida a buscar rendas paralelas e que por muitas vezes fogem ao campo agrícola no qual possui forte conexão (Ribeiro, 2020).

Visto o campo amplo de possibilidades analíticas, que foi parcialmente supracitado, a pesquisa demandou a operacionalização de um mapeamento local com intuito de articular o levantamento de dados e informações junto a esses trabalhadores, que nos permitisse manter a nossa proposta de análise, desenvolvemos o mapeamento nos munindo de dados acadêmicos especialmente da área da Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS; além de dados institucionais das prefeituras municipais locais; do próprio

governo do estado de Sergipe; do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Sergipe; do OSANES - Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional de Sergipe; de contas locais na rede social Instagram e notícias jornalísticas.

A lista abaixo, refere-se a esse mapeamento, e nele destacamos uma rica variedade de pontos comerciais e feiras dedicadas à comercialização de produtos orgânicos e à promoção da agricultura familiar em Sergipe². Entre os principais estabelecimentos estão a Feira Livre do Bairro João Alves e a Feira Livre do Bairro Marcos Freire 2 em Nossa Senhora do Socorro, o Mercado Albano Franco e o Mercado Thales Ferraz em Aracaju, o Mercado José Corrêa Sobrinho em Lagarto e o Mercadão do Centro de Itabaiana, isso porque oferecem uma ampla gama de produtos comercializados diretamente dos produtores para os consumidores e acabaram servindo para nós como base para articulação das primeiras incursões ao campo. Essas feiras e mercados desempenham um papel vital na conexão entre produtores e comunidade, promovendo a sustentabilidade e a economia local. Seguem os pontos mapeados:

- Associação dos Produtores Orgânicos do Agreste (ASPOAGRE)
- Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba
- Associação das catadoras de mangaba do povoado ribeirinha
- Associação de Agricultores Agroecológicos de Canindé de São Francisco
- Associação de Agricultores Orgânicos do Estado de Sergipe (AAO-SE)
- Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS)
- Associação dos Agricultores Familiares do Sertão de Sergipe (AFAS)
- Associação de Pequenos Agricultores do Baixo São Francisco (APABSF)
- Banca Orgânica no Mercado Municipal de Itabaiana (Telma)
- Banca Orgânica no Mercado Municipal de Lagarto (Viviane dos Santos)
- Ceasa - Central de Abastecimento do Estado de Sergipe
- Ceasa - Centro de Abastecimento Alimentar de Sergipe
- Centro Dom José Brandão de Castro
- Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Sergipe (CONSEA-SE)
- Cooperativa de Agricultores Familiares de Canindé do São Francisco (COOPAF)
- Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Economia Solidária do município de Moita Bonita (COOPERAFES)
- Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Economia Solidária do município de Simão Dias (COOPERAFES)

² Alguns desses pontos comerciais estão temporariamente desativados e outros foram removidos da lista durante o processo de campo, por não compor mais o circuito. Além disso, ao ler este trabalho, é possível que alguns dos sujeitos mencionados também tenham encerrado suas atividades e não tenha sido possível verificar ao final se ainda estão operantes.

Cooperativa de Produtores de Abacaxi do Povoado Moita Redonda Aquidabã (COOPERMOITA)
 Cooperativa dos Produtores Orgânicos de Sergipe - COOPERTI
 Cooperativa dos Produtores Rurais de Simão Dias (COOPERSID)
 Delson dos Orgânicos
 Empório Sabores do Campo Aju
 Espaço Ágape
 FAFER - Federação dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais de Sergipe
 Feira Agroecológica da Universidade Federal de Sergipe
 Feira da Agricultura Familiar
 Feira da Agricultura Familiar e Agroecológica de Sergipe
 Feira da Associação de Produtores Orgânicos do Agreste (Aspoagre)
 Feira do Bairro 18 do Forte
 Feira do Bairro Augusto Franco
 Feira do Bairro Santo Antônio
 Feira do Bairro Santos Dumont
 Feira do Carro Quebrado
 Feira Livre Praça Rosendo Ribeiro de Souza, 123 Lagarto
 Feira Livre R. Benjamin Constant, 56 Itabaiana
 Feira Livre R. Haiti, 250 - Bairro América Aracaju
 Feira Livre R. Promotor Joaquim Valença Aracaju
 Feira Livre R. Santa Cruz do Lagamar Aracaju
 Feira Livre R. São Francisco de Assis, 1200 - Santos Dumont Aracaju
 Feira Livre Rua Carlos Correia, 148 - Siqueira Campos Aracaju
 Feira Livre R. Sessenta e Três, 2-140 - Eduardo Gomes São Cristóvão
 Feira na Sede da Prefeitura de Aracaju
 Feira Orgânica Sobre Rodas
 Fruto da Terra
 Grupo de Assentamento Agrícola Analício Araújo Barros - GNAB
 Grupo de Cooperação Agrícola Paulo Freire II - GCPA
 Grupo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
 Mercado Albano Franco
 Mercado de Artesanato Thales Ferraz Aracaju
 Mercado do Conjunto Augusto Franco Aracaju
 Mercado do Produtor Aracaju
 Mercado Dr. Carlos Firpo Aracaju
 Mercado José Corrêa Sobrinho em Lagarto
 Mercado Municipal do Bairro América Aracaju
 Mercado Municipal Maria Virgínia Leite Franco
 Mercado Municipal vereador Milton Santos COOPERSUS
 Mercado Setorial Viana De Assis Aracaju
 Mercadão do Produtor
 Mercadão R. Benjamin Constant - Centro, Itabaiana
 Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
 Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
 Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe (OSANES)
 Orgânicos na Mesa
 Ponto de venda - Ágape
 Ponto de venda - Vivaz
 Produtos Purinhos
 Projeto Dom Hélder Câmara
 Recanto Camponês Produtos Orgânicos - Aracaju / SE

Rede Balaio
Rede Plantar para a Vida
Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA)
Restaurante Ágape
Sítio Palmeirinha

Dentro do conjunto de 75 municípios do estado de Sergipe, considerando o número e a relevância de seus mais diversos pontos de comércio de alimentos, desde mercados municipais, feiras livres de rua, feiras fixas, centros de distribuição e pontos comerciais específicos. Optamos por adotar como recorte de campo para a pesquisa 5 municípios dos que representaram a maior densidade populacional estimada no último censo para o ano de 2022, além da proximidade para locomoção e realização da pesquisa de campo. Os municípios adotados para a pesquisa foram: 1) Aracaju; 2) Nossa Senhora do Socorro; 3) Lagarto; 4) Itabaiana; 5) São Cristóvão. Com base na estrutura delineada, esta tese se desdobra em cinco capítulos distintos, cada qual dedicado a abordar aspectos teóricos e metodológicos específicos, culminando em análises e resultados apropriados.

No Capítulo 1, "Genealogia da Soberania Alimentar", propomos uma imersão na base teórica e histórica do nosso objeto de estudo. Este capítulo estabelece os alicerces conceituais que fundamentarão nossa compreensão das dinâmicas subjacentes à Soberania Alimentar. No Capítulo 2, "Colonialidade e Reconhecimento da Soberania Alimentar", aprofundamos a discussão teórica enriquecida por dados gerais. Exploramos a interconexão entre a colonialidade e a compreensão contemporânea da Soberania Alimentar, oferecendo uma visão abrangente do contexto contextual em que nosso estudo se insere.

O Capítulo 3, intitulado "Um Primeiro Contato Observando a Feira", descreve a execução de uma amostra piloto no campo empírico. Além de proporcionar um insight inicial sobre o objeto de estudo, esse capítulo documenta o teste de variáveis e o refinamento metodológico essenciais para o progresso da pesquisa. No Capítulo 4, concentramo-nos em "O Trabalho na Feira, Experiências e Retratos", realizando uma análise profunda dos dados obtidos durante a fase de campo. Aqui, exploramos minuciosamente o papel do trabalho na feira, apresentando uma análise rica das experiências e retratos dos participantes, proporcionando uma visão detalhada das complexidades

envolvidas. Finalmente, no Capítulo 5, "O Reconhecimento da Soberania Alimentar", apresentamos a argumentação final da tese. Este capítulo consolida os pontos de alicerce para o argumento, ancorando-se nas hipóteses teóricas dos Capítulos 2 e 3, assim como nos dados analisados durante o Capítulo 4. Destaca-se o reconhecimento do trabalhador feirante dentro de uma coletividade bivalente enquanto um elemento crucial, para o entendimento das questões que envolvem a dicotomia entre modelo hegemônico de produção e comércio de alimentos e a Soberania Alimentar.

2. CAPÍTULO 1 - Genealogia da Soberania Alimentar

Vivenciamos uma crise humanitária que está naturalizada pela na lógica econômica e política de expansão do mercado financeiro, no monopólio das grandes corporações em todos os setores do mercado, e principalmente o avanço da governabilidade neocolonial e necropolítica dos países “desenvolvidos” para com as periferias dependentes do mundo. O que podemos perceber em termos de mudanças sociais (para pior), são reflexos do que podemos compreender como a Quarta Revolução Industrial da sociedade capitalista, onde as transformações não são no sentido do crescimento e da mobilidade social, mas sim, da redução dos postos de trabalho, o aumento da exploração e precarização e o crescimento exponencial da produção e a mercantilização das coisas e da vida (Barbosa, Xavier, 2022).

A teoria sociológica de Marx (2007; 2008; 2010; 2013) já aponta que os indivíduos históricos são resultados das condições de produção e reprodução da vida material, estabelecendo assim, relações complexas e contraditórias. Observando o núcleo de todos os aspectos da vida, podemos chegar aos homens e mulheres que diariamente vendem suas forças de trabalho em troca dos elementos necessários para sua própria sobrevivência, seja habitação, saúde, mobilidade, educação e principalmente alimento. O que propomos com essa genealogia, é entender os elementos necessários para compreender as condições de trabalho e reconhecimento da soberania alimentar no âmbito da produção e comércio de alimentos, aprofundando uma crítica a crise alimentar que atravessa não só o Brasil, mas todo o mundo, e que está diretamente relacionada aos conflitos políticos da sociedade capitalista, além de toda a exploração dos trabalhadores que fazem parte do sistema alimentar.

Dos oligarcas da colônia, aos acionistas do mercado financeiro, manifesta-se a vontade da classe burguesa para com o que produzimos, o que circulamos nos mercados e feiras, e principalmente o que comemos em nossas mesas. Os oligopólios do mercado agroalimentar controlam a autonomia dos pequenos produtores dominando todo comércio de insumos, sementes, adubos, pesticidas, transporte, e até mesmo destinação das mercadorias, determinando sobre os fluxos econômicos para formação de preços e destinando o comércio de

alimentos específicos para cada região do globo independente de suas especificidades culturais e sociais (Ziegler, 2013; Machado Et Al., 2016).

Apenas dez sociedades, entre as quais a Aventis, a Monsanto, a Pionner e a Syngenta, controlam um terço do mercado mundial de sementes, cujo volume é estimado em 23 bilhões de dólares por ano, e 80% do mercado mundial de pesticidas, estimado em 28 de bilhões de dólares. Dez outras sociedades, entre as quais a Cargill, controlam 57% das vendas dos 30 maiores varejistas do mundo e representam 37% das receitas das 100 maiores sociedades fabricantes de produtos alimentícios e de bebidas. E seis empresas controlam 77% do mercado de adubos: Bayer, Syngenta, BASF, Cargill, Dupont e Monsanto (Ziegler, 2013 P.152).

Quando se trata dos oligopólios agroalimentares, o processo de dependência por parte dos estados nacionais em produzir e comercializar os alimentos em torno da lógica macroeconômica do capitalismo da financeirização, leva a um domínio tão extenso por parte das grandes empresas, que mitiga internamente a soberania dos países em relação as suas formas de gerir políticas públicas e solucionar problemas sociais, e não poderia ser diferente no caso da soberania alimentar. O alimento mercadoria (Machado Et Al., 2016), controlado por monopólios agrários e industriais, mostra cotidianamente a falácia sádica da perspectiva desenvolvimentista neoliberal, modelo que mobiliza discursos falaciosos em torno das demandas do combate à fome e pobreza (Chonchol, 2005).

Dentro desse cenário um dos grandes obstáculos no processo de transformação social é o de desmistificar que somente a produção em larga escala é capaz de suprir as demandas da sociedade por alimentos em quantidade e qualidade, o agronegócio opera socioeconomicamente não apenas como um monopolizador do capital produtivo, mas principalmente como um forte articulador político ideológico, criando ramificações não só no mercado, mas também dentro das bancadas parlamentares e empresas midiáticas (Costa, 2010; Mitidiero, 2021). Implementa-se assim, uma lógica de funcionamento na política que não dispõe de uma crítica estrutural às raízes reais da crise

humanitária, mantendo assim os interesses das classes dominantes, impedindo qualquer tipo de radicalidade e/ou transformação social possível.

Sobre essa lógica de funcionamento nos referimos às políticas neoliberais, que são propagadas desde o “*fracasso da esquerda global*” no final dos anos 70 e início dos 80, de constituir modelos econômicos viáveis para todos os setores da sociedade que permitissem uma transformação radical da sociedade, falha que provocou a ruptura com o pacto fordista-keynesiano.

Os governos de Pinochet, no Chile, em 1973, Thatcher, no Reino Unido, em 1979 e Reagan, nos Estados Unidos, em 1980, foram pivôs para a adoção de medidas que se construíram de vez a conciliação entre capital e trabalho no plano nacional, incluindo, no geral: (1) privatização de várias estatais nos mais variados setores da economia, reduzindo, drasticamente o tamanho dos Estados; (2) desregulamentação das leis trabalhistas, visando a diminuição salarial e destruição de direitos conquistados pelos Estados de Bem-Estar Social do pós-guerra; (3) aplicação de planos de austeridade fiscal, argumentando que o modelo intervencionista havia gasto demais e gerado níveis altíssimos de inflação, levando a economia nacional a uma crise inflacionária; (4) uma maior abertura do mercado, dando um maior passo ao fenômeno da financeirização da economia; (5) combate total a sindicatos e partidos de esquerda (Barbosa, Xavier, 2022).

Essa virada histórica, é o que podemos compreender como pós-fordismo e neoliberalismo, um modelo político centrado na regulação econômica e social em torno de uma estrutura de mercado livre, que em tese, seria mais eficiente por conta da baixa ou nula intervenção estatal. O que a própria situação social e econômica global aponta, é que o neoliberalismo está repleto de *falhas de mercado*, ou seja, uma situação em que o livre mercado aloca bens e serviços de forma ineficiente, muitas vezes resultando em uma perda líquida de bem-estar social. A falha de mercado pode ser vista como um cenário em que os indivíduos que buscam puramente o interesse próprio levam a resultados ineficientes que podem ser melhorados do ponto de vista social.

As externalidades geradas no processo de produção alimentar não são um fenômeno recente. Os ganhos trazidos pela adoção de novas técnicas para a agricultura por meio da revolução verde, que ocorreu nos anos 1960, foram evidenciados e admirados por proporcionarem um crescimento significativo na produção de alimentos. No entanto, mascaram as perdas sociais e os relevantes processos de degradação ambiental que ocorreram em todo o mundo. Ironicamente (e tragicamente), essas mesmas técnicas, que uma vez permitiram maior produção alimentar, estão agora ameaçando a capacidade de vários países e regiões de continuarem produzindo alimento, diante da degradação de seus recursos naturais (Rocha, 2013).

No que compete ao sistema agroalimentar, entendemos como um dos pilares estruturais do capitalismo contemporâneo, a centralidade em torno do agronegócio como um modelo hegemônico de produção alimentar, condição que acaba por ser o agravante do contexto de crise civilizatória e ambiental vivenciada no século XXI. Como aponta Ferreira (2015) quando compreende essa crise partindo do *“desgaste do planeta pelas tecnologias sustentáveis aplicadas principalmente na produção agropecuária, gerando assim várias crises em cadeia, sendo a social e econômica as mais vistas pela sociedade”*.

O agronegócio opera de maneira distinta de lugar para lugar (Mitidiero, 2021) nos países centrais ou nos países subalternizados, a proposta do “agro” consiste em maximização dos lucros do capital a partir da financeirização de commodities, apropriação de terras e exploração socioambiental, e dentro dessa lógica os expropriados, precarizados e alienados são justamente os trabalhadores envolvidos na produção e comércio de alimentos desse sistema, além de milhões de famílias rurais e urbanas que vivem em situação de insegurança alimentar e fome.

2.1 Segurança Alimentar e Nutricional, uma estratégia político-econômica

A Segurança alimentar e nutricional, consiste em um conceito constituído justamente com a intenção política global de buscar soluções cabíveis aos Estados e instituições no combate à fome, buscando justamente alcançar um status social onde o direito humano à alimentação adequada seja priorizado. De

acordo com a Lei brasileira de nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, segurança alimentar e nutricional consiste em:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Tal proposta visa desenvolver um modelo de sociedade que tome a pobreza, as desigualdades e a fome, como elementos norteadores de políticas públicas, buscando acolher o fato que todo ser humano possui o direito de ter acesso regular e permanente a alimentos. Normalmente a noção de acesso, está veiculada a possibilidade de consumo do alimento, algo lógico quando se trata de uma sociedade capitalista, e nesse sentido é necessário o poder aquisitivo, isto é, a renda e as condições de vida que permitam a compra do alimento e/ou dos recursos para o cultivo dos mesmos, ou seja, via mercado. Tanto a questão da pobreza, quanto à segurança alimentar, não gira apenas em torno do poder aquisitivo (Santos, 2018²), mas sim, fazem parte da dinâmica de funcionamento da política na sociedade, envolvendo tanto os direitos sociais, como também as oportunidades estruturais de trabalho, saúde, saneamento, educação, etc., às quais o indivíduo e a comunidade estão submetidos.

Seria limitado e reducionista, associar segurança alimentar apenas a renda, pois, é necessário considerar emprego, escolaridade, capital cultural, moradia, acesso a recursos públicos e principalmente conjunturas e dinâmicas políticas favoráveis, como concentração de renda e estrutura fundiária (Anjos, 2007; Santos, 2018¹; Voci, 2011). Essa complexidade política, social e econômica em torno do alimento e da segurança alimentar, tem uma raiz estrutural no período logo após a segunda guerra mundial, com as grandes produções industriais em crise, as estruturas políticas internacionais fragilizadas, e a fome deixando de estar alocada apenas nas regiões mais pobres do globo, estabeleceu-se a noção de que a produção insuficiente de alimentos nos países seria a causa do problema alimentar e que a mesma seria corrigida pela Revolução Verde. Porém,

não houve uma redução da fome partir desse modelo de produção, mas como já mencionamos, consequências ambientais e econômicas graves, um exemplo disso, foi o aumento dos produtos industrializados e uso exorbitante dos agrotóxicos, resultando em quedas nos índices de saúde e qualidade de vida tanto urbana quanto rural (Chonchol, 2005; Belik, 2003). E nesse sentido é preciso ter uma noção clara da ordem dos fatos e de onde essa “revolução” começou.

Observando a origem da proposta global de combate à fome e o processo de construção do conceito de SAN, percebe-se a nascente de uma causa pública fundamentada no ativismo alimentar, que ganha força política nas relações sociais oriundas da globalização capitalista (Azevedo, 2017). Desde os anos 60, diversos ativismos políticos questionam a modernidade, incluindo questões alimentares, e a SAN torna-se uma causa política orientada por um modelo de produção que expressa soberania alimentar e revaloriza métodos tradicionais de manejo ambiental, otimizando os recursos disponíveis para atender às necessidades humanas (Azevedo, 2017). O paradoxo da produção alimentar moderna se arrasta desde o início da acumulação produtiva industrial, onde superpopulações necessitam de recursos alimentares, mas enfrentam desigualdades sociais que limitam seu acesso ao alimento. Em paralelo, ocorre a megaprodução industrial de alimentos e o avanço tecnológico na produção rural, impulsionados pelo acesso ao mercado internacional, o que rendeu ao Brasil o apelido de Celeiro do Mundo. Após a Segunda Guerra Mundial, a crise econômica e produtiva levou à adoção de medidas globais de produção industrializada barata, doações e acordos comerciais entre países (Andrades, 2007; Chonchol, 2005).

Inicialmente, a insuficiência de alimentos foi vista como a causa do problema alimentar, levando à Revolução Verde, que visava aumentar a produtividade. Contudo, essa abordagem resultou em graves consequências ambientais e econômicas, como o aumento do uso de agrotóxicos e queda nos índices de saúde e qualidade de vida (Chonchol, 2005; Belik, 2003). A concepção de SAN como uma causa pública internacional tem origem na Europa, ligada à noção de segurança nacional e à capacidade produtiva de cada nação. A formação da ONU, da FAO em 1945 e da OMS em 1948 consolidou o

acesso à alimentação como um direito humano global. Em 1950, a UNICEF e o Banco Mundial também passaram a fomentar o abastecimento alimentar básico (ROCHA, 2013). No Brasil, a construção de instituições e planejamentos para a SAN começou com a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) em 1945, centralizando a gestão de produção e distribuição de alimentos. Em 1951, a CNA foi transferida ao Ministério da Saúde, que criou o primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição em 1952 (Burlandy, 2009). Nos anos 70, a nível nacional e internacional, houve mais movimentações para a SAN, como a Conferência Mundial de Alimentação em 1974, organizada pela FAO, e a criação do INAN no Brasil, que implementou programas nacionais de alimentação e nutrição em 1973 e 1974 (Burlandy, 2009).

Com os avanços da crise alimentar e da fome sob os países do norte global, a FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, foi fundada a partir de uma reunião convocada em 1945 pelo presidente dos EUA Roosevelt, junto às Nações Unidas, com o intuito de discutir a temática da agricultura e da alimentação, reunião na qual participaram os representantes de 44 governos. Já com a FAO em operação, os acordos e investimentos na produção alimentar global permitiram recuperar o nível de disponibilidade alimentar mundial em comparação ao período pré-guerra.

Logo em 1954 a FAO propôs eliminar os excedentes, destinando-os, mediante a Organização de Doações Alimentares, aos países com déficit de alimentos, processo que perdurou até os anos 60, com a constatação da fome no extremo oriente. Em 1962 a FAO deu início ao Programa Alimentar Mundial, uma iniciativa para produção ampliada de sementes de alto rendimento, programa que se ampliou em termos de desenvolvimento científico agrário, dando início de fato a Revolução Verde em 1965 (Chonchol, 2005).

Aqui nesse ponto vale uma ressalva, pois o processo de Revolução Verde que ocorre em todo globo, transparece muito mais a forma dos inúmeros braços do que poderíamos chamar de uma “revolução neoliberal”. Ao passo que se criou em torno da crise alimentar global uma iniciativa de subsídio e fortalecimento da agroindústria, principalmente nos países periféricos, enquanto que nos países do norte global centrais no quesito econômico, estavam passando por um

processo de migração de paradigmas tecnológicos, avançando sistematicamente o neodesenvolvimentismo e o neocolonialismo das periferias do capitalismo.

Em relação à dimensão tecnológica, a década de 1970 foi palco da transição de um paradigma baseado na grande indústria metalmeccânica de produção em massa de bens duráveis para o paradigma das TICs (tecnologias da informação e comunicação), processo que Carlota Perez chamou de “quinta revolução tecnológica”. (...) Nos anos 1970, ao mesmo tempo que vários países da região ingressaram, com atraso de décadas, na quarta revolução tecnológica (...) os países centrais iniciavam transição para a quinta revolução (...) desde então, a América Latina não foi capaz de atualizar sua estrutura produtiva em relação aos países centrais, sequer de forma subsidiária (...) pelo contrário, as economias da região passaram por um processo de regressão produtiva acompanhada de reprimarização (Toledo, 2019).

Esse descompasso planejado no avanço tecnológico é o que apontamos como estratégico para fundamentação do neocolonialismo vigente, ou seja, conglomerados de empresas que ao modernizar a agricultura, garantem a maximização de lucros com o monopólio de mercado e royalty de pacotes tecnológicos. Desse modo, se cria em torno dos países forçadamente periféricos a dependência econômica fundamental para a dominação colonialista e a destituição da autonomia produtiva, e de certa forma, política dos povos “dependentes”. No caso da América Latina, existem duas formas na qual esse processo se concretiza, “o hiato tecnológico e produtivo em relação aos países centrais e o consequente aprofundamento da especialização produtiva primário-exportadora” (Toledo, 2019). Uma das mais significativas consequências dessa condição, é a falta de autonomia diante dos impactos das oscilações de preços no mercado de commodities e principalmente a gradativa redução dos lucros e investimentos para o mercado interno. As classes dominantes assumem o papel de intermediárias do processo produtivo primário exportador, destinando os lucros da produção para o mercador internacional.

No caso brasileiro em particular, retomamos o ponto de vista de Josué de Castro (1984) quando o mesmo aponta que o problema da fome persiste graças a estruturas sociais defeituosas, ou seja, posicionamentos políticos diante do problema que muito mais favorece os altos escalões do capital. A revolução verde já estruturada como um modelo de expansão da agricultura global, chega ao Brasil durante o contexto da ditadura militar, sendo esse período crucial para os caminhos trilhados posteriormente no campo da produção e acesso a alimentos. O debate político durante a ditadura girava em torno das possibilidades de crescimento da econômica brasileira, por mais falaciosa e desigual que tenha sido (Barone, 2015), orientou a produtividade agrícola entre duas possibilidades, “a que defendia o aumento da produtividade por meio da reforma agrária, e a que defendia ser necessária a adoção dos pacotes tecnológicos pelos agricultores, sem tocar na questão fundiária” (Andrades, 2007; Toledo, 2019).

Nos anos 80, a SAN tornou-se uma agenda pública estabelecida nacional e internacionalmente, com o Banco Mundial e a FAO liderando as políticas de SAN. No Brasil, a estrutura de governabilidade em torno da SAN evoluiu, culminando na Conferência Internacional de Nutrição em 1992 e na Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, que incorporaram a ideia de acesso seguro e de qualidade nutricional culturalmente aceita. A partir da 8ª Conferência Nacional da Saúde em 1986, a SAN no Brasil passou a incluir o adjetivo Nutricional, promovendo a construção de um conselho nacional de alimentação e nutrição e políticas públicas abrangentes (Rocha, 2013).

Tomazini (2016) destaca que, no início dos anos 90, o combate à fome se tornou um elemento central nas relações políticas do Brasil. Este período foi marcado pela redemocratização e a reestruturação das instituições governamentais, resultando na absorção do discurso de “combate à fome” pelo sistema político como um discurso mobilizador. Após o impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o Brasil enfrentou uma nova fase política com Itamar Franco na presidência. Nesse cenário, Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), propôs um plano de combate à fome, resultando na criação da ONG Ação para Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderada por Herbert de Souza (Betinho).

Em 1993, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) pelo Decreto nº 807, com Itamar Franco na presidência. O CONSEA, composto por vários ministros e representantes da sociedade civil, tornou-se fundamental para a formulação das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). As conferências nacionais desempenharam um papel crucial na consolidação das políticas de SAN:

- 1994: 1ª Conferência Nacional em Brasília – Tema: "Fome Uma Questão Nacional"
- 2004: 2ª Conferência Nacional em Olinda – Tema: "A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional"
- 2007: 3ª Conferência Nacional em Fortaleza – Tema: "Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar"
- 2011: 4ª Conferência Nacional em Salvador – Tema: "Alimentação adequada e saudável direito de todos"
- 2015: 5ª Conferência Nacional em Brasília – Tema: "Comida de verdade no campo e na cidade por direitos e soberania alimentar"

Fernando Henrique Cardoso (FHC), ao assumir a presidência, extinguiu o CONSEA e implementou o Programa Comunidade Solidária, visando uma maior aproximação entre o Estado e a sociedade civil. Este programa focou em áreas como redução da mortalidade infantil, alimentação escolar, saneamento básico e agricultura familiar. Tomazini (2016) e outros autores, como Nobre (2013) e Avritzer (2013, 2016), analisam a fragmentação do sistema político brasileiro e a crise das coalizões. A extinção do CONSEA e a implementação do Programa Comunidade Solidária ilustram as mudanças nas alianças políticas e nos direcionamentos das políticas públicas.

As conferências de SAN serviram como marcos na arena política, estabelecendo e restabelecendo laços entre diferentes grupos. A institucionalização das políticas de SAN incluiu a criação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com regulamentação legal, orçamentos, ações e diretrizes estabelecidas. O combate à fome nos anos 90 se configurou como um elemento mobilizador nas relações políticas brasileiras. A criação e extinção de instituições como o CONSEA, as conferências de SAN, e

programas como o Comunidade Solidária refletem as dinâmicas e os desafios enfrentados na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.

Após a extinção do CONSEA e a implementação do Programa Comunidade Solidária no governo Fernando Henrique Cardoso, o cenário da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil passou por várias transformações significativas. Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder em 2003, houve uma recriação do CONSEA, que havia sido extinto anteriormente. Essa recriação visou revitalizar a participação da sociedade civil na formulação e monitoramento das políticas de SAN, promovendo um diálogo mais efetivo entre o governo e a sociedade. O CONSEA se estabeleceu como um espaço crucial para a articulação e o acompanhamento das políticas voltadas para a segurança alimentar (Gomes, 2004).

Ainda em 2003, o governo Lula lançou o Programa Fome Zero, uma das suas principais iniciativas para erradicar a fome e a pobreza extrema no Brasil. O programa incluía medidas como a distribuição de alimentos, o incentivo à agricultura familiar e o fortalecimento da rede de proteção social. Esses esforços resultaram em um impacto significativo na redução da insegurança alimentar, com uma diminuição das taxas de desnutrição e uma melhoria no acesso aos alimentos para milhões de brasileiros (Belik, 2006). Além disso, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), sancionada em 2006, estabeleceu um marco legal importante para a segurança alimentar e nutricional no país. A LOSAN formalizou o direito à alimentação adequada e criou um sistema nacional de SAN, com diretrizes e ações para garantir a segurança alimentar de todos os cidadãos (Brasil, 2006).

Durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), a 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Salvador em 2011, destacou-se como um momento chave para discutir temas como a alimentação adequada e a promoção da soberania alimentar. Esse evento fortaleceu o papel do CONSEA e da sociedade civil, contribuindo para o aprimoramento das políticas de SAN e para a revisão das estratégias nacionais. O Programa Bolsa Família, criado durante o governo Lula, continuou a ser uma ferramenta central

no governo Dilma para combater a pobreza e promover a segurança alimentar. O programa ofereceu transferências de renda para famílias em situação de vulnerabilidade, ajudando a garantir o acesso a alimentos e melhorar as condições de vida (Bourguignon, 2010). No entanto, a crise econômica e política que começou em 2014 afetou negativamente o financiamento e a implementação das políticas públicas, incluindo aquelas voltadas para SAN. A crise resultou em cortes orçamentários e em desafios significativos para a continuidade e expansão dos programas sociais (Pochmann, 2018).

Com a chegada do governo Michel Temer (2016-2018) e, posteriormente, do governo Jair Bolsonaro (2019-2022), a abordagem das políticas de SAN sofreu mudanças significativas. O governo Temer implementou reformas trabalhistas e políticas de austeridade que impactaram diversos programas sociais, incluindo aqueles voltados para a segurança alimentar. A redução de investimentos em políticas públicas gerou preocupações sobre um possível retrocesso na luta contra a fome e a pobreza (Pochmann, 2018).

Durante o governo Bolsonaro, houve uma reorientação das políticas de SAN com um foco maior em políticas de mercado e uma redução do apoio a programas sociais diretamente voltados para a segurança alimentar. Essa mudança de foco resultou em uma diminuição do financiamento para a agricultura familiar e para iniciativas de SAN, afetando negativamente os esforços para combater a fome e a pobreza (Pereira, 2020).

Na atualidade, o governo mais recente retomou a preocupação com a segurança alimentar e nutricional, criando novos programas e políticas para enfrentar a fome e a insegurança alimentar, especialmente agravadas pela crise econômica e pela pandemia de COVID-19. Essas iniciativas visam revitalizar as políticas de SAN e melhorar as condições de vida das populações vulneráveis, mas enfrentam desafios significativos devido às limitações orçamentárias e à necessidade de coordenação entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade (Santos, 2023). Para resumir os eventos marcantes relativos a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e no mundo podem ser condensados na seguinte linha do tempo:

Quadro 01: Linha do Tempo da Segurança Alimentar e Nutricional

- 1945

Fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Crise econômica e produtiva global.

Fundação da FAO em 1945 e da OMS em 1948 para discutir questões de alimentação e saúde global.

Criação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA) no Brasil.

- 1951

Transferência da CNA para o Ministério da Saúde no Brasil.

Criação do primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição.

- 1954

FAO propõe eliminar excedentes alimentares e direcioná-los para países com déficit.

- 1962

Início do Programa Alimentar Mundial pela FAO.

- 1965

Início da Revolução Verde com foco na produção de sementes de alto rendimento.

- 1973-1974

Criação do INAN no Brasil e implementação de programas nacionais de alimentação e nutrição.

- 1974

Conferência Mundial de Alimentação organizada pela FAO.

- 1986

8ª Conferência Nacional da Saúde no Brasil, inclusão da SAN na agenda pública.

- 1992

Conferência Internacional de Nutrição.

Impeachment de Fernando Collor de Mello; criação da ONG Ação para Cidadania contra a Fome.

- 1993

Criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) pelo Decreto nº 807.

- 1994

1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar em Brasília.

- 2003

Recriação do CONSEA pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Lançamento do Programa Fome Zero.

- 2004

2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar em Olinda.

- 2006

Sanção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN).

- 2007

3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar em Fortaleza.

- 2011

4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar em Salvador.

- 2015

5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar em Brasília.

- 2016-2018

Governo de Michel Temer implementa reformas que afetam políticas sociais, incluindo SAN.

- 2019-2022

Governo Jair Bolsonaro reorienta políticas de SAN, reduzindo apoio a programas sociais.

- 2023

Atual governo retoma foco em SAN com novos programas e políticas para enfrentar a fome e a insegurança alimentar, agravadas pela pandemia de COVID-19.

Fonte: Elaborado pelo autor

A segurança alimentar e nutricional (SAN) é, portanto, um direito humano fundamental que transcende o simples acesso aos alimentos, envolvendo práticas alimentares que promovem a saúde, respeitam a diversidade cultural e

são sustentáveis em termos ambientais, econômicos e sociais. A trajetória histórica da SAN no Brasil revela uma evolução constante das políticas e iniciativas voltadas para a erradicação da fome e a promoção da saúde alimentar, enfrentando desafios políticos e econômicos, incluindo as perspectivas neoliberais que muitas vezes se opõem a essas medidas. A luta contra o agronegócio, embora crucial, não pode ser a única estratégia para assegurar a SAN. É essencial considerar uma abordagem mais abrangente que inclua a soberania alimentar, uma visão que defende a autonomia das comunidades na produção e no consumo de alimentos. Para construir um sistema de SAN robusto e efetivo, é necessário integrar aspectos sociais, econômicos e políticos que influenciam a disponibilidade e o acesso aos alimentos, e avançar para uma transformação política que vá além das limitações da SAN tradicional.

Entre os países desenvolvidos, a estratégia basicamente girou em torno de reduzir as importações, fomentando as produções internas, ao passo que elevou artificialmente o preço dos alimentos no mercado. Enquanto que os países pobres perseguiram a ideia de uma segurança alimentar a partir da tabulação de preços e fomento do agronegócio, seguindo a falácia do retorno de capital por meio da exportação. A perspectiva em torno do que deveria ser posto como política pública de segurança alimentar, no Brasil e no mundo, ganhou uma nova roupagem a partir de 1993 e 1996 com as conferências internacionais da ONU em torno de direitos humanos e alimentação (Belik, 2013).

Em 1993, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena, o direito à alimentação passou a ser equiparado aos demais direitos dos homens estabelecidos na Carta dos Direitos Humanos de 1948 e em 1996, porém, o governo brasileiro, juntamente com outra centena de países, passa a olhar esse conjunto de políticas dentro de um esforço geral para a redução da situação de fome em seus territórios. Reunidos na Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, diversos países, entre eles o Brasil, firmaram um compromisso de reduzir pela metade o número de pessoas famintas até 2015 (Belik, 2013).

O fim do século XX e início do século XXI é marcado por uma mudança na “chave” econômica global. O que pudemos presenciar nesse período foi uma

significativa transformação nos estados capitalistas quanto aos padrões de crescimento, especialmente no campo do desenvolvimento tecnológico, organização da produção e principalmente nas estratégias de resolução de problemas sociais. Os impactos das novas relações comerciais internacionais, as disputas por reconhecimento e poder por parte de determinados grupos sociais, culminaram em acordos e novas formatações de governabilidade que afetaram não somente os países desenvolvidos (a frente de todo esse processo), como também os países em desenvolvimento. A crise no modelo fordista da sociedade capitalista, com a estagnação das economias desenvolvidas e o rompimento dos acordos comerciais de Bretton Woods, a dívida externa galopante nos países em desenvolvimento, foram marcos cruciais para localizar os avanços da segurança alimentar em termos macrossociológicos.

As tentativas de solução da crise do fordismo via uma expansão das políticas keynesianas levaram, para a economia, inflação e pequenos resultados no combate à recessão e, para os governos nacionais, crescente déficit e endividamento público. A partir da segunda metade da década de 1970, houve um gradual deslocamento do comprometimento com políticas ativas de combate ao desemprego e uma maior preocupação em reduzir a inflação. Desta forma, assim como houver uma virtuosa combinação entre regime de acumulação fordista e Estado keynesiano e do bem-estar (Arienti, 2013).

Graças ao atraso imposto no desenvolvimento tecnológico e econômico provocado pelas incursões do neocolonialismo, os países da América Latina adentraram em uma lógica de construção de vias de autonomia seguindo os mesmos padrões do Estado keynesiano. Ou seja, a construção de tecnologias e políticas públicas com forte incentivo do Estado que fossem capazes de agregar melhorias no bem estar social das periferias do capitalismo (Toledo, 2019). Mesmo que no panorama geral o desenvolvimento na América Latina tenha enfrentado limitações quanto dependência do setor primário exportador, e as oscilações no mercado de commodities, o Brasil foi um dos países que mais aproveitou as estratégias keynesianas para o desenvolvimento.

No campo alimentar, que é nosso destaque, a fome tornou-se prioridade como causa e política pública a partir das medidas keynesianas do governo Lula

já em 2003, seguindo uma tendência de mudanças paradigmáticas que envolveu desde mudanças na seguridade social, bem-estar, poder de consumo, condições de proteção da classe trabalhadora, ou seja, a instauração de um modelo político capaz de construir de fato as condições necessárias para a realização da segurança alimentar, *“do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais”* (Brasil, 2006).

Assim sendo, o modelo de Estado adotado no Brasil a partir do governo Lula, agrega ao país não só uma nova etapa no que se compreende como desenvolvimento econômico voltado para o bem estar social da população, mas também, demarca um paradigma contrário as discussões em torno do pensamento neoliberal. O movimento de fomento a revolução verde e suas inúmeras consequências socioambientais, foi barrado pelos avanços da uma política mais interventora por parte do Estado, o que acompanhamos entre 1982 e 2013 foi um processo contrário ao que muitos teóricos ligados ao pensamento neoliberal apontavam, não houve queda dos investimentos privados devido a elevação do investimento público, e especialmente entre 2004 e 2010, período de consagração do keynesianismo lulista no Brasil.

O aumento dos investimentos públicos colaborou enormemente na elevação dos investimentos e lucros da iniciativa privada (Feijó, Sampaio, 2022). Isto posto, o retrato brasileiro, principalmente no campo das políticas alimentares, demonstra que o investimento público é uma variável fundamental para o desenvolvimento e contenção de crises econômicas e sociais, em suma, para se pensar uma sociedade dentro de parâmetros de uma segurança alimentar, visa-se muito mais os investimentos estatais do que a iniciativa adotada no século XX com a revolução verde.

Podemos apontar que as políticas agrárias e de combate à desigualdade social são os marcos necessários para se pensar em segurança alimentar, desta maneira, destacamos como em 2002 a pauta da reforma agrária tornou-se central guiando assim o Bando da Terra, um fundo de financiamento de terras por desapropriação, medida que culminou no Plano Nacional de Reforma Agrária. Em nível de fomento à agricultura familiar se constituiu o Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar PAA. Além da Lei da Agricultura Orgânica de 2003, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais de 2006. No mesmo ano a institucionalização do direito à alimentação no Estado brasileiro a partir do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional SISAN, na Lei 11.346 / 2006 (Guerra, Silva, 2022).

É partir dos anos 2000 no Brasil que podemos identificar de fato que a Segurança Alimentar e Nutricional ganha espaço político de uma causa a ser defendida politicamente, orientando-se por um modelo de produção de alimentos que expresse a soberania alimentar e que, ao mesmo tempo, estimule a revalorização de métodos tradicionais de manejo e gestão ambiental, otimizando os recursos disponíveis nos distintos lugares para atender as necessidades humanas (Azevedo, 2017). A compreensão da fome pode ser circunscrita a partir de um entendimento crítico global da estrutura neoliberal de produção dos alimentos.

A ONU, tem como um de seus objetivos do milênio a redução da fome que assola inúmeras regiões, a mesma difere a fome em dois grupos a fome estrutural e a fome conjuntural. A fome estrutural poderia ser entendida, portanto, enquanto uma condição persistente provocada pela deficiente estrutura de produção nos países subdesenvolvidos, enquanto que a fome conjuntural consistiria naquela provocada por situações ímpares que rompem a lógica comum, como catástrofes naturais e guerra (Ziegler, 2013).

O que tais políticas globais escondem essencialmente é a questão: quem são os mais expostos à condição da fome? Considerando que a fome é um reflexo ou estratégia da necropolítica neoliberal, podemos facilmente apontar que são as classes mais pobres. Boa parte dos que sofrem com a agonia da fome estão nas regiões rurais, principalmente as comunidades localizadas nos países do sul global, onde a precariedade no acesso a condições mínimas de segurança alimentar, ou seja, sobrevivência humana, não são preservadas, sendo que um pouco menos da metade da população global vive em zonas rurais. Essa discussão visa transcender o campesinato brasileiro alinha-se com

o conceito de "sentido da colonização" desenvolvido por Caio Prado Júnior (2008) em seu livro *"A Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia"*, nesta obra, Prado Júnior explora a formação econômica e social do Brasil desde o período colonial até o século XX, analisando como as estruturas econômicas e sociais estabelecidas durante a colonização influenciaram a evolução do país.

Ele examina a colonização não apenas como um processo de exploração econômica, mas como um fenômeno que moldou profundamente as relações sociais e as estruturas de poder no Brasil, perpetuando desigualdades e criando bases para a hegemonia econômica que ainda persiste. ao revelar a maneira como as estruturas de poder e a lógica econômica global moldam a segurança alimentar e nutricional de forma desigual. Prado Júnior (2008) critica a colonização não apenas como um processo de exploração econômica, mas como uma reestruturação das relações sociais e econômicas que perpetuam desigualdades e subordinação. Nesse contexto, a abordagem da ONU sobre a fome, dividindo-a em fome estrutural e conjuntural, pode ser vista como uma tentativa de abordar a questão de forma segmentada, mas que não necessariamente enfrenta as causas profundas e sistêmicas da desigualdade e da pobreza.

A fome estrutural, ligada às deficiências na estrutura de produção nos países subdesenvolvidos, e a fome conjuntural, resultante de crises específicas como catástrofes e guerras, refletem como a organização econômica global e as políticas neoliberais mantêm e exacerbam essas condições. O conceito de necropolítica, que associa a fome à dominação neoliberal, ressoa com a ideia de Prado Júnior ao destacar como a colonização e suas formas modernas de exploração criam e perpetuam a desigualdade e a precarização da vida, principalmente para as populações mais vulneráveis e empobrecidas.

A crítica à mercantilização dos alimentos e à forma como as políticas de segurança alimentar muitas vezes dialogam com uma lógica oligopolista agroindustrial é uma extensão dessa crítica. Em vez de promover uma soberania alimentar, que priorizaria a autonomia popular e a produção alimentar local, o modelo dominante muitas vezes reforça a hegemonia econômica e política das grandes corporações e latifundiários, perpetuando a exploração e a

desigualdade. Essa dinâmica reflete a visão de Prado Júnior sobre como as estruturas econômicas e políticas globais, originadas da colonização, continuam a moldar as condições de vida e a segurança alimentar de forma desigual, favorecendo sempre os interesses do capital e das elites em detrimento das necessidades das populações mais pobres e marginalizadas.

De modo que o trabalhador marginalizado nesse processo do sistema alimentar, o agricultor familiar, o camponês, o comerciante dos alimentos são vistos aqui enquanto agentes sociais capazes de promover e articular o processo de transformação. Trata-se da articulação com o Bem Viver (Acosta, 2019), de uma proposta para imaginar outros mundos onde seja possível agregar de maneira realista as perspectivas, necessidades e técnicas tradicionais e populares sobre a forma de gerir a vida. Buscando superar as correntes heterodoxas e coloniais de compreender o outro, buscando um processo de dissociação da lógica do mercado, através de etapas graduais de mudança dos processos produtivos.

2.2 Agricultura familiar, agroecologia e a luta do campesinato.

Quando se trata de essencialidade da vida, produção de alimentos, especialmente no que se compreende como *“comida de verdade”*, sustentabilidade e economia agrária, é inevitável discorrer sobre os processos que envolvem a agricultura familiar e a agroecologia. Ambos são modelos e práticas de cultivo que envolvem perspectivas econômicas e culturais específicas, que em algum nível, são aspectos estruturantes do que se constituiu em torno da ideia de soberania alimentar e no caso perpassam um sujeito ímpar a todo processo, o campesinato.

A agricultura familiar, consiste na prática de cultivo agrário realizada por pequenos proprietários rurais, que se utilizam principalmente da mão de obra da própria família, funcionamento oposto ao da agricultura patronal e extensiva que abrange a contratação de trabalhadores fixos ou temporários para propriedades de médio e grande porte. Já a agroecologia, envolve um modelo de agricultura que visa uma perspectiva mais ecológica e de caráter epistemológico amplo e interdisciplinar da prática produtiva, fundamentada em torno dos ecossistemas agrícolas incluindo aspectos socioculturais, técnicos e ambientais da produção,

para além dos moldes econômicos atualmente estabelecidos na produção capitalista. Ambas as práticas produtivas são fundamentais para aprofundar o debate sobre a soberania alimentar já que ambas absorvem os saberes populares oriundos das comunidades tradicionais e camponesas (Amarante, 2018; Andrade, 2020).

Quanto aos agricultores familiares, podemos apontar que este grupo de trabalhadores, para além do que produzem e desse modo contribuem com o abastecimento alimentar, são sujeitos que no ato de suas atividades laborais sustentam um “*duplo movimento da sociedade*” (Costa, 2010; Wanderley, 2009), dinamizando a vida local preservando recursos naturais e sociais que estão diretamente ligados ao alimento por eles produzido e comercializado, tornando-se peças-chaves não só no campo e na cidade, mas na sociedade de uma maneira ampla. Não à toa, esse papel político da agricultura familiar a coloca em uma posição de destaque frente os processos de resistência e reivindicação de direitos e recursos no âmbito das relações entre Estado e sociedade civil.

No contexto brasileiro algumas características são cruciais para definir o espaço produtivo rural, esse que é amplamente sustentado pela agricultura familiar, consideram-se características: o espaço rural como produto de consumo da população urbana; a perda da vitalidade rural frente às grandes culturas; a agricultura familiar como centro de uma vida social; os efeitos do êxodo rural em áreas produtivas; as fronteiras agrícolas e a disputa política em torno delas; além dos assentamentos da reforma agrária como *lócus* do processo de resistência política e econômica desses grupos (Costa, 2010; Wanderley, 2009).

No que consiste uma compreensão do posicionamento político da agricultura familiar na sociedade brasileira, podemos apontá-los como agentes primordiais da produção de alimentos, dialogando diretamente com a noção de campesinato, e tensionando diretamente com o modelo do agronegócio exportador vigente, destacando que quanto ao agronegócio a agricultura familiar se contrapõe em termos estruturais da lógica de produção, apesar de uma parcela de seus trabalhadores ainda dialogarem com o agronegócio especialmente quando se trata das condições materiais de produção no que

competem acesso a recursos, terras e técnicas. Ocorre no Brasil um processo de distinção política que afeta historicamente a agricultura familiar e a forma como a mesma lida com a expropriação das condições substanciais de existência, tornando seus trabalhadores escanteados dos projetos políticos nacionais e tendo sua relevância e impacto social descartada das macros análises econômicas e política (Ferreira, Zanoni, 1998).

A agricultura familiar, na sua representação social e econômica, tem o desafio de trazer para o debate atual os aspectos que tratam sobre as distintas formas de dominação que impedem ou dificultam a formulação e o atendimento das reivindicações dos(as) agricultores(as) frente ao Estado e à sociedade brasileira (Costa, 2010). Ou seja, a agricultura familiar consiste num modelo envolto de princípios de funcionamento que a torna diferente dos modelos de produção macro capitalista, mesmo que em alguns casos específicos determinadas técnicas e manejos sejam semelhantes ou façam uso de determinados recursos do capital, ainda assim, ela essencialmente se distingue (Costa, 2010). Esse movimento de resistência ao monopólio do agronegócio por parte da agricultura familiar, é muito mais expressivo quando observamos a luta camponesa e os movimentos agroecológicos. No Brasil, o movimento agroecológico ganha mais força a partir dos anos 70, como crítica ao processo de modernização do campo e adesão das nações ao modelo da revolução verde (Andrade, 2020).

Durante os anos 80, o Brasil ingressou em um processo de fundação de entidades de assessoria aos trabalhadores do campo, de modo a construir uma estrutura de atuação política de oposição, posicionamento que seria conhecido como uma “*agricultura alternativa*” (Andrade, 2020; Villar, 2013). Ainda durante esse momento, surgiram diferentes concepções sobre o que seria pensado enquanto uma agricultura alternativa ao modelo em ascensão do agronegócio, foram organizações de agricultores, comunidades rurais, movimentos sociais organizados, intelectuais e profissionais especializados das ciências agrárias, todos em torno dessa mesma proposta. A história da agroecologia em Sergipe é marcada pela articulação de diversas organizações, instituições de ensino e movimentos sociais, focando no desenvolvimento sustentável e na resistência ao modelo de agricultura convencional. A implementação de políticas públicas e

a realização de eventos significativos têm promovido o reconhecimento e a integração das práticas agroecológicas no estado. Segue abaixo uma linha do tempo resumida dos principais marcos na formação da agroecologia em Sergipe:

Quadro 02: Resumo da formação agroecológica sergipana

Anos 2000-2009: Início e Estruturação

2000: Fundação da Associação de Produtores Orgânicos do Agreste (ASPOAGRE), marcando o início significativo da produção orgânica no estado.

2004: ASPOAGRE recebe o Selo Orgânico concedido pelo Instituto Biodinâmico (IBD).

2008: Criação da disciplina optativa de Agroecologia na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

2009: Disciplina de Agroecologia torna-se obrigatória no curso de Engenharia Agrônômica da UFS.

Anos 2010-2014: Expansão e Consolidação

2010: Instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) pelo governo federal.

2011: Realização do I Seminário Sergipano de Agroecologia, rearticulando a Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA).

2012: II Encontro Sergipano de Agroecologia, organizado em parceria pela UFS e IFS, com participação de movimentos sociais e instituições de pesquisa.

2013: Fundação do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) na Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Anos 2015-2018: Fortalecimento e Políticas Públicas

2015: Implementação de projetos de pesquisa participativa em assentamentos rurais do Estado de Sergipe.

2018: Instituição da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, através do Decreto Nº 40.051, visando o fortalecimento de práticas e mercados agroecológicos locais.

2018: Realização do Seminário de Construção do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) em Aracaju.

Anos 2019-2024: Reconhecimento e Integração

2019: Realização do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia no campus São Cristóvão da UFS, destacando a importância e visibilidade das práticas agroecológicas na região.

2020: Conclusão do curso superior de Tecnologia em Agroecologia pelo IFS, em parceria com o PRONERA.

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao longo dos anos, podemos notar quatro agrupamentos de níveis distintos para construção conceitual e de perspectivas operacionais para uma agricultura alternativa: em um primeiro nível uma concepção mais radical envolvida muito mais em meios de alçar uma revolução socialista a partir de um controle maior das forças produtivas e da coletivização; um segundo nível que envolveu muito mais uma concepção política-ideológica entre sujeitos como funcionários públicos, estudantes, militantes e membros do partido dos trabalhadores; em um terceiro nível uma concepção técnica orgânica e/ou ecológica basicamente mobilizada por profissionais e formuladores de conhecimento técnico focados em tensionar o mercado de agroquímicos; e por fim, uma concepção mais social atrelada aos movimentos sociais e sindicatos da época com estratégias mais difusionistas mas que nessa década já visavam o saber local (Andrade, 2020; Luzzi, 2007; Villar, 2013).

Esses grupos que se constituem no processo de fundamentação da agroecologia no Brasil, com o tempo, se transformam e mesclam outras perspectivas, para décadas depois, formar o que podemos mensurar hoje como defensores da causa alimentar. Esse processo histórico de agrupamento político em torno da causa alimentar ainda deixa questionamentos: *essas tipologias de causa política em torno da luta por uma agricultura alternativa, podem ajudar a compreender a luta em torno de um modelo produtivo da soberania alimentar? Quem defende esses modelos hoje e quem de fato opera cotidianamente para que eles sejam possíveis?* O que se tem estabelecido nesses parâmetros dentro do espectro político progressista é o lugar do campesinato na sociedade e seu papel central no movimento agroecológico como um dos poucos caminhos possíveis para alcançar o patamar de soberania alimentar e da contra hegemonia efetiva ao agronegócio (Saragoso, 2019).

O processo de construção do movimento agroecológico tem seu início, encabeçado pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil e pela ASPTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura

Alternativa nos anos 80, dando início às possibilidades de mudança no cenário produtivo brasileiro com propostas para uma agricultura alternativa (Andrade, 2020). Na conjuntura política nacional, o Brasil vivenciava o fim do período de ditadura militar com João Figueiredo como presidente, e um aprofundamento do desenvolvimento econômico neoliberal pautado nas necessidades nacionais que culminaram nos arranjos políticos internos pós-ditadura.

A economia nacional estaria, portanto, pautada em uma lógica de exportação e abertura para capital externo, mitigando o avanço da agricultura alternativa. Foi nesse mesmo contexto que as organizações autônomas e movimentos sociais agrários formavam o conceito de agroecologia como novo rumo político e produtivo, agora muito mais focado no processo de superação da crise humanitária, econômica e ecológica, abraçando os saberes e epistemologias das comunidades originárias.

O termo Agroecologia foi inserido no cenário nacional após o início de uma relação da ASPTA com as experiências da América Latina (...) essa mudança não foi apenas terminológica. O conceito foi aprimorado, aperfeiçoou o princípio do diálogo e do protagonismo camponês, a valorização do saber local, das experiências e inovações que acontecem nas comunidades rurais. Ademais, deixa de ser algo externo às comunidades rurais e passa a ter suas bases nos processos, conhecimento e inovações encontrados, construídos, avaliados e ajustados a partir das dinâmicas e relações já existentes nas próprias comunidades. Desse modo, foi extremamente importante a incorporação da dimensão científica ao conceito, que é construída a partir do conhecimento tradicional, em especial a partir da interação dos cientistas de universidade estadunidenses com cientistas da América Central e México (Andrade, 2020).

Constata-se que as crises que acometem os mais variados setores do capital na contemporaneidade, não são oriundas apenas de questões econômicas, é também uma crise da ciência convencional, e aqui acrescento ocidental moderna, onde nesses parâmetros, surgem espaços políticos para contestação e possibilidades para o reconhecimento de novas epistemologias que permitam a biodiversidade cultural (Scarabeli, 2020). A agroecologia nesse sentido, se coloca no cenário político como um projeto contra hegemônico, que

visa não só a criação de um modelo produtivo distinto, mas sim, a construção de um espaço onde deve ser considerada a participação de todos os sujeitos que estão envolvidos nas relações de produção e comercialização dos alimentos “*na perspectiva de construir um novo padrão de produção e consumo que combata a degradação ambiental e social provocadas pelo neoliberalismo atual*” (Scarabeli, 2020).

Em vias de definição dessa disputa de poder na qual se insere a agroecologia, visa “*reinterpretar la cuestión del poder, insertándose en un modelo ecológico, de lo que se desprende que el ámbito real del poder es lo social como organismo vivo, como ecosistema*” (Guzman, 2006). E nesse sentido, podemos compreender que a agroecologia se articula em torno de quatro perspectivas: 1- a investigação; 2- a ecologia produtiva; 3- a socioeconômica; e pôr fim a da 4- transformação social.

A investigação agroecológica consiste em aglutinar os conhecimentos das comunidades tradicionais, como camponeses, quilombolas e indígenas, de modo a construir parâmetros da valorização e reconhecimento desses saberes dentro do espaço político, construindo o que foi definido como *intercâmbio produtivo* da agricultura ecológica. A partir desse posicionamento de conhecimentos, constitui-se a ecologia produtiva como forma de reunir técnicas que não degradam os recursos naturais, contrários por exemplo ao uso dos agroquímicos utilizados pelo agronegócio. Essa contraposição inclui não somente o conhecimento e a técnica, mas também a participação dos sujeitos como partes ativas do processo, compondo nesses meios de participação metodologias de participação que agregam os trabalhadores ao processo de desenvolvimento da própria agroecologia, integrando a produção tanto técnicos, quanto campesinato, partindo dessa interseção de perspectivas que se constitui a transformação social.

Além de romper com o distanciamento do investigador da realidade, possibilita o mútuo aprendizado tanto para escolha para elaboração de projetos produtivos como para mudanças sociais. A transformação social tendo como base a agroecologia tem a necessidade de romper com a epistemologia dominante para liberar as ciências agrárias das relações de poder que atribuem

àqueles que são o objeto do poder dos investigados (Scarabeli, 2020). Diante dessa perspectiva, apontamos as conexões que podemos entre a agroecologia e a teoria pós-colonial principalmente na forma como os conhecimentos locais são valorizados e na crítica às práticas coloniais e neocoloniais que acabaram por invisibilizar os trabalhadores da feira e acabam por criar o ambiente perfeito para perpetuar a estrutura do agronegócio, que no fim, controla e restringe a autonomia do feirante.

Edward Said, em seu livro "Orientalismo" (2001), revela como o conhecimento do Oriente é frequentemente distorcido e menosprezado em favor da visão dominante ocidental. Essa distorção que marginaliza os saberes locais, contrasta com a abordagem da agroecologia, que se esforça para reconhecer e incorporar esses conhecimentos tradicionais e regionais. Gayatri Spivak, em "Pode o subalterno falar?" (2010), investiga se os discursos dos grupos marginalizados podem realmente ser ouvidos e compreendidos nas estruturas de poder existentes. A agroecologia por sua vez, ao buscar amplificar e valorizar os conhecimentos dos agricultores e comunidades locais, se alinha a essa crítica, esforçando-se por dar voz a aqueles que foram historicamente silenciados.

Homi K. Bhabha, em "O Local da Cultura" (1998), propõe que a cultura é um espaço híbrido onde identidades são continuamente negociadas e redefinidas. A agroecologia em algum nível, reflete essa ideia ao integrar práticas agrícolas tradicionais com técnicas modernas, formando um espaço cultural que respeita e mistura diversas formas de conhecimento tradicionais gerando novas formas de identidade alicerçadas em aspectos culturais anteriores. Para Quijano (2010), a colonialidade do poder não se limita às esferas econômica e política, mas estende-se ao controle do conhecimento e das práticas culturais, moldando profundamente a sociedade. No campo econômico, a agroecologia visa possibilitar que os trabalhadores rompam com a dependência de sistemas produtivos centralizados e alienantes, permitindo que estabeleçam formas de produção baseadas em suas necessidades e conhecimentos locais. Politicamente, essa soberania fortalece a autonomia desses trabalhadores, dando-lhes o poder de decidir sobre os rumos de sua produção e, por extensão, sobre suas vidas. Assim desafia as estruturas impostas historicamente, a

colonialidade do poder, promovendo um cenário em que os sujeitos se tornam agentes ativos na construção de um novo sistema alheio à lógica inerente ao capitalismo colonial.

Essas perspectivas da teoria pós-colonial ajudam a situar a agroecologia como uma abordagem que não só valoriza os conhecimentos locais, mas também critica e resiste às estruturas de poder que historicamente marginalizaram esses saberes. Quijano (2010) afirma que o término do domínio colonial não resultou na liberdade para os povos colonizados; pelo contrário, a estrutura de poder continuou inalterada, conceito conhecido como "colonialidade do poder". Santos (2010) adiciona que atualmente há uma divisão abissal entre o Sul Global e o Norte Global. Esses termos não são meramente geográficos, mas culturais: o Sul Global simboliza o sofrimento gerado pelo capitalismo global e pelo colonialismo, enquanto o Norte Global representa a institucionalização da verdade e da civilização, abrangendo aqueles do lado "correto" da linha.

A Revolução Verde intensificou essas mudanças ao promover um modelo agrícola baseado em grandes propriedades, onde o ambiente deve se adaptar às plantas usando adubos nitrogenados, agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas. Embora seus defensores aleguem que o objetivo é erradicar a fome, seus efeitos são globais. Esses efeitos facilitam a formação dos impérios alimentares, que se manifestam em oligopólios de empresas transnacionais envolvidas na produção, processamento e distribuição de alimentos.

Essas redes exercem controle econômico e político significativo, influenciam fortemente a regulação das atividades e atacam qualquer alternativa que desafie seus interesses, criando uma rede invisível com grande poder coercitivo (Ploeg, 2013). Esse processo leva à homogeneização da produção e do consumo, resultando na perda de culturas alimentares locais e dos saberes tradicionais associados. À medida que os impérios alimentares se globalizam, a uniformidade no consumo de alimentos aumenta, formando um ciclo expansionista que contribui para a eliminação da sociobiodiversidade. Esse fenômeno será mais tarde descrito, junto as suas outras camadas de complexidade como Agrobiopoder.

2.3 Via Campesina e o movimento agroecológico

A Via Campesina assume um papel fundamental no processo de construção política do movimento agroecológico, constituindo uma influência mútua entre os movimentos, processo que tem como um dos grandes frutos o próprio projeto político de uma Soberania Alimentar (Via Campesina 2008, Andrade, 2020). É impossível pensar em agroecologia sem a existência do sujeito camponês, pois agroecologia não diz respeito apenas ao manejo ecológico dos sistemas agrários, mas também às relações sociais, políticas econômicas e culturais, que se estabelece entre trabalhadores da produção alimentar, à sua circulação e distribuição, ou seja, o sistema agroalimentar como um todo (Andrade, 2020; Costa, 2010; Guzman, Molina, 2013; Manzanal, 2014).

A Via Campesina é uma organização global de movimentos camponeses e indígenas que surgiu no início da década de 1990. No Brasil, a história da Via Campesina é marcada por uma busca constante por justiça social e direitos para os trabalhadores rurais. Fundada em 1993, a Via Campesina Brasil se integrou à rede internacional, compartilhando a missão de defender a agricultura familiar, a soberania alimentar e os direitos dos camponeses. O movimento foi uma resposta à crescente concentração de terras e ao avanço de modelos de agronegócio que ameaçavam a sobrevivência dos pequenos produtores e comunidades rurais (Azevedo, 2013; Gárcia, 2015; Gordon, 2010; Mendes, 2012; Borges, 2014; Nascimento, 2011; Tavares, 2013). Os interesses da Via Campesina no Brasil são amplos e abrangem diversas áreas relacionadas à vida rural. O movimento defende a reforma agrária como uma ferramenta fundamental para a redistribuição justa da terra, visando acabar com a concentração de propriedades nas mãos de poucos. Além disso, a Via Campesina promove a soberania alimentar, que se refere ao direito dos povos de definir suas próprias políticas alimentares e produtivas. A organização também luta contra o avanço de monoculturas e agrotóxicos, que têm impactos negativos na saúde das comunidades e no meio ambiente.

As ações da Via Campesina no Brasil incluem uma combinação de protestos, mobilizações e campanhas educativas, onde o movimento sempre organizou grandes marchas e ocupações de terras, que têm como objetivo

chamar a atenção para as questões da concentração fundiária e da desigualdade social. Além disso, já fomentou inúmeros eventos e seminários para capacitar os agricultores e disseminar informações sobre práticas agrícolas sustentáveis e políticas públicas que favoreçam a agricultura familiar. Entre os atores políticos envolvidos se aliam à Via Campesina em suas lutas por justiça social e reforma agrária, esses grupos frequentemente colaboram em campanhas conjuntas e estratégias de mobilização (Azevedo, 2013; García, 2015; Gordon, 2010; Mendes, 2012; Borges, 2014; Nascimento, 2011; Tavares, 2013). Os principais aliados nessa causa são:

- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): Um dos movimentos sociais mais conhecidos do Brasil, com forte atuação na luta pela reforma agrária.
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG): Uma das maiores federações de trabalhadores rurais do Brasil, com atuação em diversos estados.
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG): Entidade de representação nacional dos trabalhadores rurais, filiada à FETAG.
- Associações de pequenos agricultores: Existem milhares de associações de pequenos agricultores espalhadas pelo país, muitas delas filiadas à Via Campesina.

A luta campesina no Brasil conta com a solidariedade e apoio de diversos outros movimentos sociais que, embora tenham focos específicos, compartilham valores e objetivos comuns, como a justiça social, a igualdade e a defesa dos direitos humanos. Alguns dos principais movimentos que se articulam com a luta campesina são:

- Movimento Negro: A luta por direitos civis e sociais dos negros no Brasil se intersecta com a luta pela reforma agrária e pelo acesso à terra, uma vez que a população negra é historicamente marginalizada e sofre com desigualdades no campo.
- Movimento Indígena: Os povos indígenas do Brasil lutam pela demarcação de suas terras, pela proteção de seus territórios e pela valorização de suas culturas. Essas lutas se conectam com a luta pela reforma agrária, pois muitas vezes as terras indígenas são cobiçadas por grandes latifundiários.
- Movimento de Mulheres: O movimento de mulheres no Brasil luta por igualdade de gênero, combate à violência contra a mulher e por direitos reprodutivos. No campo, as mulheres camponesas enfrentam desafios

específicos, como a dupla jornada de trabalho e a falta de acesso a serviços básicos.

- Movimento LGBTQIA+: A luta pela diversidade sexual e de gênero se une à luta campesina na defesa dos direitos humanos e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB): O MAB luta pelos direitos das comunidades afetadas pela construção de grandes barragens, que muitas vezes deslocam populações do campo e causam danos ambientais.
- Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): Embora focado na luta por moradia, o MTST também se articula com a luta pela reforma agrária e por políticas públicas que garantam o direito à terra e à moradia.

Por outro lado, o movimento enfrenta resistência de setores políticos e econômicos que defendem a expansão do agronegócio e a liberalização dos mercados agrícolas. Grandes empresas do setor agrícola e suas associações frequentemente se opõem às reivindicações da Via Campesina, argumentando que as políticas propostas pelo movimento podem prejudicar a competitividade e a eficiência da produção agrícola em larga escala. A relação entre a Via Campesina e o governo brasileiro também tem sido complexa. Em alguns períodos (2003-2010), o movimento conseguiu avançar suas demandas por meio de políticas públicas que beneficiaram a agricultura familiar e promoveram a reforma agrária. No entanto, em outras ocasiões, especialmente com mudanças de governo e na política agrícola nos últimos 10 anos, o movimento enfrentou retrocessos e uma diminuição no apoio institucional.

A Via Campesina também tem um papel importante no cenário internacional, onde atua em fóruns e conferências globais para promover a soberania alimentar e a justiça social. A organização participa de eventos como a Assembleia Geral das Nações Unidas e fóruns de agricultura, onde defende suas propostas e amplia sua rede de apoio global. Finalmente, a presença e a influência da Via Campesina no Brasil são evidentes em várias esferas, desde a política até a mídia. Seus esforços para destacar a importância da agricultura familiar e a necessidade de uma reforma agrária continuam a impactar o debate público sobre a questão agrária e alimentar. O movimento, ao promover uma visão alternativa para o desenvolvimento rural, desafia as normas estabelecidas e busca um modelo mais justo e sustentável para o campo brasileiro.

O campesinato, dentro desse espectro, é o sujeito social que detém conexões para com a luta política por reconhecimento e redistribuição, e a soberania alimentar nesse sentido consiste em um enfrentamento radical à lógica de acumulação capitalista neoliberal, e a mesma, pode e deve ser compreendida no contexto de luta política de classes dentro do trabalho material desenvolvido por aqueles que estão relacionados à produção e comércio de alimentos. Assim sendo, o campesinato se faz presente como classe (Shanin, 2008; Chayanov, 1981), a luz de uma busca constante por autonomia, onde ressaltamos que o campesinato produtor vivencia uma relação contraditória, pois ao passo que ele produz sendo detentor dos meios de produção (ou ao menos de uma parte dele), uma parcela desse campesinato não opera em torno da apropriação do trabalho excedente e da acumulação do capital, ou seja, o campesinato opera seu trabalho em constante tensão com as dinâmicas já estabelecidas na economia capitalista, mas ao mesmo tempo:

A quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar, e, além disso, pela produtividade da unidade de trabalho e isto é especialmente importante pelo grau de esforço do trabalho, o grau de auto exploração através do qual os membros trabalhadores realizam certa quantidade de unidades de trabalho durante o ano (Chayanov, 1981).

Desse modo, é que podemos e devemos compreender o campesinato não só pelo espectro da luta campesina, mas também, pelo trabalho por ele desenvolvido no âmbito da uma economia familiar (Shanin, 2008; Chayanov, 1981). Em um cenário amplo de escassez de meios de produção e de expropriação de terras, as famílias produtoras são forçadas a maximizar o esforço de trabalho de seus membros, a fim de sustentar a produção de modo a conseguir, mesmo que reduzindo os rendimentos, satisfazer as necessidades internas. Certo que com o passar do tempo e o desenvolvimento das forças produtivas, outras formas de trabalho e obtenção de renda foram agregadas a esse grupo social, seja promovendo transformações ao grupo, seja como força motriz do movimento de migração e êxodo rural muito comum aos países do sul global.

Destaca-se a necessidade de investigar os mecanismos objetivos e cotidianos de permanência e luta por reconhecimento, despendido por aqueles

que sustentam a economia em torno da produção e comércio de alimentos. Podemos destacar que no atual estado da economia capitalista, o status de reconhecimento atrelado a essa classe flui entre extremos, de modo a incorporar o trabalho camponês dentro do sistema capitalista transformando-o em “pequenos empresários”, ou removendo-os das atividades produtivas sufocando as condições materiais de trabalho, e nesse sentido destacamos as mudanças estruturais na lógica de trabalho que atravessam justamente os sujeitos:

Enquanto o campesinato está sendo reduzido rapidamente como uma forma de valor econômico e muita atividade econômica vai para as grandes corporações ou para as companhias de importação de alimentos, a economia familiar, de maneira peculiar, não somente permanece ativa, mas se desenvolve (...) acredito que há um deslocamento da economia camponesa como modo de produção, ou melhor, modelo de produção, para a economia informal, que não é necessariamente rural, mas majoritariamente urbana (Shanin, 2008).

O trabalho desenvolvido pelo campesinato está para a economia capitalista do mesmo modo que o agronegócio enquanto outra esfera econômica, porém em diferentes espectros e dimensões de recursos materiais e políticos, além das perspectivas e formas de funcionamento, ou seja, fazem parte do mesmo sistema, porém dinamizam de maneiras opostas, com papéis econômicos e políticos distintos para o mercado. A economia familiar, a economia informal e em algum nível a economia solidária, estão diretamente ligadas ao trabalho do campesinato alocando os sujeitos inseridos nesses espaços, a níveis mais periféricos e precarizados do funcionamento geral do capital (Mattia, 2018; Silva, 2021; Witkoski, 2020).

Essa dinâmica insere o campesinato em uma relação intermediária entre o meio rural e o urbano, condição que expõe a classe a um patamar crítico de autonomia. São sujeitos que vivem em um conflito constante por obtenção de recursos redistributivos, como crédito bancário e aposentadoria rural, além de serem impossibilitados de se reproduzir economicamente e culturalmente como faziam em gerações anteriores. Ou seja, quando se trata de campesinato não convém analisá-los a partir de uma concepção fixa na realidade, tanto o campesinato essencialmente como seu reconhecimento na luta política “*corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos, somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos*

e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender” (Shanin, 2008) a questão agrária e a produção de alimentos no capitalismo dependente.

2.4 Entre trabalho e subsistência: o território e a questão agrária

Visto o interesse central desta tese, de desenvolver uma pesquisa que consiga observar a realidade de maneira crítica buscando nas condições materiais das relações sociais, a compreensão dos problemas aqui propostos, busca-se como ponto de partida teórico um retorno a Marx e a Lukács (Lukács, 1979; Lukács, 2012) como autores essenciais. Percebemos na categoria trabalho um dos pilares fundamentais para compreensão do processo de produção de alimentos, considerando esse “trabalho” enquanto face ontológica da vida humana, que perpassa a sobrevivência dos indivíduos que dependem desse mesmo trabalho e dos resultados provenientes dele.

Nesse sentido, retomamos a questão levantada por nosso agricultor no início dessa proposta, *“o que seria do ser humano sem o alimento da terra, sem a comida que dá força pra trabalhar?”* nessa pequena reflexão, nosso agricultor destaca em sua simplicidade um elemento proposto no conjunto da teoria apontada pelo próprio Marx (2013) onde *“o trabalho é antes de tudo um processo entre o homem e a natureza [...] a fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida”*. Desse modo, está o próprio sujeito intimamente ligado ao trabalho do mesmo modo que o alimento que o sustenta, seja ele próprio tendo o produzido ou não, pois seu trabalho, antes de tudo, faz parte de uma determinação social objetiva e histórica, perpassando sua própria subsistência enquanto sujeitos da realidade social.

O trabalho é uma divisão lógica orientada a um fim, sendo a terra do nosso agricultor, o objeto universal que se apresenta historicamente enquanto uma propriedade racional da necessidade de sobrevivência. Terra e natureza quando imbuídas da interferência do trabalho humano, passam a servir como meio de produção para realização desse mesmo trabalho, garantindo assim, sua execução enquanto parte da lógica de produção de valor. Ora, o trabalho de tratar a terra, o plantio da semente, os cuidados cotidianos e a colheita, são partes exemplares do árduo processo de transformação da natureza em torno de algo que já está predeterminado historicamente, como objetivo da existência

desse mesmo trabalho. Logo, a força que move o nosso agricultor para trabalhar após a ingestão de seu alimento, tem de mesmo modo o efeito biológico vital no seu corpo, como também, age enquanto forma imperativa predeterminada a sua própria existência, enquanto ser que necessita tanto do alimento, quanto do trabalho.

Tal proposta busca na compreensão de tal aspecto do trabalho, o recorte onde o conjunto das análises se articulam com as determinações sociais mais amplas em torno da produção de alimentos e seus modelos. Vale destacar que tal categoria analítica não está desconectada da realidade e não parte de abstrações idealistas, sendo na verdade ela própria uma manifestação histórica das relações concretas envolvendo o trabalho na produção e comércio de alimentos. O trabalho consiste assim, em um fenômeno oriundo de processos de realização racionais da própria sociedade, e desse modo, tudo que é produzido só pode se concretizar após as condições materiais e intelectuais necessárias estarem estabelecidas.

Ora, como então separar o momento em que se concretiza a condição humana na qual as necessidades orgânicas e a sobrevivência na natureza passam a ser racionalmente articuladas, constituindo assim o ser social? Visto que a historicidade impõe perspectivas analíticas específicas à compreensão dos fenômenos, e que o problema norteador busca nos processos de dominação da produção de alimentos explicitar o reconhecimento de um modelo produtivo, é que revisamos o papel fundamental dessa classe trabalhadora, suas transformações e conflitos, como sujeitos centrais de todo processo de manutenção e transformação das estruturas sociais impostas.

Numa estrutura de produção capitalista, onde o trabalho assume a forma dialética de acumulação de riqueza e pobreza, corroendo a existência do ser que nele dispõe seus esforços, o trabalho é alienado e estranhado ao sujeito, estando o trabalhador imerso em uma estrutura de exploração que se amplifica frente a sua impotência determinada pelas estruturas de poder (Marx, 2013). Tal processo só é possível, pois, mesmo que a sociedade humana precise do trabalhador para manutenção das relações de produção e por conseguinte a

continuidade da história, seu valor é subjugado frente uma sociedade voltada à valorização de mercadorias e não dos sujeitos que a produzem.

Refletindo nesse ponto, qual o lugar do alimento produzido nesse contexto, já que o valor real do alimento está diretamente ligado à sobrevivência do ser humano? Ora, se o trabalhador perde seu valor numa sociedade de exploração, podemos supor também que o alimento necessário para subsistência do mesmo que está economicamente ao seu alcance, em determinados contextos nem mesmo isso, também perde valor. Portanto, perde toda e qualquer propriedade que o qualifique como algo que possa ser considerado digno, passa a ser apenas mais uma mercadoria destinada à acumulação do capital, sem o valor que a permita ser verdadeiramente produzida de maneira saudável, popular e soberana para esse trabalhador.

No sistema alimentar, a mesma terra que abriga a universalidade da relação do ser humano com a natureza, assume a forma artificial de geração e apropriação do valor do trabalho nela produzido. Desse modo, todo trabalho e por consequência toda produção, é uma apropriação da natureza pelo indivíduo no interior das relações de uma sociedade, ao mesmo tempo, que toda produção é antes ela própria, parte de uma totalidade histórica que a envolve. A exemplo da produção de derivados da cana-de-açúcar nos canaviais, que está inserida numa estrutura de produção agrícola globalizada capitalista de raízes coloniais, que explora a força de trabalho dos cortadores de cana, que trabalham e se submetem a situações de exploração de seus corpos, para que possam sobreviver. Convertendo essa mesma força de trabalho, em capital acumulado para aqueles que detêm as usinas e fazendas, ao passo que esse mesmo trabalho, está tão intrinsecamente relacionado ao sujeito que a própria realidade subjetiva para sua vitalidade depende desse mesmo trabalho.

Tais processos de exploração e dominação, especialmente no meio rural, são amplamente pesquisados na sociologia, principalmente na sociologia rural e na sociologia do trabalho. Nesse campo, a pesquisadora Maria Aparecida de Moraes se destaca justamente por conta da riqueza de pesquisas que tratam da estrutura do capital, suas transformações e como tais fenômenos estão relacionados com a questão do trabalho, principalmente quanto aos seus

conflitos e formas de exploração. Em um dos seus estudos Moraes (2016), busca justamente nas formas de intermediação entre capital e trabalho rural, mais especificamente nas condições historicamente fundamentadas do contexto brasileiro, analisar as condições de trabalho e vida dos assalariados nas plantações de cana de açúcar no estado de São Paulo. Vale ressaltar que esta tese não busca similaridades nos cortadores de cana como um tipo ideal para análise, mas busca aportes teóricos para categorizar a variável trabalho de modo a fortalecer a argumento, buscando as relações que esses trabalhadores possuem enquanto sujeitos de um processo amplo de produção agrícola, que está diretamente relacionada à questão alimentar.

Concordamos com Moraes, quando a mesma pontua a crucial importância de propor reflexões quanto ao papel do Estado em relação às condições materiais e objetivas dos trabalhadores, considerando que o mesmo está no centro das relações políticas que visam beneficiar os produtores de commodities garantindo assim a acumulação do capital, fato que podemos explorar de maneira muito ampla quando analisamos as influências do agronegócio, como já citamos no capítulo anterior. Moraes compreende a dialética da mobilidade do capital e nisso compactuamos com o entendimento de que são as reproduções das relações de desigualdade no campo que provocam um processo historicamente recorrente de migrações de trabalhadores, seja para plantações de cana, laranja, café, soja, dendê, extração de ervas e mineradoras, processo que sustenta uma máquina produtiva latifundiária com marcas profundas de uma mão de obra de trabalhadores explorados que remontam o período da escravidão.

Retomando, mais uma vez, as reflexões propostas por Marx onde o modo de produção capitalista necessita ampliar suas fronteiras como única forma de garantir sua acumulação, e desse modo, precisa explorar tanto os recursos naturais quanto os humanos. Harvey (2005) traz luz a esse debate a partir do conceito de acumulação primitiva, que ele retomará a partir da noção de espoliação, que no caso do trabalhador rural, se manifesta claramente com o processo de apropriação das terras, dos recursos naturais comuns de produção, além das relações subjetivas culturais e sociais desses trabalhadores.

Elucidamos, portanto, que tais processos de acumulação primitiva e/ou espoliação do capital, possuem um papel fundamental para o Estado contemporâneo, visto a própria lógica desenvolvimentista neoliberal de exploração do trabalho e dos recursos territoriais, visto a expropriação de terras, a expulsão violenta de populações camponesas, a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada, a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns, a informalização das força de trabalho e a supressão de formas alternativas de produção e consumo, processos neocoloniais e imperialistas de apropriação de ativos, a monetização da troca e a taxaçoão particular da terra, o trabalho escravo, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva.

Enganam-se os pesquisadores que distanciam tais problemas sociais do processo de dominação e acumulação capitalista que perpassam toda a história moderna. E é justamente junto ao trabalhador do sistema de produção de alimentos, que podemos perceber o quanto a proletarianização e exploração, as desigualdades de acesso a recursos e a falta de autonomia, interferem diretamente nas possibilidades de vida digna tanto daquele que está na base da produção propriamente, quanto por toda uma massa populacional que é consequentemente afetada.

Como aponta Harvey (2005) *“o agronegócio substituiu a agropecuária familiar e a escravidão não desapareceu”*, são casos onde é possível identificar a expropriação dos trabalhadores nos processos de desenvolvimento econômico, a superexploração dos trabalhadores rurais como parte da perpetuação da condição de dependência na divisão internacional do trabalho (Moraes, 2019), ou seja, alguns dos elementos que somados, ditam a dinâmica de funcionamento da economia produtiva neoliberal contemporânea.

Perseguindo esse mesmo ímpeto, apontamos para teoria da dependência (Marini, 2017), como um dos caminhos possíveis para análise da questão produtiva agrária, buscando justamente os elementos que permitam a dominação e exploração do trabalho no contexto de economias periféricas e dependentes. Desse modo, ressaltamos o papel econômico e político dos países

da América Latina diante dos países capitalistas hegemônicos, onde nesse sentido, a posição economicamente dependente desses países determina um conjunto de elementos do funcionamento interno das dinâmicas produtivas (Ramalho, 2013).

Destaca-se nesse contexto, a reprimarização da economia (Lamoso, 2020), processo que no Brasil tem suas bases nos anos de 1980, aderindo-se a lógica econômica e política internacional desse período, onde o estado brasileiro direcionou sua economia para o mercado de exportação de commodities, de produtos minerais e agrícolas com forte investimento das multinacionais de tecnologia agrícola, favorecendo o grande latifúndio.

Nesse contexto, podemos perceber uma expansão do agronegócio maximizando a transferência do valor produzido nacionalmente para os países centrais, em detrimento da superexploração dos trabalhadores internos. Essa dinâmica propiciou uma posição privilegiada aos países centrais, que puderam investir numa especialização industrial de alta rentabilidade, processos de urbanização tecnológica, políticas de garantia ao estado de bem estar social, sempre utilizando dos recursos explorados nas “novas colônias”.

Destacamos também outra categoria que sustenta o conjunto das contradições cruciais para compreensão do fenômeno, o território, visto aqui a produção do alimento parte primordialmente da terra, retomamos o conceito de território aqui adotado enquanto uma arena de oposição entre o mercado e a sociedade civil, ou seja, o campo político e econômico onde se exerce a dominação e a exploração do trabalho dentro das disputas de classe.

Milton Santos (2009) aponta o conceito de território de maneira abrangente em seus estudos da geografia, mas aqui tomamos dele a noção de território enquanto chave que nos possibilite uma compreensão da questão agrária e seus conflitos produtivos, *“o território, em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica, a categoria de análise é o território utilizado”* (Santos, 2001, pg.247), e nesse sentido tencionamos justamente a forma como a terra é utilizada e disputada na produção de alimentos.

Considerando, portanto, as camadas do conceito de território tanto como meio de produção, quanto campo de disputas de classes, retomando os conflitos já apontados por Josué de Castro, em seu estudo sobre a fome no Brasil, Josué destaca que o problema da fome está na “cerca”, essa criada pelo fruto da técnica humana e que tem como objetivos a demarcação e a proteção da propriedade privada que está dentro dela. Assim se concretiza a problemática central sobre território, pois, o conflito do mercado e da sociedade que Milton aponta, nada mais é do que a disputa de classes entre aquele que produz e aquele que usufrui do que está sendo produzido e se submete a condições de exploração para ter meios de uma subsistência, na maioria das vezes desumana.

O que autores como Castro, Caio Prado Jr., José de Souza Martins (Castro, 1984; Prado, 1979; Martins, 2018), e tantos outros clássicos do pensamento social brasileiro apontam em suas obras, é que ao passo que a produção agrária no Brasil se estrutura historicamente como principal meio de aquisição de riquezas, ela própria constitui uma relação de desigualdade no meio rural que independe do volume de mercadorias produzidas. Pois, o processo de concentração fundiária no país constitui um real cenário de monopolização da produção rural de modo que o grande latifundiário detém um controle hegemônico sobre tudo que é produzido, distribuído e consumido enquanto alimento. De modo, que o número de terras ocupadas de maneira autônoma por aqueles que verdadeiramente produzem o alimento que chega à mesa das famílias, é ínfimo e gradativamente menor, além de deter um número significativamente reduzido de recursos e possibilidades de ocupar e produzir em tais terras.

A concentração mostra-se ainda maior quando consideradas as distinções entre terras próprias e terras arrendadas, que nesses casos, expõe ainda mais a gravidade do problema. São milhões de trabalhadores rurais que são obrigados a conviver em um contexto de exploração, apropriação da produção e semiescravidão, uma parcela de sujeitos que habitam o campo, mas não dispõe de terra e recursos próprios para desenvolver o trabalho de maneira autônoma. Todo processo de concentração fundiária que forma essa estrutura de produção, remete-se diretamente ao período colonial, um país que desde os primeiros dias sobre a luz de sua história, tem como princípio norteador da sua formação, a

ocupação progressiva e predatória do território, além de todo processo de escravidão, exploração e extermínio que sustenta tal estrutura.

O mercado agrário se sustenta tanto pelo poder e dominação das terras, como também pelo fato de as transações econômicas serem em torno da produção de gêneros, principalmente alimentícios, de grande valor comercial, porém, completamente voltados para o mercado externo. Como o próprio Prado Jr. aponta, são artigos derivados da produção rural de grande valia no mercado internacional do período colonial, processo que também reverbera na contemporânea financeirização de commodities, enquanto que toda produção necessária para vida digna do trabalhador, seja rural ou urbano, é desde o princípio colocada em segundo plano.

Diante disso, para esse contingente de trabalhadores, só resta a condição de explorado dentro desse sistema hegemônico. O modelo do agronegócio é compreendido por fim, como a face eurocêntrica da dominação e que hoje assume as formas do corporativismo neoliberal de exploração econômica da condição de dependência nas periferias globais. Ou seja, o latifúndio e a produção agroindustrial dos alimentos, transfigura-se na questão agrária como a face necropolítica que sustenta a arena de oposição do território e os processos de exploração do trabalho, estrutura que reverbera os resultados da colonialidade, da insegurança alimentar e da fome, as marcas de tal ocultamento estão fincadas no interesse particular dos grupos oligopolistas detentores do capital.

Mesmo que nas últimas décadas o tema da fome tenha ocupado certa notoriedade das discussões internacionais, na formulação de políticas públicas, no fomento a partir de instituições, como a própria FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação e o Banco Mundial, é importante frisar que tal interesse só se deu graças à própria lógica imperialista de expansão de mercado internacional, como uma forma de direcionar a produção, distribuição e consumo dos alimentos como algo exclusivamente econômico e mercadológico, velando os interesses políticos particulares envolvidos. São métodos vampirescos de destruição dos solos os produtos de exportação, monopolizados por meia dúzia de usurpadores da riqueza do país,

construíram-se estradas de ferro exclusivamente para ligar os centros de produção com os portos de embarque destes produtos e instituiu-se uma política cambial a serviço destas manipulações econômicas.

O colonialismo imposto, impede a própria existência de uma noção realista de soberania nacional e popular. Ao trabalhador do campo foi delegada a condição de um marginal econômico, com uma capacidade de contribuição mínima, “dificultando” o desenvolvimento do mercado interno, em paralelo ao avanço de uma urbanização industrial também travada pelas escolhas políticas do Estado. Migrações internas, mobilidade social do campo para cidade, massas urbanas improdutivas, campo econômico rural completamente dependente, um cenário social e econômico catastrófico para qualquer via de soberania popular e desenvolvimento socioambiental. Enquanto que a política de propaganda do capital, faz o esforço maniqueísta de encobrir as mazelas e falhas desse modelo, colocando a própria economia neoliberal, como vanguarda para o desenvolvimento nacional, *“o agro que é tudo e também é pop”* marca a sociedade e promove um progresso que afunda a população na fome e na precarização e superexploração do trabalho (Mitidiero, 2021).

Vivemos uma falácia de desenvolvimento, onde a economia planificada e monopolizada pelo latifúndio colonialista, sustenta uma estrutura de desigualdade que arrasta um cenário de morte tanto no meio rural quanto urbano, sufocando e maximizando um cenário de crise econômica e humanitária. Um verdadeiro “feudalismo agrário” que oprime e mata seus opositores rotulando-os de “antinacionalistas”, “comunistas”, contrários à soberania nacional, soberania para quem?

3. CAPÍTULO 2 - Colonialidade e reconhecimento da Soberania Alimentar

Diante da amplitude conceitual detalhada por toda genealogia da soberania alimentar, definimos uma série de categorias que estão em algum nível relacionadas com o centro de nossas reflexões. Cabe aqui retomarmos a nossa proposta de compreensão das relações de trabalho e reconhecimento em torno da produção e comércio de alimentos para com a soberania alimentar, demarcando quais os marcos acionaremos. Perseguimos a possibilidade de ascensão da autonomia de uma classe de trabalhadores, que consiste não só o campesinato produtor, que pode ou não ser agroecológico, mas também, outros tantos trabalhadores que fazem parte do sistema agroalimentar da produção e comércio no meio urbano e rural e nesse caso temos como foco o *feirante*.

A discussão busca destacar marcos fundamentais para a compreensão do conceito político filosófico da própria Soberania Alimentar, ou melhor da ideia de Soberania evocada por tal noção. Para isso, partimos das teorias críticas à modernidade e o alicerce para suas reflexões, de modo a vislumbrar os impactos desse debate nas ciências sociais, perpassando não só a ciência, mas também o campo da política e da realidade social como um todo.

3.1 Raízes colonizadas e subalternizadas

Este tópico propõe abordar alguns aspectos epistemológicos propondo uma reflexão quanto ao conceito chave da colonialidade com relação à ideia de soberania, a partir dessas reflexões, buscamos compreender os limites de uma soberania possível em realidades e contextos que estejam sujeitos às estruturas sociais, derivadas de relações de poder fundamentadas no histórico sociocultural do colonialismo capitalista, neste caso, uma noção de colonialidade que nos permita fundamentar uma crítica ao universo da soberania alimentar.

A própria noção de soberania, é aqui observada por um olhar específico, pois se seus princípios são pensados em um contexto de ascensão da modernidade, o cerne dessa ideia também está envolvido em um processo histórico cultural do colonialismo. Desse modo, se transplantamos esse conceito para dentro de um debate pós-colonial chegamos às questões: *é possível falar*

de soberania sem levar em conta as raízes epistemologicamente colonizadas de tal conceito? Ou seria essa mesma questão uma distorção política do real significado de um conceito epistemológico? Quais as relações de poder estão postas em jogo em tal processo?

A crítica pós-colonial, vai de encontro não somente aos objetos e objetivos de uma ciência consolidada, mas sim, uma contraproposta ao projeto político da própria modernidade. Para compor essa crítica, o campo da pós-colonialidade articula um conjunto de teóricos responsáveis por inúmeras agendas tanto científicas quanto políticas. Tais perspectivas tomam como base os estudos do estruturalismo e pós estruturalismo onde toda essa base intelectual, está diretamente relacionada a uma série de debates nas ciências sociais e humanas de reflexão para com o real conjunto de significados que são referência na compreensão do mundo moderno. A crítica principal pode ser resumida em uma questão: *como o projeto de uma modernidade universal pôde se concretizar, se toda concepção de mundo universalizante, todos os seus conceitos e todo o desenvolvimento que a constitui, é em si, discriminatório, eugenista, autoritário e explorador, excluindo uma parcela global da formulação de tal projeto?*

São pertinentes as colocações de Walter Mignolo (2003), para quem “o ocidentalismo é a face visível do edifício do mundo moderno, ao passo que os saberes subalternos são seu lado sombrio, o lado colonial da modernidade” (Meneses, Vasile, 2014)

Além das profundas desigualdades e injustiças sociais deixadas pelo colonialismo e imperialismo, amplamente discutidas pela teoria da dependência e outras abordagens, existe um legado epistemológico do eurocentrismo que limita nossa capacidade de compreender o mundo a partir das próprias perspectivas e conhecimentos locais. Como destacou Walter Mignolo (2013), embora os gregos tenham desenvolvido o pensamento filosófico, isso não implica que tenham criado o Pensamento em si. O pensamento está presente em todas as culturas e sociedades, resultando em uma multiplicidade de epistemes e mundos de vida. Dessa forma, há uma rica diversidade epistêmica

que engloba todo o conhecimento humano sobre a vida, a água, a terra, o fogo, o ar e os seres humanos.

A obra de Edward Said “O orientalismo” (2001), é considerada como o marco para os estudos pós-coloniais, servindo de base para construção de uma série de outras perspectivas também tidas enquanto clássicas para tal corrente, como é o caso das obras de *Frantz Fanon*, *Gayatri Spivaki*, *Homi Bhabha*, *Anibal Quijano* e *Boaventura Santos*. A partir de sua questão central, sobre a crítica ao desenvolvimento excludente da modernidade, é que os teóricos pós-coloniais buscam reconstruir uma leitura sobre a ideia de que a cultura é também uma invenção. Tal perspectiva define nos sujeitos desse mundo globalizado resultante do processo colonizador da modernidade, uma base epistemológica enviesada, uma visão do mundo orientada a partir de princípios morais, religiosos, políticos e científicos, que não diz respeito ao outro “não ocidental”, oriental e sulista, no caso sacralizando uma dicotomia geral, o colonizado e colonizador.

A crítica veiculada pelos pós coloniais testemunha as disputas de forças desiguais e irregulares na representação da cultura, destacando tal competição, a partir da ótica dos sujeitos nunca ouvidos quanto às suas percepções e formas de vida. Os estudos pós-coloniais têm como perspectiva principal, refletir sobre o momento de iluminação em relação a colonização, iluminação essa, que faz referência ao momento histórico do iluminismo onde ciência, arte, literatura e poder se configuram em uma estrutura social forte com base no processo de colonização, deslegitimação e controle do outro.

Nesse caminho, cabe aos que se posicionam frente ao eurocentrismo, reconstruir o discurso da diferença das culturas, exigindo uma mudança geral no conteúdo, nos símbolos e signos submetidos. Tal substituição exige uma revisão radical da temporalidade social, nas quais histórias emergentes possam ser escritas, demandando também a rearticulação do signo no qual se possa inscrever identidades nacionais distintas.

Homi Bhabha (1998) em sua teoria propõe o conceito de Hibridismo como forma intelectual e política do sujeito, resistente ao processo de colonização e

neocolonização, se afirmar quanto às suas origens culturais reais e buscar inserir a partir de suas filosofias de vida e pela própria ciência, novas percepções de ver o mundo que sejam distintas das sacralizadas pelo colonizador. Trata-se, portanto, não de negar a realidade e relativizar as relações sociais, mas sim de ressignificar, de hibridizar os significados epistemológicos das coisas.

A hibridação entende, portanto, como pessoas que não possuem poder e autoridade podem entrar em uma renegociação e levantar demandas e especificidades de seus contextos históricos e atuais que combinem, que se misturem, ou até mesmo desestabilizam, as suposições hierárquicas de poder que os envolve. Essa ressignificação deslegitima a noção de subdesenvolvimento presente em diversas perspectivas sociológicas e antropológicas, mostrando que as mesmas insistem numa representação evolucionista eurocentrada que inferioriza os ainda “carentes de civilização”. De mesmo modo, por não cair em anacronismos relativistas, descarta por completo as perspectivas multiculturalistas e pluralistas destacando suas impossibilidades, já que o fundamental é a ressignificação do que está posto e não a desconstrução de uma realidade idealista (Costa, 2006). Em torno do poder colonizador, são articulados um conjunto de outros conceitos fundamentais como Povo, Nação, e a própria ideia de Soberania.

Todos esses conceitos possuem interpretações consagradas na filosofia política, e a depender da perspectiva epistemológica que se tome partida, mérito que em grande medida se deve aos iluministas, onde a forma de lidar com tais dimensões da vida foram fundamentais para sedimentar a base da política e de toda cultura ocidental moderna. Teóricos como Hobbes, Bodin, Locke, Rousseau, Montesquieu, Maquiavel, são cirúrgicos em suas reflexões quanto ao papel do Estado, os deveres do soberano, a autoridade, o contrato social, a democracia e o papel e poder do povo, são alguns dos conceitos fundamentais. Aprofundar em cada aspecto dessas origens demandaria um esforço hercúleo que nos distancia da proposta original, por conta disso, o que deve ser tomado para a reflexão é que todos esses temas são oriundos de relações de poder universalizadas por suas correntes filosóficas de nascente ocidental (Lander, 2005). E que tais reflexões do pensamento político clássico, são também, constituídas a partir de uma sociedade eurocêntrica, assim, nos questionamos

em consonância com a corrente pós colonial: *se as lutas por autonomia dos dominados podem ser tratadas no mesmo panorama social que as relações de poder do dominador?*

O conceito de imaginário social, abordado por Taylor (2006), é crucial para entender como a sociedade imagina e define sua identidade coletiva. O imaginário social refere-se à rede de significados compartilhados que cria e regula a ordem moral e social, configurando os modelos e expectativas das sociedades. Esses significados não são inventados por indivíduos isolados, mas são criados e compartilhados coletivamente, formando um sistema de significados instituído e incorporado pela sociedade (Arruda, 2020). Assim, a teoria do imaginário social ilumina como as concepções e expectativas sociais moldam e sustentam a estrutura de poder e a divisão entre centros e periferias.

Com o advento do colonialismo, surge uma racionalidade que divide a sociedade em dois hemisférios distintos: os centros de poder, considerados superiores e modernos, e a periferia, vista como inferior e primitiva. Essa dicotomia é fundamental para questionar os limites da soberania, evidenciando fissuras ontológicas, um conceito que Taylor (2006) descreve como as lacunas e tensões nas categorias que estruturam a realidade social e cultural. Esse sistema de fragmentação resulta em um conhecimento que se pretende objetivo e universal, mas que é, na verdade, descontextualizado e desvinculado da subjetividade.

Apesar dos lucros obtidos através da exploração e dominação, os centros de poder só existem em função da periferia que os sustenta. Esta periferia, por sua vez, é marcada por uma relação conflituosa de submissão e categorização de seus indivíduos. O conceito de colonialidade do poder (Quijano, 2009; Mignolo, 2017) ajuda a aprofundar a análise dessa dinâmica, revelando como os padrões da sociedade capitalista moldam identidades racializadas e disposições culturais e de classe.

Diante desse debate podemos nos questionar algo crucial para o avanço dessa tese: *O trabalhador camponês e suas relações com a soberania alimentar se aplicam pelo viés marxista? Como poderíamos discutir essa relação a partir*

desse debate em torno da colonialidade? Para responder tais questionamentos nos debruçamos sob as discussões de Rubbo (2021) sobre as possibilidades de se compreender o debate marxista atrelado a ótica pós colonial:

Existiria uma “teoria” marxista sobre o colonialismo, etnia, gênero e lutas nacionais? Pois bem, a tradição marxista contemporânea deve aceitar o desafio da pergunta e encarar o desafio de respondê-la. Marx nas margens faz parte desse desafio e, por isso, inspira novas agendas de pesquisa para uma história intelectual e política do marxismo, como, por exemplo, reordenar uma geopolítica do conhecimento marxista que transcenda o marxismo “clássico” e “ocidental”, sem deixar, evidentemente, de traçar comparações, diálogos e influências (especialmente com autores/as “hereges”); ou mapear as tradições escondidas do marxismo, como os marxismos do Sul global e os encontros (muito deles, perdidos) com o marxismo negro, o marxismo feminista e o marxismo indígena. Ou seja, um pensamento marxista crítico nas e a partir das margens. (RUBBO, 2021)

Ou seja, o marxismo, com sua análise da luta de classes e da exploração econômica, pode oferecer uma perspectiva valiosa para entender as relações entre trabalhadores camponeses e soberania alimentar. Embora o marxismo tenha se originado em contextos europeus e frequentemente se concentre em dinâmicas urbanas e industriais, sua abordagem sobre a luta contra a exploração e dominação é relevante quando adaptada para o contexto rural. A soberania alimentar, que envolve o direito dos povos a definir suas próprias políticas alimentares e agrícolas, pode ser analisada através do marxismo ao considerar como as relações de poder e propriedade impactam a capacidade dos camponeses de controlar suas práticas agrícolas e recursos. O de imaginário social de Taylor (2006) é útil para compreender como a estrutura de poder e normas sociais moldam a percepção e o tratamento da soberania alimentar e do papel dos camponeses. Além disso, a colonialidade do poder (Quijano, 2009; Mignolo, 2017) revela como as dinâmicas de exploração e dominação impostas pelo colonialismo continuam a influenciar as relações de trabalho e a produção de conhecimento. Embora o marxismo tenha raízes ocidentais, sua análise das

relações de poder e exploração pode ser globalmente relevante quando adaptada e contextualizada. As lutas por autonomia e soberania alimentar dos trabalhadores camponeses inserem-se em um panorama mais amplo de resistência às formas modernas de exploração e dominação, que têm raízes coloniais e continuam a moldar as relações sociais e a produção de conhecimento.

Logo, a colonialidade manifesta-se enquanto uma malha de relações sociais em torno do controle da própria existência social, ou seja, os aspectos reivindicados politicamente como parte de uma noção específica e interdependente. Ora, a soberania consiste em um conceito que permite a condição de autonomia e autoridade total sobre o conjunto das relações sociais e suas instituições, sejam elas produtivas e/ou subjetivas. O poder que envolve essa soberania, por sua vez, perpassa os aspectos estruturais das mesmas relações de autoridade aqui postas em questão, ou seja, a soberania enquanto conceito articulável, estaria então interligada à própria constituição da colonialidade, tanto no centro, quanto na periferia³. Podemos constatar a partir de Quijano (2009) os aspectos sociais fundamentais para manutenção do poder eurocêntrico, sendo estes: o trabalho e seus produtos; os recursos naturais de produção; o sexo; a subjetividade do conhecimento e por fim; a autoridade como forma de coerção e reprodução dos padrões sociais. Das instâncias de classificação social, raça, gênero e trabalho, o trabalho transparece como central no processo, tanto de exploração, quanto de dominação.

Na filosofia política clássica, Hobbes irá pontuar o papel fundamental do soberano no controle da violência, o leviatã que concentra a força do Estado (Ribeiro, 2003), tal poder toma em Marx, a forma mercadoria, o capital sob controle das relações de produção no decorrer da história. O que Quijano aponta, é que tais perspectivas partem de um ponto das relações sociais que está anterior ao Estado e as relações de produção, formando assim, padrões distorcidos do próprio conjunto social. O marco real para o entendimento de tais fenômenos, está na própria história, no poder e na soberania do próprio

³ *Temos aqui mais um marco para compreensão do que iremos propor enquanto condição bivalente da soberania alimentar. Não entraremos em especificidade nesse momento, mas vale destacar esse ponto.*

colonialismo dentro das relações socioculturais. A forma como se constitui a soberania, seja popular, seja estatal, está na base no processo de dominação das forças e das transições positivas entre os sujeitos internos as hierarquias sociais.

O centro econômico e político, soberano em sua forma de se autogerir e dominar, só existe, porque previamente se forma a classificação e exploração do periférico, constituindo-se a partir de uma relação de poder desigual e paradoxal. Enquanto que a autonomia existe para os sujeitos, em especial para os trabalhadores que aqui discutimos, como uma contraposição a heteronomia, enquanto o sujeito autônomo dá a si as leis que regem seu comportamento, o sujeito heterônomo, recebe as leis de outras instâncias. Ou seja, a luta por autonomia e soberania na colonialidade está previamente demarcada pela própria história dos elementos possíveis que a estrutura e nesse contexto o sujeito político, socializado, imerso em seus sistemas culturais de pertencimento, conscientes ou não de suas classes e identidades, tem suas ações e visões de mundo, orientadas por tais estruturas, essas sim soberanas.

Assim, lançamos outra questão: *qual a real capacidade de ação dos sujeitos frente ao soberano processo de colonialidade?*⁴ Defendo a ideia de que a autonomia do trabalhador é uma forma de luta no cotidiano laboral, ou seja, é uma estratégia do campesinato e igualmente o feirante, em resistir; mas, mais do que isso, é um modo de ampliar o controle de seus territórios, diminuindo os processos de subordinação as raízes da colonialidade. Outro pressuposto é que é impossível pensar em autonomia absoluta no contexto do sistema hegemônico do capitalismo, visto que tal autonomia será sempre relativa, e, ainda assim, a entendo como processual.

A categoria de autonomia do trabalhador, se refere à capacidade dos trabalhadores de exercer algum grau de controle sobre suas condições de trabalho e suas vidas, apesar das pressões e estruturas dominantes do sistema capitalista e da colonialidade. Essa autonomia é vista como uma forma de resistência e estratégia para enfrentar e minimizar a subordinação e exploração

⁴ Ou seja, em que medida conseguimos construir frentes contra hegemônicas a um poder estabelecido.

típicas desses sistemas. No contexto do trabalho dos feirantes, essa autonomia se manifesta de várias maneiras, onde feirantes, muitas vezes pequenos produtores ou trabalhadores autônomos, operam fora das grandes cadeias de produção e distribuição controladas pelas grandes corporações. Ao venderem seus produtos diretamente aos consumidores, eles têm uma maior capacidade de controle sobre seus preços, qualidade e métodos de produção. Isso lhes confere uma forma de autonomia econômica e uma forma de resistência ao controle oligopolista do mercado agroindustrial.

Os feirantes, como os trabalhadores rurais e camponeses, buscam afirmar sua autonomia através de práticas que desafiam o status quo da produção e distribuição alimentar dominado por grandes conglomerados. Eles promovem a agricultura familiar, a produção local e o comércio direto, o que contribui para uma forma de soberania alimentar que se opõe à lógica de mercado globalizada. Esta autonomia é relativa, pois está limitada pelas estruturas econômicas e políticas mais amplas que moldam a economia e o mercado e o reconhecimento das atividades desses sujeitos, ou seja, a autonomia desses trabalhadores perpassa uma dupla relação entre reconhecimento e redistribuição dos pilares fundamentais que estruturam esses sujeitos pertencentes a uma classe alienada a dominação dessa lógica produtiva.

Esse sujeito alienado é constituído com o propósito da manutenção dos elos de dominação, classificado socialmente por sua região, cultura e classe, sem que sua historicidade particular seja considerada, sendo “epistemicamente” e não só materialmente violentado, de acordo com Gayatri Spivak (2010). Esses sujeitos que são diretamente afetados pela violência, são os *sujeitos subalternos*. A condição de subalternidade está fortemente marcada pela condição de pobreza, pelos processos de exclusão nos mercados, pela representatividade política dissonante e principalmente pela impossibilidade de compor os estratos dominantes da sociedade. Nesse sentido, diferentemente dos sujeitos tidos enquanto dominantes nas relações sociais, o subalterno expressa sua condição em sua descontinuidade, sua localidade e temporalidade, pontos distintos de poder que marcam tal sujeito.

Se a classificação posta ao subalterno, é constituída como forma de corroer suas subjetividades, garantindo a condição de inferioridade diante do outro. Esse “outro” que não está representado pelo mesmo conjunto de arquétipos sociais, detêm uma falaciosa responsabilidade e autoridade de supostamente orientar o sujeito subalterno, ou seja, representá-lo, sendo justamente essa a condição que garante o papel social legítimo do soberano. Spivak aponta que a tida representatividade levada ao ponto da não condição de auto representação do subalterno, de neutralidade de seu reconhecimento dentro dos conflitos políticos, da falta de possibilidade de sanar seus problemas econômicos, acaba por eleger representantes automaticamente aceitos, ou de outro modo, tal representação segue dramática e quase teatral, uma dominação fantasiada de representação.

Assim, revela-se um movimento cruel onde a concepção de liberdade, está envolta de um conjunto de essencialismos e violências epistêmicas. O que apontamos aqui é justamente essa égide político cultural, onde o sujeito subalterno e o sujeito dominante, são na verdade reflexos de uma soberania que coexiste à *colonialidade do poder* que os governa e os constitui. Compreendendo o contexto histórico de construção da modernidade, percebemos o quanto a mesma representa um projeto político amplo que resulta na universalização da cultura dominante. Entende-se também a origem dos conceitos políticos vigentes ao mundo ocidentalizado, percebendo que os papéis desempenhados pelo Estado, pelas instituições e pelas ações dos sujeitos são marcados pela colonialidade, essa que não existe previamente, ela é em si parte de um processo amplo que se impõe sobre a estrutura das relações de modo dogmático.

Ora, se o conjunto das relações modernas é resultado de uma estrutura de poder demarcada pela cultura, os signos, significados, categorias e conceitos, são em si, a manifestação real do constructo social que lhes dá origem. Logo, esse todo formado por partes que se complementam, é ele próprio o soberano definindo seu lugar na existência, o leviatã não está representado na figura do monarca ou Estado como pontuaria Hobbes, mas sim, no conjunto das relações materiais e de reconhecimento que permitem a sua hegemonia, regem sua autonomia e no caso sua soberania.

A diversidade dos signos e categorias possíveis internas ao soberano, não o ferem, trata-se na verdade, da possibilidade de ação dos sujeitos, uma antítese, um processo contraditório de refutar a própria soberania estabelecida. Existe, portanto, um paradoxo envolvendo tal soberania, pois enquanto a mesma só existe visto a condição desigual e inferior do dominado, o próprio, o subalterno da equação, só pode também reconhecer a si e suas origens, se antes a admitir a existência do soberano que o condenou historicamente.

Diferentemente do pragmatismo político de Boaventura (2008), ao propor uma “ecologia de saberes”, conceito que considera a diversidade para “combater as linhas abissais”, propondo assim uma nova compreensão da epistemologia. Buscamos constatar por esse conjunto de reflexões aqui expostas, o quão profundo está enraizado as dimensões da colonialidade, processo que demarca a disputa política em torno da soberania no contexto político de uma parcela do globo, estando muito mais relacionada com o reconhecimento dos sujeitos subalternos diante da estrutura, do que necessariamente uma distorção “ecológica” da realidade já estabelecida.

A capacidade dos sujeitos subalternos em reconhecer suas subjetividades, está diretamente ligada à condição anterior da soberania que se busca contrapor. Tal esforço não se limita apenas aos conceitos e reflexões aqui ensaiadas, a expansão de tal proposta, na verdade, é necessária para todo esforço teórico e metodológico que se segue, e a partir disso voltamos a questionar se a produção agroindustrial dos alimentos atualmente hegemônica, detém total controle sobre a estrutura econômica e política do território e do trabalho, *como ocorre o reconhecimento dos subalternos adeptos do modelo da soberania alimentar popular e campesina?*

3.2 Processos de reconhecimento e meios de redistribuição

A busca pela compreensão das inúmeras camadas que envolvem o fenômeno, consiste não só em compreender essas relações em torno das atividades de uma classe, mas também, como as mesmas afetam as subjetividades individuais e coletivas dos sujeitos e como tais estão em tensão constante enquanto formas de entendimento do mundo. Ao passo, que se formam inúmeras perspectivas e estilos de vida, destacam-se também as

diferenças práticas e discursos em torno dos grupos constituídos no processo. Esse conjunto remetemos diretamente aos aspectos definidores da autonomia e do reconhecimento compreendendo as dimensões políticas e produtivas, com o intuito de viabilizar comparações futuras entre o contexto internacional e as dinâmicas internas ao contexto brasileiro aqui aprofundado, e suas implicações na construção da utopia possível da soberania alimentar.

Primeiramente, é fundamental evidenciar que a soberania alimentar está sendo abordada pelas dinâmicas políticas que envolvem o conceito que são centrais para sua legitimidade e construção de reconhecimento. Como é o caso do nacionalismo, do populismo, a própria noção de soberania nacional e popular, de hegemonia e de contra hegemonia, tendo em vista, que tais conceitos são constituídos a partir do conjunto das relações materiais da história, e por esse motivo, é que são consideradas aqui realidades objetivas e interdependentes como vimos enquanto discutimos as camadas da colonialidade. A fim de garantir profundidade às reflexões, demarcamos as pontes necessárias para discussão a partir de três dos maiores pilares da teoria do reconhecimento, *Charles Taylor*, *Axel Honneth* e *Nancy Fraser*.

Reconhecimento e redistribuição, são conceitos caros a um movimento de dicotomia teórica que perpassa o debate das injustiças sociais, econômicas e culturais. Dentro do conjunto de abordagens possíveis dessa corrente, pontuamos relações sociais complexas como a *estima social*, o *valor da autorrealização*, o *multiculturalismo*, as *questões políticas envolvendo os direitos*, ou seja, um amplo leque de possibilidades analíticas que fazem parte desse campo de estudos. Adentrando no conjunto das teses, pontua-se aqui Charles Taylor como um dos precursores das novas abordagens quanto ao conceito do reconhecimento (Amadeo, 2017).

Taylor (2000) apontou uma mudança no debate político entre liberalismo e comunitarismo, visando compreender contextos envoltos de uma política tida de reconhecimento, ou seja, voltada a forma como os cidadãos são considerados e se consideram socialmente. Na compreensão de Taylor uma política que tivesse base unicamente liberal seria incapaz de compreender as diferenças dos indivíduos, e por consequência, só reconheceria as características

universalmente compartilhadas dos sujeitos, como uma espécie de identidade ampla suficientemente política para ser compartilhada por todos. Para Taylor o processo de formação de identidades depende do reconhecimento dado pelo outro, ou seja, *as identidades não têm existência por si mesmas*, isso implica que se um indivíduo ou grupo social não for reconhecido pelos outros a formação e coesão das identidades é comprometida.

Desse modo, o reconhecimento é visto enquanto um aspecto fundamental para a perpetuação do processo de subordinações sociais entre grupos, já que, se o reconhecimento de um determinado grupo social é negado, um conjunto de aspectos negativos são direcionados ao mesmo, sendo assim, internalizados pelos sujeitos. A partir disso, preservam-se as posições de dominação, impossibilitando as perspectivas de autonomia dos indivíduos não reconhecidos, visto que, aquele que não reconhece o outro enquanto um sujeito particular, só o faz por ter sua autonomia preservada e essa mesma mantida enquanto o crivo das diferenças.

Dinâmica muito similar ao que já abordamos quanto ao processo de construção de uma “representação” soberana nas relações de poder da colonialidade. Taylor propõe uma perspectiva política amparada em um liberalismo que seja possível preservar direitos fundamentais igualitários, ao passo que consiga distinguir as tradições culturais específicas, enquanto que para Honneth o conceito de reconhecimento além de estar no cerne da tradição da teoria crítica, compreende que as injustiças sociais são resultadas do reconhecimento intersubjetivo negado, afetando diretamente a relação dos indivíduos com eles mesmos. Ou seja, para Taylor o reconhecimento é necessário para a autonomia e a negação do mesmo gera subordinação, enquanto em Honneth é do conflito por reconhecimento que nasce essa mesma autonomia (Honneth, 2011; Amadeo, 2017).

A discussão proposta por Honneth, por sua vez, remete diretamente às raízes do reconhecimento, mesmo com suas ponderações, indo a Hegel, para compreender que as identidades se constituem a partir dos embates e lutas sociais, onde a intersubjetividade no processo de reconhecimento tem no conflito seu panorama. Honneth (2011) aponta que os princípios fundadores da teoria

crítica, estão justamente na síntese teórica do que está fundamentado enquanto aspectos materiais e econômicos em seus aspectos culturais. Desse modo, a noção de reconhecimento proposta por Honneth, busca justamente nas experiências de injustiça social o aporte necessário para entender as relações de conflito e descontentamento, que para ele, são fundamentais na sociedade contemporânea. A justiça enquanto forma teórica de compreender os fenômenos, possui três pilares que Honneth (2011) nomeia como os princípios de reconhecimento seriam: *o amor, o tratamento jurídico e a estima social*, tais princípios são os elementos necessários para obtenção de autonomia dos indivíduos.

Outro aspecto fundamental é a relação dicotômica de compreensão das demandas sociais pelas perspectivas do reconhecimento e da redistribuição. Amadeo (2017) aponta que, *“na luta contra as injustiças sociais, a política de reconhecimento busca reafirmar as identidades sociais, ao tempo que a política de redistribuição busca construir uma perspectiva mais universalista”*. Seguindo esse sentido Amadeo traz luz a Nancy Fraser (2006), onde ela propõe uma proposta teórica e política transversal tanto aos aspectos culturais, quanto aos econômicos da realidade, desse modo, a tese da redistribuição que estaria mais atrelada às desigualdades materiais, e o reconhecimento quanto às desigualdades identitárias poderiam operar em síntese.

Fraser e Honneth compactuam com o entendimento de que a dicotomia de perspectivas acompanha um movimento de recessão das lutas de caráter econômico, anteriormente dominantes, ao passo que se têm proliferado as lutas pela identidade desde a ascensão dos movimentos sociais nos anos 70. Fraser e Honneth partem de uma perspectiva compartilhada quanto ao conceito de reconhecimento e se dividem a partir de suas conclusões teóricas.

Para Honneth o reconhecimento seria um conceito moral e político estrutural das relações, enquanto que a redistribuição seria uma categoria derivada do reconhecimento, ou seja, os aspectos de pertencimento e autonomia das identidades dos grupos e sujeitos, seriam anteriores às dinâmicas de compensação social as iniquidades. Já Fraser (2006) compreende que o reconhecimento e a redistribuição devem ser conceitos analisados a partir de

uma perspectiva dualista, colocando ambas categorias como centrais para a justiça social. Especificamente para Fraser, as dinâmicas de opressão giram em torno de um movimento onde as formas de hierarquia alternam entre uma opressão econômica e uma opressão cultural e vice-versa, desse modo, economia e cultura são campos interdependentes da realidade. A forma como se constitui o embate teórico em torno do reconhecimento, posiciona diretamente a apresentação das teorias, na disputa entre os conceitos derivados das teses econômicas e culturais.

Apontamos para uma compreensão ampla das dicotomias, onde é de fundamental importância visualizar as lógicas econômicas e políticas que sustentam a integração social e os processos de dominação no contexto capitalista, compreendendo assim a autonomia e a justiça social, a partir da ótica do reconhecimento junto a redistribuição e não como nascentes políticas distintas, além de compor como as identidades impactam nas relações materiais objetivas, sendo justamente nesse sentido que estamos discutindo as várias formas de atuação e defesa das experiências da soberania alimentar.

Além das semelhanças e diferenças já constatadas é necessário considerar uma crítica ao processo de manifestação das estruturas de colonialidade, principalmente quanto a formação de identidades de caráter popular e dialogada com a classe trabalhadora. Visto que o poder que envolve o conceito de soberania, perpassa aspectos estruturais das relações de reconhecimento, aqui postas em questão, ou seja, a soberania alimentar enquanto conceito articulável, estaria então interligada aos conflitos em torno da colonialidade, tanto no centro, quanto na periferia.

Retomamos assim, ao centro do debate onde inúmeras questões de ordem sociológica, cercam as transformações do capitalismo em suas mais diversas camadas e manifestações da estrutura. Dentro desse universo de possibilidades, a categoria reconhecimento se destaca, graças a absorção dessas teses entre movimentos sociais contemporâneos e suas pautas culturais, abraçando aspectos das lutas materialistas mais tradicionais de viés marxista e alocam as reflexões em torno da busca por direitos e equidades entre grupos minoritários

e pautas ligadas afirmação das identidades sociais (Neves, 2018; Sobottka, 2013).

Não resta dúvidas que no campo das ciências sociais essas mudanças na centralidade das perspectivas é algo recorrente e necessário, tendo em vista as próprias transformações da sociedade na qual a ciência está inserida. O que se destaca, é justamente como esses debates de nível teórico expressam na verdade uma disputa política em torno das incorporações de conceitos em discursos e vice-versa.

O conhecimento nas ciências humanas tem caráter duplo, pois ao mesmo tempo que influencia a sociedade com suas descobertas, é influenciado pelas próprias transformações dela (Neves, 2018; Lander, 2005). As categorias reconhecimento e colonialidade são talvez as que mais demonstram essa realidade, e os paradigmas em disputa, servem aqui, como alicerce para definição do que utilizaremos enquanto marco teórico analítico.

A condição de constante reconhecimento que apontamos como argumento para a atual condição da soberania alimentar, aponta justamente o impasse dialético proposto e analisado por Nancy Fraser e Axel Honneth e expressa também a origem do caráter colonial da estrutura capitalista ocidental. Honneth, defende que a luta por reconhecimento é capaz de lidar com as injustiças fundamentais da sociedade contemporânea, enquanto Fraser entende que o reconhecimento, apesar de fundamental, não pode ser entendido isolado da perspectiva redistributiva. O cenário que se constitui retoma ao velho debate onde a identidade de grupos está acima, teoricamente, do interesse das classes como ferramenta política, onde as injustiças e iniquidades são direcionadas ao debate cultural e não necessariamente socioeconômico.

Dentro de nossas reflexões para com a soberania alimentar, notamos esse movimento quando analisamos a forma como as ciências sociais observam os trabalhadores que podem ou não ser incluídos em projetos políticos de ascensão social e autonomia. Ou seja, no caso da soberania alimentar podemos notar um movimento na centralidade das explicações dos efeitos que degradam os avanços desse modelo produtivo. Desse modo, para que a disputa contra

hegemônica da soberania alimentar, alcance patamares mais largos de uma classe para si, se compreendidos e absorvidos os trabalhadores que direta ou indiretamente constituem o conjunto da classe em si. Tomamos esse posicionamento tendo como base a proposta teórica de Nancy Fraser (2022) e de tantos outros autores que perseguiram sua perspectiva analítica.

Ao invés de simplesmente endossar ou rejeitar o que é a política da identidade, devíamos nos dar conta de que temos pela frente uma nova tarefa intelectual e prática: a de desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento, que identifique e assume a defesa daquelas versões da política cultural da diferença que possam ser combinadas coerentemente com a política social da igualdade. É com base nessa perspectiva que nos aprofundamos sobre a condição dos trabalhadores na produção e comércio de alimentos e como tal conjunto está diretamente ligado ao panorama mais amplo da questão alimentar e agrária no Brasil e no mundo. Consideramos, portanto, o reconhecimento enquanto uma categoria fundamental para além da teoria das identidades, englobar uma teoria dual da justiça onde tanto o reconhecimento, quanto redistribuição são paradigmáticos quando se trata de grupos subalternizados (Neves, 2005, 2018, 2019; Fraser, 2022).

É com base nessa ótica que definimos o reconhecimento como um *status relativo de paridade entre coletivos e/ou sujeitos* dentro das relações sociais, que pode ou não ser legitimado, e tem como intuito garantir a igualdade no enfrentamento das dominações econômicas, culturais e de participação política, tornando possível a reivindicação de justiça e autonomia social. Assumir a noção de *status* como parâmetro, é admitir a necessidade de investigar os limites que envolvem o processo de privação econômica e discriminação cultural, entre grupos onde esses dois fenômenos se entrelaçam.

A relação entre reconhecimento e colonialidade é intrinsecamente ligada às dinâmicas de poder e exclusão que persistem desde o período colonial até o presente. A colonialidade descreve a continuidade das estruturas de dominação e desigualdade que surgiram durante a colonização e ainda moldam a organização social, econômica e política contemporânea, mesmo após o fim das colônias. A falta de reconhecimento das classes, identidades, culturas e direitos

dos povos historicamente subalternizados é uma característica central da colonialidade.

O reconhecimento refere-se ao processo pelo qual grupos ou indivíduos são visivelmente incluídos e validados dentro das estruturas dominantes. No âmbito da colonialidade, a ausência de reconhecimento representa a negação de direitos e a marginalização contínua desses grupos, resultando em sua perpetuação em posições subordinadas e desiguais. Portanto, superar a colonialidade requer um reconhecimento genuíno e uma redistribuição abrangente, que valide e inclua as identidades e culturas diversas no diálogo social, político e econômico, promovendo uma mudança real nas percepções e tratamentos desses grupos historicamente oprimidos.

No caso, é partir das “*coletividades bivalentes*” de Fraser, onde podemos analisar grupos sociais que são afetados simultaneamente pelas iniquidades relativas à classe explorada e as discriminações relativas aos seus respectivos aspectos culturais. Coletividades bivalentes, em suma, podem sofrer da má distribuição socioeconômica e da desconsideração cultural de forma que nenhuma dessas injustiças seja um efeito indireto da outra sendo ambas originárias.

Nesse caso, nem os remédios de redistribuição nem os de reconhecimento, por si só são suficientes, coletividades bivalentes necessitam dos dois ao mesmo tempo. Fraser (2006) aponta que gênero e raça por exemplo são paradigmas sociais relativos a coletividades bivalentes, já que ambos são atravessados por especificidades tanto de nível econômico-laboral, quanto cultural-valorativo. Nosso intuito é se espelhar em um conjunto de autores (Neves, 2005, 2018, 2019 Jardim, 2016; Rosenfield, Saavedra, 2013; Rosenfield, Mello, 2015) que discorreram a respeito do reconhecimento como categoria para buscar expandir a noção de *status* e assim encontrar meios para explicar a soberania alimentar e os grupos e classes que a envolve.

Considerando que um sujeito ou grupo que detém reconhecimento é aquele que ocupa um status de parceiro paritário nas interações sociais, status esse legitimado a partir de relações de conflito historicamente estabelecidas. Diante

dessa perspectiva a soberania alimentar pode ser pensada dentro desse macrocampo, em termos de uma *dimensão social relativa aos pares*, ou seja, a soberania como um aspecto emancipatório essencial para a liberdade e justiça social dos grupos que por ela articulam e por aqueles que por ela são atravessados.

Então, se a soberania alimentar pode ser compreendida como um modelo contra hegemônico de produção alimentar, que visa o direito e a autonomia popular no sistema de trabalho em detrimento da hegemonia econômica e política do agronegócio neoliberal. Essa autonomia está para a luta por reconhecimento de grupos sociais de gênero e raça, como também está para os trabalhadores da produção e comércio de alimentos (incluindo campesinato, produtores e feirantes urbanos) como coletividades bivalentes que também necessitam de reconhecimento e redistribuição durante a luta por autonomia. Nesse sentido, é que propomos expandir as possibilidades de luta por soberania alimentar, combatendo os elementos neutralizantes do reconhecimento das classes envolvidas no modelo produtivo hegemônico.

4. CAPÍTULO 3 – Um Primeiro Contato Observando a Feira

Para garantir a efetividade em termos de obtenção dos dados, desenvolvemos uma primeira etapa de sondagem empírica e de ajustes metodológicos, processo adotado aqui como uma *Fase Piloto*. Nesse sentido, buscamos focar no trabalho desenvolvido na estrutura de produção e comercialização de alimentos nas feiras sergipanas, a partir de uma sondagem de dados junto a 30 *trabalhadores*, selecionados aleatoriamente entre os seguintes locais de entrevista:

- Feira Livre do Bairro João Alves - N. S. do Socorro
- Feira Livre do Bairro Marcos Freire 2 - N. S. do Socorro
- Mercado Albano Franco - Aracaju
- Mercado Thales Ferraz - Aracaju
- Mercado José Corrêa Sobrinho – Lagarto
- Mercado do Centro - Itabaiana

Em termos de desenvolvimento teórico essa fase piloto teve como perspectiva, compreender as necessidades e expectativas em torno das atividades específicas de trabalho dos entrevistados, como também um olhar crítico sobre suas perspectivas políticas em torno do alimento mercadoria que comercializam, qualificando as condições estruturais de tais atividades, além de seus aspectos objetivos distintivos entre os sujeitos que nelas trabalham. Destacamos que os resultados obtidos nessa etapa, foram cruciais para averiguar os aspectos ligados ao desenvolvimento prático da metodologia, e permitiram tensionar as variáveis analíticas com o campo, garantindo um olhar teórico mais coerente sob os argumentos buscando dialogicamente com as informações obtidas com os próprios sujeitos, parâmetros de validação do que entendemos sobre as variáveis e principalmente sobre o problema de pesquisa levantado.

Vale salientar que o roteiro de entrevista utilizado durante o piloto foi exploratório e ao longo da pesquisa foi refinado para incorporar os detalhes de compreensão sobre o problema investigado. Além do que, muito do que foi extraído como dados de pesquisa contou também com o recurso das *conversas*

informais com os sujeitos do campo, de modo que o “ritual” da entrevista muitas vezes compromete o conforto do provável entrevistado em conceder informações⁵.

4.1 Observação do espaço da feira

O processo de escolha do melhor momento para realização das entrevistas envolveu uma preparação prévia, de observação do ambiente e da movimentação nas feiras que foram utilizadas para o piloto. Durante essa observação, foi extremamente necessário perceber a diferença existente entre os turnos de funcionamento das feiras, seja as que ocorrem no turno da manhã, da tarde ou da noite. Essa diferença é importante porque, as feiras que acontecem em mais de um turno normalmente possuem o tempo para mudança no funcionamento relativamente maior, já as feiras que ocorrem em apenas um turno, essas são mais dinâmicas e rapidamente estão lotadas de clientes e etc., essa diferença, foi facilmente percebida no momento de chegada aos locais.

No processo de observação, também foi crucial a necessidade de se ter um certo cuidado quanto à segurança no momento de execução da pesquisa, visto o número e a circulação de pessoas ser muito alto, manusear o equipamento de gravação e fotografia tornou-se algo perigoso quanto ao risco de assalto. Algo que mais tarde, foi confirmado pelos próprios feirantes que também relataram ter problemas com essa questão, principalmente quanto às feiras noturnas, com isso em mente, partimos para entender um pouco mais sobre a movimentação dos feirantes em si.

Nesse ponto, destacamos o seguinte processo: a feira primeiramente se inicia com a chegada dos feirantes ao local de trabalho, seguindo pelo processo de descarregamento das mercadorias, montagem das barracas e o tempo de organização dos produtos, onde ao fim dessa etapa, aparentemente, os feirantes já estão aptos para a comercialização, iniciando assim, a espera pelos primeiros clientes. Durante esses primeiros minutos, percebemos uma movimentação

⁵ O roteiro final pode ser encontrado no Anexo 1: Roteiro de Entrevista.

interessante de vivência entre os trabalhadores que se conhecem e possuem algum laço mais próximo, foi justamente nesse ponto que notamos a oportunidade para a abordagem e convite para entrevista, por ser um momento mais propício para socialização.

Notamos que esse poderia ser o melhor momento para abordagem, visto que os trabalhadores estão mais tranquilos quanto às atividades do dia, e o número de clientes ainda está muito reduzido, o que nos levou a leitura de que nossa chegada não prejudicaria as vendas, o que facilitaria a aceitação da entrevista. Nesse momento da abordagem, o fluxo permaneceu o mesmo em todos os locais visitados e em todos os turnos, visto que a única diferença, como já citamos, é a velocidade com que a feira se torna mais intensa.

Algo que nas feiras de um só turno, o momento da abordagem não dura muito mais do que 20 minutos, e nas feiras de mais de um turno, esse tempo pode chegar a mais ou menos 1 hora. Após isso, o fluxo da feira caminha para outras etapas: o aumento gradativo do número de clientes nas bancas e corredores da feira, seguido do aumento no número de trabalhadores paralelos com a chegada dos ambulantes, carregadores e outros trabalhadores informais, até a chegada do início do horário de pico da feira, momento com um número muito alto de clientes, caixas de som, e o próprio barulho do comércio, são fatores que impossibilitam totalmente a execução da pesquisa.

Após o horário de pico, ocorre uma redução gradativa no número de clientes, visto o fim próximo da feira, esse momento não pareceu vantajoso para entrevistas por dois motivos: primeiro, o cansaço dos trabalhadores, que nesse momento já passaram a maior parte do dia vendendo, e toda exaustão e estresse poderia prejudicar o andamento das entrevistas por mais curtas que elas fossem. O segundo motivo, é a chegada dos clientes retardatários que chegam ao final da feira para fazer suas compras, o que desperta nos feirantes o aumento dos descontos para terminar as vendas, já que nenhum deles opta pelo retorno das mercadorias.

Esse momento coincide com o início da desmontagem das barracas que já terminaram seus trabalhos, e a partida dos feirantes que já concluíram essa

etapa, ao passo que a limpeza bruta do local também acontece nesse momento pelos garis e catadores. Essa sobreposição de situações, impossibilita totalmente a possibilidade da entrevista, onde chegamos à conclusão que o momento da abordagem é perfeito, quando a mesma é feita logo no início da atividade comercial, logo após a montagem das barracas e antes do aumento no número de clientes. Desde o início dos testes de entrevista, foi possível notar uma diferença quanto ao processo de abordagem, especificamente entre homens e mulheres, quando idosos ou jovens, até o momento percebemos as seguintes relações de abordagem.

As mulheres mais jovens normalmente aceitam conversar com mais tranquilidade e se importam menos em conceder uma entrevista, aparentando se importar em dividir suas experiências. Os homens mais jovens, normalmente são mais rudes e buscam manter um certo distanciamento no momento da entrevista, são os que menos aceitam a conversa, inclusive sem gravação, e são mais impacientes quanto ao final do contato.

As mulheres idosas, diferentemente das jovens, essas evitam ao máximo a abordagem tanto para conversa quanto para a entrevista quando estão sozinhas, já quando estão acompanhadas (especialmente de seus maridos ou filhos) optam por respostas rápidas quando concedidas, mas em sua maioria, transferem o contato para esses homens que estão próximos. Os homens mais idosos aparentam ser o oposto dos jovens, normalmente aceitam com mais tranquilidade o contato e inclusive, se empolgam em dividir suas experiências e conquistas, normalmente quando esse feirante mais idoso estende a conversa, a senhora que também está na barraca passa a ceder mais contribuições.

4.2 Explorações e resultados da fase piloto

Considerando as descobertas obtidas na primeira inserção ao campo, pudemos obter parâmetros iniciais para a compreensão da realidade de trabalho nas feiras, ao passo que esses parâmetros também nos permitiram um maior esclarecimento quanto à observação do campo. Graças a esses dados, pudemos notar a presença das características que compõem as variáveis no campo e cercar as reflexões que foram necessárias para obtê-las, dadas as considerações quanto ao momento da abordagem, partimos aqui para a análise

mais detalhada das relações de trabalho propriamente ditas. Uma percepção geral que obtivemos envolve o fato de os feirantes relatarem situações de precariedade e de trajetórias familiares muito semelhantes, uma observação comum, é a de que são trabalhadores que passam por situações de estresse no cotidiano de trabalho e de dificuldades financeiras em termos de recursos, instabilidade nas vendas, como também, de inseguranças quanto a planejamentos de longo prazo.

Foi possível notar, que em algum nível, o feirante constrói simbolismos em torno do trabalho que possibilitam os mesmos a perceber a feira como algo mais vantajoso em comparação a outros ofícios, de modo a raramente cogitar algum tipo de mudança profissional, mesmo quando surgem oportunidades. Nesse ponto específico, foi possível notar que todos os entrevistados, até então, possuem a noção de que o trabalho da feira, está dentro do campo da gestão de um negócio próprio, gera nos mesmos, uma noção de autonomia quanto a renda e o tempo dedicado ao ofício, o que para eles, é algo importante para seus planejamentos de vida.

Com base nas respostas catalogadas nas entrevistas e conversas informais buscamos correlacionar os aspectos mais comuns entre os feirantes, de modo a encontrar padrões que nos permitissem uma comparação ampla entre os sujeitos da amostra. Com base nesse processo, construímos quatro categorias que usaremos aqui para ilustrar nossas descobertas e estabelecer conexões entre as variáveis aqui consideradas. Como base nos dados obtidos durante o piloto os tipos ideias foram:

1. Feirante com outros membros da família que também são feirantes;
2. Feirante que explana as dificuldades do trabalho e manutenção da vida;
3. Feirante que possui opinião formada sobre os produtos orgânicos e agroecológicos;
4. Feirante com pretensões de empreendedorismo e outras expectativas.

Com base nesses tipos, fomos ao campo justamente verificar se nosso recorte reflete tais situações, ou se obteríamos situações destoantes. Todos os

nossos entrevistados relataram trabalhar como feirantes⁶, desde a adolescência por volta dos 15 anos de idade mais ou menos, tanto homens, quanto mulheres, e visto a faixa etária de nossos entrevistados, temos 8 trabalhadores que estão na feira a pelo menos 5 anos, ou seja, possuem por volta dos 20 anos de idade, 10 trabalham a 20 anos, possuindo por volta dos 35 anos, e 12 já estão nesse ofício a pelo menos 50 anos, possuindo por volta dos 65 anos.

Quando perguntados sobre o tempo de atuação, notamos nos relatos uma constância em reafirmar o prazer em atuar na feira, como em vários relatos onde as frases “*é o que gosto de fazer*” ou “*é o trabalho que a gente aprende e sabe fazer*”, se repetem, mesmo que logo em seguida todos esses mesmos entrevistados tenham relatado que na feira tenha situações que a tornam um trabalho árduo. Como foi o caso de Maria que nos relatou:

Então, em média assim, até porque eu trabalho desde pequena com meu pai, mas pra mim mesmo assim tem uns 25 anos. (...) Então né, não há de reclamar né, porque graças a Deus o nosso sustento é isso, mas as dificuldades são constantes né, porque quer queira quer não, porque isso aqui para quem trabalha com amendoim como a gente cozinha que isso aqui é muito difícil, pra deixar ele do jeito que tá aí. E também ir pra roça, a gente tem trabalhadores que tiram na roça, aí nois cozinha, aí isso aqui é um trabalho muito difícil né, trabalhar com fogo, com carga, com estrada, eu mesmo já me queimei um monte (...)
(Maria)

Outro aspecto que forma uma parte desse perfil que envolve as dificuldades enfrentadas pelos feirantes, consiste nos relatos quanto às condições e qualidade de vida resultantes desse trabalho. Os relatos apontam para um alto grau de insegurança financeira, visto que a renda principal do feirante é fruto da venda direta das mercadorias. A oscilação nos preços e no poder de compra dos clientes, a variação no interesse por determinados produtos a depender da época do ano, são alguns dos fatores que implicam na não comercialização das mercadorias, o que reduz drasticamente os lucros de uma semana para a outra.

Essa dificuldade atrelada ao lucro, interfere na compra de novas mercadorias e recursos para os que são produtores, além de afetar a renda familiar, quando nesses casos, o feirante tem que dispor das economias que

⁶ Os nomes de todos os entrevistados desta tese foram alterados para tornar difícil a identificação, a fim de evitar possíveis constrangimentos ou distorções sobre suas visões.

antes eram voltadas ao gasto da família, para conseguir mobilizar os custos dessas mudanças repentinas no mercado. A variação nos preços, junto a relação com os fornecedores e/ou atravessadores, é algo que gera impactos diretos nos lucros, como relatado por Arnaldo:

É combinado aquele preço certo tem tempos que tá mais barato porque quando tem muita mercadoria sempre fica mais barato, e quanto ta mais pouco, todo mundo é combinado, tem que ser aquele preço porque a mercadoria tá mais pouca, é por isso que a gente vamos pra Pernambuco, porque queira ou não queria lá a fonte é maior e nós temos o corretor lá que traz e a gente vai buscar de carro ou ele traz
(Arnaldo)

Desse modo, notamos que dentre esses feirantes existem basicamente formas distintas de reação sobre esse fato: em uma é a revolta, quando os feirantes não aceitam essas adversidades e buscam dentro de suas percepções e crenças culpabilizar supostos responsáveis por essas perdas. Onde normalmente, são culpabilizados os atravessadores, em alguns casos os clientes, e em outros, a figura dos “*políticos*”, um consenso coletivo que vê na figura do Estado, uma instituição corrupta e repleta de defeitos operacionais e de garantia de direitos, que na visão deles, interfere nos rendimentos e nas vendas, crítica que se repete em quase todos os relatos em momentos como “*os grandes só querem saber de tirar da gente*”.

Uma outra reação muito comum entre os feirantes quanto aos motivos dessas oscilações, é a aceitação, e nesses casos por senso comum, entende-se a “origem” dos problemas da mesma forma daqueles que se revoltam, porém, ocorre o processo inverso que resulta na aceitação e na passividade desses sujeitos. Essa passividade, pode ser notada em expressões como “*seja feita a vontade de Deus*” ou “*mas é assim mesmo, as coisas mudam toda semana e a gente tem que se adaptar*”, onde nesses casos, a qualidade de vida desses sujeitos, e as condições materiais objetivas para subsistência, são logrados ao nível da mera sobrevivência, Tereza e Carlos, por exemplo, nos relatam da seguinte forma:

A gente vive do simples sabe, como a gente vive de feira, você não tem aquele lucro definitivamente sempre que você vai ganhar aqui, tem umas semanas que dá, tem outras que não dá, aí é por isso que assim a gente vive e vive do que dá e pronto. E olhe, pra mim eu não tenho do que eu reclamar, hoje no tempo que a gente tá, ninguém vai viver só de glória, às vezes ganha muito, as vezes ganha pouco e assim vai conquistando o que

der pra sobreviver, você leva numa boa tudo bem, tá bom demais.
(Tereza)

A minha maior conquista é a minha conquista diária, conseguir alimentar minha família, conseguir viver com um pouco de dignidade, essa é a minha maior conquista. Esse negócio de bem, dinheiro, essas coisas no comércio esse tipo de coisa é assim, tudo que você pode adquirir esse ano, no ano seguinte o comércio vai lá e te tira. **(Carlos)**

Ao passo que há essa identificação das precariedades no trabalho da feira, esses sujeitos quando se posicionam de uma maneira mais crítica a situações vividas, podem também, a depender da situação, recorrer a recursos organizacionais para mobilizar direitos, o que podemos entender como uma articulação. Digamos que há entre eles, uma ressalva quanto a proposta da associação de trabalhadores, visto que na experiência de muitos, esse movimento de coletividade é visto com maus olhos, por conta de atos de corrupção daqueles que eles julgam como “*espertos*”.

Esses que articulam o grupo de maneira oportunista, para arrecadar dinheiro, com a promessa da luta por direitos que deveriam ser contestados, e ao fim, não trazem retorno algum ao coletivo. Em outra medida, ocorrem mobilizações pontuais de reivindicação, principalmente entre os feirantes que trabalham nos mercados municipais, pois, quando surgem demandas que envolvem a segurança nas barracas, a estrutura física do local, questões sanitárias e até mesmo de visibilidade, esses feirantes se reúnem em comissões que buscam a diretoria quando no mercado, ou a própria prefeitura, para tentar mobilizar suas reivindicações.

Por fim, um último aspecto que compõe os feirantes que identificamos até aqui, está diretamente associado à noção de autonomia. Identificamos que todos os entrevistados na faixa dos 30 a 40 anos, tanto homens, quanto mulheres, já tiveram ao menos uma experiência trabalhista em outros ofícios além da feira. Nessas jornadas, todos relataram a exploração por parte das empresas e chefias, o alto tempo de dedicação e os salários baixos, que não compensam o esforço despendido cotidianamente.

Trabalhar “*fichado*”, como são tratados os ofícios CLT - Consolidação das Leis do Trabalho por eles, não compensa a falta de perspectiva e a exploração sofrida, o comércio e as feiras “*puxam de volta*”, existe essa compreensão da

feira como um trabalho mais lucrativo e atrativo, mais independente, onde o feirante acredita poder ter mais liberdade e autonomia. Sentem que seus investimentos tanto a curto, quanto a longo prazo possuem retorno, mesmo com o poder de compra reduzido e as perspectivas baixas de aposentadoria, a mudança profissional aparece como algo inviável entre eles.

Apenas um feirante dentre os entrevistados relatou não possuir familiares que já trabalhassem nas feiras ou em ofícios relacionados, porém, todos os outros membros desse grupo iniciaram os trabalhos na feira a partir dos familiares mais próximos, e mantiveram o ofício com seus maridos, esposas e filhos, dando continuidade ao que qualificamos como essa herança familiar. Como mencionado anteriormente, o sustento dessas famílias, em sua maioria, advém exclusivamente da feira, salvo os poucos casos onde um ou dois membros da família possuem outros ofícios temporários, e nesse contexto muitas gerações são formadas. Entretanto, é interessante notar que dentre algumas dessas famílias constituídas sob o lastro da feira, a relação entre os filhos e filhas mais velhos e mais novos, quanto às expectativas de futuro acaba por se diferenciar.

Notamos que os feirantes mais idosos, formaram seus filhos sob essa tradição de ofício e por conta da idade, esses filhos agora adultos, se dividem entre aqueles que seguiram a tradição da feira e aqueles que buscam outros horizontes de trabalho. Um aspecto comum, é que os filhos e filhas mais velhos desses feirantes mais idosos, normalmente são os que dão continuidade ao trabalho na feira, chegando ao ponto de constituir seus próprios negócios e famílias em torno disso.

Já entre os filhos mais jovens e especialmente os netos, é que encontramos uma recusa maior em dar continuidade ao trabalho na feira, buscando outros ofícios sendo inclusive os membros da família com maior grau de escolaridade. Já entre os feirantes mais jovens notamos uma dinâmica semelhante, normalmente os filhos mais velhos, que nesses casos são adolescentes, se dividem entre estudos e o suporte dado à família na feira, enquanto as crianças mais novas, possuem um contato muito reduzido com o trabalho, essas que só são encontradas no local normalmente quando as famílias são mais pobres, e

quando não estão, normalmente estão na escola ou sobre cuidados de parentes em casa.

A grande diferença interna nesse grupo, é quanto ao futuro desses filhos e filhas, enquanto os feirantes mais idosos veem na feira uma carreira de trabalho almejável e justa para o futuro, demonstrando um certo desapontamento quando os filhos mencionam a recusa. Os feirantes mais jovens, normalmente não gostariam que seus filhos seguissem na feira, e quando aceitam, é sempre na perspectiva “*se eles quiserem tudo bem, mas é melhor não*”, mas o interessante, é que justamente quando questionados sobre os motivos de preferir que os filhos não sigam na feira, retomam as dificuldades de trabalho e a falta de perspectiva em melhorar de vida, mesmo entre os feirantes que afirmam ser muito melhor esse tipo de trabalho.

São as perspectivas de futuro e as condições precárias do trabalho atual que aparecem nos tipos 1 e 3 e que se conectam às características do tipo 4, quando qualificamos esses feirantes por relatar pretensões de empreendedorismo. Apesar de um número reduzido de sujeitos que pudemos identificar como parte desse tipo, apenas entre 17 dos 30 entrevistados, notamos que essa característica seria também de grande relevância para nossas discussões, visto que essa pretensão empreendedora sempre surgiu em nossas entrevistas, entre feirantes que compõe simultaneamente as outros três tipos mapeadas.

Esses 17 sujeitos com quem conversamos, que notam as dificuldades oriundas do trabalho na feira, possuem uma herança familiar nesse ofício e por fim possuem em algum nível uma opinião estabelecida quanto aos produtos orgânicos, tipo que discutiremos logo em seguida. A perspectiva empreendedora que aqui mencionamos consiste em almejar um aprimoramento das vendas, expandir o número de mercadorias, aumentar o número de pontos de venda, migrar o comércio para um ponto fixo como uma quitanda, açougue e mercearia, e até mesmo, fortalecer o comércio digital com delivery dos produtos.

Todas essas alternativas surgem nas falas dos sujeitos como estratégias para almejar uma maior autonomia, aspecto central nos conflitos de classe

envolvendo o reconhecimento do trabalho produzido no campo, visto o fato de que os recursos territoriais estão sobre um controle hegemônico do agronegócio, processo que toma camadas cada vez mais estruturais, ao ponto de refletir nos objetivos e conquistas desses trabalhadores.

Essas relações de conflito e busca por reconhecimento de classe transparecem também nos sujeitos do tipo 2, quando qualificamos como feirantes que possuem algum argumento e/ou opinião formada quanto a comercialização e produção de alimentos orgânicos. Primeiramente é importante frisar que obtivemos 20 entrevistados a tecer alguma opinião formada sobre a questão dos produtos orgânicos e agroecológicos, tensionando especialmente quanto ao uso positivo ou negativo dos agrotóxicos.

Outro ponto, é que basicamente todos entrevistados que são apenas revendedores relataram não conhecer a origem propriamente dita de suas mercadorias, sabe-se da região e localidade geográfica, como quando citam que suas mercadorias originam do estado de Pernambuco, Ceará, Paraíba, Bahia e claro o próprio interior Sergipano. Porém, esses feirantes relataram não conhecer os produtores de fato, os trabalhadores e proprietários de terras que estão na origem das mercadorias que comercializam, situação previsível e que já foi relatada aqui, graças ao modelo de transação de mercadorias que perpassa a figura do atravessador. Característica que não teve reflexo entre os entrevistados que produzem algumas ou todas as suas mercadorias comercializadas.

Dentre os feirantes convencionais, alguns produzem suas mercadorias, ou conhecem o cotidiano produtivo no campo de outros feirantes que produzem, e graças a essa vivência, notamos dois subgrupos que compõem esses trabalhadores. São basicamente aqueles que enxergam o uso dos agrotóxicos e técnicas produtivas comuns ao agronegócio hegemônico como um processo necessário e inevitável da produção de alimentos, são trabalhadores que admitem fazer uso dessas técnicas agroquímicas e industriais ou que comprem esses produtos sem nenhuma restrição pessoal.

Outra parcela desses trabalhadores, além de possuir a mesma postura dos primeiros, tencionam diretamente com os produtores orgânicos e agroecológicos, assumindo em seus relatos uma postura completamente contrária, chegando ao que alguns afirmam ser uma propaganda falaciosa. Não que estejamos assumindo como verdade absoluta tais relatos, compreendemos o papel da agroecologia e da produção orgânica no campo, porém, é interessante para nós compreender essas tensões que “alimentam”, uma arena de disputa política sobre a forma de produzir e comercializar que tenham ou não origem orgânica. Um dos feirantes que tivemos contato, o Sr. Medeiros, afirma o seguinte:

Não, olha, tem que ter, tem que ter, porque se você não tiver agrotóxico, você não colhe lavoura no sítio, você não colhe, ninguém, quem dizer assim, “ah eu tenho uma mercadoria orgânica” ele ta mentindo, quem dizer que colhe uma mercadoria orgânica (...) e não tem nada que você não coloque, hoje você dizer assim olhe... pronto, eu to com um trabalhador lá no sítio (...) ninguém colhe, lavoura nenhuma sem veneno, (Sr. Medeiros)

Mas continuando a análise proposta, notamos outro aspecto interessante que forma essa relação com os feirantes contra hegemônicos. Alguns dos feirantes, que apenas são revendedores de mercadorias, retrataram conhecer muito pouco o trabalho de pessoas que produzem ou comercializam orgânicos, afirmam saber da existência e do discurso que envolve esse tipo de produção, mas não conhecem propriamente um ou outro produtor específico. Demonstraram inclusive, um interesse particular em conhecer, justamente para comercializar produtos distintos, e quando perguntados quanto a isso, não pareceram se importar em possuir na mesma banca produtos orgânicos e não orgânicos, como nos relata Dona Zélia:

Olha tudo é propaganda, a intenção é vender, isso de produzir com agrotóxico não tem problema pra mim não, é algo que eles precisam para controlar praga e manter os produtos sadios, em compensação pra saúde não é agradável né (...) até porque eu não tenho interesse em ser produtora, não tenho interesse, eu já plantei muito no interior, já plantei mandioca, 2 tarefa de maracujá, plantei bananeira, sempre tive essa opção, hoje em dia não compensa, hoje em dia só pode ter um sítio quem é rico, quem tem máquina pra trabalhar, porque mão de obra ninguém aguenta pagar (Dona Zélia)

4.3 Caminhos trilhados durante o piloto

Concluindo o panorama geral dos resultados que obtivemos qualificando o conteúdo das entrevistas em quatro tipos comparáveis, podemos com isso

determinar que cercamos algumas percepções iniciais quanto ao campo empírico das feiras sergipanas, e confirmamos alguns dos argumentos que constituímos para com as variáveis analíticas. De acordo com os dados coletados, pudemos listar os seguintes aspectos gerais que perpassam a atividade laboral do feirante:

Perfil socioeconômico dos trabalhadores

- Os trabalhadores possuem origem familiar na feira;
- A formação escolar é prejudicada por conta do tempo dedicado ao trabalho;
- A renda familiar depende quase que exclusivamente dos lucros da feira;
- Há um descompasso no interesse das gerações mais novas a permanecer com o trabalho das feiras;

Trabalho e expectativas de vida

- Os bens de consumo e as conquistas materiais normalmente estão atreladas a recursos para ampliar o número de mercadorias, a compra de imóveis e de meio de transporte;
- Existe um interesse pontual na criação de futuros empreendimentos para além da feira;
- Os efeitos da pandemia do COVID-19 comprometeram o planejamento de longo prazo desses trabalhadores;
- Há um sentimento presente entre os feirantes, de que as dificuldades atreladas ao trabalho na feira são imutáveis e que suas famílias estão fadadas ao trabalho árduo, sem grandes expectativas;

Organização do trabalho e das mercadorias

- As transações de mercadorias realizadas com os atravessadores, gera conflitos com relação ao preço e as ofertas de produtos;
- O tempo dedicado à produção, compra de mercadoria, organização, transporte, administração e comercialização, toma quase que por completo o tempo diário de vida desses trabalhadores;
- Feirantes que são apenas revendedores sofrem mais com as oscilações de mercado do que os que produzem;
- A precarização do trabalho na feira, está diretamente atrelada a precarização de outros trabalhadores paralelos, como é o caso dos carregadores, roceiros, motoristas etc.;
- A falta de acesso a terras e recursos, ocasionada pelo monopólio dos grandes produtores, é um fator central na precarização do trabalho e na dificuldade de crescimento financeiro;

- A depender da mercadoria produzida e comercializada, como carnes e laticínios, esses feirantes conseguem aumentar o poder econômico e a qualidade de vida de suas famílias;

Perspectivas políticas e disputa por direitos

- As articulações de classe como associações e comissões existem, porém enfrentam dificuldades de manutenção, por conta de problemas internos de corrupção;
- A busca por direitos e demandas, está sempre atrelada a determinados cargos de diretoria e representação em prefeituras, não existindo um ímpeto para construção de lideranças internas a classe;
- Relações entre Feirante Convencional e da Agricultura familiar
- Entre os feirantes convencionais existe uma forte desconfiança quanto ao trabalho desenvolvido na agricultura familiar e orgânica;
- Produtos orgânicos e agroecológicos são invalidados por alguns membros dessa classe;
- Existe um interesse pontual na comercialização do produto orgânico como forma de ampliar as possibilidades de vendas;
- Ocorre um distanciamento por parte dos feirantes convencionais, em conhecer e estabelecer contato com aqueles que produzem e comercializam orgânicos.

Ao explorarmos o perfil socioeconômico dos feirantes e suas perspectivas em relação ao trabalho e à vida, somos imersos em um cenário complexo e multifacetado. Estes trabalhadores são, em grande parte, herdeiros de uma tradição familiar enraizada nas feiras, onde o comércio de alimentos é não apenas uma profissão, mas uma parte integral de suas identidades. A formação escolar desses feirantes muitas vezes fica comprometida devido ao tempo dedicado ao trabalho árduo nas feiras, para eles, a renda familiar depende quase que exclusivamente dos lucros provenientes desse comércio tradicional. No entanto, é evidente que há um descompasso geracional em relação ao interesse das gerações mais jovens em continuar com esse trabalho, especialmente quanto às pressões econômicas, as dificuldades enfrentadas e a incerteza em relação ao futuro levantam questões sobre a sustentabilidade desse modo de vida ao longo do tempo.

As expectativas de vida dos feirantes estão intimamente ligadas aos bens de consumo e às conquistas materiais que conseguem acumular. Muitos veem a possibilidade de expansão de seus empreendimentos, adquirindo mais

mercadorias, imóveis e meios de transporte. Contudo, a pandemia do COVID-19 causou impactos significativos, prejudicando o planejamento de longo prazo desses trabalhadores e aprofundando a sensação de que as dificuldades inerentes ao trabalho na feira são praticamente intransponíveis.

Quanto à organização do trabalho e das mercadorias na vida dos feirantes é uma tarefa árdua e absorvente, onde o tempo dedicado a todas as etapas do processo, desde a produção até a administração e comercialização, consome quase que integralmente suas vidas diárias. Já em relação com os atravessadores nota-se conflitos constantes, especialmente em relação aos preços e às ofertas de produtos. Aqueles que atuam principalmente como revendedores são mais vulneráveis às oscilações do mercado e a precarização do trabalho na feira também está interligada à precarização de outros trabalhadores paralelos, como carregadores, roceiros e motoristas, que muitas vezes também vivem à margem das garantias trabalhistas.

No fim, acabam ficando à mercê do mesmo processo de exploração que se inicia na base produtiva. Além disso, a falta de acesso à terra e aos recursos é um desafio central, resultando do monopólio exercido por grandes produtores, o interessante é perceber que aqueles feirantes que conseguem produzir e comercializar mercadorias de maior valor agregado, como carnes e laticínios, têm a oportunidade de melhorar sua qualidade de vida e fortalecer seu poder econômico.

No campo político, as articulações de classe, como associações e comissões, existem, mas enfrentam dificuldades de manutenção, muitas vezes devido a problemas internos de corrupção. A busca por direitos e demandas está frequentemente ligada a cargos de diretoria e representação em prefeituras, sem um ímpeto significativo para a construção de lideranças internas à classe. Essa dinâmica de poder pode minar os esforços coletivos dos feirantes em alcançar melhorias significativas em suas condições de trabalho e vida.

Finalmente, as relações entre feirantes convencionais e aqueles da agricultura familiar revelam uma divisão marcante, alguns feirantes convencionais expressam desconfiança em relação ao trabalho desenvolvido na

agricultura familiar e à produção orgânica. Embora haja um interesse pontual na comercialização de produtos orgânicos para ampliar as possibilidades de vendas, muitos demonstram um distanciamento em relação aos agricultores familiares, impedindo uma maior cooperação nessa esfera.

Em resumo, o universo dos feirantes é complexo e marcado por desafios significativos, seja na manutenção de tradições familiares regionais, na busca por melhorias econômicas ou na luta por seus direitos, esses trabalhadores continuam a desempenhar um papel vital na vida urbana e na oferta de alimentos frescos, suas histórias e experiências revelam as complexidades da economia informal e a importância de entender e apoiar esse setor fundamental. É nesse ponto que encerramos nossa fase piloto, visto que os dados aqui obtidos foram de crucial importância para aproximar nossas reflexões quanto às condições de trabalho e reconhecimento dessa classe e como tais aspectos interseccionam com possibilidades de soberania alimentar.

Não conseguimos obter ao final da fase piloto, e não tínhamos a pretensão de ter, dados sólidos que nos permitissem fazer análises aprofundadas sobre o fenômeno sociológico que nos atravessa e nem mesmo cercar todas as possibilidades de compreensão do trabalho do feirante nesse contexto. Entretanto, já notamos elementos que podem nortear as próximas etapas de investigação, abrangendo um foco maior entre os feirantes contra hegemônicos, que nesse momento, receberam pouca atenção devido a necessidade de validar a presença dos feirantes convencionais em torno da discussão do trabalho, do reconhecimento e do valor produzido pelos mesmos. Buscando justamente os pontos de tensão e convergência quanto aos nossos argumentos, e também, amplitude das relações que podem ser encontradas com uma maior nos capítulos subsequentes.

5. CAPÍTULO 4 – O Trabalho na Feira, experiências e retratos

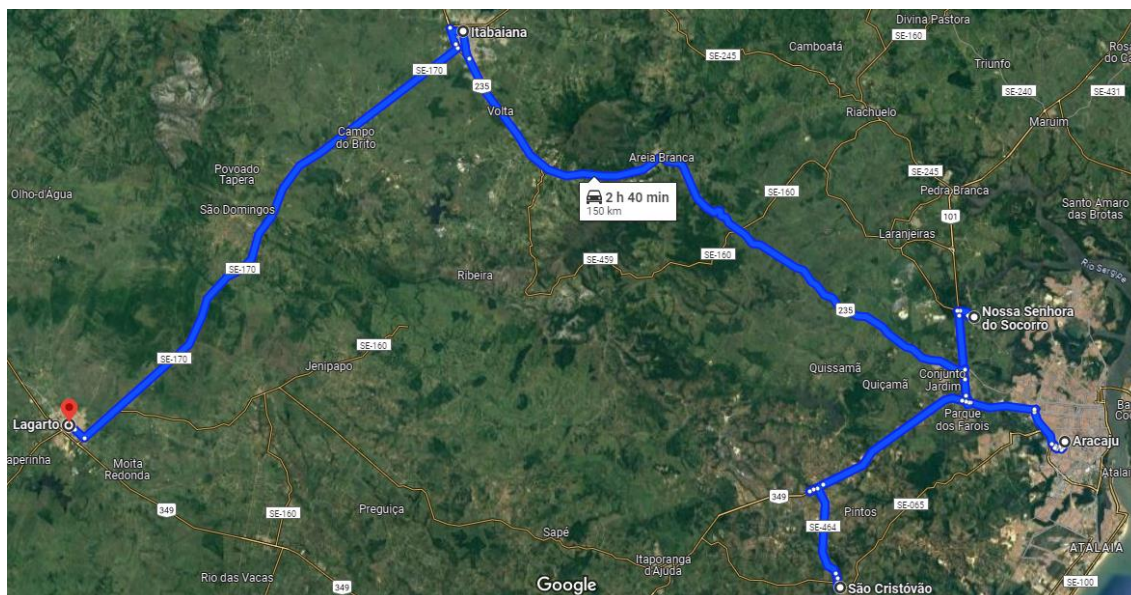
Este capítulo adentra a proposta de discussão quanto aos dados objetivos do campo empírico explorado. O intuito em questão é de aprofundar as reflexões até aqui anunciadas agora com uma dimensão clara de fornecer material empírico o suficiente para que possamos responder o fatídico problema desta tese: *quais fatores influenciam as condições de trabalho dos feirantes e explicitam o reconhecimento ou não da soberania alimentar no contexto sergipano?* Ao longo dos três capítulos anteriores passamos por inúmeras reflexões quanto a genealogia do conceito que aqui discutimos, e também uma interlocução com as variáveis que são fundamentais para nós, o trabalho, o reconhecimento e a própria soberania alimentar. Dentro desse processo, abrimos uma série de outras questões que orbitam nossa problemática e buscaremos com base nos dados que obtivemos nas entrevistas, conversas informais e observações realizadas chegar a conclusões objetivas.

Sobre o processo das entrevistas, lembramos que esse foi o principal método utilizado tanto na fase piloto exploratória, quanto agora, e toda dinâmica de abordagem, melhor identificação de sujeitos no campo e etc. foi muito similar. As entrevistas nessa fase nos proporcionaram uma compreensão das experiências e desafios enfrentados pelos feirantes em seu trabalho, permitindo captar não apenas dados quantitativos gerais dos sujeitos, mas também a perspectiva subjetiva destes feirantes, incluindo suas motivações para escolher essa profissão, como lidam com questões políticas e econômicas, e quais dificuldades enfrentam na rotina.

Nesta fase, respeitamos a distribuição espacial já anunciada em nossa introdução, onde abordamos trabalhadores feirantes das feiras livres, centros de distribuição e mercados sergipanos. Seguindo o planejamento de realizar em termos da amostra sergipana, onde em um universo de 75 municípios do estado, com suas condições econômicas particulares, e a relevância de seus mais diversos pontos de comércio de alimentos, delimitamos 5 municípios com maior densidade populacional estimada no último censo de 2022 em paralelo a relevância destacável dos mesmos durante nossas explorações empíricas. Segundo os dados obtidos no IBGE, Aracaju possui em torno de 602.757 hab.;

Nossa Senhora do Socorro 192.330 hab.; Itabaiana 103.439 hab.; Lagarto 101.579 hab.; e S. Cristóvão tendo 95.612 hab.

Figura 01: Municípios onde as entrevistas foram realizadas



Fonte: Google Maps

No total da fase de campo foram realizadas **52 entrevistas** com trabalhadores das feiras, desses cinco municípios, ao longo do ano de 2023 quando realizamos a pesquisa, estimamos ter dialogado informalmente com mais ou menos 80 ou 90 trabalhadores, mas desse número não conseguimos garantir de todos a utilização de suas experiências, seja por uma não autorização explícita a realização da entrevista completa, ou por terem ocorrido muitas interrupções no andamento da mesma, e em alguns casos, conflitos e mal entendidos.

Por exemplo, quando o esposo de uma entrevistada interrompeu a entrevista incomodado com o tempo que estávamos passando durante a conversa com sua companheira, ou, a experiência com um trabalhador que durante a pausa de seu serviço estava realizando a entrevista, mas foi interrompido pelo dono da banca com a frase *“não estou te pagando pra conversar vamos”* obrigando-o a abandonar a conversa. Além dos problemas relativos à realização de fato da entrevista, problemas com o áudio das gravações também

foram motivadores para o descarte de algumas dessas entrevistas, seja por estar inviável de ouvir a gravação, ou até mesmo o arquivo sofrer algum tipo de dano.

Mesmo diante dessas situações imprevisíveis, conseguimos contornar o processo com uma amostra de sujeitos entrevistados que acreditamos ter sido satisfatória para apuração dos dados que buscávamos. Mais a frente veremos esses pontos em detalhes, mas o que utilizamos como fator determinante para o encerramento da apuração de novos dados foi a repetição das informações.

Neste aspecto, concordamos plenamente com Minayo (2017), que enfatiza a importância de o pesquisador definir o momento em que a coleta de dados deve ser encerrada. Um fato que ela aponta e nós enfatizamos aqui com esse trabalho, é que a amostra da pesquisa, quando qualitativa como é o nosso caso, não deve ser pensada com base em uma quantidade restrita e sistemática, mas sim com base em uma lógica que esteja coerente com a problemática investigada, seu objeto de estudo e principalmente com a metodologia adotada.

Minayo (2017) aponta uma série de pesquisadores que se debruçaram sob o dilema da delimitação empírica como alguns chamariam de *saturação da amostra*. Dentre tais considerações, autores como Morse (1994, 2000), Harvey (2000), Creswell (1998), Bertaux (1981) e a própria Minayo (2017), apontam um número desejável de sujeitos que gira em torno de 15 e 20 entrevistados no mínimo chegando até 30 e 50 no máximo. Na prática dialogamos com essa faixa de entrevistados, mas não nos prendemos em nenhum momento a esses números. Ou seja, não trabalhamos com a ideia de *saturação* por justamente perceber que a pesquisa sociológica sempre tem nuances que podem e devem ser abordados no futuro em outros projetos. Por isso nos preocupamos muito mais no aprofundamento da problemática que levantamos, diante dos dados que obtivemos, o critério foi justamente a possibilidade de compreensão do fenômeno, e não uma delimitação numérica, “*embora quase sempre precise justificar a delimitação da multiplicidade de pessoas que vai entrevistar*”, como aponta a própria Minayo (2017), visto que o sociólogo necessita assegurar a validade e a confiabilidade dos resultados e assim demonstrar que a escolha do número de entrevistados foi cuidadosamente planejada com base em critérios teóricos e metodológicos, como a *saturação da amostra*, garantindo que as

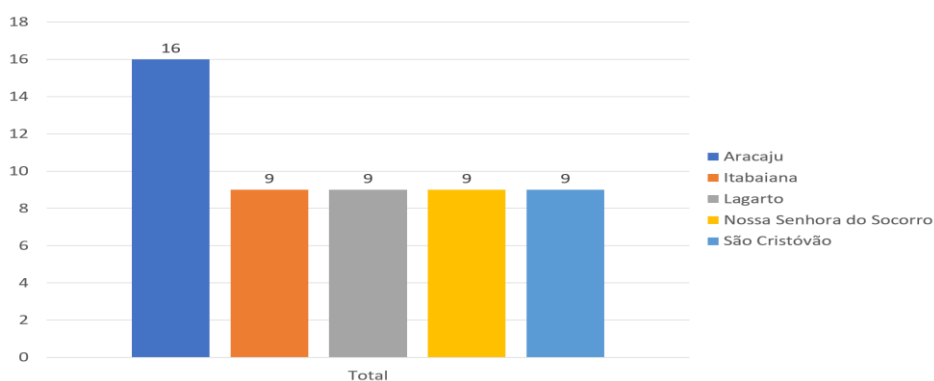
informações coletadas sejam suficientemente abrangentes para responder à questão de pesquisa.

Não utilizamos de uma amostra quantitativa para a pesquisa, ou seja, não tínhamos em mãos um número previamente delimitado de sujeitos que precisávamos entrevistar. O que tínhamos, era um campo de cinco municípios para serem explorados e questionamentos que precisavam ser respondidos dentro de um intervalo de tempo, de maneira a exaurir nossas dúvidas. Quando notamos que as informações que estavam sendo obtidas com os sujeitos já cercavam uma série de outras narrativas que já haviam sido experienciadas decidimos interromper o processo de apuração e partimos para a análise dos dados.

5.1 O perfil dos feirantes: tabulando dados iniciais

Quanto ao perfil investigado em nosso piloto conseguimos notar 4 padrões que já discutimos: 1] os feirantes que possuem outros membros da família que também são feirantes; 2] os que explanam as dificuldades do trabalho e manutenção da vida; 3] os que possuem uma opinião formada sobre os produtos orgânicos e agroecológicos; 4] e os que possuem pretensões de empreendedorismo e outras expectativas para além da feira. Dentre esses *tipos ideias* conseguimos identificar ainda na fase de campo, mas agora, a profundidade das entrevistas foi maior, e a amostra de entrevistados também, o que permitiu que tivéssemos uma maior capacidade de identificar nuances entre as características dessa classe de trabalhadores. Inicialmente é importante detalhar algumas as quantidades objetivas de entrevistados:

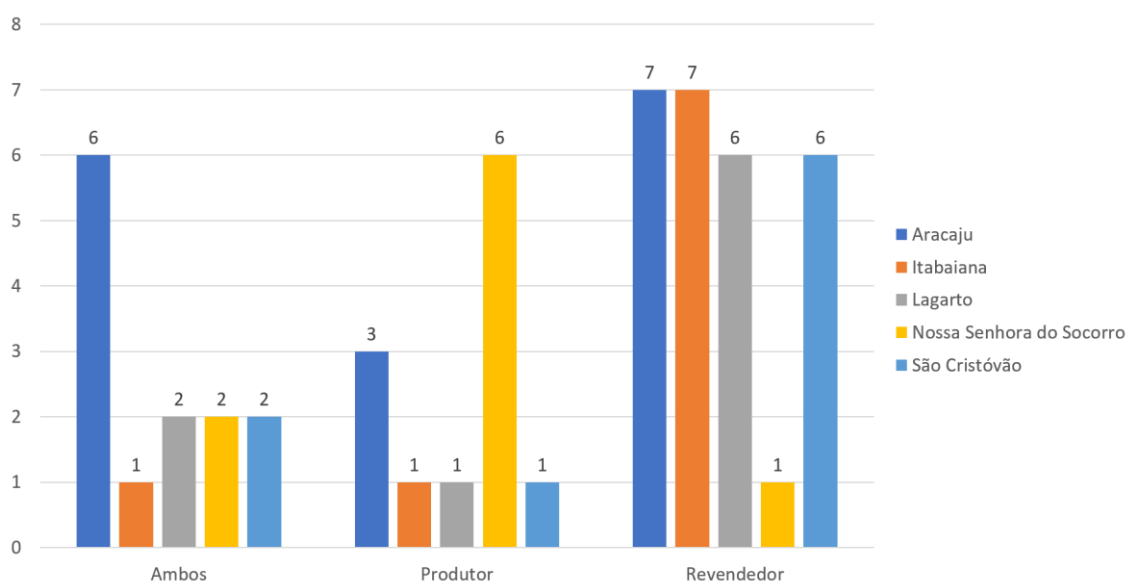
Gráfico 01: Entrevistas realizadas por município



Fonte: Elaborado pelo autor

Como podemos notar no gráfico acima, dentro das 52 entrevistas realizadas com feirantes e apuradas nos gráficos subsequentes, 16 delas foram realizadas no município de Aracaju, enquanto que nos municípios de Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão foram realizadas 9 em cada um dos locais. Quais os motivos dessa diferença de quantidades? Como dito anteriormente muitas entrevistas e conversas informais não estão fazendo parte desses dados que serão descritos nos gráficos a seguir, inicialmente seriam apenas 9 entrevistas para cada município dentre as entrevistas selecionadas, porém ao final da fase de campo, pude ter contato com outros trabalhadores que trouxeram informações importantes durante a Feira Orgânica e Cultural do município de Aracaju, realizada na sede da AEASE, contato que se mostrou necessário acrescentar a construção desses gráficos, por trazer alguns elementos interessantes. O próximo gráfico trata da relação entre Produtores e revendedores por municípios, dado fundamental e que merece destaque, pois essa distinção será recorrente nas análises seguintes.

Gráfico 02: Produtores e Revendedores por Município



Fonte: Elaborado pelo autor

Dentro do conjunto das entrevistas realizadas nos preocupamos em estabelecer distinções mais claras entre os sujeitos, etapa que não nos atentamos durante o piloto. A primeira delas foi a distinção entre Produtores, Revendedores e Ambos, nessa apuração conseguimos destacar algumas

camadas bem relevantes quanto a relação que esses feirantes possuem com a jornada de trabalho e suas percepções quanto às suas atividades, relações essas que abordaremos nos gráficos mais à frente.

Por agora, observando por municípios como mostra o *gráfico 02*, existe uma prevalência muito maior de Revendedores, totalizando 27 entrevistados para apenas 12 que são exclusivamente Produtores. Interseccionando com esses, temos 13 entrevistados que mantêm as duas atividades em conjunto (Ambos). Um dado específico que vale o destaque é a maior concentração de Revendedores tanto em Aracaju quanto em Itabaiana, o que já nos deixa atentos ao peso que esses municípios possuem nos *circuitos curtos* de Sergipe.

Os circuitos curtos de comercialização de alimentos, conhecidos como CCCA ou cadeias agroalimentares curtas, têm sido objeto de discussão em várias partes do mundo, inclusive, a relação entre mercados e agricultura familiar tem despertado interesse nos estudiosos rurais e de outros campos de interseção temática (Schneider & Ferrari, 2015). Autores como Guzzatti, Sampaio e Turnes (2014) e Mônica Silvia (2017) definem o circuito curto como a comercialização de produtos agrícolas que estabelece relações diretas entre agricultores e consumidores, podendo ocorrer de forma direta ou indireta, com a intervenção de um intermediário, e nesse sentido a expressão "curto" refere-se às características do produto que chega ao consumidor, quando o mesmo conserva suas informações, e não o trajeto físico percorrido pelo alimento até chegar ao consumidor final.

Os circuitos curtos de comercialização são sistemas de distribuição de alimentos que buscam minimizar a distância entre o produtor e o consumidor, reduzindo o número de intermediários na cadeia produtiva. Isso traz diversos benefícios, como a maior frescura dos produtos, o fortalecimento da economia local e a redução do impacto ambiental. Para enriquecer a análise sobre esses circuitos, é interessante comparar os modelos de comercialização de alimentos convencionais, orgânicos e agroecológicos. Seguindo o quadro podemos identificar:

Quadro 01: Sistema básico de um circuito curto comercial de alimentos

	Alimentos Convencionais	Alimentos Orgânicos e Agroecológicos
Venda Direta	Feiras livres, mercados municipais, venda direta na porteira.	Feiras de produtores, cestas orgânicas, venda online, grupos de consumo.
Venda Indireta	Atacadistas, distribuidores, supermercados.	Cooperativas, lojas especializadas, restaurantes, programas governamentais.
Intermediários	Maior número de intermediários, como atacadistas e grandes redes de supermercados.	Menor número de intermediários, com destaque para cooperativas e grupos de consumo.
Relação Produtor-Consumidor	Geralmente mais distante, com menor contato entre as partes.	Mais próxima, com maior transparência e confiança na origem dos alimentos.
Valor Agregado	Menor valor agregado aos produtos, foco na produção em larga escala.	Maior valor agregado, com destaque para a qualidade, a sustentabilidade e a identidade local.
Impacto Ambiental	Maior impacto ambiental devido ao transporte de longa distância e ao uso de agrotóxicos.	Menor impacto ambiental, com práticas agrícolas mais sustentáveis e redução da emissão de gases do efeito estufa.

Fonte: Elaborado pelo autor

Enquanto os alimentos convencionais são frequentemente vendidos através de feiras livres, mercados municipais e venda direta na porteira, os alimentos orgânicos e agroecológicos encontram seus canais de venda em feiras de produtores, cestas orgânicas, venda online e grupos de consumo. Os alimentos convencionais geralmente passam por atacadistas e distribuidores antes de chegar aos supermercados, que concentram uma grande parte da comercialização, enquanto os alimentos orgânicos e agroecológicos têm menor número de intermediários, com maior destaque para cooperativas e grupos de consumo. Essa diferença resulta em uma relação mais próxima e transparente entre produtores e consumidores nos circuitos curtos de alimentos orgânicos e agroecológicos, além de um maior valor agregado aos produtos, enfatizando a qualidade, a sustentabilidade e a identidade local.

O impacto ambiental também varia significativamente: os alimentos convencionais, com transporte de longa distância e uso de agrotóxicos, geram um maior impacto ambiental, enquanto os alimentos orgânicos e agroecológicos, com práticas agrícolas mais sustentáveis, possuem um impacto menor. É importante notar que alguns canais de comercialização, como feiras e mercados, podem ser usados tanto para alimentos convencionais quanto para orgânicos e

agroecológicos. Observa-se uma crescente demanda por alimentos orgânicos e agroecológicos, impulsionando o desenvolvimento de novos modelos de negócios e fortalecendo os circuitos curtos de comercialização, embora desafios como a falta de infraestrutura e a necessidade de acesso a crédito ainda sejam obstáculos significativos para esses modelos, dados que verificamos ao longo dessa pesquisa.

Os circuitos curtos de comercialização, considerados significativos para a economia local, contribuem para a geração de trabalho, renda e a oferta de alimentos saudáveis, além do que, existe por parte dessa lógica de comercialização, uma expectativa de que os mercados de venda direta ofereçam preços mais vantajosos e devolvam aos produtores o controle sobre os lucros obtidos, sempre envolvendo uma relação de proximidade e conexão com os consumidores locais dos produtos (Pierri E Valente, 2015). É importante destacar que o feirante Revendedor desempenha um papel positivo na cadeia, facilitando o escoamento da produção e introduzindo produtos no mercado, inclusive aqueles provenientes de agricultores que não participam diretamente da comercialização.

Estes circuitos apresentam dimensões diversas, abrangendo o espaço, o aspecto social e o econômico, ao encurtar as distâncias entre produção e consumo, promovendo o contato direto entre produtores e consumidores, e estabelecendo mercados locais. Os autores que se debruçam sob a temática dos circuitos curtos (Kiyota E Gomes, 1999; Ângulo, 2003; Ferrari, 2011; Matte, Neske, Borba, Waquil & Schneider, 2014; Pierri E Valente, 2015; Schneider & Ferrari, 2015), esclarecem que os circuitos possuem algumas das características: *1) a comercialização dos produtos a partir das cooperativas locais; 2) o comércio local, como supermercados e restaurantes, que demandam qualidade acima da média e periodicidade de fornecimento; 3) a relação direta entre produtores e consumidores, através da venda direta em domicílio e nas feiras; 4) o enraizamento econômico e cultural desse circuito no comércio de alimentos local.*

O que podemos notar, tanto na literatura, quanto nos reflexos empíricos de nosso campo, é que o circuito curto de comercialização de alimentos desempenha um papel crucial ao ressocializar e/ou reespacializar o alimento, permitindo que o consumidor avalie seu valor agregado durante o circuito. E quando se trata de identificar e/ou determinar o valor de um alimento comercializado na feira, essa relação com o município de origem fica ainda mais transparente. O município de Itabaiana aparece em quase toda a amostra e em várias conversas informais durante o campo, como o polo central do comércio de alimentos em Sergipe. A maior parte dos trabalhadores em algum nível já trabalharam ou ainda trabalham com os alimentos vindos de Itabaiana, e a gigantesca maioria dos consumidores compreendem que Itabaiana é essencial quando se trata desse mercado.

A meu filho não tem como não, tudo vem de Itabaiana mermo, olhe minha laranja eu pego lá, meu tomate eu pego lá, meu mamão, meus inhame tudo. E quando não dá pra ir lá eu mando os menino da banca ali (colegas de trabalho próximos) ir buscar.
(Dona Zélia)

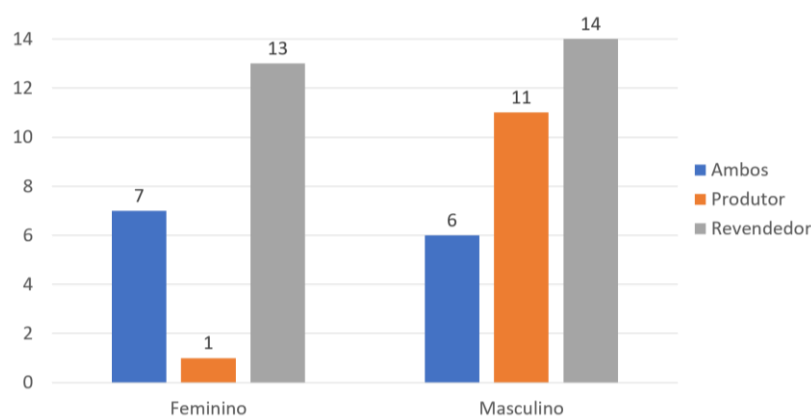
Eu acho que sempre tem né, o pessoal sempre pega produtos de lá, e não é só na feira né, tem as mercearias também, em todo bairro tem uma mercearia Itabaiana, o povo de lá tem muito isso pra comércio né.
(Consumidor da feira durante conversa informal)

Assim percebemos o município de Itabaiana, mas não muito atrás temos Lagarto e São Cristóvão com números expressivos de trabalhadores que operam na condição de revendedores. Mas o ponto de destaque se dá ao município de Nossa Senhora do Socorro, mesmo sendo relativamente fora do eixo central do circuito curto sergipano, Socorro aparece em nossa pesquisa com o maior número de Produtores. A maior parte dos feirantes que encontramos produzem as próprias mercadorias (*queijos, amendoim, mamão, banana, laranja, abacaxi, macaxeira, batata doce, inhame, alface, coentro, cebolinha, couve*), sendo os outros comprados para a revenda ou produzidos por algum vizinho e/ou parente e não por eles próprios.

Quanto a outras camadas de percepção desses dados comparativos entre municípios poderemos obter mais à frente, contudo que observarmos outros pontos. Durante a fase piloto conseguimos tocar uma camada interessante de

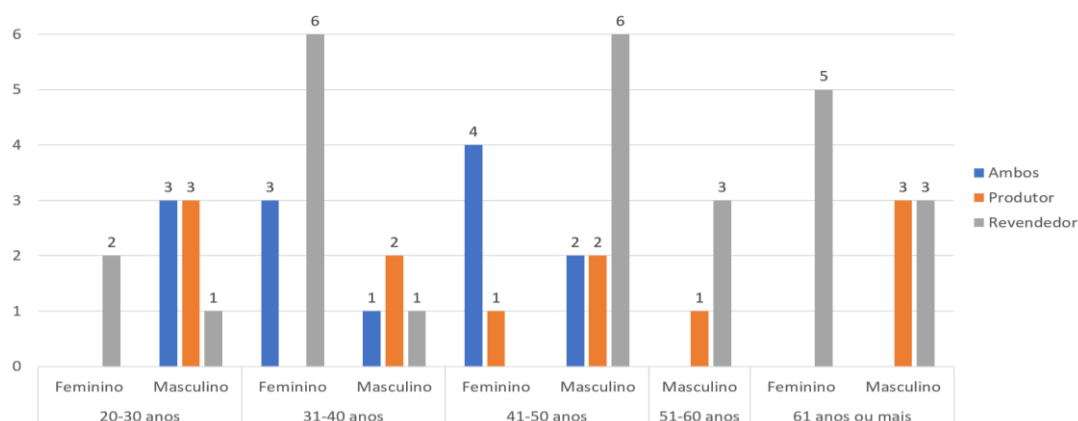
nosso problema, visto que, enquanto buscamos desenvolver o melhor método de abordagem para as realizações das entrevistas, conseguimos perceber que há uma relação direta entre o gênero e a idade dos trabalhadores para com a realização da entrevista e fornecimento dos dados. No momento do Piloto caracterizamos as nuances a partir das: mulheres jovens e idosas; e os homens jovens e idosos. Agora na fase de Campo o processo de abordagem foi aprimorado e ainda assim as distinções percebidas no piloto permaneceram, porém, agora temos a relação desses trabalhadores separados por gênero, faixas etárias mais claras e pelo tipo de trabalho que desenvolvem, demarcando o que conseguimos constatar como um *Perfil do Trabalhador Feirante*.

Gráfico 03: Gênero dos trabalhadores entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor

No geral conseguimos ter entrevistas completas com 31 homens e 21 mulheres, os números à primeira vista não parecem trazer grandes reflexões, afinal a quantidade de trabalhadores para cada grupo é muito próxima, sendo mais homens revendedores e produtores do que mulheres, e no caso do trabalho misto as mulheres em maioria, inclusive se tivéssemos contabilizado aqui todas as conversas informais que obtivemos durante toda a pesquisa, essa relação de mulheres dividindo a função como produtoras e revendedores se manteria ainda maior. Mas para avançarmos nas camadas de compreensão de nosso perfil de feirantes, é preciso relacionar outros elementos, o próximo é a relação entre o gênero e a idade dos trabalhadores, onde nesse caso compreendemos algumas diferenças na forma como homens e mulheres ao longo da vida lidam com as possibilidades de atuação na feira.

Gráfico 04: Relação entre gênero e idade dos trabalhadores

Fonte: Elaborado pelo autor

Observando o gráfico 04, conseguimos notar a distribuição desses trabalhadores em uma faixa etária de cinco divisões, onde temos com mais clareza as diferentes formas de atuação nas feiras. A princípio temos a faixa dos trabalhadores que possuem entre 41 e 50 anos, nesta se concentra a maior parte dos entrevistados, com 15 sujeitos, seguidos da faixa entre 31 e 40 anos, com 13 sujeitos. Nesses dois grupos podemos perceber a maior presença de homens e mulheres que atuam em todas as formas de trabalho na feira, seja produzindo e/ou revendendo.

Notamos também que os picos dos Revendedores tanto homens quanto mulheres se dá nessas faixas algo interessante que conseguimos notar com mais precisão ao longo dos dados subsequentes essa adesão na faixa maior dos 31 aos 50 anos é justamente o período de subsistência familiar mais crítico onde normalmente os filhos ainda residem com os pais, não se tem uma renda oriunda de aposentadorias, e o custo de vida se mantém relativamente elevado, e dentro desse contexto muitas famílias adentram ao trabalho da feira como uma solução de suas questões, veremos mais detalhes sobre isso nos dados subsequentes.

Mas por agora, é fundamental observar como para os feirantes mais velhos fica difícil atuar em ambas as formas de trabalho. A partir dos 51 anos não temos representantes em nossos gráficos desse grupo, dado que refletiu também durante as conversas informais. Um ponto que também notamos com relação às

faixas de maior idade, foi entre as mulheres, o que conseguimos identificar é que existe uma dificuldade muito maior para a mulher com mais de 50 anos em continuar atuando nas feiras, por várias vezes, conseguimos dialogar com elas nas bancas e mercados, mas quase sempre quando mais idosas, elas não atuam mais como “donas” da banca e sim como companheiras de seus maridos e filhos durante a atividade laboral.

Muito porque essas senhoras desde sempre mantiveram as funções de manutenção da família e do lar, e quando chegam nessas idades mais avançadas já não conseguem suportar a carga de trabalho exaustiva exigida pela feira. Porém, mesmo diante de tais dificuldades o que conseguimos notar é que existe um movimento de retorno ao trabalho na feira como revendedoras, a partir das mulheres do interior do Estado. Foram 5 as entrevistadas com um padrão semelhante de perspectiva sob o trabalho: *Isabela de 75 anos, Zuleide de 81 anos, Cleunides de 69 anos, Ana de 78 anos e Rosa de 72 anos*, todas coadunaram quanto a necessidade de voltar ao trabalho na feira realizado por tantos anos.

O primeiro ponto comum a todas essas senhoras é de que elas são aposentadas, seja por motivo de saúde ou por tempo de contribuição, que após décadas de trabalho árduo no comércio retornam a feira, não mais por conta das necessidades que as atravessaram no início da “carreira” na feira, mas sim como uma realização final de uma espécie de “dever a cumprir entre elas próprias” com esse retorno.

Não é por nada não, mas o que eu ia fazer em casa? Eu moro aqui perto, tenho minhas coisas aqui que eu pego direto com o rapaz que vem trazer pra mim e pras outras aqui, foi melhor. Em casa eu ia era ficar doente dando trabalho. (Zuleide)

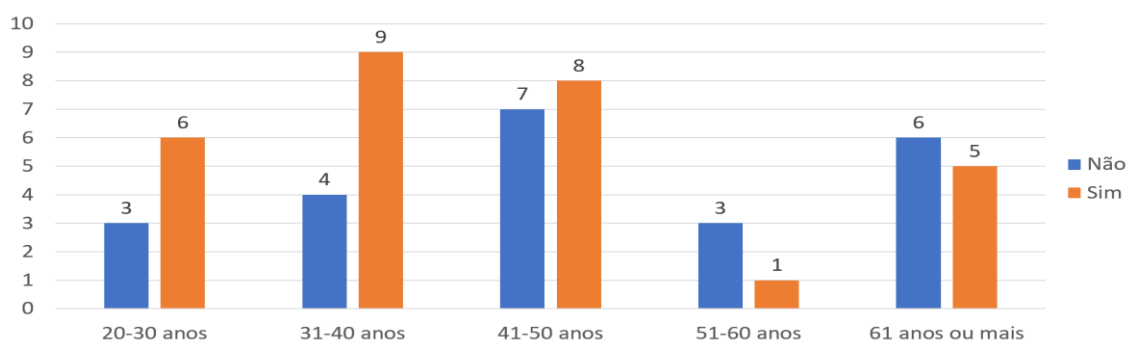
Voltei, voltei, eu trabalhei foi muitos anos, são bem uns 40 anos de feira meu fio. Hoje é que o menino pega pra mim no CEASA, as vezes pega por aqui também, e hoje vendo aqui. A aposentadoria não é essas coisas, então o melhor foi ficar por aqui, e outra, aqui eu tenho todo mundo que já conheço da feira faz ano, tem coisa melhor não. (Ana)

As aposentadas não apenas permanecem ou retornam ao trabalho apenas por uma busca de crescimento ou complemento financeiro, mas sim, por uma motivação mais pessoal, de se perceber dentro de uma função ativa, sem necessariamente depender de familiares ou auxílios para subsistência, o

trabalho para elas torna-se algo intrínseco a essas feirantes (Santos, Moraes, 2020). Para eles, o trabalho transcende a busca por realização profissional ou mesmo a necessidade de enriquecimento, estando intrinsecamente ligado a um senso de produtividade, uma sensação de estar ativo e realizado, embora a questão financeira e as condições físicas e ambientais no trabalho sejam importantes, não são os principais pontos abordados por elas.

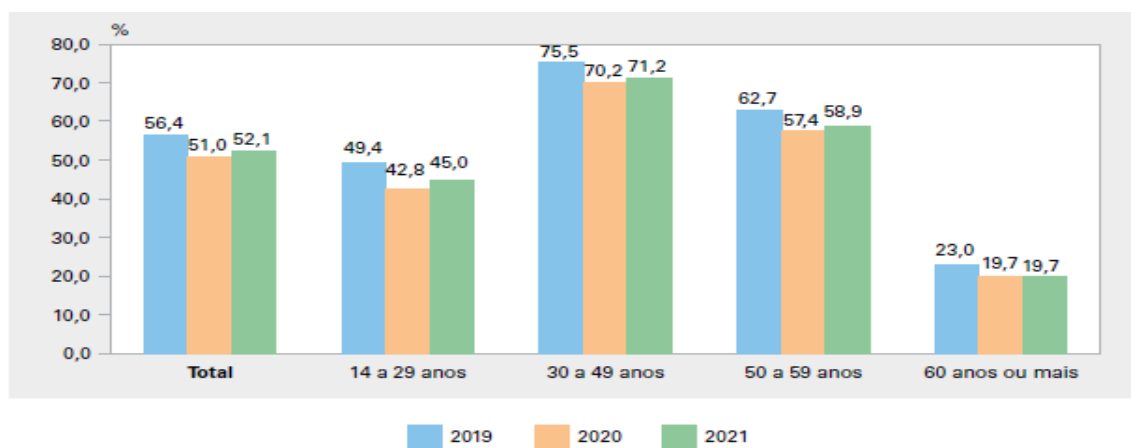
Trabalhar após a aposentadoria se torna uma parte essencial de sua existência, uma necessidade ontológica que vai além do simples sustento financeiro, a feira torna-se parte da identidade e vitalidade dessas trabalhadoras, como uma forma de manter-se conectada, útil e com propósito na sociedade. Além disso, atuar novamente na feira após a aposentadoria não apenas proporciona melhorias na renda, mas também é uma maneira de nutrir o ânimo pela vida e se manter engajado no mundo, preservando a sensação de pertencimento a uma classe social e histórica.

Mas como observamos anteriormente, essa relação de retorno a atividade laboral ao longo da idade, tanto para mulheres como destacamos acima, mas também para homens como podemos verificar no Gráfico 4, não se volta a atividade mutua de produção e revenda. Todos os trabalhadores acabam por adotar um dos modelos e seguir com ele. O que identificamos de uma maneira geral, é que essa atividade dual, acaba por ser exercida pelos feirantes mais jovens, tanto por uma condição biológica, onde conseguem ainda suportar o esforço dessa atividade, mas também, ocorre um movimento oposto ao mencionado anteriormente entre os aposentados. Os feirantes mais jovens possuem um desejo maior de acúmulo financeiro e/ou sentem uma necessidade maior de compensar isso com outras atividades de trabalho paralelas, ao passo que a idade avança, essa demanda aumenta tornando-se cada vez mais expressiva, como podemos notar no Gráfico 05 abaixo:

Gráfico 05: A feira como único ofício de acordo com a idade

Fonte: Elaborado pelo autor

Tem-se então um hiato na faixa dos 51 aos 60 anos onde esses trabalhadores se ausentam da feira, fato que conseguimos notar também em nossas conversas informais, e que caberia quem sabe uma investigação mais detalhada no futuro, mas já apontamos que tais dados refletem um movimento de queda gradativa no nível de trabalhadores atuantes no Brasil como um todo, como podemos ver na figura a seguir, extraído do relatório do IBGE: Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira (2022).

Figura 02: Nível de ocupação, segundo idade - Brasil – 2019-2021

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2021.
Nota: Dados consolidados de primeira visita em 2019 e de quintas visitas em 2020 e 2021.

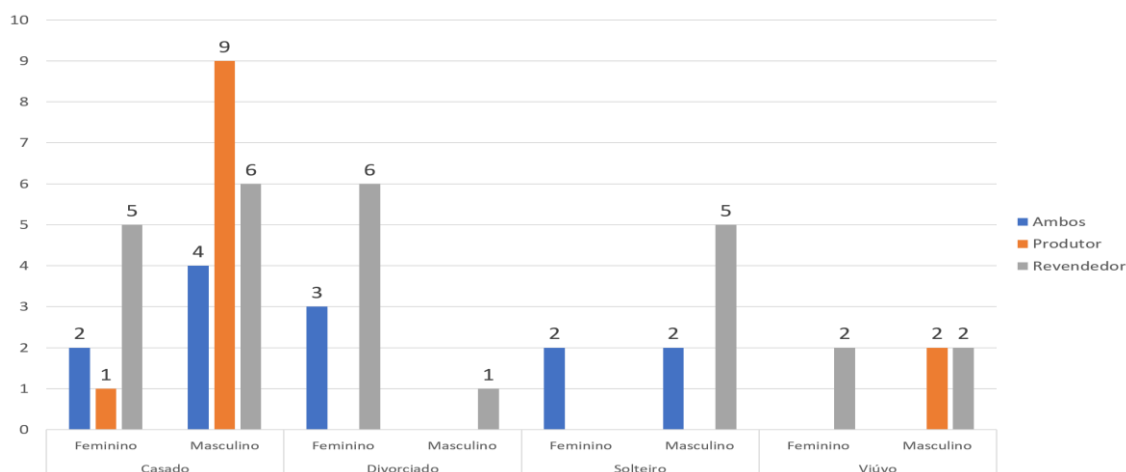
Fonte: IBGE, 2022

Em relação à demarcação por gênero, historicamente, é notável a discrepância no nível de participação laboral entre os sexos, sendo a ocupação feminina notavelmente menor que a masculina. Isso decorre não apenas da menor inserção das mulheres no mercado de trabalho, mas também de uma taxa

de desemprego mais elevada entre elas, reconhecemos as barreiras enfrentadas pelas mulheres para obter e manter empregos, especialmente quando não há políticas ou regulamentações específicas para lidar com essa desigualdade. Deve-se levar em consideração a distinção entre os sexos nas tarefas domésticas, já que as mulheres tendem a realizar mais atividades domésticas, tanto em suas próprias casas quanto nas de familiares, e também cuidar de moradores ou parentes não residentes, aspectos que são frequentemente discutidos em relatórios estatísticos e na literatura acadêmica (IBGE, 2022).

Para além da idade e posicionamento na forma de trabalho, devemos atentar a outros fatores cruciais referentes ao perfil social desses indivíduos. Destacamos por fim, o Estado civil, a quantidade de filhos e a escolaridade, pontos de destaque por posicionar os sujeitos em classes sociais específicas, já que, houve um desconforto e/ou uma incapacidade de definir a faixa de renda obtida mensalmente com o trabalho. Conseguimos assim, determinar a partir dessas categorias transversais as diferenças de classes entre feirantes produtores, revendedores e ambos. Abaixo conseguimos notar o gráfico geral do estado civil dos entrevistados:

Gráfico 06: Estado civil geral dos entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor

A partir desse gráfico podemos notar uma abrangência muito maior de feirantes atualmente casados, seguidos dos divorciados, número já esperado desde nossa incursão piloto e até mesmo nessa fase de campo. Se considerarmos também que boa parte dos trabalhadores desse grupo são

responsáveis pela manutenção familiar, é compreensível essa relação. Analisando essa faceta do perfil dos trabalhadores, primeiro pelos números mais baixos, podemos notar uma recorrência média 2 indivíduos por grupo de estado civil, tanto para homens, quanto mulheres, número levemente destoante entre as mulheres divorciadas, que trabalham como produtoras e revendedoras, essas expressam um número um pouco acima da média dos outros estados civis, mas nada discrepante, o mesmo podemos apontar para a faixa de homens casados que também ocupam dupla função.

Precisamos destacar também a diferença no movimento realizado por homens e mulheres quanto a constituição familiar, as mulheres entrevistadas tendem visualizar o casamento como uma espécie de base duradoura para criação dos filhos. Porém, não enxergam com tanta clareza como um status fixo de vida, existindo uma forte tendência entre elas a buscar o divórcio, principalmente quando o laço conjugal é rompido por algum motivo pessoal, ou, existe uma busca por maior autonomia por parte dessa mulher, reflexo que podemos notar no número crescente de mulheres divorciadas. Já entre homens o movimento que conseguimos identificar é o de busca por casamento, por parte dos homens solteiros, que visam inclusive, o status familiar da maior parte dos homens casados tanto revendedores, quanto produtores, que veem em suas parceiras como uma “ajuda” nos afazeres do trabalho da feira, e principalmente da produção.

*Casado sim, com 2 filhos graças a Deus todo mundo com saúde, trabalhando, olhe, lá em casa todo mundo ajuda, trabalha todo mundo, na feira não, eu tenho aí um cunhado e uns sobrinho que trabalha aqui na feira, mas os meus não quis não, a mulher fica em casa e na roça lá, cuidando e ajudando os caba que cuida lá, e eu venho pra cá, direto.
(Manuel)*

Relações de gênero que podem ser problematizadas, inclusive quando pensamos no alicerce das famílias camponesas, como no caso do Sr. Manuel, onde ele compreende sua esposa como tendo um papel de cuidado doméstico e ainda de suporte no trabalho produtivo da roça, dados já apontados na literatura contemporânea sobre trabalho, como podemos ver em Souza e Saraiva (2023):

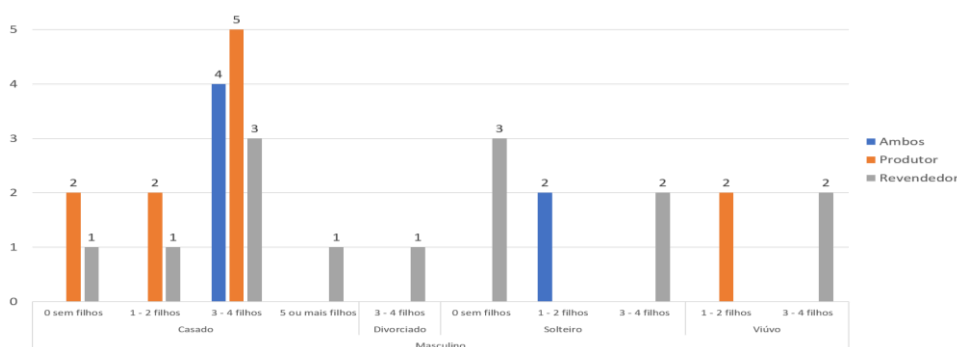
as mulheres rurais participam ativamente das atividades produtivas e são geradoras de renda na propriedade familiar (...) são agentes importantes

para subsidiar a manutenção financeira da família, sendo também as principais responsáveis pela realização dos trabalhos domésticos e de cuidado, atividades que possibilitam a manutenção da vida e do bem-estar de suas famílias, entretanto, ainda se faz presente a desigualdade de gênero nas atividades produtivas e reprodutivas, sobrecarregando as mulheres rurais (...)

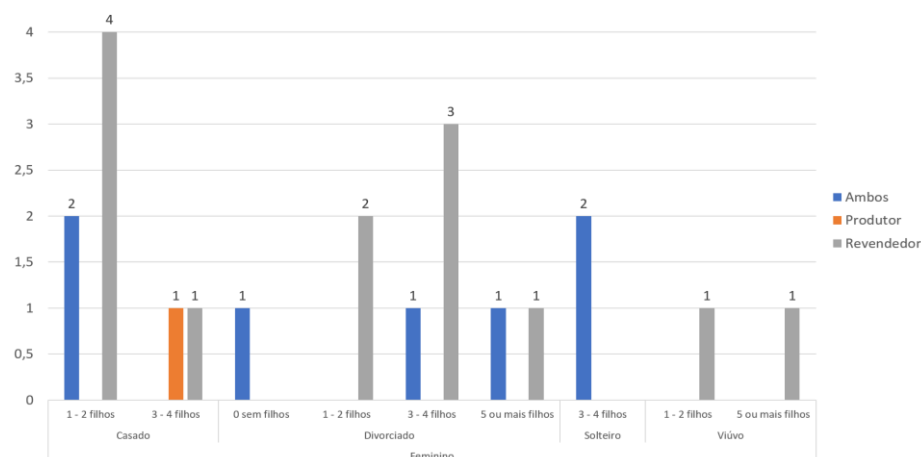
Ao assumir múltiplas funções, as mulheres acabam por priorizar o cuidado com os outros em detrimento de seu próprio cuidado, o que diminui suas possibilidades de ascensão social e oportunidades diversas, comprometendo seu protagonismo na economia familiar, sua participação nas tomadas de decisão sobre o uso dos recursos, além de restringir seus direitos sociais, forçando-as a mudarem de perspectiva em relação às suas escolhas pessoais e profissionais.

Ainda tratando sobre a estrutura familiar desses trabalhadores, pontuamos sobre a quantidade de filhos e a escolaridade dos sujeitos. O que conseguimos identificar em nossa amostra, é que existe uma prevalência muito maior de trabalhadores com 3 ou 4 filhos, totalizando 25 sujeitos de nossa amostra, dentre esses, 12 dos revendedores, 6 produtores e 7 que operam nas duas formas de trabalho. A variação entre os ofícios não é muito diferente para as outras faixas com exceção do das famílias com 5 ou mais filhos, onde não identificamos nenhum produtor.

Gráfico 07: Número de filhos dos trabalhadores homens



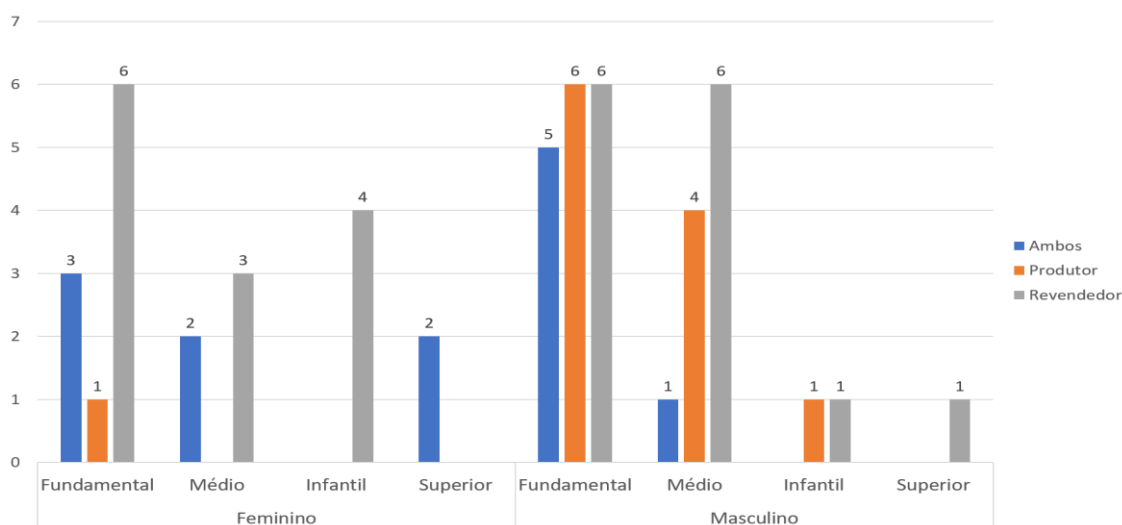
Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 08: Número de filhos das trabalhadoras mulheres

Fonte: Elaborado pelo autor

Observando os gráficos acima, é possível perceber que além da quantidade geral de filhos entre os tipos de trabalhadores, podemos notar claramente uma diferença gritante na quantidade de filhos entre homens e mulheres. Já apontamos aqui as diferenças quanto ao estado civil e como estas impactam nas dinâmicas econômicas e familiares, e nesse sentido, a quantidade de filhos também espelha esse processo. Quanto aos homens casados, existe uma prevalência muito maior em ter filhos e em grande quantidade, o que podemos ler como uma constituição familiar mais próxima do fato das esposas estarem ocupando a jornada de trabalho enquanto mães, números que se invertem em média, quando observamos o número de mulheres divorciadas e com filhos. Onde podemos ler enquanto mães solas que trabalham e mantêm o cuidado dos filhos gerados nos casamentos anteriores, reflexo que se sustenta quando observamos o número de homens solteiros com filhos sendo bem maior que o de mulheres solteiras com filhos.

Nosso último gráfico referente ao perfil social e econômico dos feirantes, está atrelado a escolaridade desses trabalhadores. Em uma ordem decrescente temos o Ensino Fundamental como a base de formação educacional desses trabalhadores, dos 52 oficialmente entrevistados, 27 deles chegaram a estudar o fundamental, número que notamos um volume muito maior também em nossas conversas informais, se fosse possível fazer uma estimativa acreditamos que cerca de outros vinte entrevistados também ocupariam essa faixa de ensino.

Gráfico 09: Escolaridade dos trabalhadores

Fonte: Elaborado pelo autor

Em seguida, temos a formação no nível Médio, representada por 16 entrevistados. Nessa amostra, não foi possível identificar um padrão específico em termos de faixa etária ou fonte de renda. Acreditamos que isso reflita a ampliação do acesso à educação ao longo dos anos, permitindo que, mesmo entre as comunidades e grupos sociais mais afetados pelas desigualdades, a educação básica de nível médio se tornasse mais acessível e difundida. Quando observamos o nível educacional mais baixo, que está entre aqueles feirantes que só possuem o Infantil, temos um dado interessante, todos os entrevistados possuem ao menos mais de 50 anos de idade, sendo todos Revendedores, exceto 1 deles, o único com 38 anos e exclusivamente produtor, que dentre todos os nossos entrevistados foi o único que chegou afirmar que deixou de estudar por opção, pois de acordo com ele, “*estudar não é pra todo mundo*”.

Quanto ao ensino superior dialogamos com apenas 3 entrevistados, duas mulheres que trabalham tanto na produção e na revenda, sendo as duas, formadas no curso técnico subsequente em Agroecologia pelo Instituto Federal de Sergipe. As duas possuem o próprio local de produção em Estância e Japarutuba, compram alguns outros produtos com contatos atravessadores e no Ceasa, e comercializam uma em Aracaju e a outra em São Cristóvão.

Quanto eu entrei pra Agroecologia, foi porque fizeram um projeto lá em Estância e falaram do curso, aí eu achei interessante e depois de um tempo decidi fazer. (...) Foi ótimo porque a gente aprende as técnicas,

aprende como melhor aproveitar os produtos, e na hora da venda, a gente passa isso pro cliente entende? Quando chega aqui na hora a pessoa percebe a diferença.

Cristilaine

Formada sim meu filho, já tem muitos anos que tô formada e foi bom viu, porque eu em casa, numa época que eu fiquei sem vim pra feira, tava desgostosa, quando uma prima minha falou disso do curso, aí eu fui decidi fazer, no início foi difícil porque a pessoa muito tempo sem estudar né, voltar assim, mas quando peguei o jeito fui até terminar. Hoje tá aí, tudo que vi lá trouxe pra cá, e durante o curso mermo eu já voltei a trabalhar na feira, a plantar e de lá pra cá não parei mais.

Anastácia

Olhe eu tenho 30 anos, trabalho desde os 12 em um monte de coisa, fiz o curso pra tentar ter um ofício melhor, e trabalhei 6 anos nele, lá na Usina Pinheiro. Foi luta, lá não é fácil não, o cara se arrebenta trabalhando, não tem nem condição de melhorar em nada e crescer, tenho queimadura e tudo daquela época. Até que chegou uma hora que eu decidi montar barraca, soldando sabe, aí como eu sabia mexer por causa do curso, deu pra fazer. E aí montando eu que comecei a vender umas coisa também, comecei com Laranja, depois comecei a pegar Melancia e agora tenho essas coisas aí. Pra você ver eu só tô aqui porque lá atrás eu fiz o curso, se não tava aí de servente até hoje.

Lucas

O terceiro entrevistado foi um jovem feirante do Ceasa, que reside em Itabaiana e começou a pouco tempo na “lida” da feira, com formação técnica em eletrotécnica, e que já atuou em usinas de cana de açúcar do estado de Sergipe, começou a trabalhar na feira graça a uma percepção que atravessou os três entrevistados desse pequeno grupo, uma ideia de que do trabalho comercial da feira tem potencial de crescimento e de garantia no sustento de suas famílias, acima das outras funções e trabalhos que eles poderiam ter, onde todos, mencionaram que a formação no ensino superior garante a eles um diferencial quando se trata de gerir as atividades do trabalho.

5.2 Localidades e Regiões de Trabalho e Produção

A partir do que discutimos no subcapítulo anterior, conseguimos ter uma noção geral do perfil de nossos trabalhadores entrevistados. São homens e mulheres que flutuam dentro de uma classe economicamente desfavorecida, todos com uma vivência de trabalho urbano, mesmo que em suas origens tenham vivido no meio rural, durante a fase do trabalho, necessitam manter o vínculo com o meio urbano das grandes cidades, extraíndo uma renda mais significativa, mas no geral, são todos “presos” ao trabalho quase que constante

da banca. O próprio processo de construção das famílias perpassa a dinâmica do trabalho, pois, o que nós percebemos é que existe um padrão na forma de perceber uma certa “obrigação” do ente familiar como um “ajudante” para as tarefas da feira e/ou produção. À primeira vista esse não seria um problema, considerando que a base de trabalho desse grupo é justamente a subsistência familiar, mas o que precisamos destacar, é em como essa lógica afeta diretamente a parcela das mulheres que dividem a rotina de trabalho na feira, com todo o esforço no cuidado da família, principalmente quando divorciadas.

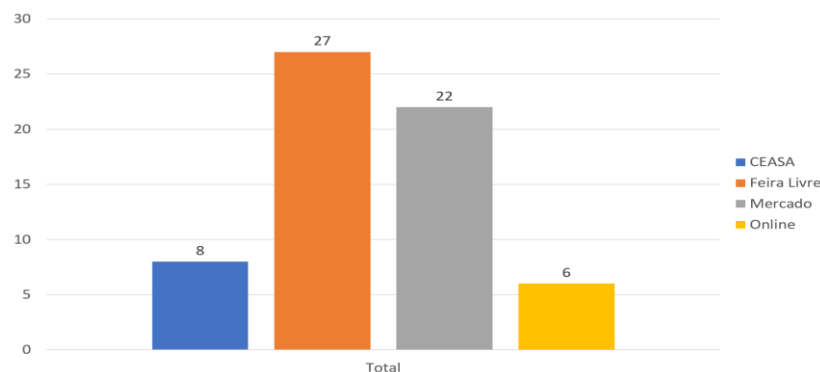
A fim de adentrar nas camadas mais complexas do nosso objeto, nos debruçamos em compreender algumas características cruciais do local/ambiente de trabalho, tanto do comércio, quanto da produção dos alimentos. Seja a localidade de origem dos contatos (*atravessadores, parceiros de venda, amigos e familiares que repassam os produtos*), nesse mesmo sentido, onde essas mercadorias são compradas para ser revendidas posteriormente, o local de origem das mercadorias, no sentido de sua “partida inicial” para comercialização e/ou produção. Os gráficos abaixo foram obtidos a partir das respostas que obtivemos durante as questões 10, 11, 12, 13 e 14 do nosso roteiro de entrevistas, além das conversas informais com os feirantes entrevistados e confirmadas com os outros feirantes onde apenas mantivemos a conversa informal sem a entrevista.

Como observamos no gráfico 10 abaixo, conseguimos identificar 4 tipos de ponto comercial desses trabalhadores ao longo dos municípios onde a pesquisa foi realizada⁷. O primeiro deles a Feira livre, não seria diferente, afinal, desde o início de nossa pesquisa que buscamos enfatizar o trabalho realizado na feira como foco central de nossa discussão, e durante toda essa fase de campo conseguimos perceber visivelmente o quanto a feira demarca um espaço significativo no processo de comercialização de alimentos, especialmente de hortifruti e derivados do leite e do coco. Existe um consenso geral entre feirantes e consumidores de que na feira é mais “vantajoso” comprar certos produtos, ou

⁷ Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Lagarto, Itabaiana.

até mesmo, é na feira onde é possível, quase que exclusivamente, conseguir comprar determinados itens.

Gráfico 10: Locais de trabalho durante o comércio



Fonte: Elaborado pelo autor

Além da feira livre, nosso maior foco foram os mercados municipais, ou “mercadoes”, onde no total visitamos 10 mercados fundamentais para o circuito curto de alimentos de Sergipe, mais especificamente das regiões de nosso estudo, exceto Nossa Senhora do Socorro, que não possui um mercado municipal de destaque, e concentra seu comércio do gênero em um número/tamanho mais expressivo de feiras. Fato semelhante ocorreu no município de São Cristóvão, mas o mesmo ainda possui uma Feira de grandioso porte, com frequência fixa e estrutura espacial semelhante, que nos permitiu a adotar como um mercado da mesma forma.

Quadro 01: Mercados municipais visitados durante as entrevistas

ARACAJU
Mercado de Artesanato Thales Ferraz
Av. Ivo do Prado, 534
Mercado do Produtor
R. Santa Cruz do Lagamar, 22
Mercado Municipal Maria Virgínia Leite Franco
Av. Mal. Mascaranhas de Moraes
Mercado do Conjunto Augusto Franco
R. Promotor Joaquim Valença, 350-208
Mercado Municipal do Bairro América
R. Haiti, 250 - Bairro América
Mercado Dr. Carlos Firpo
Rua Carlos Correia, 148 - Siqueira Campos
Mercado Setorial Viana De Assis
R. São Francisco de Assis, 1200 - Santos Dumont

SÃO CRISTÓVÃO
Feira Livre do Conjunto Eduardo Gomes
R. Sessenta e Três, 2-140 - Eduardo Gomes
LAGARTO
Mercado Municipal José Correa Sobrinho
Praça Rosendo Ribeiro de Souza, 123
ITABAIANA
Mercadão Itabaiana
R. Benjamin Constant, 56

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto ao CEASA, não foi muita surpresa percebê-lo enquanto um *lôcus* reduzido de concentração desses trabalhadores que estão nessa base do circuito. O foco do CEASA é muito mais a distribuição em atacados das mercadorias, do que necessariamente a venda dos produtos seguindo a mesma lógica da feira. Apesar de haver algumas barracas verdadeiramente ativas, a maior parte dos pontos, são de distribuidores atacadistas e fornecedores, inclusive, o próprio espaço físico do CEASA aponta para esse foco, podemos verificar isso na figura 3.

Enquanto realizamos nossas entrevistas no CEASA, tivemos uma dificuldade grande para conseguir efetivar nossa abordagem para a entrevista de fato, o que nos resultou em um número menor de entrevistas e muito maior de conversas informais, o que foi interessante para extrair alguns dos insights. Além disso, foi no CEASA um dos pontos que mais conseguimos realizar observações sobre a dinâmica de chegada e saída de mercadorias, e toda movimentação dos trabalhadores nesse polo central do comércio de alimentos em Aracaju e Sergipe. O CEASA centraliza a dinâmica de fornecimento de alimentos na cidade, são feirantes, mercearias, mini supermercados e até mesmo comerciantes online, que vendem produtos que são comprados diariamente no CEASA, e por conta dessa demanda (e proposta efetivada do próprio centro) o número de fornecedores de alimentos no CEASA é expressivamente maior.

Figura 03: Disposição espacial aproximada dos trabalhadores no CEASA



Fonte: Elaborado pelo autor

A distribuição espacial do CEASA permite que tenhamos uma visão ampla do local e de sua dinâmica. Assim que entramos nos deparamos com um ponto comercial de plantas e insumos de jardinagem e ao redor desse ponto algumas lanchonetes que dividem o espaço com as primeiras bancas e plataformas dos fornecedores que estão por ali. Após essa “recepção” nos deparamos com uma enorme estrutura central em “L” onde encontramos fornecedores, feirantes, lojistas e mais à frente a parte administrativa, nesse espaço, podemos notar que os feirantes que ali estão já são revendedores dos produtos que chegam nos caminhões do próprio CEASA ou adquirem em outros contatos para além do local. Nesse ponto a feira fica de certa forma “espremida” pela dinâmica dos fornecedores.

Na parte de trás do espaço podemos encontrar lojistas que seguem muito mais um padrão próximo ao de um mercado com lojas de produtos eletrônicos, roupas e lanchonetes mais comuns no espaço comercial, do que necessariamente uma feira. O que podemos encontrar nessa área são alguns vendedores de doces e bolos comuns ao espaço da feira, mas ainda assim em menor quantidade. Tanto a esquerda, quanto a direita dos lojistas estão os fornecedores com seus caminhões e caminhonetes, e com seus produtos expostos no próprio automóvel ou plataformas do próprio CEASA. O fluxo de

peessoas a depender do dia que se passa por essa área, chega a impressionar, mostrando de fato como esse ponto do nosso circuito é fundamental para a circulação de mercadorias alimentícias.

Por fim, visitamos a outra área destinada a feirantes, essa que fica ao lado direito da entrada principal do CEASA. Nesse espaço, podemos encontrar um número mais expressivo de feirantes e de consumidores das mediações do próprio bairro e adjacências. Ao longo da conversa com esses trabalhadores o que notamos é que existe um entendimento por parte dos feirantes que trabalham no CEASA, de que eles estão em uma certa vantagem com relação aos que “trabalham na rua”.

Para eles, o fato de atuar tão próximo aos fornecedores e em uma localidade tão central para o circuito, eles acabam por conseguir elevar mais os preços dos produtos como forma de aumentar os lucros, conseguem encontrar mercadorias com uma qualidade superior por estarem mais próximos “da fonte” daquele alimento, que terá sofrido menos com o transporte, conseguem estabelecer parcerias e vínculos com o “pessoal do caminhão”, que são os motoristas de frete, que auxiliam no transporte de mercadorias, seja a partir de uma negociação breve ou até mesmo no esquema de parceria. E por fim, eles possuem a percepção que por mais que ainda seja difícil, os clientes possuem um reconhecimento maior do trabalho desses feirantes do que daqueles que atuam na rua.

O trabalho do feirante no comércio de alimentos teve uma reviravolta significativa com a ascensão do meio online, especialmente durante a pandemia de Covid-19. Com as restrições de deslocamento e o fechamento temporário de feiras e mercados físicos, os feirantes buscaram alternativas para se manterem ativos e conectados aos seus clientes, nesse novo cenário os feirantes se adaptaram, migrando para as redes sociais como Facebook, Instagram e WhatsApp, utilizando dessas plataformas, eles conseguiram alcançar um público mais amplo, divulgando seus produtos frescos e artesanais, através de fotos e descrições detalhadas, os feirantes puderam mostrar a qualidade e a variedade de seus produtos, mantendo o contato direto com os consumidores.

O serviço de delivery se tornou o grande aliado nessa transição, pois os feirantes passaram a oferecer a conveniência de levar os alimentos diretamente às casas dos clientes, com a logística bem estruturada, eles garantiram a entrega rápida e segura, mantendo a integridade dos produtos até chegarem aos lares dos consumidores e principalmente preservando a saúde dos mesmos que não podiam sair tão frequentemente as ruas, algo que podemos abrir um parêntese crítico, se considerarmos que esses trabalhadores continuaram expostos durante o comércio e entrega dos produtos. Os feirantes, ao se adaptarem ao meio online, não apenas sobreviveram, mas prosperaram, sua presença nas redes sociais e no mercado de delivery não apenas ampliou seu alcance, mas também reforçou a importância de apoiar pequenos produtores e a economia local, aspecto que refletiu diretamente no aumento significativo das vendas de todos aqueles que ingressaram nesse ramo, e desenvolvendo até mesmo uma percepção nesses trabalhadores que essa mudança gradativamente se tornará mais comum, mesmo após o fim da pandemia.

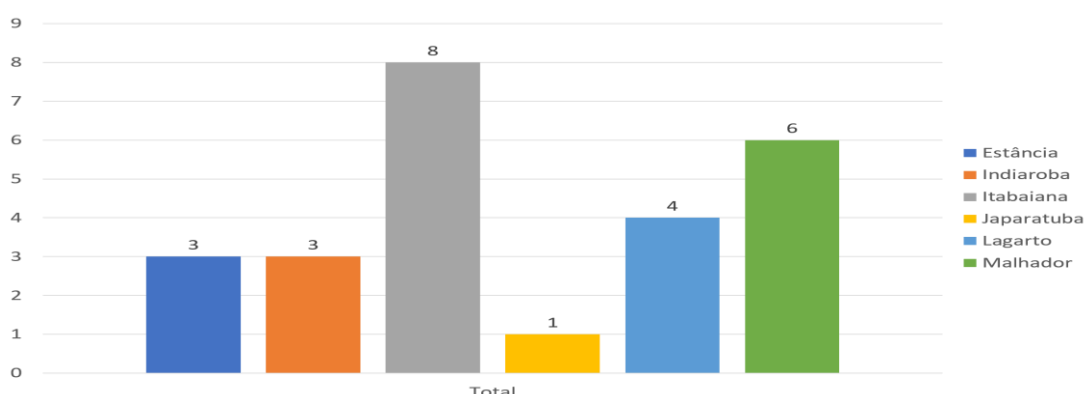
Já abordamos os destaques quanto aos locais de comércio que investigamos, agora nos desdobramos sob os locais de trabalho dos feirantes durante a produção desses alimentos, ou seja, nos atentamos apenas aos feirantes que produzem suas mercadorias. Tais localidades se estendem por vários municípios de Sergipe, representando verdadeiros epicentros de atividade agrícola e partes primárias de nosso circuito de comércio.

No entanto, essa dispersão geográfica não apenas reflete a rotina diversificada dos feirantes, mas também carrega uma relevância essencial na promoção da economia local, na preservação das tradições alimentares e na vitalidade das conexões comunitárias. No quadro 02, podemos verificar que temos 9 municípios em destaque, por possuírem uma relação direta com os dados obtidos em nossas entrevistas, dados esses que podem ser verificados nos gráficos 11,12,13 e 14 a seguir.

No gráfico 11 podemos verificar os seis municípios que aparecem como locais de trabalho dos produtores entrevistados. Não necessariamente todos os entrevistados residem nesses municípios, alguns apenas possuem suas propriedades, ou até mesmo, produzem na propriedade de algum familiar. A

recorrência desses municípios também foi refletida nas conversas informais, salvo algumas exceções como os municípios de Japoatã, Itabaianinha, Umbaúba, Salgado e Tomar do Geru, que foram mencionados como locais de produção, mas sempre entre os trabalhadores que não conseguimos ter uma entrevista completa ou apenas conversamos sobre as localidades. O ponto interessante que conseguimos identificar é a relevância desses mesmos municípios que aparecem no gráfico 11, para com o conjunto produtivo agrícola sergipano.

Gráfico 11: Locais de trabalho durante a produção



Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo a última pesquisa realizada pelo IBGE em 2022, sobre as produções agrícolas sergipanas, obtivemos os seguintes dados relativos a agricultura de cada município, em nosso quadro abaixo organizamos a partir dos municípios com maior Valor de produção acumulado, excluindo apenas os municípios de (Feira Nova, Gararu, Gracho Cardoso, Itabi, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Carira, Frei Paulo, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, Cumbe, São Miguel do Aleixo, Macambira, Poço Verde, Tobias Barreto e Nossa Senhora de Lourdes) por não possuírem dados disponibilizados pelo próprio IBGE. Segue a seguir o quadro referente:

Quadro 02: Pesquisa IBGE sobre produção agrícola em Sergipe - 2022

Município	Valor da produção (Mil Reais)	Área destinada à colheita (Hectares)	Área colhida (Hectares)
Neópolis	R\$ 49617	1712	1712
Lagarto	R\$ 42640	3463	3363
Estância	R\$ 42220	3412	3412
Cristinápolis	R\$ 39960	3973	3973
Indiaroba	R\$ 38500	4193	4193
Japoatã	R\$ 37657	1110	1110

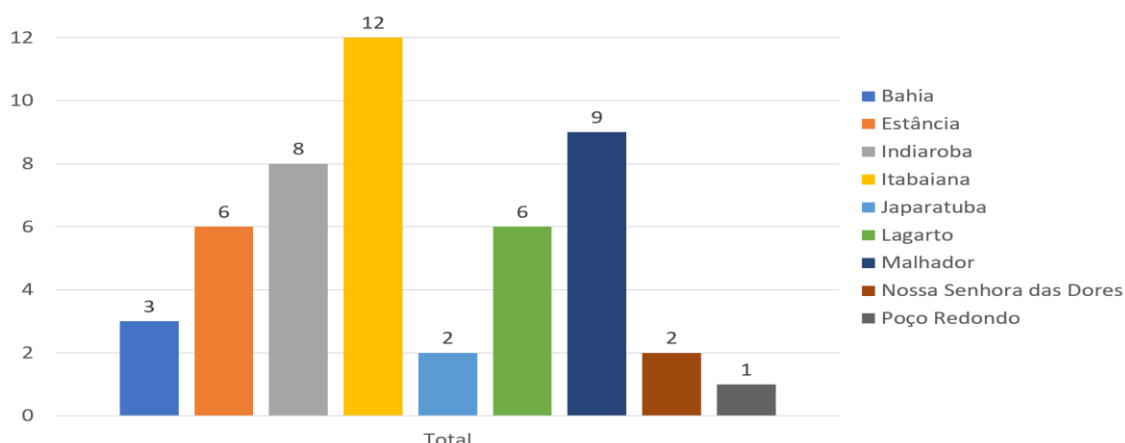
Itabaianinha	R\$ 37370	4142	4010
Santa Luzia do Itanhhy	R\$ 35478	3224	3219
Umbaúba	R\$ 34305	3766	3766
Salgado	R\$ 29548	2570	2570
Araúá	R\$ 25471	2940	2714
Santana do São Francisco	R\$ 25308	605	605
Tomar do Geru	R\$ 22184	2293	2233
Itaporanga d'Ajuda	R\$ 19586	2791	2791
Boquim	R\$ 19318	2144	2033
Pacatuba	R\$ 12850	4176	4176
Santo Amaro das Brotas	R\$ 7206	1783	1783
Riachão do Dantas	R\$ 7007	805	805
Pedrinhas	R\$ 6820	837	837
Brejo Grande	R\$ 6440	2108	2108
Japaratuba	R\$ 5534	748	676
Malhador	R\$ 5051	272	272
Propriá	R\$ 4949	198	198
Poço Redondo	R\$ 4266	132	132
Pirambu	R\$ 2604	755	745
São Cristóvão	R\$ 2519	754	742
Barra dos Coqueiros	R\$ 2258	741	741
Canindé de São Francisco	R\$ 2062	73	73
Telha	R\$ 1714	39	39
Ilha das Flores	R\$ 1427	428	428
Carmópolis	R\$ 1383	370	370
Santa Rosa de Lima	R\$ 1304	75	75
Aquidabã	R\$ 1266	43	43
Nossa Senhora do Socorro	R\$ 773	148	130
Capela	R\$ 560	66	60
Moita Bonita	R\$ 541	32	32
São Domingos	R\$ 489	51	51
Riachuelo	R\$ 489	27	27
Amparo do São Francisco	R\$ 347	12	12
Siriri	R\$ 345	32	32
Muribeca	R\$ 342	18	18
Porto da Folha	R\$ 337	17	17
Simão Dias	R\$ 337	26	26
Nossa Senhora das Dores	R\$ 326	31	31
Itabaiana	R\$ 307	20	20
Areia Branca	R\$ 302	22	22
Divina Pastora	R\$ 246	20	20
Cedro de São João	R\$ 212	7	7
São Francisco	R\$ 204	8	8
Canhoba	R\$ 150	7	7
Laranjeiras	R\$ 129	48	48
Maruim	R\$ 118	31	25
Aracaju	R\$ 89	25	25
Malhada dos Bois	R\$ 87	4	4
General Maynard	R\$ 66	18	18
Campo do Brito	R\$ 46	5	5
Rosário do Catete	R\$ 24	2	2

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=destaques>

Vale destacar que os municípios, Lagarto, Estância e Indiaroba, por serem apresentados no gráfico 11, aparecem no topo da lista por justamente por concentrar um grande valor de produção. Mas um ponto que julgo interessante destacar, é o município de Itabaiana, pois em nossa pesquisa foi o município com maior número de entrevistados produtores, enquanto no quadro não ocupa

um lugar de destaque. E refletindo sobre a posição do município de Itabaiana no circuito comercial sergipano, sugiro que um fato que explique bem sua relevância, é que o mesmo está mais alinhado ao comércio e a distribuição dos alimentos do que necessariamente a produção. Aspectos que podemos notar diretamente no gráfico 12 a seguir:

Gráfico 12: Locais de origem dos contatos para comércio



Fonte: Elaborado pelo autor

No geral os dois gráficos anteriores são bem semelhantes com diferença apenas nos municípios que no quadro 2 aparecem destacados em amarelo, Poço Redondo e Nossa Senhora das Dores. Ambos não ocupam um lugar de destaque em nossas análises, mas quanto a Itabaiana, Malhador, Indiaroba e Estância, esses ocupam o que nós identificamos como um *lócus* do comércio de alimentos em Sergipe. Para além dos municípios sergipanos podemos verificar no gráfico 12, o surgimento de uma nova localidade que foi muito recorrente principalmente entre os fornecedores com quem conversamos no CEASA, o estado da Bahia.

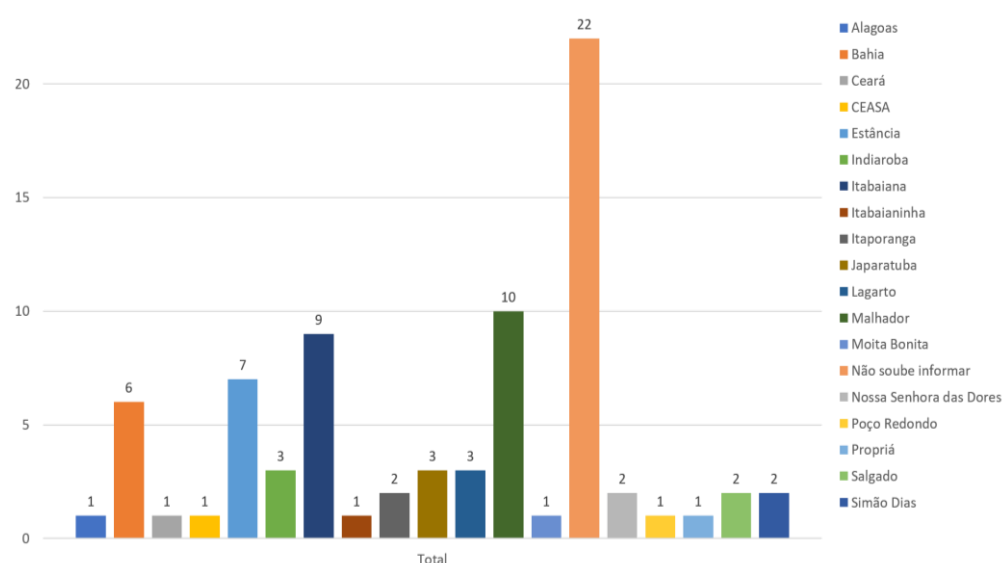
Apenas 3 dos entrevistados oficiais mencionaram ter contatos comerciais na Bahia, mas o padrão que identificamos é que todos foram do CEASA, e lá mesmo, conversamos informalmente com vários dos fornecedores, de coco, milho, farinha, laranja, melancia, abacaxi e muitos mencionaram que suas mercadorias tem origem da Bahia, em contrapartida considerando uma a origem das mercadorias, conseguimos encontrar apenas um trabalhador que mencionou ter contatos de Alagoas, mesmo sendo também um estado vizinho como a Bahia. Inclusive dentre os fornecedores muitos destacaram que se não

fossem os municípios de Lagarto, Estância, Cristinápolis, Indiaroba e Salgado seria muito mais difícil consumir boa parte do que compramos em uma feira comum.

Tem lugar e tem lugar, o coco quem pega coco a boa parte vem da Bahia porque lá tem um preço melhor, o abacaxi você até encontra por aqui, boa parte das verdura também, mas olhe, Lagarto, Estância, Cristinápolis, Indiaroba e Salgado, são os lugar de onde você tira boa parte daqui. Tem gente aqui que já desistiu de pegar de outros porque não tira não, pode ir no Mercado do Bairro Industrial também, é a mesma coisa. Eu mesmo se não fosse o tanto que da pra tirar desses, eu pegava tudo na Bahia, mesmo vindo de mais longe, ainda tem uns preço melhor.
Pedro do Abacaxi - Fornecedor do CEASA

Nesse sentido, chegamos ao nosso último gráfico sobre localidades e regiões de produção e origem das mercadorias. No gráfico 13 a seguir, definimos a correlação final da origem das mercadorias para revenda em Sergipe, compreendendo que nesse gráfico estão incluídos todos municípios mencionados como fonte de mercadorias, incluindo os estados de Alagoas, Bahia e Ceará.

Gráfico 13: Locais de origem das mercadorias para revenda

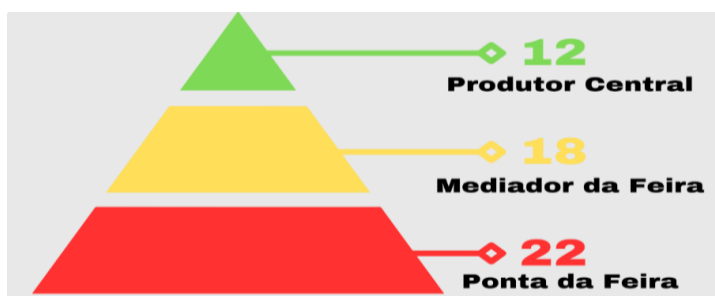


Fonte: Elaborado pelo autor

Como é um gráfico baseado na revenda dos produtos e uma correlação com a origem das mercadorias, conseguimos notar uma alteração no quantitativo representativo de cada município, destacando também, que nesses dados acima. Com base nisso, temos um número alarmante de feirantes que não sabem a origem de suas mercadorias, justamente por comprar direto dos

atravessadores, e por não possuir uma relação próxima com esses sujeitos, quanto a esses feirantes, os entendemos como uma espécie de “ponta da feira”, ou seja, aquele feirante que dentro do circuito de comércio de alimentos, possui meramente uma posição de repassar a mercadoria para o consumidor final, sem necessariamente que sua atividade implique no funcionamento do circuito como um todo. Muitas vezes são aqueles trabalhadores que optam por estar na feira, como uma estratégia de trabalho para “fugir” do desemprego.

Figura 04: Tipos de feirantes de acordo com o circuito sergipano



Fonte: Elaborado pelo autor

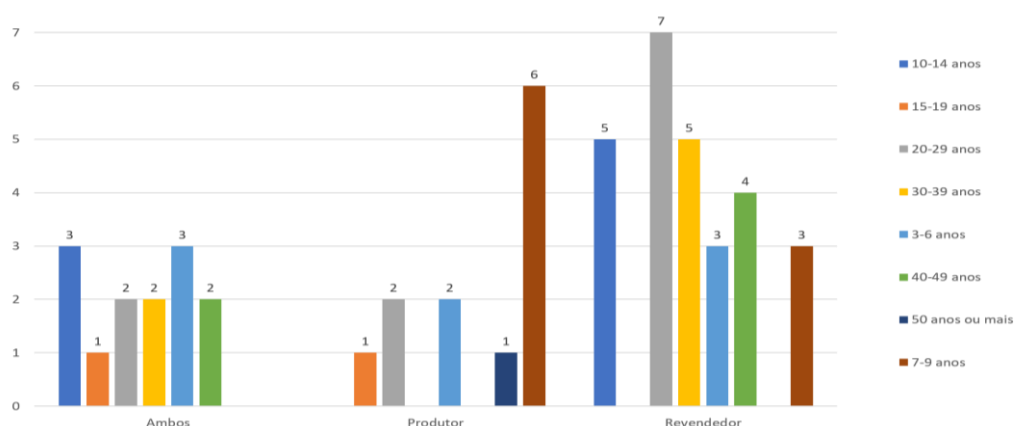
Aos outros que possuem um contato mais próximo com a origem de suas mercadorias, os entendemos enquanto “mediadores da feira”, dentro dessa categoria conseguimos notar a presença dos atravessadores, dos fornecedores, dos feirantes que são produtores e revendedores, ou seja, do núcleo duro do circuito comercial, são justamente aqueles trabalhadores que transitam pelos estados e pelos mercados municipais, e suas atividades laborais direcionam o processo que compreendemos enquanto “comprar um produto x na feira”, para que isso ocorra é necessário que os mediadores estejam atuantes. Na parte mais ampla de nosso circuito conseguimos identificar o “Produtor Central” esse que é muito mais próximo de um produtor apenas, ou de um fornecedor de grande escala, para esse pequeno grupo identificamos os vendedores de frutas, carnes, amendoim, macaxeira e laticínios, dentro desse grupo temos a maior parte dos produtores de médio ou grande porte da agricultura familiar local, são esses os que fornecem mercadorias dos mais variados tipos e em escalas bem maiores de quantidade, inclusive é a partir de membros dessa categoria que compreendemos de onde são extraídas as estatísticas agrárias.

5.3 Contexto e Motivações da Atividade na Feira

Neste subcapítulo, exploramos as diversas motivações que impulsionam os feirantes a trabalharem na feira. Desde escolhas pessoais até influências familiares, cada indivíduo encontra razões únicas para se envolver nesse mercado. Além disso, examinamos a importância vital deste trabalho como principal fonte de renda para muitos, destacando como a dinâmica da feira molda não apenas suas vidas, mas suas identidades laborais.

Até então já possuímos uma dimensão clara do quanto o circuito de comércio de alimentos em Sergipe pode ser gigantesco e possuir uma capacidade de absorção dos trabalhadores muito grande, visto que dentro do nosso perfil de trabalhadores, já conseguimos identificar inúmeros “motivos” pelos quais esses trabalhadores chegam à feira. A própria lógica do trabalho na feira é ímpar nesse sentido e deve ser motivo de uma observação mais atenta por nós, por conta disso, reservamos para esse momento de nossa argumentação um breve mergulho temporal, buscando entender a quanto tempo em anos e décadas esses trabalhadores se dedicam a feira, e além disso, tentando rastrear os motivos que levaram a tal decisão. Observando gráfico 14, temos:

Gráfico 14: Tempo de trabalho dedicado a feira



Fonte: Elaborado pelo autor

Referente ao tempo dedicado ao trabalho na feira por parte de nossos entrevistados, podemos notar que a maior parte desses trabalhadores, exatamente 11 sujeitos, possuem uma trajetória de 20 a 29 anos na feira, sendo a maior parte desses revendedores. O quantitativo cai para 9 sujeitos na faixa

dos 7 a 9 anos, sendo a maior parte produtores, seguidos de duas faixas com a mesma quantidade de 8 trabalhadores, os que possuem apenas entre 3 e 6 anos de trabalho e os que possuem entre 10 e 14 anos nessa atividade, no geral essas duas faixas são muito semelhantes quando se tratam dos produtores e revendedores, com exceção da última que não apresentou nenhum produtor. Seguindo a mesma linha temos a faixa entre 30 e 39 anos de trabalho que também não apresentou nenhum produtor, para pôr fim, destacar as faixas entre 15 e 19 anos que apresentou apenas dois sujeitos sendo um exclusivamente produtor e por fim, o único trabalhador com mais de 50 anos de feira também um Produtor.

Quando conversamos com esses trabalhadores, visamos entender os fatores motivadores para o trabalho na feira, afinal cerca de 79% dos trabalhadores entrevistados afirmaram que optaram trabalhar na feira foi uma escolha, sendo que dentre esses todos os trabalhadores que são exclusivamente produtores, sem exceção, julgam que sua atividade foi motivada por escolha. Se correlacionarmos os dados do gráfico 14 sobre o tempo de atuação, com os dados obtidos em entrevista com relação a escolha de trabalhar na feira, temos uma noção melhor de como esse tempo de atuação está distribuído entre nossos sujeitos.

São 3 os pontos altos que destacamos com relação ao gráfico 14, o primeiro é exata quantidade de 6 sujeitos para com o tempo de atuação de 30-39 anos e 10-14 anos por parte dos Revendedores e Ambos, pois nenhum Produtor se mostrou trabalhar por escolha nessas faixas e quando sentamos para conversar com tais trabalhadores foi interessante perceber suas motivações. No geral todos dialogam com apenas três das tipologias de respostas para com o motivo de escolher trabalhar na feira: demissão e recolocação profissional; falta de emprego (sem a recolocação) e pôr fim, a Herança Familiar, que consiste no fato da trajetória de trabalho na feira ter se originado com um familiar anterior, seja o pai, a mãe ou qualquer outro familiar.

A decisão de atuar no mercado de feiras não é meramente uma questão de falta de opções ou necessidade imediata, mas está enraizada em contextos mais amplos relacionados à família, à trajetória pessoal e às percepções sobre

o trabalho. Primeiramente, a herança familiar desempenha um papel crucial. Para muitos trabalhadores, a feira representa uma continuidade das práticas de trabalho estabelecidas por familiares anteriores. Essa continuidade não é apenas uma questão de necessidade econômica, mas também de um legado cultural e profissional que molda as escolhas e expectativas individuais. O trabalho na feira se torna, portanto, uma tradição familiar e uma forma de manter viva uma forma de vida e um modo de produção que tem raízes profundas na história pessoal e familiar.

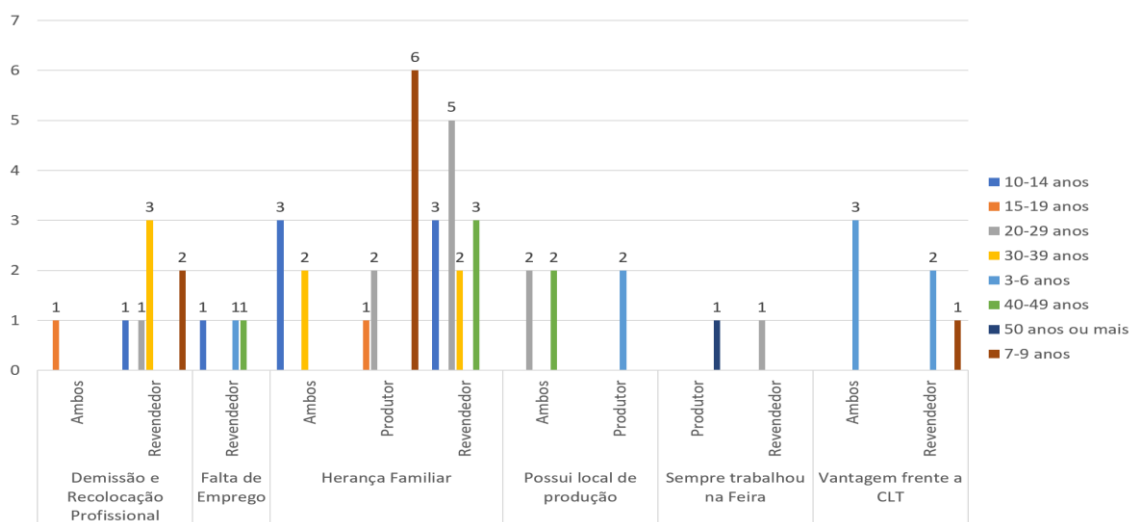
Além disso, os fatores como demissão e recolocação profissional, bem como a falta de emprego, também são determinantes significativos. A escolha de trabalhar na feira pode ser uma resposta a circunstâncias adversas, como a perda de um emprego formal ou a dificuldade em encontrar novas oportunidades de trabalho. Nesse sentido, a feira representa uma alternativa viável e frequentemente uma forma de autonomia profissional frente à instabilidade econômica. Por outro lado, há uma perspectiva mais recente e empreendedora entre trabalhadores mais novos na feira. Esses trabalhadores veem o ambiente das feiras como uma oportunidade de criar e expandir seus próprios negócios, em contraste com as limitações e a rigidez do trabalho formal. Eles valorizam a flexibilidade e a autonomia proporcionadas pelo trabalho nas feiras, enxergando-o como um espaço para o empreendedorismo e a inovação, que contrasta com as características do trabalho com carteira assinada, como horários fixos e hierarquias estabelecidas.

Portanto, a escolha de trabalhar na feira é balizada por uma combinação de fatores sociológicos, incluindo a influência familiar, as respostas a circunstâncias econômicas adversas e a busca por autonomia e oportunidades empreendedoras. Essas motivações refletem uma complexa interação entre necessidades econômicas, tradições familiares e aspirações pessoais, revelando que o trabalho nas feiras é uma escolha estratégica e multifacetada.

É nesse ponto que podemos destacar como essas três categorias são os principais fatores motivadores do trabalho na feira. Claro que o fato de possuir um local para produção, ou o simples fato de sempre ter trabalhado na feira são fatores que apontam também como uma motivação, sem esquecer da percepção

de que o trabalho na feira é mais “vantajoso” que o trabalho com carteira assinada. Esse último, que só apareceu entre trabalhadores mais “novos” na feira, e que possuem uma visão da lógica de trabalho na feira como uma oportunidade de “empreendedorismo” para negócios que estão para além da banca da feira, mas sim como uma oposição às características do trabalho formal, como horários definidos e até mesmo hierarquia de trabalho.

Gráfico 15: Tempo de trabalho relacionado à escolha profissional



Fonte: Elaborado pelo autor

Mas o ponto que notamos no geral, tanto entre os entrevistados que ajudaram a compor esse gráfico, quanto nas conversas informais, é que essa visão do trabalho na feira como uma opção “superior” a outras, existe mesmo que de maneira muito tímida e receosa. O que pudemos notar entre esses trabalhadores é que existe um ímpeto em provar para si e para o outro que pergunta, que essa forma de trabalho, por mais precarizada que seja, tem seu valor. Como se, por acaso, nossa posição como pesquisadores, pudesse “colocar em xeque”, a verdade para com o trabalho da feira, até para os próprios sujeitos, pois no geral, o feirante, principalmente o que já possui algumas décadas de trabalho, já lidou com inúmeras situações que tornam explícitas sua situação de vulnerabilidade.

Essa precarização está historicamente ligada ao avanço da urbanização, da industrialização e principalmente do comércio das grandes redes de supermercado. A falácia da modernidade, trouxe consigo um processo de

valorização do trabalho formal e industrial em detrimento de formas tradicionais e informais de trabalho. No contexto da modernidade, o trabalho nas feiras, assim como outras formas de trabalho não regulamentado e não formalizado, foi frequentemente desqualificado e rebaixado. Essa desqualificação está enraizada na ideologia que associa a “modernidade” e o progresso, enquanto as formas de trabalho que não se alinham com esses parâmetros são vistas como menos dignas ou menos avançadas. Ao entender que a desvalorização desses trabalhos está ligada a uma visão eurocêntrica e colonial do progresso, é possível perceber que o reconhecimento e a valorização do trabalho nas feiras são formas de resistir a essa narrativa. Essa valorização não é apenas um ato de afirmação pessoal, mas também uma resistência coletiva contra as hierarquias estabelecidas que buscam deslegitimar essas formas de trabalho.

Certamente, a precarização do trabalho dos feirantes revela-se como um tema complexo e multifacetado, permeado por diversos elementos que moldam a experiência desses trabalhadores. Ao analisarmos tanto a rotina de trabalho quanto o circuito curto de alimentos, torna-se evidente que há nuances importantes a considerar. Na rotina diária, os feirantes enfrentam desafios que vão desde a falta de garantias trabalhistas até a exposição constante às intempéries climáticas.

A ausência de horários fixos, ao mesmo tempo que confere certa flexibilidade, também contribui para uma jornada de trabalho extensa e imprevisível. Além disso, a falta de uma estrutura formal de emprego muitas vezes resulta em condições de trabalho inseguras e instáveis, agravadas pela ausência de benefícios como planos de saúde e aposentadoria, todos esses pontos apontados por eles próprios, mesmo que diante dessa situação ainda vejam o trabalho na feira com mais vantajoso.

No contexto do circuito curto de alimentos, a busca por uma produção e comercialização mais direta entre o produtor e o consumidor é, muitas vezes, interpretada como uma alternativa mais sustentável e socialmente consciente. Contudo, é crucial examinar de perto como essa dinâmica influencia os feirantes, especialmente considerando as pressões econômicas e a competição crescente. A motivação para o trabalho na feira também está intrinsecamente ligada à

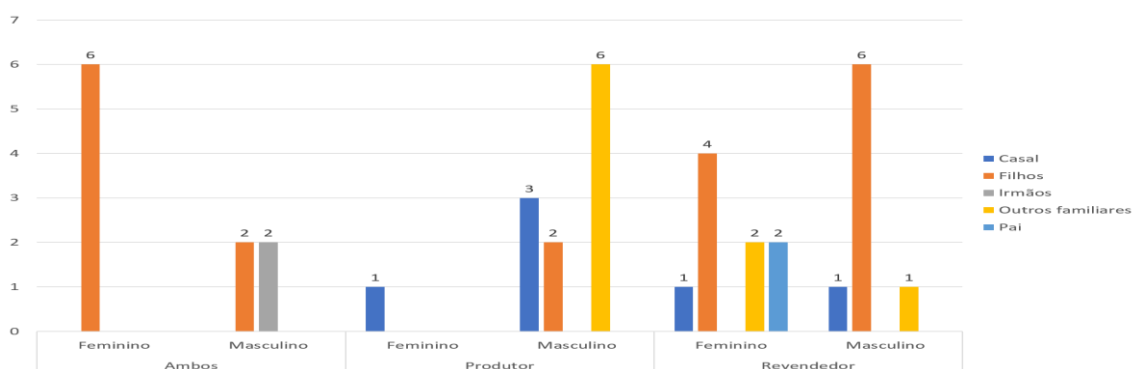
percepção de que essa forma de emprego oferece uma autonomia relativa em comparação com o trabalho formal.

A visão de empreendedorismo associada à feira sugere uma busca por independência e controle sobre o próprio trabalho, mesmo que isso envolva aceitar as condições precárias que o acompanham. Outro ponto que acreditamos ser um fator que permite uma relação dialógica do trabalho na feira com a precarização, independente das críticas realizadas por esse trabalhador, é a relação que a feira possui com seu núcleo familiar.

5.4 Influência familiar e a feira como fonte principal de renda.

A influência familiar desempenha um papel significativo na compreensão da escolha dos feirantes em adotar a feira como sua principal fonte de renda. Ao mergulharmos nesse aspecto, torna-se evidente que a dinâmica familiar exerce uma influência marcante na decisão de ingressar e permanecer nesse meio, afetando tanto as motivações individuais quanto as estratégias de sobrevivência adotadas por esses trabalhadores. A feira, muitas vezes, transcende a esfera profissional e se torna um legado transmitido de geração em geração. Feirantes que cresceram em meio a esse ambiente podem ver a feira não apenas como um local de trabalho, mas como parte integrante de sua identidade e história familiar. A transmissão de habilidades, conhecimentos e valores relacionados ao comércio na feira cria um forte vínculo emocional que pode influenciar a decisão de seguir esse caminho profissional. A presença de familiares trabalhando na feira pode agir como um fator de apoio e estabilidade, tornando essa ocupação uma escolha muito comum.

Gráfico 16: Familiares que trabalham na feira



Fonte: Elaborado pelo autor

Observando o gráfico 16 conseguimos notar a distribuição entre os familiares que trabalham junto aos nossos feirantes. Em partes conseguimos notar que há uma concentração muito maior entre os Revendedores em possuir familiares que atuem em conjunto na feira, muito mais do que Produtores e Ambos. Como podemos notar no gráfico, essa quantidade está distribuída em todos os tipos de familiares que identificamos, sejam Pais, Irmãos, Filhos, Esposas e Maridos, e até mesmo Outros familiares, como Cunhados, Primos, Tios e Avós. No gráfico ainda nos debruçamos sobre uma distinção de gênero entre esses trabalhadores onde, as mulheres tendem a dividir o trabalho da feira com familiares, muito mais que os homens, mas um ponto interessante que notamos é a quantidade massiva de feirantes que possuem os filhos atuando na feira, sejam eles adultos, com suas próprias bancas, jovens e adolescentes ajudantes e até mesmo crianças realizando “pequenas tarefas”.

E de fato, já durante a observação é impressionante a quantidade de crianças e adolescentes nesse espaço de trabalho, algo que é completamente enraizado entre os trabalhadores, porque enxergam um grau de responsabilidade necessária e que precisa ser atendida, por parte dos filhos que estão trabalhando. E nesse mesmo sentido constroem uma identidade e possibilidades de reconhecimento, já que desde novos, apesar de alguns afirmarem que seus filhos não possuem o interesse em permanecer na feira.

Tenho dois menino aqui comigo, eles vão pra escola todo dia e depois vem pra cá direto, já estudam aqui perto pra isso mermo. (...) é melhor, é melhor, preste atenção, ele aqui comigo já aprende a fazer, já aprende a mexer com a mercadoria, se mais tarde ele vai querer ficar aqui eu já não sei, aí é com ele, um disse que quer, o outro que é mais novo fica meio assim, mas vem que eu não vou deixar filho por aí sem fazer nada o dia todo, se for pra ficar sem fazer nada é melhor vir pra cá, não vou criar filho desocupado.

Antônio, Revendedor do CEASA

Sobre a influência familiar conseguimos destacar três pontos-chaves que perpassam a condição do feirante que possui familiares na feira. O primeiro deles diz respeito em específico à mulher feirante, já que, na feira, a predominância de mulheres que compartilham responsabilidades de revenda e produção com familiares, principalmente filhos, revela uma interseção complexa de tradições, expectativas de gênero e desafios econômicos.

O que conseguimos notar é que as mulheres, muitas vezes, desempenham múltiplas jornadas, equilibrando o trabalho na feira com responsabilidades domésticas e de cuidado e nesse contexto, a colaboração familiar não apenas fortalece o negócio, mas também atua como um suporte essencial para essas mulheres, visto que o trabalho invisível do cuidado, é a base para manutenção da família, enquanto seus membros trabalham na feira, ressaltando que as mulheres, devido às suas extensas jornadas, enfrentam uma precarização ainda maior em comparação aos feirantes homens e por isso notamos esse movimento de “compensação” por parte dos filhos.

Ainda sobre a importância dessa mulher, notamos como a transmissão da tradição familiar é intensificada pela necessidade econômica e pela busca de autonomia financeira, propiciando que tal dinâmica de gênero possa, em alguma medida, influenciar as aspirações profissionais dos filhos. A colaboração familiar atende não apenas à eficiência operacional, mas também à necessidade de um suporte ampliado.

Desse modo, a presença significativa de familiares nas operações das mulheres na feira reflete uma interação complexa entre tradição e expectativas de gênero na busca por apoio diante das múltiplas demandas, ampliando a compreensão da precarização específica enfrentada pelas feirantes mulheres, e a relação de laços de cuidado estabelecida com esses filhos e filhas. Ou seja, ter o filho na feira, como também outro parente qualquer, para essa mulher é mais um recurso de sua sobrevivência nesse espaço de precarização do seu trabalho, onde tanto sua atividade comercial, quanto sua atividade de cuidado sofrem com o pouco, ou nenhum, reconhecimento.

O segundo ponto que destacamos é: como a sensação de pertencimento a uma comunidade familiar de feirantes pode ser um elemento crucial para enfrentar as dificuldades inerentes ao trabalho precarizado. Ademais, a feira muitas vezes se torna um meio de sustentar não apenas o indivíduo, mas toda a família, consolidando-se como uma fonte de renda coletiva, por outro lado, a influência familiar pode também manifestar-se como uma pressão implícita para seguir os passos dos antecessores, limitando a autonomia na escolha profissional. Durante esse processo de manutenção da família, seus membros

articulam suas estratégias e vivências de modo a tensionar o que se espera daquela comunidade, com o que se deseja para um futuro incerto.

Notamos por fim, que a falta de garantias é o principal fator desmotivador dos sujeitos no que identificamos enquanto sensação de pertencimento a comunidade familiar de feirantes, todo sujeito desse grupo que venha ter outra experiência que permita, por mais que idealizada, uma prospecção de futuro mais concreta, a feira já perde valor e essa comunidade familiar se dissolve gradativamente. A expectativa de dar continuidade a uma tradição familiar pode, em alguns casos, conflitar com aspirações individuais e ambições fora do contexto da feira, essa dualidade entre o desejo de preservar a herança familiar e a busca por autonomia pessoal cria uma dinâmica complexa que molda as experiências dos feirantes mais jovens, que buscam outras fontes de renda e outros ofícios distantes da feira.

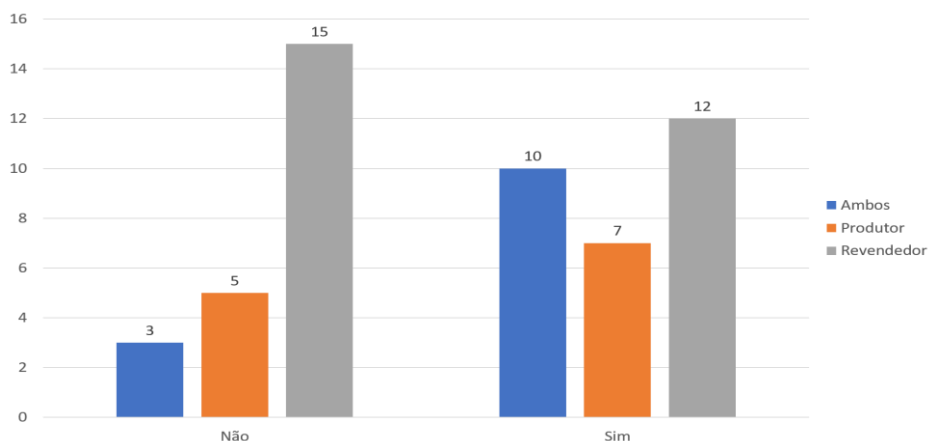
A busca por compreender a intrincada teia econômica que envolve o trabalho na feira nos leva a explorar a origem e a dinâmica da renda derivada dessa atividade. Já vimos, nos dados anteriores, como o trabalho da feira permeia o sustento das famílias e como é importante quando pensamos na totalidade do acesso a mercadorias que o circuito de comércio de alimentos proporciona para os consumidores. Visto essa complexa rede de informações, chegamos à renda de fato, e o quanto ela representa o centro da subsistência dessas famílias? Existem outras fontes? Se sim, quais?

São questões que abordaremos a seguir, mas de antemão, é importante que o leitor tenha em mente que, a partir deste ponto de nossa análise, as informações se tornarão cada vez mais específicas e de certa forma, "escondidas" em meio aos dados. Por isso, é mais que fundamental acompanhar a linha de raciocínio proposta, pois é ela que guiará as reflexões posteriores.

Quando estávamos realizando as entrevistas logo notamos uma diferença clara na percepção sobre a renda, e quando nos referimos a esse processo incluímos aqui, mais uma vez, as conversas informais. O que notamos é que basicamente os revendedores em sua maioria concordam que a renda conquistada a partir da feira não é suficiente para a subsistência de suas

famílias, enquanto que os produtores por possuir uma relação mais intrínseca com a mercadoria, ocupam essa diferença da renda com o consumo da própria mercadoria, esse dado pode ser verificado no gráfico 17 a seguir.

Gráfico 17: Suficiência da renda para o trabalhador feirante



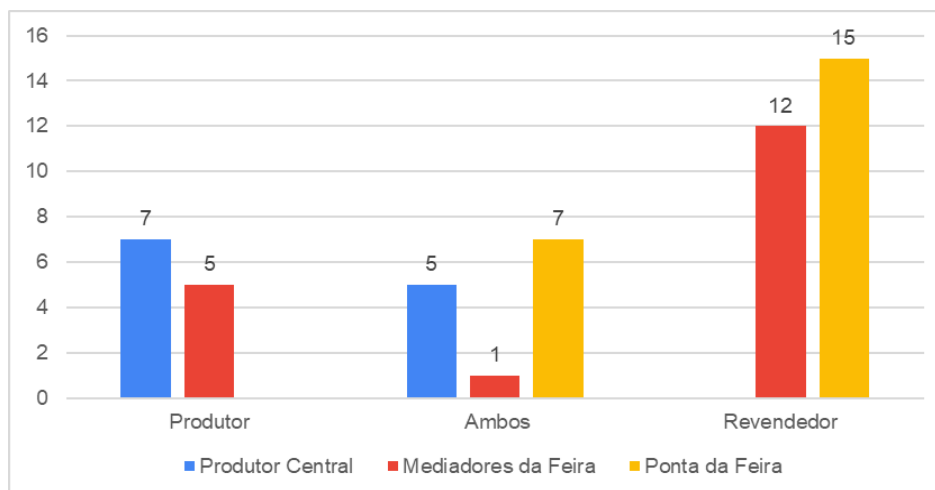
Fonte: Elaborado pelo autor

Foi justamente a partir dessa relação com a renda que conseguimos definir melhor nossa tipologia de feirantes dentro do circuito de comércio sergipano. Para este fim, cruzamos os dados que obtivemos quanto a participação e os contatos desse feirante pelo estado e nos locais de comércio, com as informações obtidas nesse bloco sobre a renda. Demonstramos essa lógica na figura 04, onde notamos uma crescente quanto à representatividade desses feirantes no circuito, com a menor representação entre Produtores Centrais, mais Mediadores da Feira e a maior quantidade de sujeitos entre os Pontas da Feira.

Mas o que nossa reflexão agora visa destacar, é que essa crescente também se espelha na relação com a renda, onde podemos notar esses dados abaixo onde ampliamos a classificação entre os tipos de feirante no circuito com base em sua forma de trabalho, seja produzindo, revendendo ou ambos, cruzamento que permitiu elaborar o gráfico comparativo 18 a seguir. Nele, podemos notar o desdobramento de nossa reflexão quanto a renda dos feirantes. Começando pelos trabalhadores da Ponta da Feira, onde temos os 15 revendedores destacados, enquanto insatisfeitos com a renda que pode ser obtida na feira (gráfico 17), são os mesmos citados aqui no gráfico 18. Junto a

esses insatisfeitos com a renda, encontramos 12 sujeitos revendedores que ocupam o posto de Mediadores da Feira, arrecadando uma fonte de renda mais destacável e movimentando um volume de mercadorias mais significativo.

Gráfico 18: Feirantes do circuito e a relação com a renda



Fonte: Elaborado pelo autor

Dado interessante, pois esse último compreendemos que o mesmo faz parte da condição de mediador da feira, justamente por fazer parte da parcela dos feirantes de frutas de grande quantidade, como laranja, abacaxi, melancia, banana e coco, o que garante a distribuição para outros tantos feirantes menores que fazem comércio com ele. Porém, o que nosso interlocutor, insatisfeito relatou, é que mesmo tendo condições de produzir, o período pandêmico o extraiu muitos recursos de material e financeiro para manter a família, o que para ele foi algo irreversível no campo da renda.

Olhe, eu sou novo, meu pai me deixou essa banca, me deixou terra, me deixou tudo. Conheço gente aqui (em Itabaiana) em Lagarto, até em Poço Redondo, tem gente que trabalha aqui, compra minhas frutas e traz. Só que o que acontece, é que na pandemia foi desgraça demais rapaz, gente demais morrendo, nos perdemos muita mercadoria por não conseguir trazer, perdemos gente lá na roça, eu mesmo não sei não, mas até agora não acho que as coisas vão melhorar isso tudo mais, ainda mais com esse governo agora ladrão, aí que você vai ver.

Henrique – Produtor e Revendedor de Itabaiana

Quando identificamos essa insatisfação entre os feirantes, investigamos mais detalhadamente suas condições, e o que notamos é que os trabalhadores da ponta da feira, não são “apenas” aqueles com a menor participação no circuito, eles são em grande medida os mais vulneráveis ao processo de

precarização do trabalho. Isso porque na prática cotidiana, esses sujeitos não conseguem arrecadar grandes quantias nas vendas, muito porque são esses trabalhadores que estão sujeitos às oscilações de preço imposta pelos atravessadores, pela falta de um transporte próprio ou cooperado para viabilizar suas mercadorias e pela pouquíssima habilidade com reservas e investimentos no próprio negócio.

Ou seja, existe um movimento muito lógico de insatisfação quanto a renda da feira entre esses sujeitos, processo que conseguimos notar apenas uma pequena dissonância em apenas alguns sujeitos que dividem suas atividades com a produção em um nível satisfatório e estável. Agora, quando analisamos as condições estruturais do trabalho dos mediadores da feira, esse cenário de insatisfação para com a renda muda completamente.

Como vimos acima, apenas 1 dos nossos entrevistados se mostrou insatisfeito com seu volume de arrecadação, e nesse caso, não foi necessariamente por uma falta de estrutura, ou precarização de suas atividades, até porque, ele possui alguns empregados e o próprio transporte. O seu limitante real, foi muito mais a condição ímpar da pandemia que acabou por atravessar seus rendimentos, algo que não identificamos em mais nenhum outro entrevistado. Claro que existem dificuldades, e que a própria pandemia impactou a renda em algum nível, vários sujeitos apontaram para essa realidade, mas quando perguntados aqui sobre a renda ser ou não insuficiente, esse aspecto não chega a ser determinante.

Dentre os mediadores da feira que são revendedores, notamos que a posição mais vantajosa no circuito de comércio é o fator que os protege de condições financeiras desfavoráveis. São sujeitos com mais contatos pelo estado, e que apontaram sinais de colaboração mais efetiva entre outros feirantes, além de possuir mais de uma banca, seja sem feiras ou mercados ao longo do estado. Outro fato crucial é a concentração e o volume de mercadorias comercializadas por esse feirante mediador, visto que, quanto maior essa carga, maior o rendimento e até mesmo a capacidade de fornecimento, o que contribui bastante na percepção que os mesmos possuem da renda.

Mas claro que nem tudo se resume a estrutura e faturamento, existe uma grande gama de “conformismo”, não no sentido pejorativo da palavra, mas sim, de compreensão das condições materiais vigentes, sem a projeção ilusória de que o trabalho por si só irá solucionar seus problemas. Muitos desses sujeitos compreendem que os problemas enfrentados durante o cotidiano do trabalho não dizem respeito ao que eles poderiam e/ou deveriam fazer nas atividades da feira, mas sim, questões de ordem política e econômica macro que os atinge, e isso será mais detalhado nos subcapítulos seguintes, quando explorarmos com maior detalhe esse ponto.

Por fim, chegamos a categoria dos produtores, que no gráfico 18 apontam um movimento interessante que percebemos enquanto crucial para o debate sobre reconhecimento do trabalho feirante, em especial no contexto de compreender as camadas que envolvem a soberania alimentar. Pois, notamos que o feirante que opera na condição de revendedor ele precisa lidar com os bônus e ônus do comércio e toda sua cadeia que basicamente começa para eles nos atravessadores, mas se caso esse feirante possua algum nível de produção de alguma de suas mercadorias, não necessariamente todas, esse feirante acende a patamares mais “elevados” dentro do circuito.

Foi o que identificamos nos 5 produtores mediadores da feira e como pode ser notado no gráfico um movimento que se segue para todos produtores centrais. A atividade de produção própria de mercadorias desempenha um papel crucial na ascensão do trabalhador feirante dentro do circuito de comércio. Ao ter as condições materiais para conseguir produzir, os feirantes têm a oportunidade de obter lucro junto a esses produtos que possuem alto valor agregado, como alimentos orgânicos, frutas de estação, carnes e peixes, laticínios e raízes em grande quantidade como é o caso macaxeira, esses feirantes acabam por se destacar em todo processo.

A produção própria confere aos feirantes um controle direto sobre a cadeia produtiva, desde a seleção dos insumos até o processo de fabricação, isso não apenas garante a qualidade do produto final, e ao mesmo tempo, também reduz a dependência de fornecedores externos, minimizando possíveis impactos de intermediários na margem de lucro, condição que só conseguimos identificar

com maior amplitude entre os Produtores Centrais. Além disso, essa autonomia na produção proporciona uma camada adicional de resiliência em momentos de crise, permitindo que os feirantes se adaptem mais rapidamente às demandas do mercado.

Uma das vantagens mais evidentes da produção própria é a possibilidade de alcançar margens de lucro mais altas. Produtos com alto valor agregado geralmente têm margens de preço mais elevadas, permitindo uma parcela significativa de valor, essa renda mais robusta contribui para a estabilidade do feirante e fortalece sua posição no circuito de comércio.

Além dos benefícios econômicos, a produção própria contribui para o reconhecimento do trabalho desse feirante, principalmente quando o mesmo estabelece uma relação mais estreita com os clientes. A oferta de produtos atrai e fideliza os consumidores, gerando retornos consistentes, adicionalmente, a produção própria, ancorada em práticas sustentáveis e locais, contribui para a soberania alimentar, promovendo a autossuficiência na produção de alimentos e reduzindo a dependência para com as tramas econômicas e políticas inerentes à lógica hegemônica do agronegócio. Mais à frente no subcapítulo *O Convencional e o Contra Hegemônico*, também exploraremos essa camada dos fatos, quando alinharmos a posição desse feirante no circuito e sua forma de atuação, seja produzindo e/ou revendendo, para com as especificidades relatadas durante a feira.

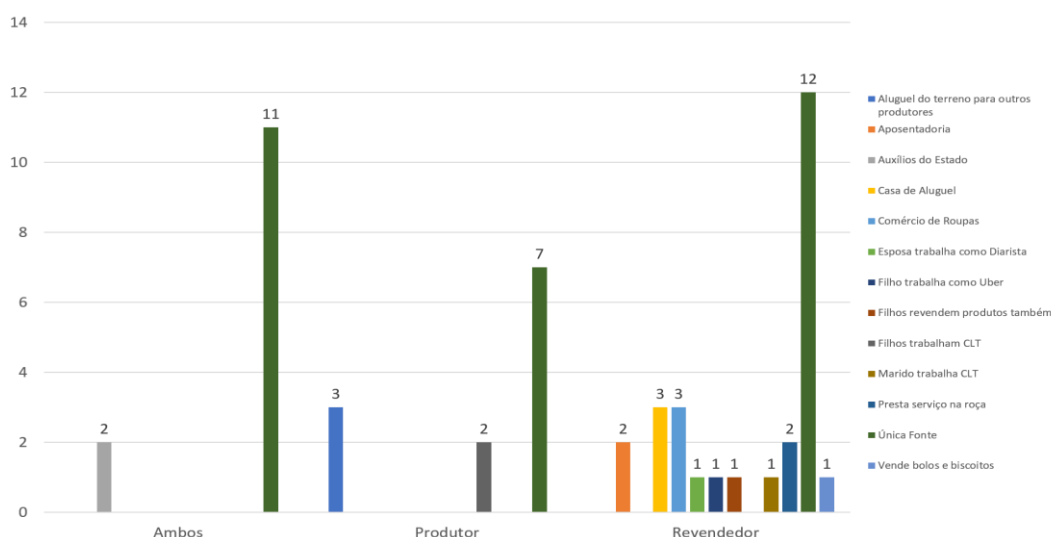
5.5 Ambiente, Estratégias e Relações de Trabalho na Feira

Visto todo processo e todas as camadas complexas que envolvem o circuito das feiras e toda questão da renda que envolve esses trabalhadores. Avançaremos aqui em outro nível de especificidade, agora mais preocupados com as relações interpessoais presentes na feira, analisando a interação entre feirantes e clientes, outros ofícios e trajetórias laborais, explorando a estrutura de trabalho, como preços, ambiente e desafios da classe de um modo geral. Nos subcapítulos anteriores abordamos com profundidade a origem desses feirantes, em termos de como chegaram à feira e com quem eles dividem os esforços na jornada de trabalho. E quando nos debruçamos sobre as condições materiais objetivas da vida desses sujeitos, percebemos as diversas estratégias utilizadas

por eles para contornar os custos de vida e da manutenção de suas famílias tanto antes, quanto depois como trabalhadores da feira. Diante de tais condições, abordamos junto aos sujeitos, quais os ofícios e outras fontes de renda, fazem parte da realidade do ser feirante?

Observando o gráfico 19 é possível notar uma boa variedade de outras formas de renda, e como esperado pelo contexto de insatisfação já apresentado, a uma concentração em rendas paralelas a feira entre os feirantes revendedores. Enquanto apenas 5 produtores possuem outra fonte de renda para além da feira, e apenas 2 dos trabalhadores que dividem com a revenda, também possuem outra fonte, esse número sobe para 15 sujeitos entre os revendedores, os mesmos que demonstram insatisfação com a renda extraída da feira. No geral conseguimos identificar quatro níveis de análise para a renda paralela desses feirantes, o primeiro e mais destacável, é o número de feirantes que possuem na feira sua única fonte de renda. O segundo envolve cinco categorias que são muito significativas, a importância dos familiares na complementação de renda, sendo um total de 6 sujeitos que declararam ter a participação dos familiares, sejam como: o marido, a esposa ou filhos trabalhando em empregos CLT⁸, o filho trabalhando como Uber, ou até mesmo os filhos que revendem produtos.

Gráfico 19: Outras fontes de renda para além da feira



Fonte: Elaborado pelo autor

⁸ Consolidação das Leis do Trabalho a partir da Carteira de Trabalho

Já discutimos no subcapítulo anterior que tratou mais especificamente da renda, a importância dos familiares nesse processo de manutenção da renda e das atividades de trabalho, e agora abordamos como o fato do trabalho para além da feira por parte desses que, denotam uma dinâmica familiar específica, onde o feirante com quem conversamos, apenas ele lida com as dificuldades do trabalho na feira, enquanto outros membros de sua família, lidam com outras questões. Ou seja, mais um indicativo de como o ser feirante da *ponta da feira* funciona em termos práticos, onde para esses sujeitos a feira não compõe uma parte da “tradição laboral” dessas famílias, mas é muito mais uma forma de “*ganhar o pão de cada dia*”.

Eu mesma não quero, deus é mais, deixar um filho aqui na feira a vida toda? Não, não, eu tô aqui meu filho, porque não tive opção, não estudei, não arranjei uma profissão, e isso aqui é melhor que limpar a casa dos outros, mas não é bom não, o dinheiro nem dá pra nada. Deixe ele lá no aplicativo mermo, tá melhor, não é fácil, mas pelo menos ele trabalha sentado dentro de um carro, né? Não é desse jeito não (apontando para as condições precárias da barraca).
Cleunides – Revendedor de Lagarto

O terceiro nível que identificamos na relação desses trabalhadores com outras fontes de renda, gira em torno das rendas com maior volume monetário, sendo essas o aluguel de terreno para outros produtores, o aluguel de casas e o comércio de roupas. Para cada uma das três formas de renda paralela identificamos três sujeitos que a formam e, nesse caso, percebemos que essas formas de renda paralela são mais lucrativas e garantem aos trabalhadores uma condição financeira melhor, visto que todo investimento realizado possui um retorno com mais garantias, inclusive por gerar uma relação de interdependência entre eles enquanto proprietários, da casa e/ou terreno e os locatários.

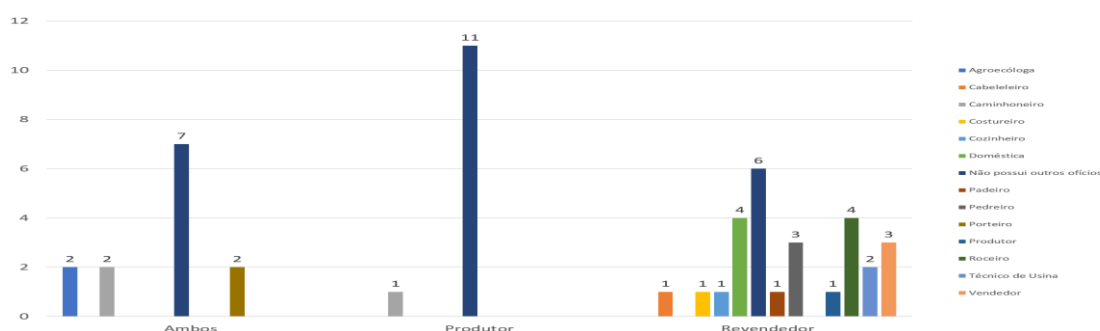
O comércio de roupas aparece aqui nessa categoria dos mais rentáveis graças aos comerciantes de Itabaiana, que possuem lojas onde vendem roupas tanto na cidade quanto na própria feira. Um último ponto de curiosidade que gostaríamos de destacar, é o fato de apenas produtores utilizarem como estratégia o aluguel do terreno para produção de outros trabalhadores, anunciando para nós como essa relação de proximidade e colaboração entre trabalhadores da feira, pode ser crucial no desenvolvimento das atividades,

principalmente quando produtores centrais, por carregar essa responsabilidade de “alimentar” em mercadoria e em logística laboral todo o circuito comercial.

Por fim, o último nível que destacamos são as rendas paralelas do próprio sujeito, que não são tão lucrativas e ao mesmo tempo exigem ou exigiram muito tempo de dedicação para as atividades, são os casos de: aposentadoria, auxílios do estado (bolsa família, auxílio defeso e etc), a venda de bolos e biscoitos na própria feira, e pôr fim, a prestação de serviço na roça. Tais condições de renda paralela estão diretamente ligadas à idade e tempo de trabalho, normalmente são os feirantes mais velhos e/ou com condições financeiras inferiores que as possuem, no geral não é a parcela mais significativa da renda desses trabalhadores.

Com base nessas possibilidades e estratégias para obtenção de renda, coube identificar quais outros ofícios esses trabalhadores possuem, ou seja, quais outras classes dialogam com a classe feirante em termos de origem do trabalho? Para responder essa pergunta identificamos 13 ofícios distintos da feira, sendo que 24 entrevistados declararam não possuir outros ofícios para além da feira. Veja, esses ofícios não estão sendo apontados aqui como outras fontes de renda desses trabalhadores, isso já discutimos acima, a partir do gráfico 19, o que abordaremos agora, são apenas as origens desses trabalhadores, os ofícios nos quais eles atuavam antes de adentrar no trabalho da feira. Dentre esses, existem ainda alguns feirantes que atuam nesses ofícios, sendo os mesmos que já aparecem nos dados anteriores, de toda forma acompanhamos tais informações no gráfico 20 a seguir:

Gráfico 20: Outros ofícios do trabalhador feirante



Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando os dados acima também percebemos blocos diferentes que agregam esses feirantes em ofícios, mas primeiramente é interessante perceber como a maior parte dos revendedores, mais uma vez destacados por questões de precarização do trabalho. Revendedores aparecem aqui compondo apenas ~22% dos entrevistados que não possuem outros ofícios, enquanto que ~92% dos produtores não possuem e ~54% dos sujeitos que dividem as funções também. Quanto aos ofícios, identificamos quatro níveis de análise, o primeiro os ofícios mais abrangentes em número de entrevistados e que destacam uma estrutura muito comum das famílias feirantes, são: domésticas (4), pedreiros (3) e vendedores (3). Quanto ao segundo nível identificamos atividades específicas que agregam profissionais de uma área mais técnica e que normalmente vieram para feira a partir de uma trajetória de recolocação profissional fruto da idade, é o caso dos: caminhoneiros (3) e técnicos de usina de cana de açúcar (2).

O terceiro nível envolve a boa parte dos ofícios encontrados em nossos dados, porém com uma profundidade muito menor de trajetória e uma relação muito mais urbana entre as famílias, esses encontrados mais entre feirantes pontas de feira e alguns mediadores: cabeleireiro, costureiro, cozinheiro, padeiro e porteiro. Por fim, chegamos aos trabalhadores do campo que possuem essa relação direta com a feira a partir de uma posição vantajosa do circuito enquanto mediadores da feira, sendo eles: roceiros (4) e produtores agroecólogos (2), vale destacar aqui o perfil das duas únicas agroecólogas que encontramos em todo nosso universo de entrevistados.

Cristilaine, residente em Aracaju, uma mulher casada de 41 anos, mãe de dois filhos, com formação superior, atuando como produtora e revendedora. Sua principal área de trabalho é a feira livre, onde comercializa produtos de Estância, Japaratuba e Aracaju, além disso, Cristilaine é uma agroecóloga, mas não possui um local próprio de produção, porém dentro desse contexto ainda se mantém como uma forte produtora de mercadorias agroecológicas. Anastácia, também produtora e revendedora, reside em São Cristóvão e compartilha características semelhantes com Cristilaine, possui 38 anos, também casada, mãe de uma filha que a auxilia nas atividades da feira e assim como Cristilaine, ela concentra suas operações na feira livre, vendendo produtos de Estância, Japaratuba e São Cristóvão.

Anastácia também é agroecóloga, mas já se diferencia de Cristilaine por possuir um local de produção próprio, além de alugar o espaço para outros trabalhadores interessados em desenvolver a técnica da agroecologia de maneira prática e para consumo próprio. Ambas as mulheres estabeleceram uma parceria de trabalho, compartilhando a logística de transporte de seus produtos para a feira e se tornaram parceiras durante o curso em Agroecologia pelo Instituto Federal de Sergipe.

Curso esse que contribuiu para a qualidade e sustentabilidade de suas práticas agrícolas. Apesar de ambas já terem participado de movimentos políticos de agroecologia, atualmente, dedicam-se exclusivamente ao trabalho na feira, aplicando os conhecimentos adquiridos na formação para promover produtos agroecológicos e contribuir para o desenvolvimento sustentável da agricultura em sua região.

Eu decidi vim pra agroecologia porque eu tava trabalhando muito e o pessoal da associação disse que ia abrir esse curso e não sei o que, e aí a gente podia tentar fazer, que era bom pra melhorar por causa do tóxico né. Eu não achei que ia conseguir não, mas fui lá e tentei né, me inscrevi. Aí ela (Anastácia) tava fazendo o cadastro lá também que ia se inscrever todo mundo, no fim de lá, só ficou nois duas mermo. Aí começamos o curso, fizemos lá as aulas e muito do que a gente via eu mesma já via meu avô fazendo, eu via minha vó que ela dizia ser filha de índio que já fazia essas técnicas também, permacultura, usar as próprias plantas pra equilibrar a plantação. No fim das contas foi bom por causa disso, a gente voltou tudo que já era certo né, e trouxe de volta pra nosso trabalho hoje.

Cristilaine

Isso, quando a gente fez o curso teve uma das meninas que disse assim, “que bom que você tem sua terrinha, você podia abrir lá para o pessoal”, quando ela deu essa ideia eu pensei, é mesmo, a comecei a juntar o pessoal lá de Japaratuba, a vizinhança né, e aí quem queria a gente organizou isso do pessoal plantar lá. Tá dando certo por enquanto, teve um pessoal que já desistiu, mas é assim mesmo né, nem todo mundo quer mudar o jeito de fazer não, até porque poucas pessoas conhecem esse tipo de trabalho, eu mesma só vim saber o que era agroecologia lá no curso, ela (Cristilaine) sabia alguma coisa ainda, mas eu nunca ouvi.

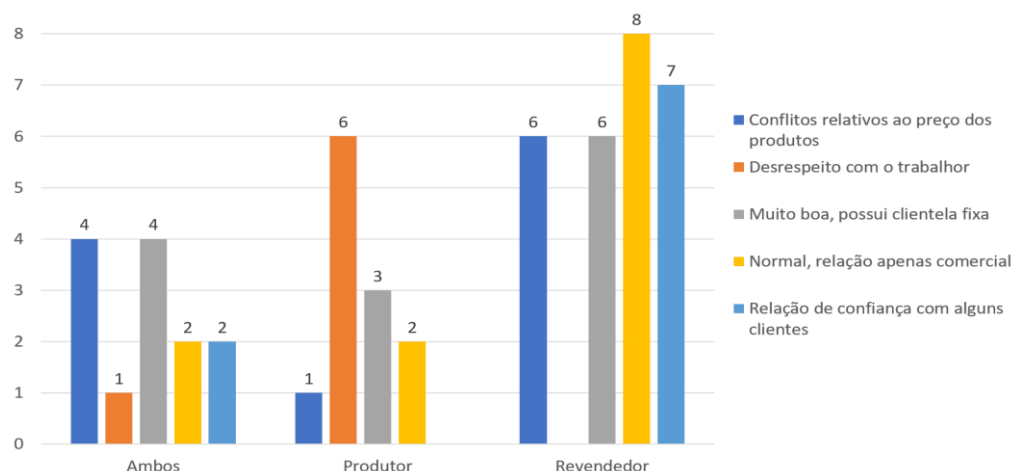
Anastácia

Para concluir esse bloco das estratégias e jornadas de trabalho, consideramos que ao analisar as origens desses trabalhadores e as condições materiais de suas vidas, destacamos as diversas estratégias utilizadas por eles para contornar os custos de vida. Ao observar os gráficos mostramos as diferentes formas de renda, e notamos o quanto que os revendedores na feira se concentram em rendas paralelas, enquanto apenas alguns produtores têm

outras fontes. Identificamos assim, quatro níveis de análise para a renda paralela dos feirantes, incluindo a importância dos familiares, rendas mais lucrativas, como aluguel de terreno, e rendas pessoais, como aposentadoria e prestação de serviços na roça.

Além disso, abordamos os diferentes ofícios dos feirantes antes de ingressarem no trabalho na feira, tendo identificado 13 ofícios distintos, com alguns feirantes mantendo essas atividades enquanto atuam na feira. No geral, identificamos esses blocos distintos de feirantes por ofícios, destacando principalmente mais camadas de precarização do trabalho entre os revendedores e uma possível “estabilidade” na trajetória para os outros. Os dados indicam que a maioria dos revendedores possuem outros ofícios, enquanto os produtores e aqueles que dividem as funções têm uma percentagem menor nesse aspecto, o que para nós ficou evidente que a necessidade por recursos (especialmente financeiros) é um fator motivador de tal precarização.

Além das estratégias relativas à economia interna do trabalho, viabilizando outras fontes de renda e ofício, esses feirantes, independente da tipologia que identificamos, apresentam enquanto preocupação a interpessoalidade entre eles próprios enquanto trabalhadores no contexto, como também entre os consumidores, esses que entre os feirantes acabam por ser uma relação “tóxica” de precisar suportar as atitudes negativas para tentar manter uma certa clientela. Basicamente os feirantes fazem uso de algumas estratégias comuns no cotidiano de trabalho que permitem equilibrar o conflito com a necessidade de convivência. No gráfico 21 abaixo podemos identificar os principais critérios da relação que esses feirantes possuem com seus clientes:

Gráfico 21: Relação do feirante com seus clientes

Fonte: Elaborado pelo autor

Quando dialogamos com esses trabalhadores sobre essa relação, percebemos que os mesmos demonstram um certo grau de preocupação, visto que eles precisam dos clientes para realização da atividade. Como podemos notar no gráfico 21, a divisão entre Produtores e Revendedores permanece expressiva quanto as nuances do trabalho na feira, verificamos por exemplo, que no pico de respostas temos a maioria dos Revendedores alegando possuir uma relação meramente comercial com seus clientes, algo que foi de grande destaque para nós, visto que, a partir dessa noção conseguimos identificar três formas de interação entre o feirante e o cliente: a confiança, o respeito, e a relação meramente comercial.

Para esses revendedores, o laço comercial permite uma distância segura do cliente, evitando problemas de ordem pessoal principalmente quando se trata das opiniões pessoais sobre aspectos da vida cotidiana para além da feira. Seguindo o oposto dessa relação os revendedores se dividem a partir da confiança com os clientes, e nessa lógica, identificamos a possibilidade de o cliente deixar sua lista de produtos com o feirante para que o mesmo faça a escolha das mercadorias “no lugar” do cliente, ou mesmo comprar sempre no mesmo feirante muitas vezes independente do preço do produto e até mesmo estabelecendo um laço de amizade que rompe o momento do comércio na feira, chegando a convites de festas, aniversários e casamentos.

Um detalhe interessante que notamos ao longo das entrevistas é que essa relação de confiança só se fez presente entre feirantes revendedores, os produtores por sua vez estabelecem outros vínculos com sua clientela. Ainda sobre as relações positivas, percebemos um equilíbrio entre os tipos de feirantes quando se trata de possuir uma clientela fixa, consumidores que estão todas as semanas, ou a maioria delas, comprando com eles e tendo garantias no preço e na qualidade das mercadorias, algo que para todos os feirantes se mostrou como fundamental para a realização do trabalho. Um cliente fixo, é uma das poucas garantias que o feirante possui de retorno da mercadoria comercializada, visto que essa clientela traz para ele uma segurança mínima que aquele volume semanal será vendido e não desperdiçado, e diante desse fato notamos uma preocupação comum entre os sujeitos.

Ter em mente essa preocupação sobre o quanto será comercializado, acaba por ser um fator desgastante para esse trabalhador, que quando não é reconhecido pelos clientes, seja no ato da compra ou até mesmo no retorno a banca em dias futuros, amplifica esse desgaste psicológico no trabalhador que se vê obrigado a encontrar mais e mais estratégias para aumentar as vendas, beirando inclusive reduzir o preço da mercadoria a um nível onde ele apenas retome o investimento inicial (no caso dos revendedores principalmente), para não estagnar na situação de completo prejuízo. Além de toda essa questão relativa à confiabilidade e ao fato desse cliente tornar-se fixo ao vendedor, o trabalhador da feira ainda precisa se preocupar com as situações adversas que surgem na relação com os clientes.

O principal problema retratado pelos feirantes foram os conflitos relativos ao preço dos produtos. No geral o trabalhador precisa custear o valor da produção ou o valor da mercadoria junto ao atravessador, o custo de transporte, seja alugado ou próprio, a própria manutenção e estocagem dessa mercadoria, tudo o quanto são valores que normalmente são bem menores:

Se eu compro uma quantidade dessa de fruta aqui, é porque eu tô esperando vender tudo, se não é broquice, olhe! Isso aqui estraga (apontando para melancia) e rápido! Se eu não vendo é prejuízo na hora, não tem jeito. E olhe que eu ainda vendo muito, imagine pro pessoal a que vende pouco, as vezes vai embora aqui com as caixas cheias ainda, é preocupação o tempo todo mesmo.
Ricardo Revendedor – Itabaiana

Como se não bastasse todo o trabalho de administrar bem a entrada e saída de mercadorias durante a semana, esse trabalhador tem como grande desafio lidar com a “frustração” dos consumidores diante do preço da mercadoria na banca. Vale destacar que os feirantes estão sim abertos (ao menos em maioria) a negociação dos preços no momento da compra do produto, porém o que eles apontam é insistência e inclusive a falta de respeito de muitos, chegando até mesmo a ofender o trabalhador e sua mercadoria por conta de um preço que tal consumidor julga está “caro demais”. Dentro desse cenário destacamos um movimento curioso que identificamos durante as entrevistas, que consiste no fato de que apenas 1 produtor relatou ter essa dificuldade relativa ao preço, para aqueles que são exclusivamente produtores identificamos que o desrespeito pessoal e direto na relação trabalhador e cliente é muito mais frequente.

O preço acaba sendo um segundo plano para esses trabalhadores, principalmente pelo fato deles nesses casos não considerarem o esforço da produção como algo a valorizar o próprio produto, ou seja, o tempo e força de trabalho é completamente sublimado durante a precificação da mercadoria. Raros os trabalhadores que possuem uma noção exata de quanto tempo passam na roça, estes basicamente determinam o preço de suas mercadorias com base na média dos preços encontrados na feira, em alguns casos estando abaixo. Por outro lado, quando se trata das relações interpessoais, esses feirantes pareceram se abrir diante da necessidade de buscar reconhecimento a partir do respeito de fato. Separamos um quadro abaixo com a maior parte das reclamações desses trabalhadores quanto a interpessoalidade:

Quadro 03: A visão do feirante diante do desrespeito no trabalho

Higiene: Os clientes podem ignorar as práticas de higiene e segurança alimentar, como mexer nos produtos sem autorização, tocar em alimentos com as mãos sujas, ou não respeitar a higienização das mãos ao manusear os produtos.

Tempo: Os clientes podem fazer pedidos ou perguntas extensas durante momentos de grande movimento, ignorando a necessidade do feirante de atender outros clientes.

Agressividade: Alguns clientes podem ser agressivos verbal ou fisicamente, intimidando o feirante ou outros clientes presentes na feira.
Espaço: Alguns clientes podem invadir o espaço do feirante, atrapalhando sua organização ou até mesmo danificando seus produtos
Pagamento: Os clientes podem tentar negociar preços de forma agressiva ou tentar enganar o feirante durante as transações, principalmente com as compras para pagar posteriormente, os “fiados”
Saberes: Os clientes podem desconsiderar as informações ou conselhos fornecidos pelo feirante sobre os produtos, menosprezando seu conhecimento e experiência.
Intolerância: Alguns clientes podem fazer comentários desrespeitosos sobre a origem étnica ou cultural do feirante, prejudicando sua dignidade e autoestima.
Dedicação: Alguns clientes menosprezam o trabalho do feirante, fazendo comentários desdenhosos sobre sua profissão ou não reconhecendo o esforço e a dedicação necessários para manter um negócio.

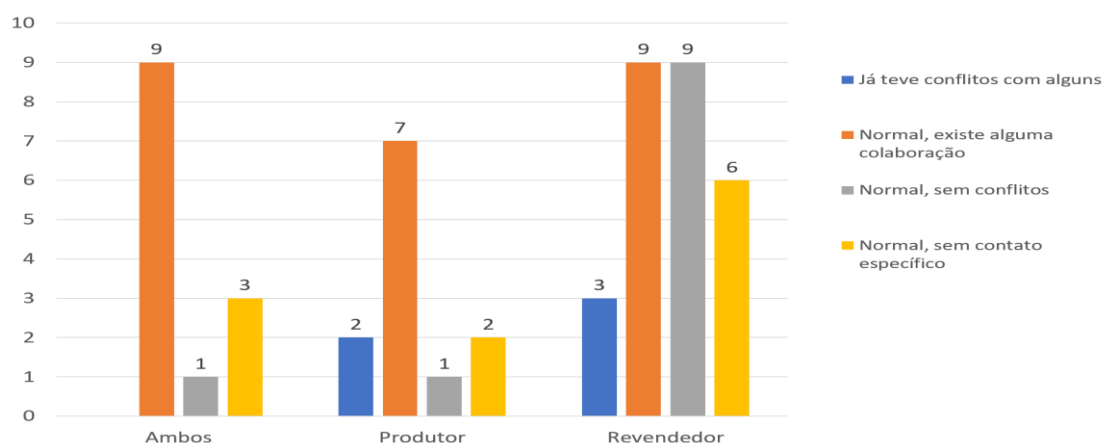
Fonte: Elaborado pelo autor

No geral esse momento da entrevista rendia alguns minutos e com algumas digressões do assunto, isso porque ao nosso ver, tocava em pontos delicados da atividade diária que muitas vezes esse feirante preferia omitir. Para nós, esse momento foi um indicativo interessante para perceber como a interperssoalidade afeta de maneira particular o feirante produtor e o revendedor. O que conseguimos notar é que o feirante produtor possui uma relação mais íntima com a mercadoria e com o trabalho, não que o feirante revendedor enxergue a atuação na feira como algo “menor” em sua vida, mas o produtor acaba por estabelecer uma relação duplamente intrínseca com a mercadoria, afinal, é seu trabalho despendido tanto na roça quanto na banca que está sendo comercializado.

O revendedor por sua vez substitui essa camada mais íntima da roça, que ele não possui, pela necessidade e pelo vínculo comercial diário, o resultado dessa diferença se dá nessa forma de “sentir” o posicionamento do cliente diante deles. Para o revendedor, se o cliente manter o respeito diante dos preços, manter uma certa confiança diante do trabalho e se possível torna-se um cliente

fixo, para ele já seria o suficiente para manter a cordialidade do trabalho. Enquanto que para o produtor, é preciso de algo além, ele sente a necessidade de que ele, enquanto trabalhador, de fato seja mais respeitado no ato do trabalho em si, ou seja, a lógica de trabalho na revenda de certa forma corrói essa “sensibilidade” para com as relações interpessoais, que se mantém quando o trabalhador possui o vínculo com roça. O reconhecimento no trabalho aparece mais uma vez como uma necessidade crucial para esses trabalhadores, mesmo que de maneira levemente diferenciada, todo processo está muito mais vinculado às atividades laborais diárias. No gráfico a seguir podemos notar como a relação entre os próprios trabalhadores da feira se estabelece:

Gráfico 22: Relação do feirante com outros trabalhadores



Fonte: Elaborado pelo autor

No geral, existe uma certa “normalidade” entre os trabalhadores da feira, a maior parte deles, declararam que existe algum nível de colaboração durante as atividades de trabalho, ponto fundamental principalmente quando necessário enfrentar certas dificuldades do cotidiano da feira. Em muitas feiras, os feirantes frequentemente trocam mercadorias entre si para complementar seus estoques ou oferecer variedade aos clientes. Por exemplo, um feirante de frutas pode trocar algumas de suas mercadorias por legumes frescos de outro feirante. Processo que conseguimos identificar com muita clareza quando dialogamos com os revendedores pontas de feira, visto o fato de que alguns não conseguem comprar um bom estoque de mercadoria e acabar ficando com um número reduzido de oferta.

Em situações onde algum feirante enfrenta problemas com equipamentos ou recursos, outros feirantes muitas vezes estão dispostos a ajudar emprestando ferramentas, barracas ou até mesmo oferecendo espaço extra. Inclusive a prática de dividir a bancada é especialmente comum entre familiares, que se organizam em bancadas enfileiradas ou até mesmo distantes, de modo a garantir um aproveitamento maior dos lucros e das vendas. Esse suporte inclusive se estende para os casos de quando um feirante não pode comparecer à feira devido a motivos pessoais ou de emergências, os feirantes de confiança muitas vezes se unem para garantir que os clientes continuem a ter acesso aos produtos, dividindo o espaço ou ajudando a vender a mercadoria do ausente.

Além desse suporte, os feirantes, em diversas situações, unem-se para negociar melhores condições de trabalho, visando reduzir taxas de participação, aprimorar a infraestrutura e resolver questões de segurança e limpeza. Vale destacar que esse tópico aparece como um ponto sensível para esses trabalhadores, visto a visão negativa que eles possuem dos articuladores políticos de associações e movimentos sociais, dado que já foi identificado desde o início de nossas investigações já durante o piloto. Além disso, os mais experientes compartilham seus conhecimentos com os novatos, oferecendo dicas sobre montagem eficiente de barracas, atração de clientes e resolução de problemas comuns, um cuidado necessário por parte desses feirantes, visto que, a atividade da feira não é oficialmente formadora, exigindo um foco considerável na troca de experiência.

Em algumas feiras, existe uma colaboração na organização e limpeza do espaço, revezando-se na manutenção da ordem para proporcionar um ambiente agradável, algo que só identificamos com mais exatidão nos mercados e eventos organizados, pois na feira livre semanal comum a limpeza e organização do espaço fica a critério da empresa de coleta seletiva. A colaboração também se estende ao estabelecimento de parcerias comerciais e redes de contatos, recomendando clientes, compartilhando informações sobre fornecedores e colaborando em promoções conjuntas para atrair o público.

Apesar de possíveis conflitos por disputa de espaço ou questões comerciais, a busca por soluções pacíficas e a mediação de conflitos preservam

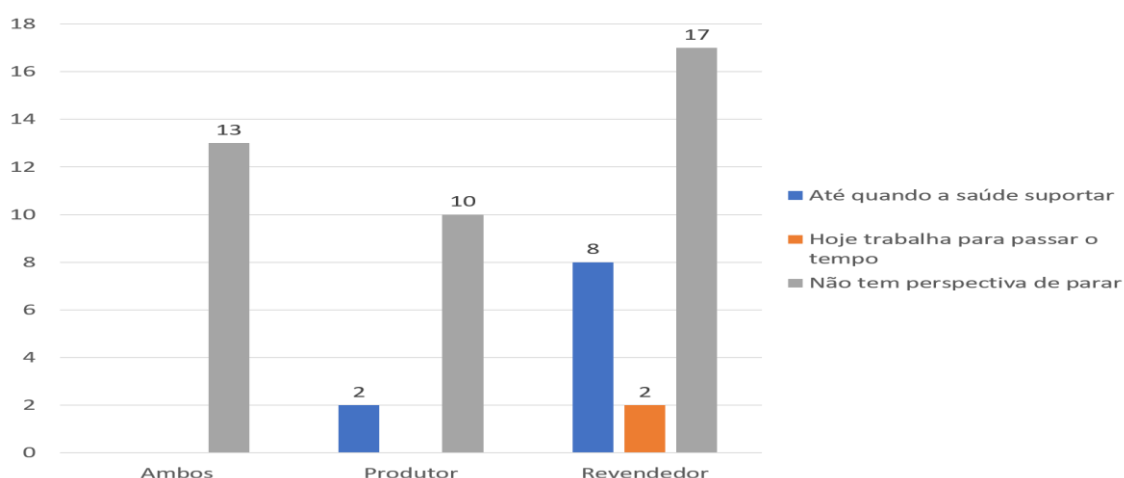
a harmonia e a cooperação dentro da feira. Algo que identificamos nos três níveis de resposta positiva: normal, existe colaboração; normalmente sem conflitos e normal sem contato específico. Os poucos que afirmaram ter tido algum conflito direto, foi justamente por não haver um respeito mútuo diante desse “contrato social” de convivência estabelecido entre esses trabalhadores. Mais à frente, quando abordarmos a perspectiva desses trabalhadores para com o uso de agrotóxicos, poderemos notar que existe um nível de disputa discursiva e até mesmo um conflito de pré-noções interno e velado entre esses trabalhadores.

Em uma outra produção científica para a obra *Contrassensos contemporâneos do mundo do trabalho* (XAVIER, SEIXAS, 2021), onde nos debruçamos sobre a realidade complexa que envolve o conceito de necropolítica da fome, investigamos as consequências e origens da interdependência dialética entre trabalho e alimento mercadoria e sua manifestação inerente ao sujeito trabalhador no sistema neoliberal brasileiro. Neste trabalho, analisamos teoricamente sobre como a fome, e no caso, toda e qualquer consequência negativa a sobrevivência do trabalhador, servem como uma ferramenta de controle político, uma vez que a situação de pobreza intensifica a exploração no ambiente de trabalho.

O trabalhador se vê compelido a aceitar condições de trabalho desumanas, caracterizadas por uma alimentação inadequada, ambientes insalubres e uma carga horária indefinida. Essas condições se tornam parte integrante da realidade desses trabalhadores, e assim, com uma carga horária indefinida e com a falta de perspectivas de mudança, o ciclo se repete, forçando o trabalhador a acumular horas de trabalho e a reiniciar o processo de precarização do trabalho e da vida repetidamente, por anos indeterminados. Neste tópico apontamos mais uma vez para as similitudes que atravessam o trabalhador feirante, agora nesse ponto específico do ciclo de precarização do trabalho, observando a partir da variável *tempo dedicado à feira*. O que identificamos nesse momento, é que basicamente todos os indícios para a repetição do ciclo de precarização do trabalho e da vida, afinal, a maior parte dos feirantes não possuem um horário definido para suas atividades, são cargas horárias diárias extensas e sem nenhum tipo de intervalo ou folga.

Considerando principalmente o fato desses trabalhadores serem autônomos e dependerem quase que exclusivamente de seus esforços e recursos para garantir condições mínimas de sobrevivência. Dentro de um cenário como esse, poderia um leigo imaginar que o trabalhador feirante possui ainda que de maneira hipotética um plano de saída de tais condições, ou até mesmo a “crença” de um dia não mais atuarão em um serviço precarizado de tal forma, porém o que notamos é exatamente o contrário.

Gráfico 23: Quanto tempo pretende trabalhar na feira?



Fonte: Elaborado pelo autor

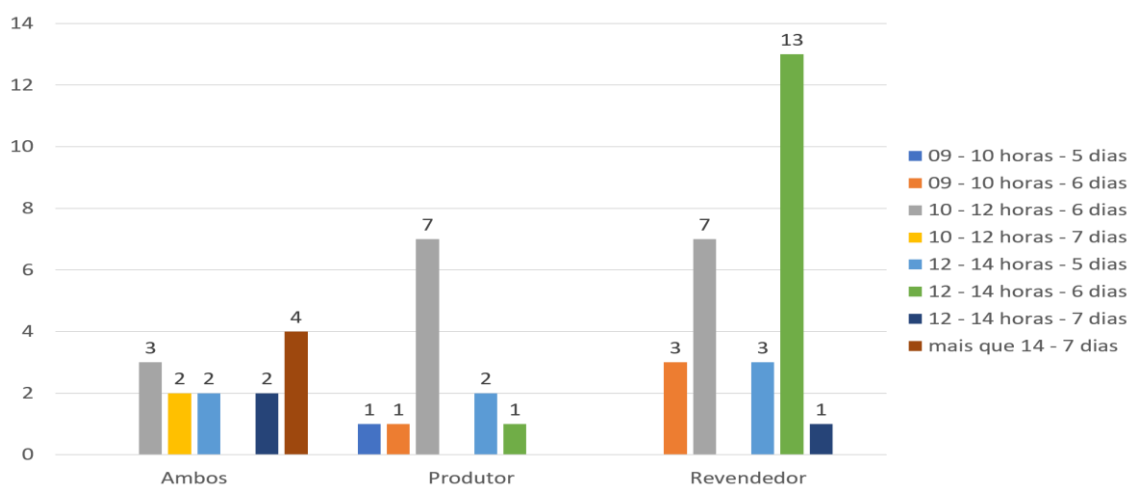
A gigantesca maioria dos trabalhadores com quem conversamos não possuem a intenção ou perspectiva de parar sua atuação na feira, e poucos são os que consideram manter a atividade até o limite da saúde, o que inevitavelmente será uma condição similar para aqueles que não planejam uma retirada das funções. Outro ponto intrigante, é o fato de apenas as duas feirantes revendedoras terem afirmado trabalhar apenas para “*passar o tempo*”, são as únicas que possuem enquanto renda complementar à feira, suas aposentadorias, a Dona Zuleide, 80 anos de Itabaiana e a Dona Cleunides 74 anos de Lagarto.

Considerando que conseguimos entrevistar e conversar informalmente com mais de vinte trabalhadores com 61 anos ou mais, alguns dos mais idosos inclusive, durante nossas conversas, estão em processo de obtenção da aposentadoria, mas nos afirmaram que não possuem a intenção de deixar a feira ainda, especialmente os trabalhadores de Aracaju e Itabaiana. A localidade a princípio nos pareceu ter alguma relação com as melhores condições de vida e

acúmulo financeiro, visto que conseguimos identificar que o feirante desses dois locais, tendem a conseguir capitalizar mais recursos, o que não se mostrou como uma regra geral, mas foi um indício.

Todavia, o que identificamos como uma percepção geral quanto a aposentadoria, é a incapacidade de se manter e sustentar a família apenas com o valor recebido da aposentadoria. A maior parte desses sujeitos recebem apenas um salário mínimo e possuem mais de dois filhos jovens ou adultos, e mesmo possuindo uma residência própria, urbana ou até mesmo rural no caso dos produtores, a aposentadoria ainda assim não supre o total necessário. A saúde durante a terceira idade, acaba sendo a maior preocupação para todos, medicamentos e planos de saúde (quando possíveis) acabam tomando grande parte do orçamento familiar, e dividir esse custo com as outras demandas, praticamente os obriga a encontrar formas paralelas de renda, muito por conta dos anos e anos negligenciando a qualidade de vida por conta do trabalho, adquirindo uma saúde física debilitada. Ainda sobre o tempo dedicado a feira, agora durante a semana:

Gráfico 24: Horas e dias trabalhados na feira



Fonte: Elaborado pelo autor

O trabalhador da feira possui um fluxo intenso de dias trabalhados, como podemos notar no gráfico 24, a maior parte desses trabalhadores estão atuando 6 dias da semana, em torno de 10 a 14 horas de trabalho por dia tanto os produtores, quanto revendedores. Quando observamos os trabalhadores que dividem ambas as funções, notamos que existe um número quase que total de

sujeitos que trabalham os 7 dias da semana. Não que sejam todos os dias dedicados ao ponto comercial de fato, mas envolve o processo de produção, estocagem, organização, transporte, compra dos produtos de revenda, ou seja, uma série de atividades que acabam por mesclar as funções sobrecarregando em mais um dia ou dois de atividades. Dentro desse cenário identificamos 4 trabalhadoras que atuam por mais de 14 horas de trabalho, todas atuam tanto na função de produtora, quanto revendedora, e claro, dada a estrutura social que rege o papel de cuidado dessas mulheres, ainda dividem a função como mães e donas de casas. Coincidência ou não duas dessas mulheres são justamente as nossas entrevistadas, Cristilaine e Anastácia que já dialogamos aqui enquanto tratamos dos outros ofícios que cercam o feirante.

Sob os feirantes revela-se um ciclo persistente de precarização do trabalho e da vida que muitos enfrentam, essa classe tem como base de suas atividades condições de trabalho instáveis, sem garantias sociais e econômicas, muitas vezes autônomas e sem regulamentação legal. No caso dos feirantes, a falta de horários definidos, jornadas exaustivas e a dependência quase exclusiva de seus próprios esforços para sustento colocam-nos em uma situação de constante vulnerabilidade. A maioria dos feirantes não planeja abandonar sua atividade, mesmo à custa de sua saúde e bem-estar, sugerindo uma resignação frente às condições adversas.

A questão da aposentadoria também se mostra preocupante, pois, apesar de atingirem uma idade avançada, muitos feirantes não têm a perspectiva de deixar o trabalho devido à insuficiência dos benefícios previdenciários para sustentar suas famílias. A saúde precária decorrente de anos de trabalho árduo agrava ainda mais essa situação, criando uma dependência contínua do trabalho para suprir necessidades básicas de saúde e alimentação. Desse modo, encerramos esse bloco sobre o Tempo retomando o debate proposto por Xavier e Seixas (2021):

“sobre as condições de vida desses trabalhadores, em que “mesmo que numa situação de sociedade que é mais favorável ao trabalhador, a consequência necessária para ele é, portanto, sobretabalho”, trabalhadores que vivem para o trabalho e para a própria subsistência, fator que, na sociedade neoliberal, torna-se ainda mais violento e totalizante, visto que, “por oposição, o momento neoliberal caracteriza-se por uma homogeneização do discurso do homem em torno da figura da própria empresa.”

5.6 Desafios e Estratégias dos Feirantes: Perspectivas de Trabalho

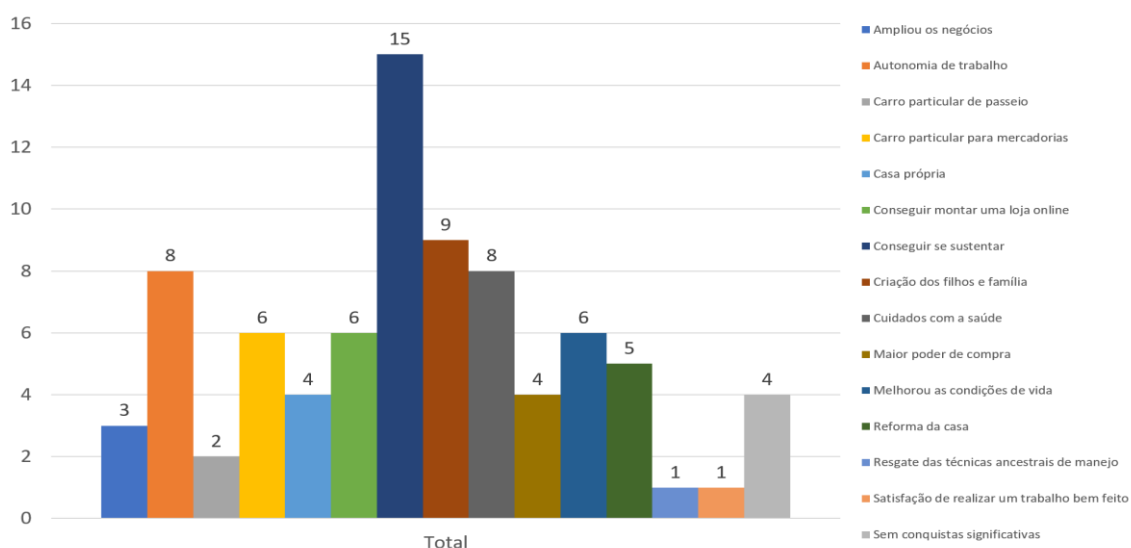
Revela-se então um ciclo vicioso onde a busca pela sobrevivência perpetua a precarização do trabalho e da vida, enquanto a falta de perspectivas de mudança e a adaptação à instabilidade se tornam características comuns entre os feirantes, refletindo não apenas a realidade individual, mas também as estruturas políticas e econômicas que perpetuam a informalidade e a vulnerabilidade dessa categoria de trabalhadores. Neste contexto, temos um caminho amplo para discutir diretamente as projeções futuras dos feirantes e suas estratégias para enfrentar desafios, desde planos a longo prazo até reflexões sobre alternativas de trabalho, oferecendo uma visão abrangente das adaptações necessárias para se manter ativo e relevante no mercado da feira e estratégias para lidar com imprevistos e dificuldades cotidianas.

O trabalho dos feirantes transcende a mera atividade econômica, desempenhando um papel vital na comunidade local. Além de garantir o sustento de suas famílias, os feirantes sustentam uma economia baseada na agricultura familiar e promovem a soberania alimentar. No entanto, essa atividade não está isenta de desafios socioambientais, incluindo o uso indiscriminado de agrotóxicos e a necessidade de preservar práticas agrícolas sustentáveis. Enfrentando essas questões, os feirantes buscam (ao menos discursivamente) equilibrar a eficiência na efetividade produtiva e comercial (no sentido de preço) de suas mercadorias com a saúde alimentar de seus consumidores (e a sua própria) e também, com a responsabilidade ambiental, priorizando quando possível a integridade dos ecossistemas locais. É nesse contexto que esse último subcapítulo irá abordar os processos socioeconômicos que atravessam o trabalho do feirante e direta ou indiretamente modulam suas perspectivas políticas.

Quando decidimos vislumbrar mais de perto a rotina de trabalho do feirante, seja observando a dinâmica da própria feira, ou conversando com os próprios, tínhamos em mente, que existia uma grande necessidade descobrir quais são os fatores motivadores para que esses trabalhadores voltassem à mesma banca toda semana. Não nos referimos apenas a questão da renda ou da sobrevivência como já mencionamos aqui, mas sim, a capacidade que esses sujeitos possuem

de prospectar esperança na rotina das bancas. Tínhamos a curiosidade de entender como as conquistas materiais e simbólicas desses sujeitos estão alinhadas com o trabalho que eles reproduzem. E tal questionamento nos serve diretamente para investigar como a estrutura consegue cercar a vontade e a necessidade desse sujeito no ambiente de trabalho, para a partir desse movimento, construir narrativa e discurso político capaz de significar seu trabalho. Observamos agora o gráfico 25 abaixo:

Gráfico 25: Maiores conquistas no ambiente de trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor

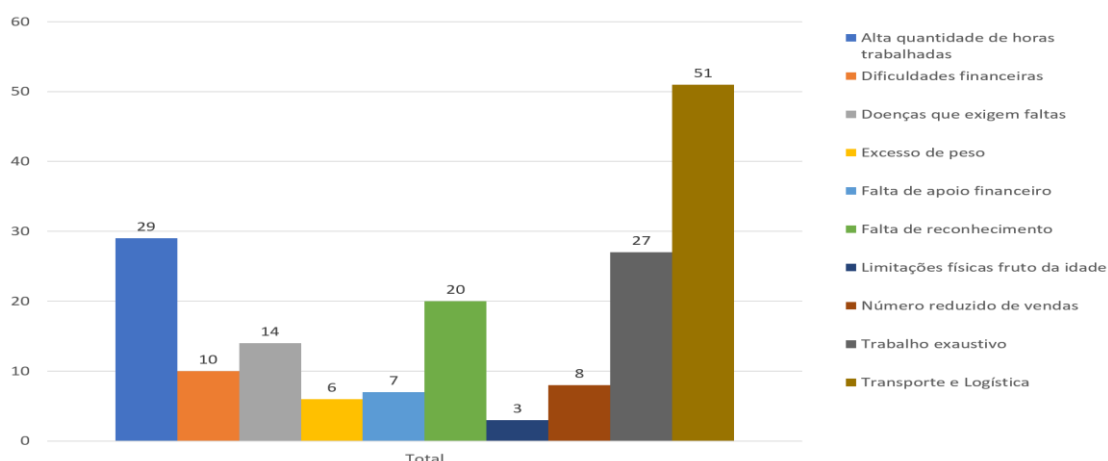
Nossos feirantes que colaboraram de início demonstraram uma certa dificuldade em abrir quais as conquistas, mas o que notamos não foi como se eles não tivessem compreendido o teor da pergunta, mas sim tinham receio do que responder, afinal o que poderia ser considerado uma conquista em uma realidade como essa? Veja não afirmamos aqui que o feirante viva uma realidade miserável e sem perspectiva, porém, o que percebemos é que existe sim o apagar dos sonhos desses homens e mulheres.

No geral foram 14 possibilidades de conquistas que conseguimos identificar, tendo claro algumas repetições de uma para outra, mas no geral apenas 4 feirantes afirmaram não possuir conquistas significativas em suas

vidas fruto do trabalho⁹, sendo o motivo geral de tal afirmação a incapacidade desses trabalhadores enxergarem o fato de *conseguir se sustentar* como uma conquista para suas vidas. O que para vários de nossos entrevistados foi o argumento central quando perguntados, somando um total de 15 vezes em que essa noção surgiu, e é claro que essa definição de sustento ela abre inúmeras interpretações, mas no geral, se refere a compra de alimentos e pagamento das contas básicas necessárias para o sustento de suas famílias. Quanto à família, temos 9 afirmações de que a maior conquista seja a própria criação dos filhos e a manutenção geral do lar, categorias que acabam por dialogar diretamente, mas que esses em específico, destacam a importância dos filhos especialmente quando ainda crianças.

Em meio a tantas outras conquistas possíveis como a compra de carros, cuidados com a saúde, conseguir montar lojas online para expandir os negócios (algo que despontou em vários dos que trabalharam durante o isolamento da pandemia do covid-19), o que parece lógico para nós é a necessidade do sustento basilar desse sujeito que dispõe de uma série de dificuldades reais, tão recorrentes que os impede de prospectar grandes conquistas. Quando se trata de bens materiais, o feirante tende a se prender ao singelo, mesmo aqueles que conseguem faturar um valor considerável de renda, a manutenção e a autonomia acabam sendo o fato central. Há essa altura de nossas reflexões é importante especificar quais de fato foram as dificuldades mais recorrentes para nossos feirantes:

⁹ Sobre esses quatro feirantes deixo aqui uma singela dedicatória, minha esperança junto a de vocês, é que um dia possamos ter uma realidade de trabalho onde suas atividades sejam devidamente reconhecidas e valorizadas em sua potencialidade, para que conquistas possam ser possíveis, mesmo que para um desses, tal conquista não seja mais possível, descansa em paz Sr. Aristides.

Gráfico 26: Dificuldades e desafios diários do feirante

Fonte: Elaborado pelo autor

Em meio as várias narrativas e as formas como cada um dos trabalhadores detalharam a rotina, muito do que eles passam tentando mesclar o que seja possível fisicamente, com o que é necessário economicamente, nós já identificamos ao longo da pesquisa. Ao serem perguntados especificamente sobre quais são suas maiores dificuldades e desafios, nossos feirantes sempre se voltam para as mesmas lamúrias, obtemos então que cerca de 27% das reclamações em torno de categorias com menor frequência como: feirantes podem enfrentar dificuldades financeiras devido a diversos fatores, como renda instável, altos custos operacionais e inadimplência dos clientes. Isso pode gerar insegurança e comprometer o bem-estar dos trabalhadores; o trabalho nas feiras pode ser extenuante e exigir um esforço físico significativo.

Aliado ao estresse e à falta de acesso a cuidados de saúde adequados, pode aumentar a suscetibilidade dos feirantes a doenças; as mercadorias são excessivamente pesadas de se carregar, são caixas e caixas que precisam ser retiradas dos carros e caminhões, fora a mercadoria no próprio espaço de produção, principalmente com o avanço da idade, onde os feirantes podem enfrentar dificuldades físicas que limitam sua capacidade de trabalho

Além dessas identificamos que os feirantes muitas vezes não têm acesso a crédito ou outros tipos de apoio financeiro, o que pode dificultar a realização de investimentos no negócio ou a cobertura de despesas inesperadas, algo que pode ser ainda mais agravado com a concorrência com supermercados e outros estabelecimentos comerciais pode reduzir o número de vendas nas feiras,

impactando diretamente na renda dos feirantes. De uma maneira geral, identificamos 4 grandes categorias de dificuldades que atravessam o trabalhador feirante e de certa forma resumem bem o conjunto das demandas que até aqui narramos, ocupando um total de 72,6% das respostas, temos **32%** dos trabalhadores que narram possuir dificuldades com relação a alta quantidade horas dedicada ao trabalho e o quanto ele é exaustivo.

Interessante foi notar a reclamação mais comum de todas sendo o Transporte e a Logística para as mercadorias, ocupando 29% das reclamações com apenas 1 entrevistado que não apontou essa situação como um problema. Como a maior parte dos feirantes não possuem o próprio automóvel e a depender da quantidade de mercadorias comercializadas, nem seria possível por necessitar de um caminhão ou caminhonete para o transporte, esses trabalhadores fazem uso do aluguel/frete de caminhões para transportar os produtos para as feiras. Serviço que acaba custando caro para a maior parte desses trabalhadores, sendo inclusive para uns, um escoamento das vendas totais do dia, anulando por completo o lucro e mantendo esse sujeito em um ciclo de trabalho “não remunerado” onde ele precisa manter uma esperança de que logo em breve o fluxo de vendas poderá aumentar.

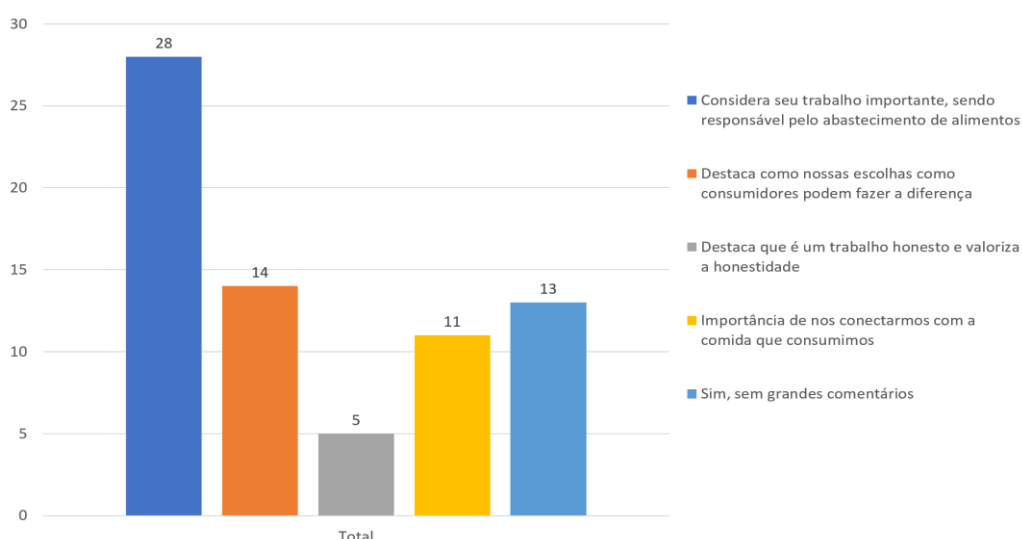
Por fim, temos quase 12% dos entrevistados, um total de 20 sujeitos, que afirmaram especificamente, que a falta de reconhecimento é um fator limitante para tais trabalhadores. Apesar de desempenhar um papel crucial na nossa alimentação ao oferecerem diariamente produtos frescos, diversos e de qualidade, os feirantes frequentemente sofrem de uma falta de reconhecimento generalizada. Enquanto a mídia e a sociedade concentram sua atenção nas grandes redes de varejo, o papel fundamental desses trabalhadores na preservação da cultura alimentar local e na garantia do acesso a uma alimentação saudável para a população muitas vezes é ignorado.

Mesmo que exista a ausência de apoio governamental e de legislação que proteja os feirantes contra exploração e concorrência desleal, os deixando em uma posição de vulnerabilidade, sujeitos a prejuízos e inseguranças. Fora a infraestrutura inadequada das feiras, caracterizada pela escassez de banheiros, vestiários e áreas de descanso apropriadas, contribuindo para a invisibilidade do

trabalho dos feirantes. Estas condições precárias de trabalho se somam a falta de empatia e o desrespeito por parte dos consumidores, a insistência por parte de alguns na redução dos preços e as acusações de que os mesmos estariam “roubando” nos preços também.

Partindo da perspectiva do feirante com relação ao reconhecimento de suas atividades, investigamos um pouco mais o quanto os mesmos consideram suas atividades importantes para a sociedade. Visto que, percebemos a insatisfação na fala dos trabalhadores justamente por sentir um movimento de “descarte” por parte da sociedade consumidora. Observando o gráfico 27 acima, podemos identificar o conjunto das respostas que obtivemos: a maior parte dos trabalhadores, 39%, consideram que seu trabalho é importante de fato, principalmente por serem eles um dos responsáveis diretos no circuito de abastecimento de alimentos na cidade. Algo que já havíamos apontado aqui, mas o que visamos pontuar é o movimento relutante por parte dos trabalhadores em aceitar que as redes de supermercado e até mesmo os fast foods contemporâneos possuem mais “espaço e prestígio social” que a feira, um comércio crucial para sociedade humana, mas que nos hábitos e reconhecimento está sendo gradativamente apagado.

Gráfico 27: Reconhecimento da importância do trabalho feirante



Fonte: Elaborado pelo autor

Ainda sobre o quão importante é o trabalho do feirante na perspectiva do mesmo, destacamos junto a 19,7% dos entrevistados, que as escolhas do consumidor fazem a diferença no processo de valorização de suas atividades. Ponto que se alinha diretamente aos 15% que alegam a importância de nos conectarmos com a comida que consumimos. Se considerarmos o quanto a comida enquanto base essencial para a vida é ao mesmo tempo um dos elementos centrais da formação cultural, e que nesse momento a estrutura capitalista conseguiu cooptar a cultura alimentar de modo que as gerações mais recentes já não conseguem identificar certos alimentos que são vendidos na feira, ou nem mesmo possuem a experiência de vida de realizar as compras e assim conseguimos vislumbrar mais vividamente tal realidade.

Algo que em nossas observações foi levantado enquanto possibilidade, mas era, até então, difícil de mensurar, é o processo de apagamento na oferta de determinados alimentos na feira. Por exemplo, as barracas de beiju, tapioca, bolos, biscoitos, mingau, arroz doce, mungunzá e outras guloseimas locais que utilizam da mandioca, do coco e do milho. Hoje estão cada vez menos comercializadas nas feiras, são pontuais os feirantes que preservam tal prática e muitos não possuem suas próprias casas de farinha para manter a tradição da produção. São meros revendedores desses produtos, muitas vezes vendem junto com outras guloseimas e até mesmo em bancas de empório.

Nós percebemos tal padrão e levantamos a possibilidade informalmente em meio às conversas com os entrevistados, e fomos “alertados” sobre essa demanda de investigação, algo que não se prende somente nos derivados, mas também em algumas frutas mais localizadas e/ou regionais, que são: o umbu, seriguela, manjelão, adicuri, pitanga, tamarindo, sapoti e até mesmo uma das mais conhecidas que é a mangaba. São alimentos cada vez mais escassos nas bancas, e os próprios feirantes apontam que está muito difícil vender esses produtos, pois o sergipano está “*deixando de comer essas coisas*”, e mesmo que exista uma tradição alimentar a ser preservada, o feirante se vê preso a necessidade de lucro e logo deixa de comprar tais produtos para revenda, e quando os produz direciona boa parte da produção para o consumo próprio de seus familiares. A lógica cada vez mais simplista dos alimentos consumidos, advindos das redes de supermercado, com a ocupação dos ultraprocessados

nas listas das famílias, desobriga o consumidor a consumir desses itens considerados “ruins” e maléficos à saúde.

5.7 O Convencional e o Contra Hegemônico

Até este ponto da tese, exploramos as distintas categorias de feirantes, destacando a diferenciação entre feirantes produtores e revendedores no contexto do circuito alimentar sergipano. No entanto, para uma compreensão completa das dinâmicas que permeiam o universo dos feirantes, é crucial avançar para além dessa distinção estritamente operacional e considerar o posicionamento político adotado por esses atores. Este subcapítulo se propõe a mergulhar nessa discussão, focando especificamente na distinção entre feirantes convencionais e contra-hegemônicos. Essa distinção vai além das práticas comerciais e aborda as perspectivas ideológicas e as posturas adotadas em relação ao sistema alimentar dominante. Para fundamentar essa análise, faremos uso das conexões empíricas até aqui exploradas e suas relações com as bases teóricas que exploram conceitos como colonialidade, precarização do trabalho e coletividades bivalentes e que serão aprofundados no capítulo seguinte.

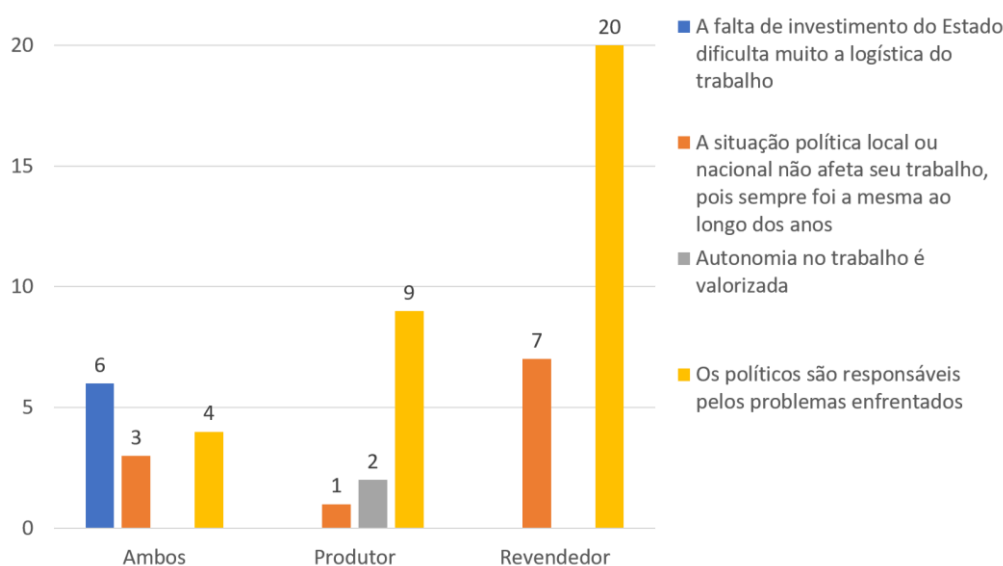
Ao traçar esse parâmetro distintivo entre os trabalhadores feirantes, buscamos não apenas entender as diferenças entre essas duas categorias de feirantes, mas também identificar as implicações políticas e sociais de seus posicionamentos dentro do contexto alimentar contemporâneo e como sua forma de perceber as condições de classe, impactam especificamente nas relações de trabalho. Neste sentido, a distinção entre feirantes convencionais e contra-hegemônicos ganha relevância não apenas como uma caracterização operacional, mas como um indicador do posicionamento político e da postura crítica em relação às estruturas dominantes. Os feirantes convencionais tendem a se alinhar com o modelo vigente de produção e comércio de alimentos, muitas vezes adotando práticas convencionais e mantendo relações mais próximas com os interesses do agronegócio.

Por outro lado, os feirantes contra-hegemônicos posicionam-se de forma ativa contra essa lógica, engajando-se em articulações e lutas políticas pelo reconhecimento dos direitos dos trabalhadores da feira e da produção agrícola.

Nesse sentido, esta análise não apenas diferencia esses atores no contexto das feiras, mas também lança luz sobre as complexidades políticas e ideológicas que permeiam o sistema alimentar contemporâneo. Ao explorar essas nuances, buscamos contribuir para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas e dos desafios enfrentados pelos feirantes em sua busca por justiça e redistribuição econômica e social.

Quando observamos o gráfico 28 a seguir, temos uma constatação geral da perspectiva de nossos feirantes para com a situação política seja local ou nacional e se a mesma interfere no trabalho. Optamos por questioná-los dessa forma quanto a posição dos mesmos para com esse campo geral da política, justamente por que desde o nosso piloto identificamos uma certa resistência no envolvimento desses sujeitos com a política, inclusive entre aqueles que são ou já fizeram parte de alguma organização de trabalhadores específica. No fim, notamos que esses trabalhadores visualizam a política como essa instituição *“que muito cobra e pouco faz”*, onde os preços, recursos, direitos e auxílios são problemas centrais da classe que poderiam ser resolvidos nesse âmbito, mas não são. Tendo em vista esse ponto é que identificamos um primeiro padrão entre feirantes, onde os mesmos expressam uma preocupação constante e consideram que as disputas políticas contribuem direta ou indiretamente para os problemas enfrentados por eles na rotina.

Gráfico 28: A situação política interfere no trabalho?



Fonte: Elaborado pelo autor

Em algumas conversas, principalmente nas informais, alguns entrevistados utilizaram do xingamento e da ofensa para com a figura dos prefeitos, governadores e principalmente o presidente. Para eles, o político deveria ser uma figura administrativa muito mais preocupada com a demanda objetiva da população, “*dentro da nossa realidade*” como eles mencionam, porém, a maior reclamação deles é a de justamente não visualizar um projeto político que de fato venha transformar a realidade e as necessidades desses trabalhadores. A maior reclamação desse modo foi justamente responsabilizá-los pelos problemas enfrentados no cotidiano, sugerindo inclusive que existe uma falta de investimentos no setor logístico de suas atividades, algo que se conecta diretamente com o problema da falta de transporte de mercadorias já mencionado.

Alguns desses trabalhadores chegaram a propor soluções cabíveis como políticas públicas com fomento de recursos ou garantias de direitos específicos para a classe. Em contrapartida existe uma parcela desses trabalhadores que não visualiza na política um problema em suas jornadas, um grau de conformidade que se usa principalmente de o argumento da *política sempre ter sido assim*. Já em nosso piloto, e aqui novamente em nossa apuração final, identificamos uma certa apatia e resignação frente aos efeitos da política, mesmo que lidando diretamente com os preços elevados dos produtos e dos insumos de produção, com a redução no poder de compra dos consumidores, e principalmente com a falta de estrutura das feiras e mercados propriamente. Fatores que interferem diretamente nos lucros desses feirantes, mas os mesmos depositam no “esforço do trabalho” uma esperança de melhoria nas condições materiais.

Essa ideia de que o esforço será recompensado com lucros, não é tão incomum entre os feirantes, mesmo compreendendo suas dificuldades, e o quanto elas muitas vezes estão arraigadas a própria lógica da atividade laboral da feira, muitos ainda presumem que com mais esforço, deles e dos seus, os problemas oriundos do trabalho poderiam ser mitigados. Foi aproveitando esse gancho de raciocínio, que nós direcionamos nossos questionamentos para um dos momentos mais difíceis para a vida não só dos nossos feirantes, mas também do mundo como um todo, “Quais os impactos da pandemia do Covid-19

no trabalho do feirante?”. Decidimos abordar tal questão, justamente porque a mesma dialoga com o fato de a pandemia ter atravessado a todos independentemente, e nesse ponto, compreendemos que dentro de nossa investigação, a percepção para com a pandemia, tanto em seu nível biológico, quanto político, foi o marco que dividiu o consenso quanto ao posicionamento político frente ao trabalho do feirante.

Todos os feirantes com quem conversamos e entrevistamos relataram ter tido dificuldades durante o período pandêmico. Inúmeras adaptações e até mesmo perdas provocadas pelo contexto, foram narradas amplamente. Quanto a dificuldades específicas foram relatadas: o fechamento das feiras durante o período do isolamento, o que agravou bastante na economia interna dessas famílias, a redução no número de clientes por conta do vírus, ou melhor, um impulso inicial por conta da demanda por estoque de alimentos.

Mas depois uma gradativa e expressiva redução, a necessidade de trabalhar mesmo doente, para compensar a redução nas vendas, algo muito comum entre aqueles que trabalham sozinhos, e obviamente o próprio vírus em si que levou todos ao cuidado redobrado com a saúde e em muitos casos o próprio luto. Esse período não foi fácil nem mesmo para mim enquanto pesquisador, afinal durante o início dessa tese tive que enfrentar o campo desde o piloto em meio ao auge da contaminação, algo que trouxe uma extrema preocupação, mas naquele momento pareceu necessário para conseguir permear tantas nuances do campo.

Dentre todos os feirantes que identificamos a categoria que mais sofreu com esse momento foram os “pontas da feira”, visto que a falta de recursos e a necessidade de uma mobilidade maior por conta da logística de mercadorias os colocou em uma situação de risco mais acentuada, onde esses trabalhadores tinham que se expor ainda mais no ambiente da feira. Com base nesses marcos até aqui estabelecidos, visamos identificar quais feirantes são convencionais e quais são contra-hegemônicos se baseando em uma análise que vai além das práticas comerciais, adentrando nas perspectivas ideológicas e posturas adotadas em relação ao sistema alimentar em que eles próprios atuam.

Essa distinção surge da necessidade de compreender as diferentes visões políticas dos feirantes, destacando-se durante o processo de pesquisa, onde se constatou a presença de trabalhadores claramente demarcados politicamente. Pragmaticamente as questões de nosso roteiro que nos proporcionaram tais dados foram:

*Quais os impactos da pandemia no seu trabalho?
A situação política seja local ou nacional interfere no seu trabalho?
Você gostaria de ter outro tipo de trabalho? Porque?
Você considera a feira como um trabalho ruim? Porque?
O quão importante você considera o seu trabalho para a sociedade?
O seu trabalho é reconhecido na sociedade? De que forma?
Você faz parte de algum movimento social, ong ou partido?
O que você pensa sobre o uso de agrotóxicos e sobre o agronegócio?
O que você pensa sobre os produtores orgânicos e agroecológicos?
Você conhece alguém que trabalha na agricultura familiar?
Você sabe o que significa a Soberania Alimentar?
Qual sua opinião sobre a Soberania Alimentar?*

O processo incluiu mapear esse posicionamento a partir do quanto esse feirante demonstrou em sua opinião, concordar com determinados contextos políticos ou se opor veementemente as estruturas vigentes. Se voltarmos ao nosso problema de pesquisa, onde o maior interesse consiste em perceber *quais fatores influenciam as condições de trabalho dos feirantes e explicitam o reconhecimento ou não da soberania alimentar no contexto sergipano?* até este momento, o leitor poderia ter alguma dúvida quanto à existência de uma possível leitura divergente com relação ao trabalho feirante.

O que apontamos aqui, é que para ser trabalhador feirante, o sujeito lida com camadas interdependentes de condições materiais reais, ao mesmo tempo que baliza a valorização simbólica e jurídica no reconhecimento de suas atividades. São os dados presentes nos próximos gráficos que nos permitem compreender tacitamente o que seja essa proposta de uma contra hegemonia por parte do trabalhador feirante.

Essa construção da hegemonia é realizada por meio de uma combinação de coerção e consenso, sendo essencial para a estabilidade e reprodução do sistema de dominação. A concepção de Gramsci ressalta a importância do controle ideológico e cultural na manutenção do poder, destacando a necessidade de uma luta não apenas política, mas também cultural, para efetivar a transformação social. Nesse sentido, a hegemonia é entendida como a

preponderância da sociedade civil sobre a sociedade política, evidenciando a influência das ideias e valores difundidos na cultura na configuração das relações de poder. Ainda quanto a hegemonia:

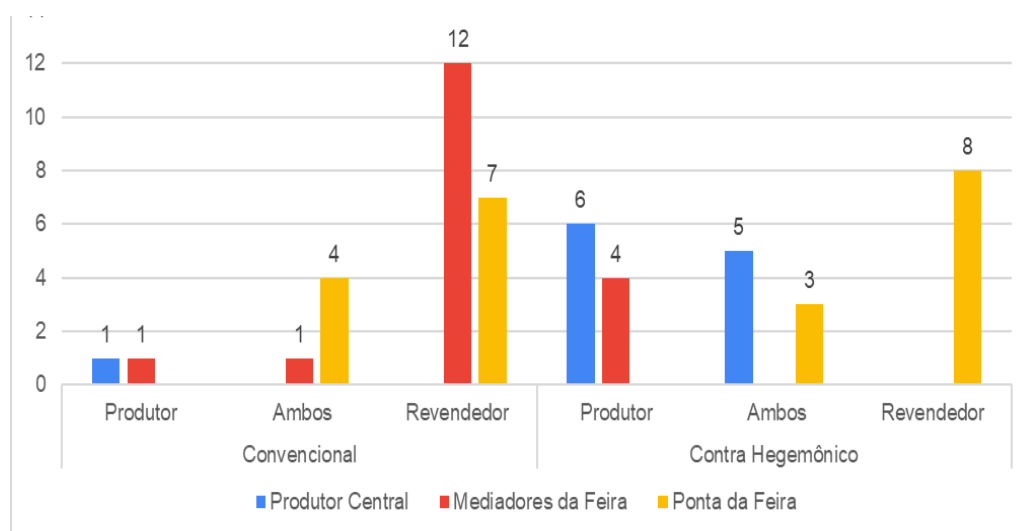
Gramsci (1999) situa as ações contra-hegemônicas como “instrumentos para criar uma nova forma ético-política”, cujo alicerce programático é o de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista. A contra-hegemonia institui o contraditório e a tensão no que até então parecia uníssono e estável. Gramsci nos faz ver que a hegemonia não é uma construção monolítica, e sim o resultado das medições de forças entre blocos de classes em dado contexto histórico. Pode ser reelaborada, revertida e modificada, em um longo processo de lutas, contestações e vitórias cumulativas. (Moraes, 2010)

Dessa forma, podemos explicar o posicionamento político divergente entre feirantes convencionais e contra-hegemônicos, especialmente quando se considera a dinâmica da cultura e das relações de poder dentro da sociedade. Os feirantes convencionais, que se alinham mais de perto com as estruturas políticas e econômicas dominantes, podem ser vistos como representantes da hegemonia existente. Eles tendem a internalizar e reproduzir os valores, visões de mundo e práticas sociais que são promovidas pelas classes dominantes. Isso pode incluir a adesão a políticas favoráveis ao agronegócio, uso de agrotóxicos, e uma visão mais tradicional do sistema alimentar e do trabalho na feira.

Por outro lado, os feirantes contra-hegemônicos desafiam essas visões dominantes e buscam estabelecer uma nova narrativa política e cultural. Eles podem se opor ativamente às estruturas de poder estabelecidas, buscando formas alternativas de produção, distribuição e consumo de alimentos. Seus valores e práticas muitas vezes refletem uma crítica ao status quo e uma busca por justiça social, sustentabilidade ambiental e autonomia na produção alimentar. Nesse contexto, a hegemonia não é apenas uma questão de controle político direto, mas também de influência cultural e ideológica. Os feirantes convencionais podem ser vistos como parte integrante da hegemonia existente, enquanto os contra-hegemônicos representam uma resistência a essa hegemonia é uma tentativa de construir uma nova ordem política e cultural.

O que verificamos é que as condições materiais da classe, em termos de volume financeiro e estrutural no mercado de alimentos local, como também o reconhecimento da mesma classe dentro do cenário político cultural, impõe aos sujeitos a condição de apatia que já verificamos anteriormente, onde mesmo tendo uma posição opositiva para com a estrutura hegemônica, não conseguem vislumbrar uma articulação real ao problema, ou até mesmo manter um vínculo com as iniciativas já existentes, mais sobre isso veremos logo a frente. Abaixo, no gráfico 28 vemos a divisão previamente estabelecida entre Produtores Centrais, Mediadores e Pontas da Feira, agora subdivididos entre Convencionais e Contra hegemônicos.

Gráfico 29: Distinção entre convencionais e contra hegemônicos



Fonte: Elaborado pelo autor

Visando estabelecer um padrão geral na análise dessa tipologia mais política entre os feirantes, buscamos analisar os sujeitos de uma maneira onde só interrompemos o volume de entrevistas chegasse a um valor equitativo entre convencionais e contra hegemônicos. Isso porque ao analisar as categorias de maneira equitativa, seria possível identificar padrões e tendências verdadeiras nos dados, promovendo uma compreensão mais profunda do fenômeno e a formulação de estratégias mais eficazes na busca por responder nossa questão problema. Buscamos também prezar pelo respeito à diversidade presente nos dados, levando em conta as diferentes perspectivas e experiências políticas e laborais, corrigindo discrepâncias e resultando em análises mais confiáveis e robustas quanto às questões norteadoras do roteiro.

Como podemos notar no gráfico, nosso grupo de trabalhadores foi dividido em dois blocos de 26 feirantes cada. Entre os convencionais verificamos que 73% dos entrevistados são revendedores, algo que já esperávamos durante a apuração dos dados, visto que, desde nossa fase piloto já tínhamos identificado essa movimentação menos “transformadora” por parte do trabalhador revendedor. Este sujeito precisa que a lógica da revenda se mantenha, ele obtém sua mercadoria a partir de um atravessador, em sua maioria não possuem uma estrutura de estoque e transporte dos produtos, e em alguns casos até mesmo o lucro das vendas é repartido com funcionários e auxiliares da banca.

Até mesmo o preço da mercadoria é de certa forma “tabelado”, a mercadoria sai do produtor e passa pelos atravessadores, sofrendo sucessivas alterações no preço que não estão sob o controle desse trabalhador, e ao chegar na venda final. O processo de produção e conservação dos alimentos não está sob controle exclusivo do revendedor, que atua como a última etapa entre o circuito produtivo e o consumidor final. Dentro do grupo dos feirantes convencionais, observamos uma diminuição significativa no número de mediadores e produtores centrais. Isso ocorre porque o trabalho de produção se torna um fator determinante para a adoção de posicionamentos contrários à estrutura produtiva predominante.

Em outras palavras, os trabalhadores envolvidos na produção tendem a discordar do status quo promovido pela estrutura produtiva orientada pelo agronegócio e suas dinâmicas políticas. Isso se deve ao fato de que esses trabalhadores enfrentam uma dupla jornada, assim como os revendedores nos mercados e bancas, lidando com as mesmas questões relacionadas à rotina e dificuldades logísticas. No entanto, os mediadores e produtores centrais também enfrentam desafios específicos ligados ao processo de produção, estando diretamente envolvidos na atividade agrícola e no contato com os alimentos desde sua origem.

Os reflexos desse posicionamento podem ser notados quando observamos a face contra hegemônica dos nossos trabalhadores. Temos uma porcentagem muito similar de 72% dos trabalhadores contra hegemônicos que operam na atividade de produção, seja dividindo com a revenda ou não, vale notar que de

todos os exclusivamente revendedores, apenas com 8 sujeitos conseguimos identificar um padrão contra hegemônico em seus posicionamentos.

Em suma, os dados indicam que o envolvimento na produção de alimentos desempenha um papel importante na formação do posicionamento político dos feirantes, com aqueles engajados nessa atividade tendendo a adotar posturas mais críticas em relação às estruturas políticas e econômicas vigentes. No entanto, é necessário considerar as nuances e as diferentes motivações que podem influenciar as visões políticas individuais dentro desses grupos. Resumidamente o Quadro 04 a seguir aponta as três fronteiras determinantes para esse posicionamento:

Quadro 04: Parâmetros gerais entre convencionais e contra hegemônicos

Associação entre produção e posicionamentos contra-hegemônicos: Os dados revelam que uma parcela significativa dos feirantes contra-hegemônicos está envolvida na atividade de produção. Isso sugere uma relação entre o envolvimento direto na produção de alimentos e uma postura de resistência às estruturas políticas e econômicas predominantes, como o agronegócio. Esses feirantes podem adotar práticas mais sustentáveis, valorizar a agricultura familiar e defender políticas que promovam a soberania alimentar.

Prevalência de posicionamento convencional entre os revendedores: Por outro lado, os feirantes exclusivamente dedicados à revenda tendem a apresentar um alinhamento maior com as práticas convencionais e hegemônicas. Isso pode indicar uma adesão mais forte às dinâmicas do mercado, às políticas promovidas pelo agronegócio e a uma visão mais tradicional do sistema alimentar. Suas preocupações políticas podem estar mais centradas em questões comerciais e logísticas do que em questões sociais e ambientais.

Variações individuais: É importante notar que há variações individuais dentro desses grupos. Embora a maioria dos feirantes convencionais esteja alinhada com as estruturas políticas dominantes, alguns podem adotar posturas mais críticas ou contestadoras. Da mesma forma, entre os feirantes contra-

hegemônicos, pode haver diferenças nas abordagens políticas e nas visões de mundo, dependendo de fatores como experiências pessoais, contexto socioeconômico e valores culturais.

Fonte: Elaborado pelo autor

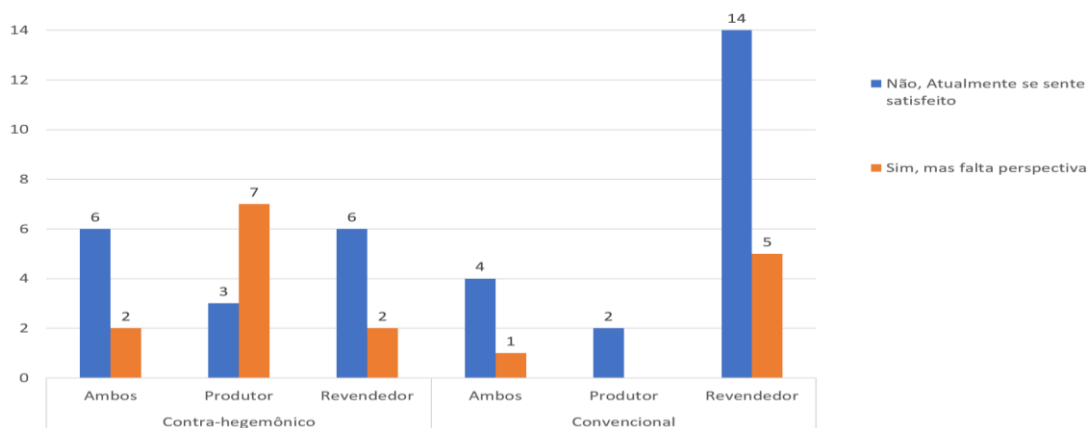
Agora que temos um parâmetro geral para compreender o que diferencia esses sujeitos politicamente tanto no circuito quanto na estrutura produtiva e comercial de alimentos. Podemos detalhar como tal posicionamento interfere na percepção de questões específicas da atividade da feira, e que para nós são fundamentais para responder quais fatores objetivos do mundo do trabalho impactam no processo de reconhecimento da soberania alimentar enquanto possibilidade. Vale destacar principalmente as especificidades do feirante contra hegemônico, pois é nele que encontramos a dualidade da defesa de determinadas causas alimentares, como agroecologia e soberania alimentar, e ao mesmo tempo, notamos as lutas ligadas ao trabalho que são idênticas às do feirante convencional, principalmente com relação

Nos gráficos 29 e 30 abaixo, apontamos para o nível de satisfação com o trabalho da feira entre nossos entrevistados, quando perguntados se o trabalho da feira pode ser considerado ruim. Foi muito interessante como houve uma clara divisão de respostas onde apenas 33% dos entrevistados afirmaram estar satisfeitos com o trabalho da feira, porém, todos sem exceção, levantam como o maior limitante para essa satisfação a falta perspectivas profissionais, seja na renda propriamente dita, mas também no acesso a recursos, nas melhorias das condições de rotina e principalmente nas condições relativas à estrutura do ambiente de trabalho, como a qualidade das bancas, do ambiente dos mercados (principalmente com relação a segurança).

Dentre os trabalhadores satisfeitos, por sua vez, temos 67% dos entrevistados que afirmaram não ter nenhuma insatisfação. Nesses casos, não conseguimos ter precisão quanto aos motivos exatos que levam a essa satisfação anunciada, o que verificamos em entrevista é que no momento dessa questão praticamente todos que afirmaram estar satisfeitos pareceram evasivos, objetivos ou até mesmo titubeantes quanto a resposta. Salvo aqueles que

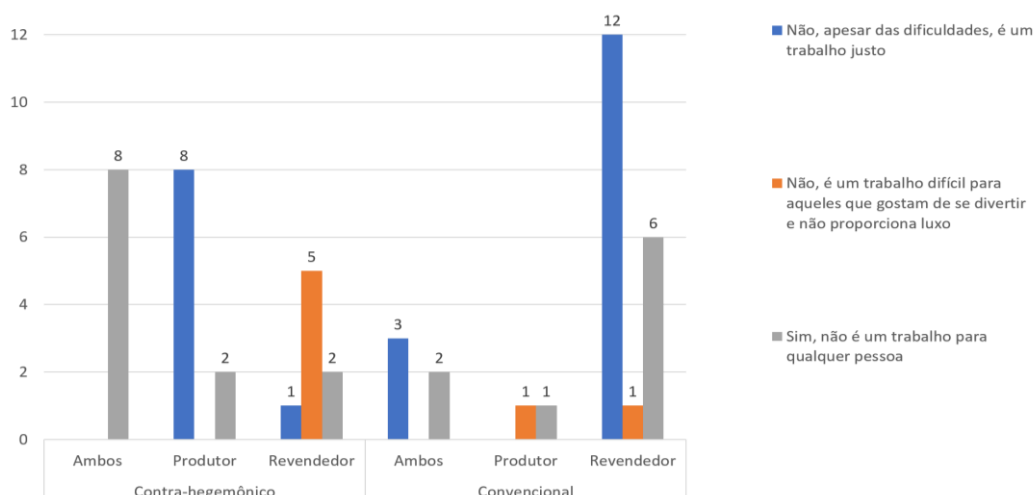
realmente não apontaram grandes dificuldades no trabalho, e como a maior parte destacou alguns itens que esboçam a precarização da feira, chegar a esse momento das questões e se posicionar “a favor do trabalho” foi algo que notamos ser difícil e/ou até mesmo vergonhoso para muitos, como se eles sentissem a necessidade de reafirmar essa “positividade”.

Gráfico 30: Satisfação e dificuldades para com o trabalho da feira



Fonte: Elaborado pelo autor

O ponto em questão entre as duas formas reforça mais uma vez a associação entre produção e posicionamento contra hegemônico. É visível o quanto a produção é significativa guiando o posicionamento do sujeito da satisfação entre os convencionais, para a necessidade de perspectiva de vida entre os contra hegemônicos. Esses trabalhadores destacam como problemático o planejamento de futuro e suas possibilidades, uma questão intrinsecamente ligada ao processo produtivo da própria roça.

Gráfico 31: A feira enquanto um trabalho ruim

Fonte: Elaborado pelo autor

O produtor, quando atuante na feira e diante das diversas dificuldades impostas pelas condições de trabalho e lucro, parece abdicar de tentar resistir às opressões. Seu ímpeto não é somente de escoar a produção e sua subsistência, o trabalho na feira para muitos desses sujeitos é um sopro de realidade diante de tantas problemáticas que para ele são superiores e inevitáveis, como a política (essa parlamentar e legislativa que eles não encontram meios de combater), e o próprio sistema alimentar que privilegia o lucro dos grandes produtores, condição na qual eles não se encaixam e depositam a culpa de alguns de seus problemas, mesmo sem saber ao certo como surgem.

Todavia, quando perguntados sobre o fato de o trabalho da feira ser algo considerado ruim, nossos trabalhadores revelam ainda mais uma percepção moral com relação ao que fazem diariamente. De todos, 40% concordam que o trabalho na feira é ruim, e todos destacam o fato de não ser um trabalho “para qualquer pessoa”, dentre esses 22% são feirantes contra hegemônicos e o que notamos neste grupo é que a percepção política desses sujeitos é mais aguçada em termos de posicionamentos e graças a isso eles conseguem considerar com mais certeza o fato de o trabalho não ser a melhor opção, sendo justamente esse subgrupo a declarar não estar satisfeitos com o trabalho da feira.

Além disso, consideramos essa ótica mais moralista dos trabalhadores, afinal o trabalho na feira não é ruim por conta de todas as questões já mencionadas, e sim, porque ele não foi feito para “qualquer pessoa”. Quem seria esse sujeito devidamente apto a exercer tal função? Quem seria esse trabalhador capaz de dispor tamanho tempo e esforço e ainda considerar sua atividade como uma atividade coerente com suas expectativas presentes e futuras?

São os outros 60% dos trabalhadores que nos respondem tais perguntas. A opinião desses se divide entre 14% que criam uma distinção para com aqueles trabalhadores que “gostam de diversão e luxo” (sendo a maioria entre os revendedores contra hegemônicos) e 46% que visualizam as dificuldades, mas entendem ser um trabalho “justo” (sendo esses, revendedores convencionais e produtores contra hegemônicos). Quem seria esse trabalhador então? Para os 14% deveriam ser sujeitos abnegados, dedicados única e exclusivamente ao trabalho e a manutenção de suas famílias, que consideram a atividade fisicamente exaustiva, porém necessária para sua efetividade, e da mesma forma, direcionam os lucros de volta para a própria subsistência.

Percebemos que para muitos desses trabalhadores os próprios filhos não se encaixam nesse perfil, *“os meninos de agora não querem saber da feira mais não, só que tá por aí, trabalhando de qualquer coisa, mas ficar aqui na banca não quer nada”*. As gerações mais jovens preferem outras fontes de renda e trabalho, justamente por visualizar por anos os pais e parentes na árdua atividade da feira que para eles não é compensativa.

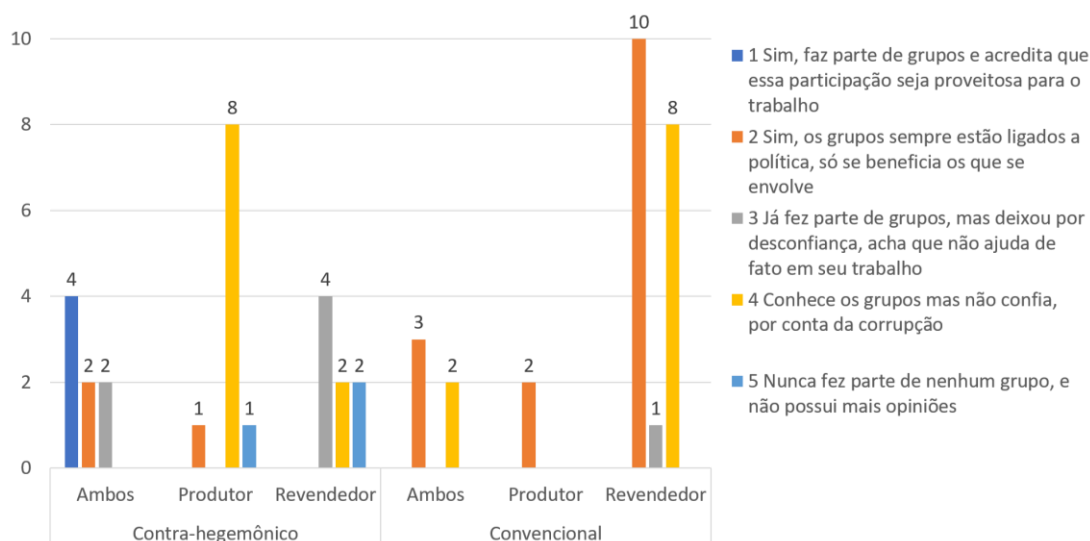
Foi possível perceber como o entretenimento para uma boa parcela desses trabalhadores não é algo considerável, afinal, são custos e tempo que são considerados supérfluos e “devem” ser substituídos por mais trabalho. Além disso, o trabalho tido enquanto “justo” perpassa a noção do quanto o sujeito está dedicado integralmente à atividade, *“eu tô aqui na feira a mais de 20 anos e nesse tempo todo nunca faltei um dia, se deixava de vim foi por doença essas coisas, agora por causa de festa, má vontade que nem esse daqui (apontando para o filho) isso nunca fiz não”*.

Essa dedicação torna-se um processo dignificante a partir do trabalho realizado privando os espaços e momentos de lazer, como se o descanso e/ou a mera vontade de trabalhar em um serviço “mais leve” fosse algo reprovável, como um sinal de preguiça e reprovação.

Claro que essa visão não é total entre esses feirantes, mas ainda assim, notamos uma recorrente relação fatalista para com os estudos, no sentido de “*eu não estudei, nem terminei o primeiro grau, então tenho que tá aqui no pesado mesmo, eu não nasci pra estudar*”, quase como o trabalho da feira sendo uma consequência negativa ao fracasso educacional. Perspectiva diretamente ligada a falta de acesso à educação de qualidade, ou até mesmo as condições materiais socialmente impostas que os tira da possibilidade de estudar integralmente.

Na prática, o trabalho na feira acaba por privar a mobilidade social e ao mesmo tempo criar e ressignificar essa mesma função, de tal modo onde, enquanto submetidos a essas situações de precarização, mas com “*força de vontade de trabalhar*”, o feirante estaria então trabalhando de maneira “justa”. O senso moral em torno da “justa” trajetória do trabalho, envolvendo também as próprias escolhas profissionais tanto da geração atual de feirantes quanto de seus sucessores, sejam filhos ou outros familiares, são parâmetros consideráveis na distinção que verificamos entre ser um feirante contra hegemônico ou não.

Estar em oposição a uma estrutura, não é uma tarefa simples, e não se resume apenas a uma opinião comum sobre algo ou alguém. É na verdade, ter os elementos vivenciados na própria jornada do trabalho, alinhados com o nível de perspectiva de futuro e a posição dentro do circuito comercial local que diferenciam verdadeiramente tais sujeitos.

Gráfico 32: Vínculos com algum movimento ou grupo político

Fonte: Elaborado pelo autor

Suas experiências próximas a agentes políticos ditam muito mais a capacidade de articulação e adaptação deste trabalho às adversidades diárias, do que necessariamente uma opinião política formada de fato. No gráfico 31 a seguir podemos notar justamente essa condição. Quando perguntados sobre o vínculo com algum movimento social, grupo político local, não necessariamente partidário, mas também associação de trabalhadores, cooperativas, ou seja, alguma frente de representação política. Esses trabalhadores em sua gigantesca maioria declararam algum tipo de oposição e até mesmo conflito.

Perpassando tanto os feirantes convencionais quanto os contra hegemônicos, cerca de 33% dos trabalhadores já participaram de algum agrupamento, porém saíram com a percepção de que apenas os trabalhadores ativos e frequentemente envolvidos na “luta” acabam beneficiados. Em todas as formas de atuação e consequentemente em todos os níveis articulação no circuito, estar atuante na associação garante aos feirantes alguns recursos, como transportes de mercadoria facilitados, melhores cargas e preços nos produtos, e até mesmo a qualidade da estrutura da banca acaba sendo afetada por tal vínculo. Mas é preciso não só estar vinculado, estar atuante nas reuniões, oferecendo e cumprindo favores dentro e fora do grupo é fundamental, tudo para

que a reciprocidade política possa ser mantida, principalmente quando existe algum agente partidário envolvido.

De uma maneira semelhante, cerca de 39% dos trabalhadores afirmaram que a corrupção perpassa as associações, inclusive com valores abusivos e promessas infundadas. Essa parcela de trabalhadores enxerga tais agrupamentos como “partes operantes” de uma corrupção comum ao mundo da política, *“esses cara vem aqui prometendo melhorar nossa situação, depois que o prefeito faz o agrado já era, vem aqui só pegar taxa e assinatura, mas num resolve mais nada.”* Esse movimento desconfiança alimentado por algumas experiências reais, se soma com o baixíssimo letramento político dos sujeitos. Até mesmo aqueles que se posicionam de maneira mais clara, os que denominamos contra hegemônicos, não são todos que possuem de fato uma compreensão das dinâmicas políticas que envolvem a própria função.

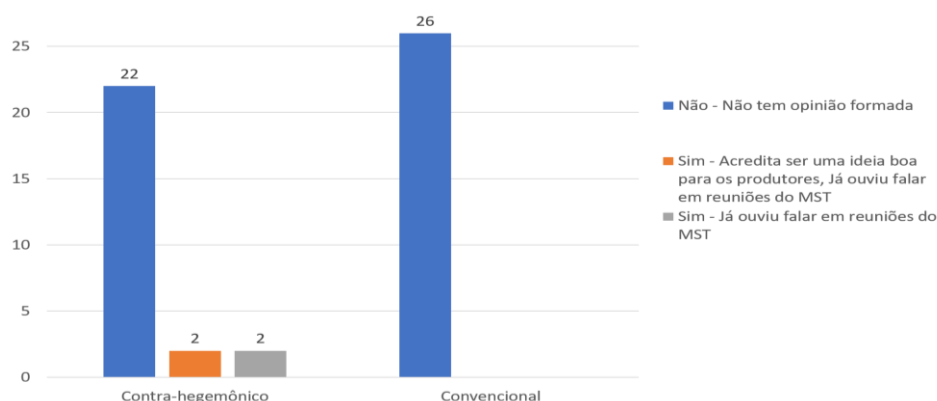
De todos os nossos entrevistados apenas 4 (quatro) mostraram de fato possuir uma visão ampla do mundo político. Destacamos esses pontos não com o intuito de culpabilizar os sujeitos por não conhecer os meandros da política, até porque boa parte da população brasileira não possui tal dimensão, mas destacamos para enfatizar, que a diferença entre o trabalhador convencional e o contra hegemônico não está vinculada a um posicionamento político articulado, afinal são poucos que de fato enxergaram um impacto real em suas vidas quando vinculados a algum grupo. Mas sim a própria auto análise, e análise do outro no espaço, durante o cotidiano de trabalho que acaba sendo o balizador ideológico desses sujeitos.

*Eu posso dizer que faço parte desde que era novo. Minha mãe já conseguiu terra pelo movimento, meus tios já também, eu não consegui terra, mas a gente tem ajuda dos advogado que trabalha e ajuda a gente nas papeladas quando precisa. Mas também vou dizer, né porque é agroecológico que a gente tira de bom o tempo todo. Tem muita gente que vem pra cá oh, se cadastra pra participar da feira e tudo, que nem acredita que da pra trabalhar com agroecologia mermo. Aqui não, hoje aqui (olhando ao redor) só tem o pessoal mais chegado mesmo, que entende e participa. Mas né sempre não viu, por aí o que tem de gente trabalhando na feira, na banca da agricultura familiar e que não entende nada de política, que até votar no outro lá votou (fazendo menção a Bolsonaro).
Cristilaine*

Ou seja, estar vinculado a algum grupo não necessariamente define uma posição contra hegemônica. A própria noção de Soberania Alimentar, não é um

conceito que aparece no discurso de maneira direta e aprofundada, tanto que apenas encontramos nas falas daqueles que declararam algum vínculo e ainda assim não tão bem articulado quanto um defensor da causa pública propriamente dito, mas sim, uma resposta vaga e sem fundamentação. Quando perguntados sobre o significado da soberania alimentar e suas respectivas opiniões em nossas propositalmente últimas questões, podemos notar tal limitação, como nos mostra o gráfico 32 a seguir:

Gráfico 33: O que significa a Soberania Alimentar e qual opinião sobre?



Fonte: Elaborado pelo autor

Claro que já vimos nos capítulos anteriores que a Soberania Alimentar é de fato uma pauta ampla e que a própria luta pelas condições de trabalho e reconhecimento apresentadas pelos trabalhadores nos leva a compreender que existe uma noção tangencial sobre o conceito. Mas em termos de articulação objetiva, sobre os caminhos da transformação econômica e social que a própria noção de Soberania alimentar sugere, não identificamos uma iniciativa organizada. Para nós, o trabalhador da feira não faz parte, seja convencional ou contra hegemônico do “circuito político” da soberania alimentar, apenas do circuito comercial laboral precarizado, tal qual todo trabalhador que é escanteado em um processo onde ele próprio é imprescindível.

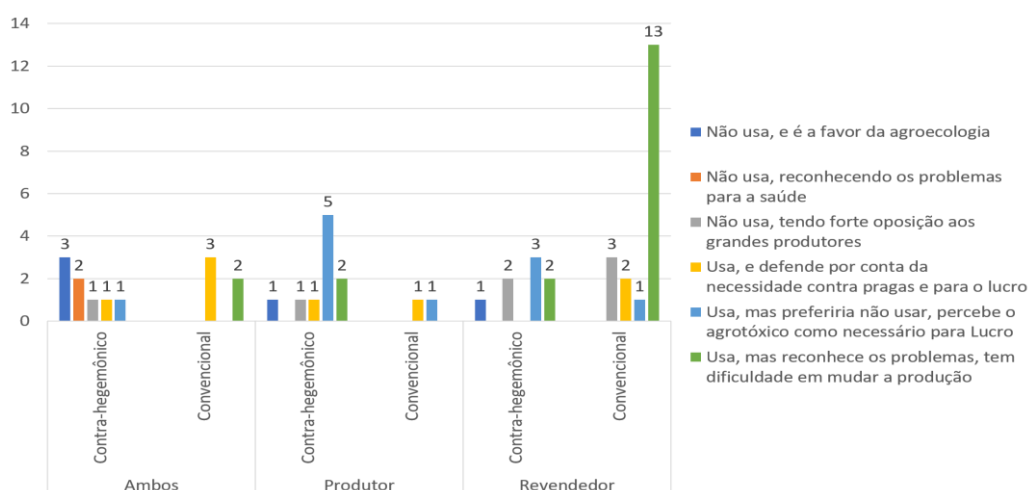
Nesse sentido, nossa argumentação não se sustenta apenas na mera opinião desses sujeitos sobre o que seja a soberania alimentar em suas atividades, e sobre o quanto os mesmos se posicionam internamente nos grupos políticos. Feirantes convencionais e contra hegemônicos diariamente se deparam com uma posição conflituosa frente ao uso ou não uso dos agrotóxicos,

a comercialização de produtos orgânicos, e a produção da agricultura familiar, fatores que junto a jornada de trabalho dizem respeito diretamente a posição política social de nossos feirantes. Com base nisso, finalizaremos o conjunto de parâmetros necessários para compreender nossa questão central: *quais fatores influenciam as condições de trabalho dos feirantes e explicitam o reconhecimento ou não da soberania alimentar no contexto sergipano?*

Observando o gráfico 33 abaixo é possível notar como o uso dos agrotóxicos divide opiniões entre os trabalhadores. Dentre as camadas que identificamos ocorre uma prevalência bem maior entre os trabalhadores que fazem uso dos agrotóxicos, sejam eles produtores, como também revendedores de mercadorias que passaram por tais procedimentos químicos. Nesse grande grupo de usuários de agrotóxicos, percebemos três camadas distintas de perspectiva, onde a maior parte dos trabalhadores, um total de 19 sendo 15 revendedores convencionais que utilizam o agrotóxico, mas possuem dificuldade em se desvencilhar desse modelo.

Seja por não encontrar uma solução “verdadeiramente viável” ou até mesmo pela falta de perspectivas e estratégias em torno do que alguns produtores enxergam como processos inevitáveis na produção de certos alimentos, especialmente verduras e frutas. Ainda seguindo a mesma lógica, conversamos com quatro trabalhadores contra hegemônicos que possuem a mesma noção de necessidade para com o uso dos agrotóxicos, mas o que verificamos entre esses é que existe uma certa culpa por utilizar o agrotóxico.

*Pra quase tudo aqui eu já não uso mais, o que tem de raiz eu já tirei, agora as fruta eu ainda não consigo. Já tentei já, não vou dizer que não tentei, mas o problema é que as frutas perde logo, se eu trago essa quantidade aqui sem colocar um pó na terra, não dura não. O pessoal da agroecologia uma vez foi lá pra ajudar a tirar, mas no fim não deu certo, exige muito que a gente esteja o tempo todo ali pra tirar praga, e tem que vender logo se não perde. Acaba que num tem vantagem pra mim (...) **Sr. Pedro (Produtor Contra hegemônico)***

Gráfico 34: Perspectivas quanto ao uso de agrotóxicos

Fonte: Elaborado pelo autor

No fim, o que percebemos é que existe uma preocupação geral com o lucro, é justamente o que divide os outros trabalhadores que fazem uso do agrotóxico. Como as pragas, a qualidade das mercadorias e sua durabilidade são preocupações constantes e válidas entre os feirantes, o uso do agrotóxico acaba sendo naturalizado por muitos. E quando nos referimos a naturalizar sugerimos que existe na verdade uma mescla da prática na qual esses trabalhadores estão acostumados com a falta de noções limitadoras desse uso, sendo essa ótica notamos ser o fator estruturante.

Entre os trabalhadores que fazem uma oposição direta ao uso do agrotóxico temos um número irrisório de trabalhadores que enxergam os danos à saúde como algo de fato preocupante quando se trata dos agrotóxicos. Inclusive, essa é uma preocupação explícita desses trabalhadores, visto que esses sabem o quanto os colegas de ofício não demonstram essa preocupação.

Eu já usei muito, tenho 50 anos e tô aqui na feira já faz 30 anos, mas sem usar o tóxico eu tô a uns 6 anos só, não tem muito tempo. Mas quando eu fui no médico por causa de umas mancha no pulmão por causa do tóxico na roça, eu decidi parar. Foi muito tempo acumulado né, iai o médico disse, olhe é melhor parar. De lá pra cá eu tenho aprendido como usar outras formas, foi difícil não vou mentir, no começo os cliente tudo estranharam principalmente as cascas das frutas, mas hoje já tá bem melhor

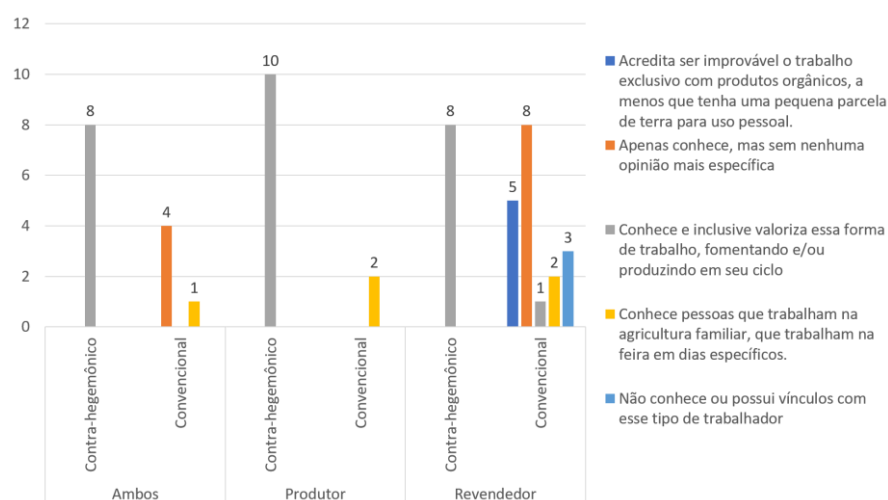
João Antônio (Produtor e Revendedor Contra Hegemônico)

A saúde para o trabalhador feirante na verdade nunca aparece como um ponto central em suas preocupações do presente, o cansaço e o peso de

carregar as mercadorias são constantemente destacados. O risco quanto a contaminação do covid-19 também foi algo que surgiu em algumas falas, mas sempre muito atrelado ao contexto pandêmico. Fora isso, saúde de um modo mais geral, relativa ao cuidado preventivo, essa notamos uma baixíssima recorrência e preocupação. Acreditamos que a constante preocupação com os rendimentos do trabalho, a impossibilidade que alguns possuem de faltar às suas atividades, acaba por ser um fator central nessa formação típica para com a saúde. Como não existem grandes possibilidades para o aumento do faturamento nas bancas, o feirante se vê ainda mais atraído a ideia do lucro quase constante, *“ou vende ou não vende, não dá pra ficar com mercadoria parada na banca não”*.

Abaixo no *gráfico 34* conseguimos visualizar como a agricultura familiar não chega a ser um ponto de dissonância entre os feirantes. No geral, tanto feirantes convencionais, quanto contra hegemonônicos demonstram valorizar o trabalho do agricultor familiar, inclusive fomentando sua produção quando não são eles próprios os produtores. O envolvimento desses trabalhadores com outros que declaradamente são produtores orgânicos, envolve uma proximidade sem grandes vínculos na atividade diária, ao passo que não gera uma relação de interdependência entre eles, como ocorre quando os mesmos são produtores convencionais.

Gráfico 35: Quanto às relações com o trabalhador da agricultura familiar

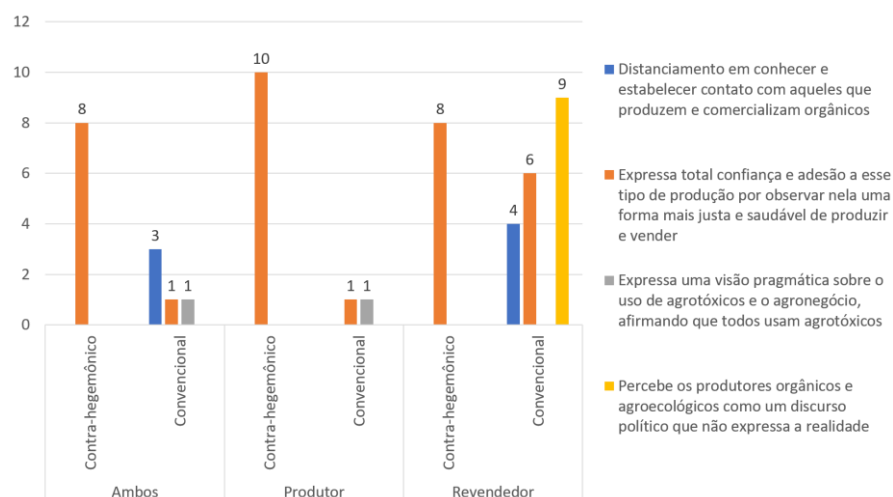


Fonte: Elaborado pelo autor

Dentre os convencionais, inclusive dentro do espectro dos revendedores, é que notamos o gradativo distanciamento para com os produtores da agricultura familiar. Não pela existência de algum conflito em específico na rotina, mas sim, quanto a divergência e a desconfiança para com a produção orgânica. O que vemos, é que existe um fator condicionante entre os revendedores convencionais mais arraigados a estrutura do agronegócio que perpassa uma noção economicamente delimitada em torno dos produtos, ou seja, o alimento enquanto mercadoria. Desse modo, o feirante convencional se vê enviesado a observar a produção a partir da lógica do lucro e não por fatores politicamente questionados e reformulados, como é o caso do produtor orgânico.

A mera existência do produtor orgânico, que muitas vezes se confunde com o agricultor familiar, “põe em xeque” a lógica produtiva e comercial das mercadorias que possuem algum tipo de agroquímico para controle de pragas, durabilidade e amadurecimento da mercadoria. Em nossa última análise objetiva de dados das nossas entrevistas, afunilamos a discussão em torno do gráfico 35, onde visamos captar de nossos entrevistados uma visão mais assertiva quanto a produção de orgânicos e a agroecologia.

Gráfico 36: Opinião final sobre produção orgânica e agroecológica



Fonte: Elaborado pelo autor

Entre os feirantes contra hegemônicos existe uma *confiança* para com o modelo orgânico e agroecológico de produção, compreendendo inclusive suas particularidades com a questão da saúde tanto de quem consome, como também

dos próprios produtores (esse posicionamento já foi discutido inúmeras vezes ao longo deste capítulo). Agora, quanto aos feirantes convencionais enfatizamos o quanto para eles a produção orgânica e agroecológica é na verdade um *discurso político*, que não expressa uma realidade material objetiva.

Não existe isso não menino, esse povo diz que vende produto sem veneno, mas quem foi que viu? O que eles quer é chegar ali o povo preocupado com a saúde, que vê no jornal e no celular e já compra porque acha a mercadoria melhor, mas nem é, é tudo igual. Você acha mesmo que o produtor grande lá vai mandar um monte de fruta pra cá pra revender sem um veneno? ou então que aquelas banana ali oh (apontando para um feirante na banca) não tem veneno, oia como a banana tá bonita vistosa, é veneno ... pode perguntar a qualquer um, sempre tem algum produto. Larissa

Não cabe a nós aqui concordar ou discordar de tais afirmações, chegar a admitir que o produtor orgânico é na verdade falacioso e que suas mercadorias são uma mera estratégia, seria desvirtuar os números reais e cientificamente comprovados de produtores agroecológicos e orgânicos que de fato mobilizam uma transformação contra hegemônica na economia agrícola. Entretanto, o que identificamos e exploraremos mais a frente em nosso Capítulo 5, é que no cenário contemporâneo da produção alimentar, a lógica produtiva e comercial já estabelecida pelo agronegócio tem solidificado um sistema de poder que exerce uma influência marcante sobre as decisões relativas à produção e distribuição de alimentos, o que inclui a forma como o trabalhador feirante compreende seu trabalho.

Esta dinâmica assimétrica restringe tanto a autonomia política quanto a produtiva da classe trabalhadora historicamente “*informalizada*”. Em resposta a essa hegemonia, emerge no âmbito da política, dos agentes organizados em torno da disputa por poder, a luta por um novo conceito transformador da natureza, a soberania alimentar. Inicialmente visando promover a ascensão e autonomia dessa classe produtiva, e por conseguinte a própria população, a soberania alimentar sugere que ocorra não só uma transformação na forma como se compreende simbolicamente o processo produtivo e comercial de alimentos, é preciso uma série de articulações pragmáticas e materiais dentro desse mesmo sistema.

A partir daí chegamos aos nossos feirantes, pois torna-se crucial incorporar tais trabalhadores, que representam uma categoria diretamente afetada pela má distribuição socioeconômica e pela desestruturação cultural em torno do alimento. Ao reconhecer e abordar essa coletividade, a resistência à hegemonia perpassa a densa camada das *condições materiais objetivas*, que obrigam esses trabalhadores a adotar um modelo X ou Y. A classe trabalhadora da produção e comércio alimentar, pelos dados que levantamos, está arraigada a uma estrutura de trabalho precarizado, onde o lucro em torno do alimento mercadoria materializa a forma mais “óbvia” de sobreviver e ascender dentro do circuito comercial, que dificulta as possibilidades de articulação das causas públicas que beneficiam essa mesma classe, no caso as vias de reconhecimento da soberania alimentar.

6. CAPÍTULO 5 – O Reconhecimento da Soberania Alimentar

Retomamos nosso argumento de tese, e considerando o que vimos até aqui nos capítulos 2, 3 e 4 podemos de fato diagnosticar que no contexto contemporâneo da produção alimentar, a ascensão do agronegócio consolidou um sistema de poder que exerce uma influência significativa sobre as decisões relacionadas à produção e distribuição de alimentos. Apuramos ao longo de toda nossa investigação que os feirantes enquanto classe trabalhadora, são diretamente afetados por uma dualidade de condições materiais e simbólicas que perpassam suas atividades e perspectivas de mundo. Dessa forma, o feirante aparece aqui, tanto como uma ponte entre capitais financeiros derivados do trabalho, mas também, políticos, conectados a causas e discursos que não foram construídos por esse sujeito, e são impositivos em suas atividades.

Logo no início de nossas reflexões, ainda no capítulo 1 enquanto desenvolvíamos a problemática, discutimos que “o trabalho é uma divisão lógica orientada a um fim, sendo a terra do nosso agricultor, o objeto universal que se apresenta historicamente enquanto uma propriedade racional da necessidade de sobrevivência”. Parece algo evidente, e óbvio demais para ser afirmado em uma argumentação, porém, foi em meio a essa obviedade que percebemos o quanto os grilhões do capitalismo são pesados e rígidos para com esses trabalhadores que estão na base de nosso sistema alimentar. Em todas as nossas experiências empíricas, (tanto do piloto, quanto do capítulo de campo aprofundado), pudemos coletar o quanto esses trabalhadores estão subjugados a essa lógica.

Durante toda tese nos motivamos a considerar as transformações em torno das dinâmicas relativas ao trabalho, tanto a nível das necessidades identificadas, mas também das projeções planejadas por esses trabalhadores para superá-las. Verificamos a profundidade dessa dinâmica principalmente quando identificamos as motivações para o trabalho na feira, o labor dos feirantes é intrincado e enfrenta uma série de desafios, desde a ausência de garantias trabalhistas até a exposição às intempéries da saúde e da segurança pública. A falta de horários fixos contribui para jornadas extensas e imprevisíveis, enquanto a inexistência de estrutura formal resulta em condições inseguras e instáveis em termos de

renda e projeção de futuro. Eles reconhecem essas questões, mas ainda enxergam vantagens no trabalho da feira, enquanto em paralelo, no contexto do circuito curto de alimentos, há pressões econômicas crescentes (envolvendo as redes de supermercado, os atravessadores e o próprio consumidor) para manutenção desse modelo, mesmo compreendendo que o mesmo não oferece uma autonomia real e objetiva para a classe.

Essa autonomia tão almejada por esses trabalhadores gira em torno dos investimentos estratégicos em capacidade e habilidade de trabalho, alinhando-se às propostas e iniciativas de organizações e associações de trabalhadores, ou seja, peças-chaves do terceiro setor local. A competência e os recursos das organizações envolvidas em atividades colaborativas, visam contribuir para o alcance de objetivos na política. As partes interessadas relevantes, não apenas melhoram a capacidade disponível para essas organizações, mas também, vinculam mais estreitamente o propósito do trabalho em si. Essa interação entre a autonomia dos trabalhadores da feira e sua perspectiva política, é crucial para sua posição na luta por reconhecimento, estando diretamente vinculada à lógica das disputas da agricultura familiar, revelando assim, uma dinâmica complexa de relações entre os atores envolvidos, refletindo tanto nos desafios, quanto nas oportunidades inerentes a esse setor crucial da economia.

Como visto, a agricultura familiar, especialmente no Brasil, ocupa um lugar de destaque no campo econômico da produção alimentar, e sua posição política está diretamente atrelada à causa do campesinato e sua tensão com as forças e agentes do agronegócio exportador. O feirante, seja ele produtor e/ou revendedor, articula-se diretamente com o debate que podemos elucidar sobre o agricultor familiar. A dinâmica das atividades laborais, as condições materiais de produção e o acesso a direitos fundamentais, como a terra, são elementos críticos para grupos que estão na base subalternizada da estrutura capitalista. Ao examinarmos os fundamentos teóricos relacionados ao reconhecimento, torna-se evidente o quanto o processo de distinção social, especialmente entre os trabalhadores envolvidos no circuito alimentar, desempenha um papel crucial.

O reconhecimento ocupa um lugar de destaque na promoção da equidade e para evitar a atribuição injusta de estigmas e desigualdades de acesso para

determinados grupos, os quais podem ser internalizados pelos próprios indivíduos. Quando verificamos em campo essa trilha de nossa argumentação, logo notamos que independente das estratégias e do “nível” ocupado pelo feirante dentro do circuito, a lógica subjugadora se faz presente, ou seja, a colonialidade do trabalho da feira. Essa se manifesta a partir do controle da existência ontológica desse trabalhador, e também, controle da materialidade de seu alimento mercadoria. Fazendo com que todos os âmbitos de sua vida sejam politicamente (na ação direta ou na estrutura) controlados por um processo historicamente estabelecido.

Em contrapartida, o feirante segue almejando essa suposta autonomia, aqueles que possuem um engajamento político reduzido direcionam seus esforços em horas e horas de trabalho, na esperança de compensar as iniquidades. Aqueles que são mais engajados politicamente, mobilizam a causa em torno dos outros, sendo duplamente frustrados por não conseguir mesmo diante da articulação em duas frentes garantir o reconhecimento de suas atividades.

A estrutura produtiva vigente, não reconhece o feirante enquanto um sujeito particular do mundo do trabalho, que carrega uma responsabilidade e demanda de trabalho ímpar, fundamental para o motor econômico local. O trabalho do feirante está vinculado a um trabalho informal e retrógrado que em grande medida espelha um modelo ultrapassado de comércio local. Com base nesse mecanismo, mantém-se operante as vinhas do agronegócio, pois essas, sustentam a autonomia elitista da casta do agronegócio preservada, sustentando o crivo das diferenças dentro do próprio circuito alimentar, tanto nacional, quanto local. O feirante está para a pirâmide como um sujeito que detém conexões para com a luta política por reconhecimento e redistribuição, tendo a soberania alimentar como ferramenta, para com enfrentamento radical à lógica de acumulação capitalista.

O feirante, tal qual o campesinato, se destaca como uma classe em busca contínua de autonomia. É importante ressaltar que os camponeses produtores enfrentam uma relação contraditória: embora possuam os meios de produção e estejam envolvidos na produção, eles não estão voltados para a apropriação do

trabalho excedente. Eles conduzem seu trabalho em meio a uma tensão constante com as dinâmicas já estabelecidas na economia, tornando-se de proprietários e proletários, para meras ferramentas de um processo alicerçado na tradicional necessidade de manter suas atividades operantes. Durante nossa análise das entrevistas identificamos então três níveis diferentes de atuação desses trabalhadores, logo as “subclasses” presentes nas feiras livres podem ser compreendidas através do produtor central, o mediador da feira e o ponta da feira. Cada um desses papéis enfrenta desafios específicos que impactam suas condições de trabalho e reconhecimento.

O produtor central enfrenta dificuldades em obter preços justos para seus produtos devido ao controle de mercado pelo agronegócio e à falta de acesso a canais de distribuição direta. O mediador da feira atua como intermediário, mas frequentemente enfrenta barreiras burocráticas e falta de apoio institucional, o que pode limitar sua capacidade de facilitar o comércio justo. Já o ponta da feira, refere-se ao vendedor final, que lida diretamente com o consumidor e é mais vulnerável às flutuações de mercado e às condições precárias de trabalho. Porém, para além da dificuldade material objetivada pelas condições de trabalho, o reconhecimento político desses trabalhadores e das causas por eles defendidas, no caso da própria soberania alimentar, perpassa justamente o processo de controle duplo de tais representações.

Ou seja, os fatores que influenciam as condições de trabalho dos feirantes e explicitam o reconhecimento da soberania alimentar no contexto sergipano, perpassam a experiência precarizada e vivenciada pelos próprios sujeitos do trabalho e da luta política, em torno de um circuito comercial de alimentos mais equilibrado e justo. Para a soberania alimentar, reside a necessidade em torno da autonomia dos trabalhadores, sejam eles convencionais ou contra hegemônicos, sobre sua produção, distribuição, comércio, e as relações políticas que dela derivam, podendo tais trabalhadores serem ativos defensores de tal causa ou não.

6.1 O Dilema bivalente entre feirantes

Os feirantes de uma maneira geral lutam por autonomia, e no contexto sergipano, essa autonomia é buscada visando exercer total autoridade sobre o

trabalho que realizam e estabelecer relações políticas cotidianas, tanto subjetivas quanto coletivas. Este poder de soberania não se limita à esfera econômica, mas também se configura como um desafio às estruturas coloniais que historicamente marginalizaram e controlaram a produção e distribuição de alimentos. São estratégias de sobrevivência no cotidiano do trabalho, que mesclam tanto a necessidade de renda e melhores condições de trabalho, mas também a valorização desse tipo de serviço e de suas mercadorias, como diria Fraser (2022):

a distinção entre remédios redistributivos e remédios de reconhecimento é analítica. Em geral, remédios redistributivos pressupõem uma concepção subjacente de reconhecimento. Alguns defensores da redistribuição socioeconômica igualitária, por exemplo, fundamentam seus argumentos no "valor moral igual das pessoas", assim, tratam a redistribuição econômica como uma expressão do reconhecimento. (2022, p. 37).

O que verificamos com ampla insistência por parte dos trabalhadores, é que uma perspectiva que ignora as questões de redistribuição econômica, que ainda são significativas e não foram completamente resolvidas, acaba por ser um modelo político ideológico, que ao se concentrar apenas no reconhecimento, e negligenciar a redistribuição corre o risco de ser inadequada, ou em nosso caso em particular, propositalmente controlada e hegemonizada. Citando mais uma vez Fraser (2022)

"Temos aqui um dilema espinhoso. A partir e agora, vou denominá-lo dilema redistribuição-reconhecimento. Pessoas sujeitas à injustiça cultural e à injustiça econômica necessitam de ambos, reconhecimento e redistribuição. Elas têm de reivindicar e negar sua especificidade. Como isso é possível, se é que o é?" (2022, p. 34).

Fraser, no livro *Justiça interrompida* (2022), se propõe a mergulhar na construção de uma proposta diagnóstica da estrutura social contemporânea, estruturada em torno de um modelo de sociedade que a autora denomina de "condição pós-socialista". Graças a sua perspectiva crítica para com a teoria sociológica do reconhecimento, (algo que já elucidamos anteriormente) conseguimos ter uma base para compreender o conjunto de *insights* que os nossos feirantes nos forneceram e podem ser encontrados nos capítulos anteriores. Desse modo, nos alinhamos com Fraser quando compreendemos que *"as lutas por reconhecimento ocorrem em um mundo onde há uma desigualdade material exacerbada"* (FRASER, 2022).

Todo o debate que gira em torno das categorias e transformações do pós-socialismo, recaem sobre nós enquanto uma forma de entender que toda teoria em torno do dilema redistribuição-reconhecimento, perpassa não somente as coletividades étnicas e de gênero que Fraser por exemplo já aprofunda muito bem. Pois, se considerarmos todas as dinâmicas políticas, econômicas e culturais que servem como alicerce para a sociedade burguesa colonialista, surge a urgente necessidade de construir uma esfera pública que atenda a base da teoria crítica, concebendo um caminho alternativo e contra hegemônico para a pseudodemocracia burguesa controladora, segregadora e precarizante, hoje existente em todo o mundo pós moderno. Urge a necessidade de um modelo de mobilização política radical bivalente.

Fraser (2022) analisa de maneira mais próxima a questão de gênero e raça como uma coletividades bivalentes, onde, com base no *locus* da política e do debate no espaço público, o combate contra experiências de opressão e marginalização para com esses grupos, se faz de maneira efetiva, quando esses grupos conseguem introduzir no âmago do debate, os seus próprios temas, necessidades e interpretações, estando de acordo com concepções e alternativas nativas do grupo, e de acordo com suas epistemologias, fundamentando assim projetos e discursos de redistribuição e reconhecimento, onde podemos enquanto sociedade satisfazer a exigência de uma justiça geral.

Para testar essas hipóteses, vamos revisitar gênero e raça. Lembramos que ambos são diferenciações bivalentes, eixos de injustiça econômica e cultural. Assim, pessoas subordinadas por gênero e/ou raça precisam de redistribuição e reconhecimento. Elas são os sujeitos paradigmáticos do dilema redistribuição e reconhecimento. No caso dessas pessoas, qual seria o resultado de buscarmos vários pares de remédios para a injustiça ao mesmo tempo? Existem pares de remédios que permitam a feministas e antirracistas refinarem ou mesmo eliminarem completamente o dilema redistribuição-reconhecimento? (FRASER, 2022)

A questão lançada por Fraser para com esses dois agrupamentos sociais, perpassa estratégias políticas de correção de injustiças de modo a evitar acabar alimentando injustiças de reconhecimento, e/ou reação adversa no equilíbrio econômico. Fraser propõe uma combinação transformadora tanto da estrutura redistributiva, quanto geradora de reconhecimento, onde no feminismo por exemplo, culminaria em uma faceta de um feminismo socialista com

desconstrução feminista do androcentrismo, desestabilizando as dicotomias de gênero, combinando políticas socioeconômicas, com culturais.

Um ciclo vicioso, que foi apontado por essa corrente de compreensão, onde de maneira clara é demonstrado quando as estratégias visão apenas sublinhar a diferença, onde a suposta correção dos problemas enfrentados pelos sujeitos do grupo social em questão, acaba sendo redirecionada em novas iniquidades que afetam o mesmo grupo, criando e/ou recriando origens para novos problemas. Nesse caso, vale lembrar o motivo de identificarmos os feirantes enquanto coletividades bivalentes, pois percebemos em toda dinâmica do trabalho do feirante, e na forma como esse trabalho é percebido no cotidiano interdependente com o consumidor e a esfera pública, que o feirante, por ser feirante em si, também é atravessado pelo fenômeno da bivalência.

A configuração sociocultural capitalista geradora de desigualdades cria distinções taxativas para os agrupamentos sociais, e tais, possuem apenas uma finalidade, construir parâmetros de distinção e oposição. Gênero, raça, classe e sexualidade são categorias que se mesclam constantemente, não estando nitidamente separadas: *“Ao contrário, todos os eixos de injustiça se interseccionam de maneiras que afetam os interesses e as identidades de todos. Ninguém é membro de apenas uma coletividade.”* (FRASER, 2022, pg. 62).

Porém, nessa interseccionalidade conseguimos notar com clareza a forma como determinados grupos são mais atingidos pelo processo de desigualdade do que outros. Em nosso capítulo 2, quando apontamos nossa perspectiva crítica (aqui sendo endossada como argumentação final), e suas raízes colonialistas, apontamos questões que voltamos agora com suas últimas camadas de reflexão: *qual a real capacidade de ação dos sujeitos frente ao “soberano processo de colonialidade?”* e *“como ocorre o reconhecimento dos subalternos adeptos do modelo da soberania alimentar popular e campesina?”*.

Retomamos a essas questões, porque elas nos direcionam com objetividade para compreender a bivalência em torno do trabalhador feirante. Deixaremos como um ponto de partida (ou de chegada a depender da perspectiva) a fala de Dona Ester. Encontramos com ela durante uma das visitas

a campo, em uma feira agroecológica em Salgado (única visita que fizemos ao município), completamente fora do momento esperado para uma entrevista. Sabemos que durante uma visita de campo, o trabalho de observação deve ser minucioso e exige um grau de atenção treinado, para os detalhes que podem ou não ser interessantes para pesquisa, e foi em um desses momentos que cruzamos com Dona Ester.

Não reservamos um momento para entrevista com ela, mas realizamos algumas perguntas de maneira informal, e entre elas, perguntamos sobre sua opinião com relação a feira agroecológica em que ela trabalhava, a resposta foi uma das que nos guiou para responder nossas perguntas quanto a possibilidade de voz dos subalternos.

Eu venho pra cá uma vez no mês, já faz uns 6 meses, sempre o pessoal da cooperativa traz a mercadoria no caminhão ou no carro mesmo, quando eu não trago muita mercadoria, e quando chega aqui, tem todo esse pessoal que vem pra comprar e já sabe que nossa mercadoria não tem veneno e tudo mais. Mas aqui pra nós, eu nem vou nas reunião mais, toda vida tem reunião, reunião, e eu não vejo mudar muita coisa. Eu vendo aqui, em Lagarto, em Itaporanga e até em Estância e é sempre a mesma coisa, só aqui que o povo vem e compra sem dar problema, porque nas outras feiras é sempre um negócio. Quem já vende não gosta, diz que a gente mente, o próprio povo, não entende, acha que a mercadoria tá ruim ... lógico sem veneno ela fica assim oh (apontando para a mercadoria) com manchas, parece feia, mas ela tá natural aqui. E digo mais ... olhe meu filho você não vá dizer isso pro pessoal não, por favor ... mas Deus me perdoe, eu acho que o pessoal da cooperativa só faz isso aqui pra manter a cooperativa mesmo, porque direto eu vejo gente na feira, do povo que trabalha lá mermo com atravessador, gente até que não produz na agroecologia, que quer ajuda e tudo, mas não tem, eu mesmo já quis muito, e quando entra aqui é isso de reunião, de manifestação, né todo mundo que tem tempo pra isso não, a gente tem que trabalhar, o povo das outras feira tem que trabalhar, isso de cooperativa devia fazer mais do que só reunião. A feira se faz mesmo é lá oi, carregando caixa, limpando mercadoria, tomando prejuízo quando não vende, se acabando pra arranjar um caminhão bom pra trazer a mercadoria, isso quase todo dia da semana. Não tem quem me diga que isso de reunião vai mudar a vida de todo mundo aqui, ajuda, ajuda, mas eu não trabalhe não pra ver.
Dona Ester – Feirante Agroecológica

Dona Ester, como tantos outros feirantes com quem conversamos possuem uma angustia comum, a angustia por melhores condições de trabalho onde nem mesmo os grupos políticos, que agregam os trabalhadores em torno de suas pautas conseguem de fato “suprir” suas expectativas e necessidades materiais. Vimos essa noção em nosso piloto e com mais detalhes e representatividade em nossa fase de campo, e como já comentamos (*vide gráficos 31 e 32*), o feirante de

uma maneira geral possui um receio constante para com os movimentos e grupos políticos.

Isso se nota quando conversamos diretamente com eles, refletindo um resultado baseado em experiências negativas anteriores desses trabalhadores. Mas analisando com profundidade, podemos perceber que a dissonância não está meramente na desconfiança do trabalhador, mas na incapacidade de um “*remédio para o reconhecimento*” como diria Fraser. As condições materiais reais da classe, impedem que uma parcela considerável desses trabalhadores, possam almejar projetos pessoais e de mobilidade social com efetividade. Comentamos sobre essa questão no capítulo anterior:

O que pudemos notar entre esses trabalhadores é que existe um ímpeto em provar para si e para o outro que pergunta, que essa forma de trabalho, por mais precarizada que seja, tem seu valor. Como se por algum acaso nossa posição como pesquisadores, pudesse “colocar em xeque”, a verdade para com o trabalho da feira, até para os próprios sujeitos, pois no geral, o feirante, principalmente o que já possui algumas décadas de trabalho, já lidou com inúmeras situações que tornam explícitas sua situação de vulnerabilidade.
(Trecho do capítulo anterior)

A base da feira está balizada pelos trabalhadores “pontas da feira”, sendo justamente esses os que mais sofrem com a falta de acúmulo financeiro, com a falta de estrutura do comércio local, e principalmente com a dificuldade em possuir um destaque enquanto voz ativa no circuito, tanto em volume de trabalho, como também em representatividade discursiva (quando envolvidos politicamente em algum momento). O trabalhador da feira, por conta das condições para ele impostas, acaba por enxergar suprimidas vias de mudança, ou são eles próprios suprimidos pela hegemonia da estrutura.

Esse trabalhador não consegue articular uma mobilização efetiva em torno dos seus problemas, ou manter alguma iniciativa existente que de fato crie uma mobilidade como bem aponta nossa interlocutora Dona Ester. A própria Fraser (2022), mesmo traçando um paralelo com os grupos de gênero e raça, destaca o seguinte ponto:

quando arranjos sociais operam sistematicamente em benefício de alguns grupos e sistematicamente em detrimento de outros, há razões claras para pensar que a postulação de um bem comum compartilhado por exploradores e explorados que pode bem ser uma mistificação. Além disso, qualquer consenso que tenha a pretensão de representar o bem

comum, nesse contexto deve ser vista com desconfiança, uma vez que terá sido alcançado por meio de processos deliberativos maculados pelos efeitos da dominação e subordinação.
(FRASER, 2022)

Um ponto que consideramos aqui é o papel fundamental da família no processo de entrada e permanência no trabalho da feira, na motivação dos indivíduos e nas estratégias de manutenção. Isso está profundamente enraizado na condição do campesinato, especialmente porque a família campestre é a principal responsável por agregar valor ao trabalho produtivo no campo, que não está vinculado a grandes corporações. Esse tema foi discutido com mais profundidade quando categorizamos a agricultura familiar no capítulo 1.

Nossa discussão revela em paralelo, que o campesinato está perdendo ainda mais seu valor de trabalho por duas razões principais. A primeira é decorrente das decisões políticas macroestruturais favoráveis ao agronegócio, a segunda é o acelerado processo de urbanização, que distancia a população urbana do debate público sobre o campesinato, e como consequência, a classe trabalhadora diretamente associada a este grupo, o feirante, enfrenta de frente o desafio da informalidade em suas atividades. Uma desvalorização de suas necessidades cotidianas de trabalho, perpetuando um ciclo de precarização do trabalho e da vida, fator que motiva nossos trabalhadores a uma busca incessante por uma autonomia.

Estamos presos em um círculo vicioso em que subordinação cultural subordinação econômica se reforçam mutuamente. Nossos esforços para corrigir essas injustiças, combinando Estado de bem estar liberal e multiculturalismo dominante, estão produzindo efeitos perversos. Somente olhando para as concepções alternativas de redistribuição e reconhecimento, poderemos satisfazer a exigência de justiça para todas e todos (FRASER, 2022). Essa busca incessante dos trabalhadores, o ciclo bivalente que acomete essa classe e que detalhamos ao longo de toda essa pesquisa, está alicerçado em um fenômeno neoliberal de raízes colonialistas, que aqui iremos denominar como Agrobiopoder.

6.2 O Agrobiopoder e seus efeitos sob os feirantes

Durante nossas pesquisas ao longo dos últimos anos, nos debruçamos sob o trabalho dos feirantes e todo o conjunto de categorias que o cerca, porque tínhamos como principal motivador: entender quais eram os elementos que a partir do trabalho efetivo desse grupo, pode-se desenredar a soberania alimentar no contexto sergipano. Para chegar a possíveis respostas partimos da compreensão crítica dos conceitos: trabalho e alimento mercadoria enquanto categorias históricas da dialética capitalista, que estão diretamente alinhadas com a aplicabilidade do poder necropolítico no Brasil, e a desvalorização de uma classe a partir da negligência para com suas demandas econômicas e o não reconhecimento nos espaços culturais e políticos.

Desse modo, entendemos que o alimento da terra é essencial para a sobrevivência humana, proporcionando a energia necessária para o trabalho. Enquanto que a soberania alimentar é um conceito emancipador para os trabalhadores, capaz de promover o reconhecimento daqueles que estão na base do sistema produtivo alimentar. No entanto, identificamos que existe um embate político por um modelo ideal de produção e comércio de alimentos, e ao analisarmos a luta por uma soberania alimentar agroecológica, encaramos o domínio exercido pelo agronegócio, percebendo que o modelo vigente de produção de alimentos detém um controle socio-culturalmente legitimado sobre a estrutura econômica e política. Esse controle resulta em discrepâncias nos recursos materiais, meios de produção, comercialização e representação nos espaços políticos, permitindo a execução dos interesses do agronegócio, reflexos que descrevemos detalhadamente ao longo dos últimos dois capítulos.

Para nos aprofundar nessa discussão, adotamos como ponto de alicerce o conceito de Necropolítica, desenvolvido por Achille Mbembe (2019), que expande a teoria do Biopoder de Michel Foucault. Foucault introduziu o Biopoder para descrever como o poder moderno controla e regula a vida, através de duas formas principais: a anátomo-política do corpo humano, que disciplina os corpos individualmente, e a biopolítica da população, que otimiza e regula processos biológicos em nível populacional. Foucault argumenta que o poder moderno se

foca na gestão da vida, substituindo a soberania clássica que tinha o direito de decidir sobre a morte (MBEMBE, 2019).

Mbembe (2019), por outro lado, argumenta que o Biopoder é insuficiente para explicar a violência extrema e a guerra contemporânea. Ele introduz a Necropolítica para descrever como, em certos contextos, o poder se manifesta através da gestão da morte, decidindo quem pode viver e quem deve morrer. Em contextos de guerra, colonialismo e ocupação militar, o poder cria "espaços de morte" onde a lei é suspensa e a vida humana é continuamente ameaçada. Assim, enquanto Foucault se concentra na promoção e regulação da vida, Mbembe foca na capacidade do poder moderno de exercer controle letal, oferecendo uma compreensão mais completa das dinâmicas de violência e dominação nas sociedades contemporâneas.

Pretendemos aqui, trilhar uma nova camada de compreensão para o Biopoder. Apontamos, diante do conjunto das evidências até aqui levantadas, que o processo de controle dos corpos por parte do Estado, o uso das estratégias legítimas de força como apontaria Weber. Se metamorfoseiam em um novo *locus* de execução do poder, o "agro pop" tão fundamental para manutenção do *status-quo* do capitalismo dependente, ou como aqui nomeamos, o Agrobiopoder. Para nós, essa estrutura social transversal, que perpassa o meio rural e urbano, chegando ao oligopolista mercado financeiro, se firma em nossa sociedade brasileira como um espaço de determinação do modo de vida de toda a classe trabalhadora que depende do alimento mercadoria para sua sobrevivência, como também, controla as vias de discurso público possíveis para uma transformação.

O Agrobiopoder, opera criando uma estrutura de dependência essa, que inclui não só a produção por parte do campesinato da agricultura familiar, mas também, a circulação a partir das várias vias de comércio, o que inclui nosso trabalhador feirante e o consumidor no meio urbano nos mercados e feiras pelo país. A feira como identificamos, não serve apenas como um espaço para execução do trabalho daquele que produz e/ou revende o alimento mercadoria, trata-se de um espaço público em disputa. Porém, diferente de uma concepção ideal burguesa de democracia, onde o espaço público promove a articulação das ações estatais, a economia em torno do trabalho e a própria arena do discurso

a partir de sujeitos em tese conscientes de sua realidade. Para viabilizar a transformação estrutural tão almejada pelos próprios sujeitos da feira, seria necessária uma mudança na forma como esse espaço é capaz de articular tento o trabalho, quanto a própria ação política dentro do movimento político. Fraser (2022) aponta essa necessidade quando se trata de grupos bivalentes:

É indispensável à teoria social crítica e à prática política democrática. Parto do princípio de que nenhuma tentativa de compreender os limites das democracias realmente existentes no capitalismo tardio pode ser bem-sucedida se não utilizar de algum modo essa ideia. Parto também do princípio de que o mesmo vale para os esforços construtivos e urgentemente necessários para elaborar modelos alternativos de democracia. (...) uma concepção adequada de esfera pública requer não a suspensão, mas a eliminação da desigualdade social (...) uma concepção defensável deve permitir tanto públicos fortes como públicos fracos e ajudar a teorização das relações entre eles.

Nesse sentido é onde percebemos o grau de maquinação da estrutura dominante do Agrobiopoder. Pois, em vários níveis de dominação o agronegócio conseguiu impor na sociedade brasileira, um modelo econômico lastreado em suas decisões e arbitrariedades. Ao longo de nosso capítulo 4 temos vários dos indícios que mostram justamente essa dependência e dominação. Em primeiro lugar, o agronegócio, como um setor fortemente exportador, tem grande influência sobre os trâmites políticos do país. Isso se manifesta em políticas públicas e subsídios que favorecem grandes produtores e exportadores, enquanto a agricultura familiar e os pequenos produtores, como os feirantes, recebem menos apoio institucional.

Esse desequilíbrio de apoio reflete-se na infraestrutura e nos recursos disponíveis para os feirantes, que frequentemente operam em condições precárias e com pouco acesso a financiamentos adequados. No nível cotidiano, os feirantes são frequentemente coagidos a trabalhar sob um regime de preços imposto pelo agronegócio. O controle que grandes empresas agroindustriais têm sobre o mercado de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes, pesticidas) cria uma dependência crítica para os pequenos produtores. Estes, muitas vezes, não têm escolha a não ser comprar esses insumos a preços elevados, o que reduz suas margens de lucro e aumenta sua vulnerabilidade econômica.

Quando os feirantes tentam articular modos alternativos de produção, como práticas agroecológicas ou sistemas de economia solidária, eles frequentemente enfrentam represálias comerciais e discursivas. Por exemplo, os pequenos produtores que optam por não utilizar insumos químicos podem encontrar dificuldades em competir com os preços mais baixos dos produtos do agronegócio, que são subsidiados e produzidos em larga escala. Além disso, campanhas de desinformação e lobby contra práticas agrícolas alternativas podem minar a credibilidade e a viabilidade dessas iniciativas. Narrativa que encontramos irrefletida com grande frequência entre os trabalhadores convencionais de feira, que em um ímpeto protecionista de suas condições, fomentam tais desinformações sobre todos aqueles que se colocam em oposição a lógica vigente.

Outro indício de dominação é a dificuldade que os feirantes enfrentam para acessar mercados mais amplos. A concentração de poder nas mãos de grandes empresas agroindustriais e estas controlam muitos dos canais de distribuição e pontos de venda mais lucrativos. Os feirantes, por outro lado, têm acesso limitado a esses canais e dependem de mercados locais e feiras livres, onde as condições de venda podem ser instáveis e menos lucrativas. Além disso, há uma clara disparidade na influência política e no poder de negociação.

Para entender como o Agrobiopoder atua de forma diferenciada sobre os feirantes convencionais e os feirantes contra-hegemônicos, precisamos considerar as seis formas de atuação do Agrobiopoder que conseguimos identificar quando analisamos o trabalhador feirante. Apesar de ambos os grupos enfrentarem a precarização e o domínio no campo do trabalho e redistribuição de recursos, suas formas de reconhecimento e disputa pelo espaço político são distintas. Ambos os grupos de feirantes são oprimidos pelo Agrobiopoder, que utiliza essas seis formas de atuação para manter o controle e a dependência econômica. No entanto, a diferença chave está na forma como cada grupo se posiciona politicamente e busca reconhecimento. Seguem as formas de atuação do Agrobiopoder:

Quadro 05: Formas de Atuação do Agrobiopoder**1. Controle da Produção**

Feirantes Convencionais: São frequentemente forçados a adquirir insumos agrícolas (sementes, fertilizantes, pesticidas) de grandes empresas agroindustriais, o que os torna economicamente dependentes do agronegócio. Essa dependência limita sua capacidade de negociar preços e condições de produção, reforçando a precarização do trabalho.

Feirantes Contra-Hegemônicos: Tentam adotar práticas agroecológicas ou orgânicas, mas enfrentam dificuldades semelhantes na obtenção de insumos que são menos suportados ou subsidiados. Além disso, a produção alternativa muitas vezes carece do apoio institucional que beneficia os grandes produtores, exacerbando a precarização.

2. Controle da Comercialização

Feirantes Convencionais: Dependem de mercados locais e feiras livres, onde competem diretamente com produtos do agronegócio, muitas vezes mais baratos devido aos subsídios e à produção em larga escala. Isso reduz suas margens de lucro e perpetua condições de trabalho precárias.

Feirantes Contra-Hegemônicos: Além dos desafios enfrentados pelos convencionais, os feirantes contra-hegemônicos também lidam com campanhas de desinformação que desvalorizam suas práticas agrícolas alternativas. Isso pode minar a confiança do consumidor e dificultar a comercialização de seus produtos.

3. Influência Política

Feirantes Convencionais: Têm menos representação política e poder de negociação comparados ao agronegócio. Sua voz é frequentemente marginalizada nas decisões políticas que afetam o setor agrícola.

Feirantes Contra-Hegemônicos: Embora também enfrentem marginalização, são mais ativos politicamente e buscam ativamente desafiar o status quo. Contudo, sua influência é limitada pelo poder do agronegócio e pelas restrições impostas pelo Agrobiopoder.

4. Controle da Narrativa

Feirantes Convencionais: A narrativa dominante favorece a agricultura intensiva e tecnificada do agronegócio. Os feirantes convencionais, ao venderem produtos desse sistema, acabam reforçando essa narrativa, mesmo que de forma inconsciente.

Feirantes Contra-Hegemônicos: Trabalham para construir uma narrativa alternativa que valoriza a agroecologia e a sustentabilidade. No entanto, enfrentam uma forte oposição do agronegócio, que possui recursos significativos para moldar a opinião pública e as políticas.

5. Reconhecimento Cultural e Político

Feirantes Convencionais: Sofrem desvalorização e falta de reconhecimento cultural e político, já que são vistos como parte de um sistema tradicional e não inovador. Mesmo assim, não se engajam de maneira incisiva na luta política, focando mais na sobrevivência econômica.

Feirantes Contra-Hegemônicos: Enfrentam um duplo desafio: além da desvalorização, lutam por reconhecimento de suas práticas alternativas. Sua atividade é mais politizada, buscando não apenas reconhecimento, mas também uma transformação estrutural do sistema alimentar.

6. Precarização do Trabalho

Feirantes Convencionais: A precarização é evidente nas condições de trabalho, acesso a recursos e infraestrutura. A competição com produtos do agronegócio acentua essa precarização.

Feirantes Contra-Hegemônicos: Além das mesmas condições precárias enfrentadas pelos convencionais, têm o desafio adicional de operar em um mercado que frequentemente marginaliza práticas sustentáveis. A precarização é exacerbada pela falta de apoio institucional e pela resistência do mercado.

Fonte: Elaborado pelo autor

Os feirantes contra-hegemônicos engajam-se de forma mais ativa na luta por uma agricultura sustentável e justa, enquanto os feirantes convencionais, apesar de sofrerem as mesmas pressões econômicas, tendem a não contestar diretamente o sistema dominante, muitas vezes por falta de recursos ou conscientização política. Essa distinção revela que, para uma transformação efetiva e a realização da soberania alimentar, é crucial integrar ambos os grupos na luta política, reconhecendo suas diferenças e promovendo uma conscientização coletiva que possa desafiar o Agrobiopoder de maneira mais abrangente e coesa.

O quadro 05 abaixo apresenta uma visão resumida em exemplos, de algumas condições enfrentadas por feirantes convencionais e contra-hegemônicos, ilustradas por exemplos frequentemente mencionados em conversas informais entre profissionais do setor. Baseado na experiência de feirantes que atuam nas estradas do estado de Sergipe e em diversas regiões do Brasil, o quadro explora as diferentes dimensões dessas realidades e os desafios que esses trabalhadores encontram em suas atividades.

Quadro 05: Exemplos da forma como o Agrobiopoder influencia na dinâmica de trabalho dos feirantes convencionais e contra-hegemônicos.

Aspecto	Feirantes Convencionais	Feirantes Contra-Hegemônicos
Controle da Produção	- Exemplo: Agricultores familiares do Mato Grosso. Dependem de insumos de grandes empresas como a Monsanto, limitando sua margem de lucro e tornando-os vulneráveis a flutuações de mercado.	- Exemplo: Coopera em Florianópolis. Enfrentam dificuldades na obtenção de insumos orgânicos e altos custos de importação, carecendo de apoio institucional.
	- Exemplo: Agricultores familiares em Itabaiana. Dependem de insumos fornecidos por grandes empresas agroquímicas, enfrentando altos custos e comprometendo a sustentabilidade.	- Exemplo: Coopaf em Canindé do São Francisco. Enfrentam dificuldades na obtenção de insumos orgânicos e pressões das práticas dominantes do agronegócio.
Controle da Comercialização	- Exemplo: Feirantes da CEAGESP em São Paulo. Competem com produtos mais baratos devido a subsídios e produção em larga escala, reduzindo a margem de lucro.	- Exemplo: Feira de Agricultores Agroecológicos do Vale do Paraíba (FAAVP). Lutam contra desinformação e desvalorização de produtos orgânicos, afetando vendas e sustentos.
	- Exemplo: Feirantes do Mercado Municipal Albano Franco em Aracaju. Competem com produtos mais baratos, pressionando os preços para baixo e dificultando a sobrevivência.	- Exemplo: Feira Agroecológica da UFS. Dificuldade em competir com preços e acessibilidade dos produtos convencionais, mas promovem produtos saudáveis e sustentáveis.
Influência Política	- Exemplo: Agricultores do interior de Goiás. Têm pouca representação política, com decisões frequentemente favoráveis ao agronegócio.	- Exemplo: Associação de Agricultura Orgânica (AAO) em São Paulo. Ativos na luta por políticas públicas favoráveis à agricultura orgânica, mas enfrentam resistência do agronegócio.

Controle da Narrativa

- Exemplo: Pequenos produtores em Nossa Senhora das Dores. Pouca representação política e decisões favoráveis a grandes fazendeiros e empresas agrícolas.

- Exemplo: Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA). Engajam-se em advocacy por políticas públicas favoráveis à agricultura orgânica, enfrentando resistência do lobby do agronegócio.

- Exemplo: Agricultores do Paraná. Reforçam a narrativa do agronegócio ao dependerem de sementes transgênicas e insumos químicos.

- Exemplo: Produtores agroecológicos da Rede Ecovida. Trabalham para promover a sustentabilidade, mas enfrentam dificuldades para romper a narrativa dominante do agronegócio.

- Exemplo: Produtores de hortaliças em Lagarto. Reforçam a narrativa do agronegócio com o uso de insumos químicos, contribuindo para a percepção pública de agricultura convencional.

- Exemplo: Feira da Agricultura Familiar e Agroecológica de Sergipe. Trabalham para promover a sustentabilidade, mas lutam contra a narrativa convencional apoiada pela mídia.

Reconhecimento Cultural e Político

- Exemplo: Vendedores de frutas e verduras em mercados municipais como Belo Horizonte. Vistos como parte de um sistema tradicional e recebem pouco reconhecimento.

- Exemplo: Feirantes do MST. Engajam-se em lutas políticas por reforma agrária e reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais, enfrentando resistência significativa.

- Exemplo: Vendedores em feiras livres de cidades como Estância. Recebem pouco reconhecimento ou apoio das autoridades públicas.

- Exemplo: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em Sergipe. Além de produzir alimentos agroecológicos, lutam por direitos e reconhecimento, enfrentando resistência e falta de apoio.

Precarização do Trabalho

- Exemplo: Agricultores familiares do Rio Grande do Sul. Enfrentam baixos preços, altos custos de produção e falta de apoio governamental, resultando em condições de trabalho difíceis.

- Exemplo: Associação de Agricultores Familiares Agroecológicos de Araponga (AS-PTA) em Minas Gerais. Enfrentam precarização semelhante, com o desafio adicional de operar em mercado marginalizado.

- Exemplo: Agricultores familiares em Itabaianinha. Enfrentam precarização devido a baixos preços de venda e altos custos de produção, resultando em instabilidade econômica.	- Exemplo: Associação de Agricultores Agroecológicos de Canindé de São Francisco. Enfrentam precarização e operam em um mercado que marginaliza práticas sustentáveis.
---	--

Fonte: Elaborado pelo autor

O agronegócio possui uma forte representação em associações e grupos de lobby, que têm acesso direto aos formuladores de políticas e podem influenciar decisões em seu favor. Os feirantes e pequenos produtores, por outro lado, têm menos recursos para se organizar e fazer ouvir suas vozes nos mesmos fóruns. A narrativa dominante promovida pelo agronegócio também exerce um papel importante, a promoção de um modelo agrícola baseado na monocultura e no uso intensivo de tecnologia e insumos químicos é frequentemente apresentada como o único caminho viável para o desenvolvimento e a segurança alimentar.

Esta narrativa marginaliza e desvaloriza as práticas agrícolas tradicionais e sustentáveis, que são muitas vezes associadas aos pequenos produtores e feirantes. Ou seja, o Agrobiopoder regulariza e controla toda a máquina produtiva e comercial do alimento mercadoria, definindo de maneira pragmática o que será produzido e comercializado, como esse processo irá ocorrer e para quais agrupamentos sociais tal alimento mercadoria será viabilizado. Domina-se o trabalhador pela lógica: *o que come, como se come e quem irá comer o alimento*.

Spivak (2010) afirma em suas reflexões que é impossível pensar uma autonomia absoluta no contexto do sistema hegemônico do capitalismo. Gramsci (1999) propõe que ações contra-hegemônicas possam construir meios para construção de uma nova ética política, capaz de reverter a marginalização e a exclusão imposta pelos estratos sociais. Entretanto, a raiz necropolítica do Agrobiopoder, não só define o controle da vida a partir da prática do trabalho, mas também se enraizou na capacidade de articulação e busca pela resolução do dilema redistribuição e reconhecimento. Fazendo uso das palavras de Fraser (2022) mais uma vez:

eliminar as restrições formais à participação na esfera pública não é suficiente para garantir a inclusão na prática. Ao contrário, mesmo que mulheres, pessoas não brancas e trabalhadores sejam formalmente autorizados a participar do debate público, sua participação ainda pode ser limitada por concepções de privacidade econômica e privacidade doméstica que delimitam o escopo do debate.

A batalha pela soberania alimentar deve confrontar não apenas as práticas atuais do Agrobiopoder, mas também as heranças coloniais que continuam a perpetuar suas desigualdades. O reconhecimento da soberania alimentar envolve tanto a valorização das práticas alimentares locais e tradicionais quanto a redistribuição de poder e recursos. Para que os feirantes alcancem a desejada autonomia/soberania, é fundamental que suas práticas e conhecimentos sejam legitimados e valorizados. Além disso, é imprescindível um compromisso com a redistribuição de recursos materiais e controle sobre os sistemas produtivos e circuitos comerciais. Integrar os feirantes de maneira abrangente, como agentes essenciais na luta pela soberania alimentar, é crucial para enfrentar as desigualdades estruturais e construir um sistema alimentar mais justo e sustentável. A eficácia dessa luta dependerá da capacidade de articular demandas por reconhecimento cultural e redistribuição socioeconômica, garantindo que todos os trabalhadores da cadeia produtiva alimentar sejam devidamente valorizados e apoiados. Somente através dessa combinação de reconhecimento e redistribuição é que a soberania alimentar pode ser plenamente realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No começo de nossas reflexões para com a soberania alimentar, ainda em 2019, durante o XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, nos deparamos com a primeira questão anunciada neste trabalho de tese *“o que seria do ser humano sem o alimento da terra, sem a comida que dá força pra trabalhar?”*. Para responder a essa pergunta, nos guiamos em torno de uma tese que pudesse entender as motivações e o cotidiano do trabalhador, visando não só sua atividade em si, mas também as possibilidades políticas de transformação de sua realidade. Afirmamos e mantemos a perspectiva de Josué de Castro, propondo *“uma sociologia que estudando cientificamente a formação, a organização e a transformação de uma sociedade em vias de desenvolvimento, compreende e admite que os valores mais desejáveis por esta sociedade são os ligados à mudança e não à estabilidade”*, ou seja, uma sociologia engajada com seu objeto de pesquisa.

Ao analisar os feirantes enquanto promotores da soberania alimentar, demonstramos que a busca pela mesma, reflete um movimento que consiste em promover a ascensão e autonomia de uma classe produtiva, que emerge como uma resposta contestatória à hegemonia do agronegócio. No entanto, a eficácia desse embate político e econômico poderia ser aprimorada ao considerar e incorporar os trabalhadores que compõem a classe feirante como um todo. Afinal, o espaço público de fato contestador da feira, não tem inserido como seus articuladores expressivos o conjunto da classe. Notamos uma clara distinção entre o discurso conceitual, quase que abstrato e utópico da agroecologia e outras frentes, diante do que se concebe enquanto Soberania Alimentar. E a realidade objetiva no *locus* da circulação do alimento mercadoria, onde o valor do trabalho está sendo mensurado, a coletividade bivalente do feirante não está sendo representada.

Em nossas últimas considerações, respondendo nosso questionamento central, os fatores que influenciam as condições de trabalho dos feirantes e explicitam o reconhecimento da soberania alimentar em Sergipe, são tentáculos da manutenção do Agrobiopoder. Esses infligem uma relação de constante reconhecimento aos trabalhadores e defensores da soberania alimentar, que ao

longo desta tese nomeamos como contra-hegemônicos, mas não só estes, os trabalhadores convencionais da feira, também sofrem as iniquidades e limitações da autonomia almejada pelos mesmos, tanto política, quanto produtiva da classe historicamente subalternizada no sistema alimentar.

Diante das amarras capitalistas do Agrobiopoder, poderíamos em um cenário político verdadeiramente democrático, propor que a eficácia da luta pela soberania alimentar, poderia ser maximizada ao reconhecer e abordar como tal, as necessidades dos subalternos no interior dos espaços públicos, para além da feira. O trabalhador em sua origem, o feirante enquanto coletividade bivalente, agentes fundamentais no processo não só de circulação do alimento mercadoria, mas de sua viabilização no espaço comum, guiados em torno da criação de possibilidades políticas de se trilhar, uma soberania alimentar real da classe trabalhadora.

Ou seja, incorporar os feirantes na busca pela autonomia e justiça social, como parte da vanguarda campesina já efetiva na resistência ao Agrobiopoder, tornando a luta mais abrangente, englobando não apenas os trabalhadores da produção alimentar, mas também, aqueles que historicamente foram marginalizados e subalternizados, desde a colonização pelos detentores do poder agrário. Em vias de fato, anunciamos que os feirantes necessitam de uma transição, de uma *"classe em si"* para *"classe para si"*, um processo de conscientização e organização interna ampla. Onde o trabalhador feirante, seja contra hegemônico ou convencional, compartilhe as condições materiais, e desenvolvam essa consciência e comecem a agir coletivamente para transformar suas condições de existência.

Mas se distanciando brevemente do caráter marxista da construção de pontes políticas possíveis para a classe trabalhadora, como nos propomos desde o início. Lembramos o caro leitor, do ímpeto analítico e das limitações de nosso campo empírico, para compreensão geral de uma teoria crítica sobre a classe trabalhadora. Citamos assim, Weber (2004) no encerramento de sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, onde, em nossas últimas reflexões propostas para esta tese admitimos que, *"ingressamos no terreno dos juízos de valor e juízos de fé, com os quais esta exposição puramente histórica não deve*

ser onerada”. Consideramos esse devido cuidado, quando assumimos uma possibilidade de transformação da classe dos feirantes, e da mesma forma que Weber, em sua tese sobre a ética e moralidade do sujeito moderno pós ideologia protestante, anunciamos algumas trilhas para ampliação de nossos argumentos.

Não que seja impossível uma ascensão dos feirantes enquanto “classe para si”, não que esteja sacramentada em dogmas quase religiosos, o Agrobiopoder enquanto estrutura hegemônica. Mas o que nossa abordagem aponta, é que ainda é preciso uma mudança de fato democrática para o dilema redistribuição reconhecimento. Não temos efetivamente como mensurar o quanto os efeitos do discurso neoliberal do empreendedorismo, afeta o nosso trabalhador feirante, afinal, muitos ainda estão enraizados nas origens tradicionais desse trabalho. O processo de urbanização acelerada das grandes cidades é outro fator a ser considerado no futuro, afinal essa via de desenvolvimento inibe ofensivamente a manutenção de trabalhadores informais tidos como “tradicionais”.

O projeto colonialista de uma suposta modernidade burguesa não inclui trabalhadores como nossos feirantes, e a longo prazo, seria preciso verificar o grau de efetividade política dessa classe. A própria extinção dos agrupamentos campesinos no interior do país com a expansão do agronegócio, e os ataques contra as comunidades indígenas e outras tradicionais, também espelha uma limitação para o reconhecimento da Soberania Alimentar, afinal, são esses os principais agentes na luta contra hegemônica ao Agrobiopoder.

Por fim, salientamos um alerta, que a luta da agroecologia, não venha cair nas amarras capitalistas, tal qual a “produção orgânica”, um dia caiu, esse processo já está anunciado por uma parcela de nossos trabalhadores, e desejamos verdadeiramente, que não se expanda para além de uma percepção local. E caso o Agrobiopoder possa vislumbrar seu enfraquecimento, diante de uma transformação do espaço público da feira, esperamos que as limitações em torno do reconhecimento da soberania alimentar aqui anunciadas, possam ser ao menos consideradas. Não que tenhamos o desejo de se transformar em algum tipo de manifesto, mas que o diagnóstico aqui levantado, possa contribuir nos debates sociológicos futuros quando se tratar de observar as desigualdades em torno de uma classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANDH, Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos, O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. org. Marília Leão. Brasília, 2013.

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Elefante, 2019.

ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 80, p. 71–96, 2010.

AMADEO, Javier. Identidade, Reconhecimento e Redistribuição: uma análise crítica do pensamento de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. Revista Política e Sociedade. - Florianópolis - Vol. 16 - Nº 35 - Jan./Abr. de 2017.

AMARANTE, E. A. L. DO et al. Agricultura familiar, produção e comercialização de alimentos para o pnae no município de Marechal Cândido Rondon - PR / Family agriculture, food production and marketing through the pnae in the municipality of Marechal Cândido Rondon - PR. Brazilian Journal of Development, v. 4, n. 7, p. 4433–4453, 29 out. 2018.

ANDRADE, Marília Fontes. Nós aqui somos um barco de aprender com o outro: redes de agroecologia na construção da autonomia camponesa, Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

ANDRADES, Thiago Oliveira; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e a apropriação Capitalista. CES Revista, v.21. Juiz de Fora. p. 14, 2007.

ÂNGULO, J. L. G. Mercado local, produção familiar e desenvolvimento: estudo de caso da feira de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, MG. Organizações Rurais & Agroindustriais. v. 5 (2). 96-109, 2003.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Valleda. Construindo a segurança alimentar? A experiência recente dos CONSADs no Brasil meridional. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 45, n. 3, p. 645 – 673, 2007.

ARIENTI, W. L. Do Estado Keynesiano ao Estado Schumpeteriano. Brazilian Journal of Political Economy, v. 23, n. 4, p. 604–621, dez. 2003.

ARRUDA, Angela. Imaginario social, imagen y representación social. Cultura representaciones soc vol.15 no.29 Ciudad de México sep. 2020 Epub 07-Mar-2022

AZEVEDO, Elaine. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. n. 44. Sociologias, Porto Alegre, 2017.

AZEVEDO, S. & Silva, T. Política Agrária no Brasil: Conflitos e Conciliações. Editora Unesp, 2013.

BARBOSA, Ivan Fontes; XAVIER, J. S.; ALVES, V. H. A. Org. Precarização: transformações e crises na estrutura social do trabalho. 1ed. São Cristóvão: EDUFS, v.1, p. 201-217, 2022.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016

BARONE, Ricardo Strazzacappa; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço da controvérsia. Texto Para Discussão, IE/Unicamp, n. 251, 2015.

BATISTA, L. DOS S.; KUMADA, K. M. O. Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. Revista Brasileira de Iniciação Científica, v. 8, p. e021029 –e021029, 18 jul. 2021.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. Saúde e Sociedade, v. 12, n. 1, p. 12–20, 2003.

BERTAUX, D. From the life-history approach to the transformation of sociological practice. In: BERTAUX, D. (Ed.). Biography and society: The life history approach in the social sciences. London: Sage, 1981. p. 29-45.

BHABHA, Homi K. O Local da Cultura. Trd. De Myriam Ávila et al. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. Em Tese, v. 2, n. 1, p. 68–80, 1 jan. 2005.

BORGES, L. & Silva, J. Movimentos Sociais e Agroecologia: A Luta pela Terra no Brasil. Editora Cortez, 2014

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Diário Oficial da União. Brasília - DF, 2006.

BUCKEL, S.; FISCHER-LESCANO, A. Reconsiderando gramsci: hegemonia no direito global. Revista Direito GV, v. 5, n. 2, p. 471–490, dez. 2009.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CASTRO, Josué de. Sete palmas de terra e um caixão: nordeste uma zona explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; Stolcke, Verena (orgs). A questão agrária. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981

CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. Estudos Avançados, v. 19, n. 55, p. 33–48, 2005.

COSTA, Islândia Bezerra da. Nesta terra, em se plantando tudo dá? Política de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no meio rural paranaense, o caso do PAA. Tese Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Natal, 2010.

COSTA, S. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, p. 117–134, fev. 2006.

CRESWELL, J. *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

CUTOLO, L. R. Á.; MADEIRA, K. H. O trabalho em equipe na estratégia Saúde da Família: uma análise documental, *Arquivos Catarinenses de Medicina* Vol. 39, n.3, p.6, 2010.

DORNELES, F. M. et al. Feirantes Livres Influenciando seus Consumidores a partir do Mix de Marketing. *Revista Estratégia e Desenvolvimento*, v. 2, n. 1, 2018.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms*. Rome. <https://doi.org/10.4060/cd1254en>. 2024.

FEIJÓ, Carmem; SAMPAIO, Adriano V. A economia brasileira de 2019 a 2021 - retrospectiva e perspectivas. *Boletim Finde*, Universidade Federal Fluminense, Edição de set/dez de 2022, v.3, n.3. 38p. ISSN: 2675-7389.

FERRARI, D. L. *Cadeias Agroalimentares Curtas: a Construção Social de Mercados de Qualidade pelos Agricultores Familiares em Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FERREIRA, A. D. D.; ZANONI, M. Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.) *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora UFPR, 1998

FERREIRA, T. C. Crise agrária e o papel da agroecologia: uma revisão bibliográfica. *Geografia Em Atos (Online)*, 2015.

FRASER, Nancy. *Justiça interrompida: Reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”*. Tradução Ana Claudia Lopes, Nathalie Bressiani. 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2022.

GARCÍA, M. & Martínez, A. *La Vía Campesina: Histórias de luchas por la tierra*. Fundación Rosa Luxemburgo, 2015

GOIS, Felipe S.; MENEZES, Júnio A.; CARVALHO, Diana M. A feira livre de Itabaiana/SE: políticas públicas e comercialização agrícola. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, GT 5 – Políticas públicas e perspectiva de desenvolvimento para o campo. Curitiba, 2017

GORDON, C. & Ribeiro, G. O Novo Rural: Movimentos e Políticas no Brasil. Editora FGV, 2010.

GUERRA, C. DE S.; SILVA, M. B. O. DA. Direito à Soberania Alimentar no Capitalismo Periférico. Revista Direito e Práxis, v. 13, n. 4, p. 2198–2224, dez. 2022.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manoel Ganzáles de. Sobre a evolução do conceito de campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GUZMAN, S. E. Agroecologia como estratégia metodológica de transformação social. In: CONCRAB (Org). Reforma Agrária & Meio Ambiente. Brasília, 2006. p. 05-11.

GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, C. A. C. & TURNES, V. A. Novas relações entre agricultores familiares e consumidores: perspectivas recentes no Brasil e na França. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 16 (3). 363-375, 2014.

HAGUETTE, Teresa Maria. Metodologias qualitativas na Sociologia. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

HARVEY, B. Social research methods. Thousand Oaks, CA: Sage, 2000.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005.

HONNETH, A.; REPA, L. S. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2011.

IBGE. Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro, IBGE, 154 p. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 49, 2022.

JARDIM, C. R. P. O que as teorias do reconhecimento têm a dizer sobre as manifestações de rua em 2013 no Brasil. Sociedade e Estado, v. 31, p. 1071-1091, 2016

KIYOTA, N. & GOMES, M. A. O. Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: Um estudo de caso do município de Capanema, Região Sudoeste do Paraná. Organizações Rurais & Agroindustriais. v.1 (2). 43-54, 1999.

KRAUSER, Raul Ristow. A Mercantilização dos Alimentos e a Acumulação Ampliada de Capital: o abastecimento alimentar na atualidade brasileira. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

LAMOSO, L. P. Reprimarização no Território Brasileiro. Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica, n. 19, 27 jul. 2020.

LANDER, Edgardo. (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

LESSA, N. C. Novo constitucionalismo latino-americano e soberania alimentar: reflexões sobre Brasil, Equador e Bolívia. Salvador: EDUFBA, 2019.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In.: Alexandre Abdal, Maria Carolina Vasconcelos Oliveira, Daniela Ribas Ghezzi (org). Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. Sesc São Paulo/CEBRAP, São Paulo, p72, 2016.

LUKÁCS, Georg, Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, Georg, Para uma ontologia do ser social. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

LUZZI, Nilsa. O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, N. R. F. DE; MENDES, Á. N. O indigesto sistema do alimento mercadoria. Saúde e Sociedade, v. 25, n. 2, p. 505–515, jun. 2016.

MANZANAL, M. et al. Agricultura familiar y soberanía alimentaria. Políticas públicas en Misiones y Buenos Aires (Argentina). Eutopía. Revista de Desarrollo Económico Territorial, n. 6, p. 11–24, 30 dez. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

MARINI, Rui Mauro. Dialética de la dependência. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MARTINS, J. DE S. O cativo da terra. Nova ed., rev. ampliada ed. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2018

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. Tradução e introdução de Florestan Fernandes - 2.ed. -São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. 4. e. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. O capital. I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTE, A.; NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S.; WAQUIL, P. D. & SCHNEIDER, S. A realocação e o mercado de cadeias curtas na pecuária familiar do território Alto Camaquã no sul do Rio Grande do Sul. En: 7o Encontro de Economia Gaúcha. PUC, Porto Alegre, 2014.

MATTIA, V. et al. Análise participativa em cooperativa camponesa solidária: o caso da Coopercam / Participatory analysis in a solidary peasant cooperative: the Coopercam case. Brazilian Journal of Development, v. 4, n. 7, p. 3613–3625, 17 ago. 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p

MELO, Rúion. Nancy Fraser e os dilemas do “pós-socialismo”: Feminismo, democracia e esfera pública: . Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 105–117, 2023.

MENDES, E. Reforma Agrária e Soberania Alimentar no Brasil. Editora Expressão Popular, 2012

MENESES, Maria Paula; VASILE, Iolanda. Desafios aos Estudos Pós-Coloniais. As Epistemologias Sul-Sul. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra, Debates nº5, 2014.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; SILVA, Paulo Adriano Santos; SILVA, Heberty Ruan Conceição. Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. Confins, n. 40, 2019.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. RBCS Vol. 32 nº 94 junho/2017

MIGNOLO, Walter, Histórias locais/Projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MINAYO, Maria C.S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017

MITIDIERO JUNIOR, M. A. ; GOLDFARB, Y. . O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. 1. ed. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung/Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2021.

MORAES, D. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. Revista Debates, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 54, 2010.

MORAES, M. A. DE; VERÇOZA, L. V. DE; SOUZA, T. R. DE. Cercamentos: Imagens dos camponeses na contemporaneidade do Brasil. Eutopia. Revista de Desarrollo Económico Territorial, n. 16, p. 31–50, 20 dez. 2019.

MORAES, Maria Aparecida; MEDEIROS DE MELO, Beatriz. As distintas faces da intermediação entre capital e trabalho rural no Brasil. Eutopia - Revista de Desarrollo Económico Territorial, n. 9, p. 45, 2016.

MORSE, J. M. Designing funded qualitative research. In: NORMAN, K. D.; YVONNA, S. L. (Eds.). Handbook of qualitative research. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994. p. 220-2335.

MORSE, J. M. Determining sample size. Qualitative Health Research, Thousand Oaks, v. 10, n. 1, p. 3-5, jan. 2000.

NASCIMENTO, R. O Papel dos Movimentos Sociais na Reforma Agrária. Editora Unicamp, 2011

NEVES, P. S. C.; DE SOUZA, L. G. D. C. Redistribuição ou reconhecimento, 15 anos depois. Política & Sociedade, v. 17, n. 40, p. 7–20, 29 mar. 2019.

NEVES, P. S. DA C. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 59, out. 2005.

NEVES, P. S. DA C. Reconhecimento ou Redistribuição: O que o debate entre Honneth e Fraser diz das lutas sociais e vice-versa. Política & Sociedade, v. 17, n. 40, p. 234–257, 29 dez. 2018.

PIERRI, M. C. Q. M. & VALENTE, A. L. E. F. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura. In: 53o Congresso de Economia e Sociologia Rural. Alagoas, 2015.

PLOEG, J. D. V. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

PRADO JR. C. A questão agrária no Brasil. Brasiliense, 1979.

PRADO JR. C. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. 23a. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e a classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. G. (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. IN: Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (org). Epistemologias do Sul, Coimbra, CES, G.C. gráfica de Coimbra LTDA, 2010.

RAMALHO, C. C.; MOREIRA, R. C.. Superexploração dos cortadores de cana no agronegócio brasileiro. Temporais, Brasília, ano 13, n. 16, p. 55-74, jul/dez, 2013.

RIBEIRO, Bruno Andrade. A condição camponesa sob o espectro da informalidade. 2020. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

RIBEIRO, Renato Janine. A Marca do Leviatã, Linguagem e Poder em Hobbes. Ateliê Editorial, São Paulo, 2003.

ROCHA, Cecília BURLANDY, Luciene MAGALHAES, Rosana Orgs. Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro Ed. Fiocruz, 2013.

ROSENFELD, C. L.; MELLO, L. G.; CORRÊA, A. S. Reconstrução normativa em Axel Honneth e os múltiplos justos no mercado de trabalho. *Civitas*, v. 15, n. 4, p. 664-685, 2015

ROSENFELD, C. L.; SAAVEDRA, G. A. Reconhecimento, Teoria Crítica e Sociedade: sobre desenvolvimento da obra de Axel Honneth e os desafios da sua aplicação no Brasil. *Sociologias*, v. 33, p. 14-54, 2013.

ROVER, Oscar José; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. IN.: DAROLT, Moacir Roberto. ROVER, Oscar José. Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021

RUBBO, D. A. Um “Marx pós-colonial”? Revoluções e colonialismos ao Sul global. *Sociologias*, 2021. <https://doi.org/10.1590/15174522-105012>

SAID, Edward W; BUENO, Tomás Rosa. Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Adriana Correia dos. Diagnóstico situacional e proposta para a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em São Cristóvão, Sergipe. 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Nutrição) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. G. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 80, 2008¹.

SANTOS, Flávio dos. Resistência para um modo de existência : luta camponesa em defesa das sementes crioulas no semiárido alagoano. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020¹.

SANTOS, Janine Xavier, MORAES, Berla Moreira. Aposentados que trabalham: fatores relacionados a permanência no mercado de trabalho. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO* 4(4):587–602, 2020.

SANTOS, Letícia Menezes. Comercialização dos alimentos agroecológicos e orgânicos nos circuitos curtos em Aracaju/SE. 2022. 124 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

SANTOS, Luciane Lucas. A fome como cerceamento de direito político: comunicação contra hegemônica e soberania alimentar. n.2. e-cadernos CES, 2008².

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, T. M. ; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva . Marisqueiras de Muculanduba - SE: entre a mariscagem e a agricultura, conservando a biodiversidade. Cadernos de Agroecologia, v. 15, p. 1-5, 2020²

SCARABELI, V. ; FERNANDES, B. M. . O debate paradigmático em torno da insegurança alimentar com base nos conceitos de segurança alimentar, soberania alimentar e agroecologia. GeoAmbES , v. 3, p. 35-52, 2020

SCHNEIDER, S. & FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o Processo de Relocalização da Produção Agroalimentar em Santa Catarina. Organizações Rurais & Agroindustriais. V. 17(1). 56-71, 2015.

SEMERARO, G. Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil. Revista de Sociologia e Política, n. 29, p. 95–104, nov. 2007.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. Campesinato e territórios em disputa. 1a. ed ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

SILVA, Adriana Rodrigues da. Economia solidária e popular: um estudo de caso dos agricultores feirantes de Veredinha. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2021.

SILVA, Luiza Godinho. Mercado da Fome: Um estudo sobre o sistema alimentar global. Monografia (Bacharel em Relações Internacionais). Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

SILVA, Monica Nardine et al. A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. Revista Espacios, v. 38, n. 47, p. 7, 2017.

SOBOTTKA, E. A. Liberdade, reconhecimento e emancipação: raízes da teoria da justiça de Axel Honneth. Sociologias, v. 15, n. 33, p. 142–168, ago. 2013.

SOBRAL, Karine M., RIBEIRO, Ellen C. S. A concepção de hegemonia no pensamento de Antônio Gramsci. Cadernos do GPOSSHE online Fortaleza, v.3,n.2,p.90-106,2020.

SOUZA, M. R. de; SARAIVA DE LORETO, M. das D. .; DE FÁTIMA EUFRÁSIO, L. . As dimensões do cuidado no âmbito da economia feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres rurais no contexto da agricultura familiar. Emancipação, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 23, p. 1–19, 2023.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

TAVARES, M. Conflitos no Campo: Agronegócio e Agricultura Familiar. Editora Anna Blume, 2013

TAYLOR, C. A política do reconhecimento. In: _____. Argumentos Filosóficos. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

TAYLOR, Charles. 2006. Imaginarios sociales modernos. Barcelona: Paidós

TOLEDO, D. G. C. DE. Aspectos históricos e conceituais da dependência tecnológica da América Latina sob o novo neocolonialismo. Oikos, v. 18, n. 3, 21 dez. 2019.

TRALDI, Daiane Roncato Cardozo; ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Repercussões do Programa Bolsa Família no município de Araraquara, SP: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários. Interações, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 23–37, 2012.

VIA CAMPESINA: MOVIMIENTO CAMPESINO INTERNACIONAL (Brasil). Conferencia Especial para la Soberanía Alimentaria, por los derechos y la vida. Brasília, 10 a 13 de abril de 2008.

VILLAR, Juliana Padula; CARDOSO, Maria Irene; FERRARI, Eugênio Alvarenga; SOGLIO, Fabio Kessler Dal. Os caminhos da agroecologia no Brasil. In: GOMES, J.C.C.; ASSIS, W.S. de. (org). Agroecologia: princípios e reflexões conceituais. Brasília, DF: Embrapa, 2013.

VOCI, Silvia Maria. Padrões alimentares, participação em programas sociais e demais fatores associados à insegurança alimentar e nutricional de adolescentes de escolas públicas do município de Piracicaba, São Paulo. 2011. Tese (Doutorado em Nutrição em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. A. Olhares sobre o rural brasileiro. In: O mundo rural como espaço de vida - reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2009.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

WITKOSKI, A. C.; REZENDE, M. G. G.; FRAXE, T. DE J. P. Notas sobre cooperativismo, gestão rural, e bem viver na Amazônia: estratégias de resistência ao capitalismo. Configurações. Revista Ciências Sociais, n. 25, p. 88–96, 12 jun. 2020.

XAVIER, J. S.; SEIXAS, B. S. Necropolítica da fome: as contradições do alimento mercadoria no sistema alimentar do Brasil neoliberal. In: Ivan F. Barbosa; Vilma S. Lima; Marley R. M. Araújo. (Org.). Contrassensos contemporâneos do mundo do trabalho. 1ed., v. 1. 2021.

ZIEGLER, Jean. Destruição em massa: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

ANEXO 1

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

- 01 Município da entrevista
- 02 Convencional ou contra hegemônico
- 03 Nome
- 04 Idade
- 05 Sexo
- 06 Estado Civil
- 07 Filhos
- 08 Escolaridade
- 09 Local de Trabalho
- 10 Produtor ou revendedor
- 11 Onde fica localizada sua produção?
- 12 Qual a origem dos seus contatos que são produtores?
- 13 Onde você compra sua mercadoria para revender?
- 14 Qual a origem das mercadorias dos seus fornecedores?
- 15 Quanto tempo trabalha como feirante?
- 16 Trabalhar como feirante foi uma escolha?
- 17 Quais os motivos de escolha para trabalhar como feirante?
- 18 Outros membros de sua família trabalham como feirantes? Quem?
- 19 O trabalho como feirante é a sua única fonte de sustento? Sim ou Não?
- 20 Quais suas outras fontes de renda?
- 21 Você possui outros ofícios? Quais?
- 22 Você considera sua renda suficiente para se manter?
- 23 Como você vê a situação dos preços e do acesso à mercadoria?
- 24 Como é sua relação com os outros trabalhadores da feira?
- 25 Como é sua relação com os clientes?
- 26 Quantas horas trabalhadas por dia?
- 27 Quantos dias trabalhados na semana?
- 28 Quais as suas maiores conquistas fruto do trabalho?
- 29 Você pretende trabalhar como feirante por quanto tempo?
- 30 Como você consegue contornar os imprevistos no cotidiano do trabalho?
- 31 Quais as dificuldades que você enfrenta no trabalho?
- 32 Você gostaria de ter outro tipo de trabalho? Porque?
- 33 Você considera a feira como um trabalho ruim? Porque?
- 34 Quais os impactos da pandemia no seu trabalho?
- 35 A situação política seja local ou nacional interfere no seu trabalho? Como?
- 36 O quão importante você considera o seu trabalho para a sociedade?
- 37 O seu trabalho é reconhecido na sociedade? De que forma?
- 38 Você faz parte de algum movimento social, ong, partido ou organização política?
- 39 O que você pensa sobre o uso de agrotóxicos e sobre o agronegócio?
- 40 O que você pensa sobre os produtores orgânicos e agroecológicos?
- 41 Você conhece alguém que trabalha na agricultura familiar?
- 42 Você sabe o que significa a Soberania Alimentar?
- 43 Qual sua opinião sobre a Soberania Alimentar?